UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ANNE GABRIELE LIMA SOUSA

“EU SOU DE RUA, MAS TAMBÉM SOU GENTE”
Intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB

RECIFE
2012

ANNE GABRIELE LIMA SOUSA

“EU SOU DE RUA, MAS TAMBÉM SOU GENTE”
Intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de Doutora em Sociologia, sob a orientação da Professora. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin.

RECIFE
2012

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S725e Sousa, Anne Gabriele Lima.
"Eu sou de rua, mas também sou gente" : intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB / Anne Gabriele Lima Sousa. – Recife: O autor, 2012.
245 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cynthia de Carvalho Lins Hamlin.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2012.
Inclui bibliografia e anexo.

1. Sociologia. 2. Identidade (Psicologia). 3. Subjetividade. 4. Estigma (Psicologia social). 5. Interação social. 6. Pessoas desabrigadas – João Pessoa (PB). I. Hamlin, Cynthia de Carvalho Lins (Orientadora). II. Titulo.

301 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-19)

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **ANNE GABRIELE LIMA SOUSA,** do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2012, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **ANNE GABRIELE LIMA SOUSA** sob o título **"EU SOU DE RUA, MAS TAMBÉM SOU GENTE" Intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa - PB.**

A comissão foi composta pelos professores: **Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin - Presidenta/Orientadora; Profa. Dra. Liana Lewis – Titular Interna (PPGS/UFPE); Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes – Titular Interno (PPGS/UFPE); Profa. Dra. Anete Brito Leal Ivo – Titular Externa (UFBA); Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella – Titular Externo (UFPB).** Dando início aos trabalhos, a **Profa. Dra. Cynthia Hamlin** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra à autora da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a **Profa. Dra. Cynthia Hamlin,** presidente da mesa e orientadora da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade, com indicação para publicação.** E nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 29 de fevereiro de 2012.

Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin

Profa. Dra. Anete Brito Leal Ivo

Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella

Profa. Dra. Liana Lewis

Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes

Anne Gabriele Lima Sousa

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANNE GABRIELE LIMA SOUSA

“EU SOU DE RUA, MAS TAMBÉM SOU GENTE”
Intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do grau de Doutora em Sociologia, sob a orientação da Professora. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin.

Data da defesa: _____de_____ de 2012.

Banca Examinadora

_____
Prof. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin – PPGS/UFPE - Orientadora

_____
Prof. Dra. Anete Brito Leal Ivo- Membro Externo

_____
Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella – Membro Externo

_____
Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes – Membro Interno

_____
Prof. Dra. Liana Lewis – Membro Interno

_____
Prof. Dra. Silvana de Souza Nascimento – Suplente Externo

_____
Prof. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti – Suplente Interno

Dedico este trabalho aos meus fiéis e amorosos companheiros Bruno e Ronaldo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Cynthia Hamlin, pela confiança depositada, pela paciência dispensada e pelo apoio intelectual e fraternal oferecido durante todos esses anos.

À Ivana e Aylana, as grandes mulheres da minha vida, por não medirem esforços para me apoiar e pelo amor incondicional me doado, sem o qual nada disso teria sido possível.

Aos únicos Nelci-Rones do mundo, meu pai e meu irmão, por nunca deixarem de acreditar que um dia eu conseguiria.

Aos meus demais familiares, em especial à minha tia Hylmara, à minha prima Iana e ao meu sogro/padrasto Valter, por todo o suporte oferecido, tornando-se fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma Roberta, Mariana, Adriana, Elaine, João Pedro, Conceição, Carla, Marcos, Miriam, Joilson e Fabiana, e de outras turmas, em especial Madson, Erliane e Gláucia, por dividirem seus conhecimentos e por oferecerem sua amizade durante os anos de doutorado.

Às minhas queridas amigas Alessa, Alethéia, Cassila e Vanessa, por compartilharem minhas angústias e por me darem a força necessária para que pudesse superar cada dificuldade.

À Janice, pela tradução do resumo e ao Artur, pelas fotografias.

Aos moradores de rua de João Pessoa, por me confiarem suas histórias de vida, plantando, cada um, uma sementinha para que essa tese se tornasse realidade.

Aos funcionários da Casa de Acolhida e ao “Toinho do Bolo”, por orientarem meus primeiros passos em uma realidade que me era, até então, desconhecida.

À diretoria, ao corpo docente e discente da Unesulbahia, pelo carinho, pela compreensão e pela torcida na fase final deste trabalho.

À Capes, pela bolsa de estudos fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse sonho se concretizasse.

RESUMO

Esta tese teve como objetivo compreender as bases para a construção de identidades entre os indivíduos adultos em situação de rua. O marco teórico que deu subsídios para a realização desse estudo consistiu nas contribuições teóricas de Taylor sobre a constituição da identidade do self, em diálogo com as reflexões de Bourdieu sobre as distinções na sociedade contemporânea e de Goffman sobre as interações vivenciadas por indivíduos estigmatizados. A pesquisa foi realizada através de um trabalho de campo no centro da cidade de João Pessoa-PB, onde foram realizadas observações espontânea e participante, além de entrevistas em profundidade com 18 indivíduos em situação de rua que habitam os espaços de maior concentração dessa população. A análise qualitativa das entrevistas buscou assimilar tanto os aspectos objetivos como os aspectos subjetivos que permeiam as identidades dos indivíduos na rua. Para entender a dimensão estrutural sob a qual essas identidades são delineadas a rua foi tratada como um campo, no interior do qual os indivíduos estão situados em posições desiguais e participam de relações de poder específicas, inclusive por meio de marcadores estigmatizantes. A subjetividade inerente ao modo como os indivíduos interpretam sua condição e assumem identidades nesse contexto foi buscada através do ordenamento daqueles elementos valorizados por cada um deles em função da avaliação de suas situações objetivas. Conclui-se que, embora as condições socioestruturais nas quais esses indivíduos estão posicionados sejam responsáveis por localizá-los em um contexto que estabelece os limites e possibilidades de seu estar-no-mundo, as identidades pessoais reivindicadas por eles rompem com qualquer determinismo estrutural, fazendo com que empreendam distinções na vida de rua e se autoavaliem a partir de um ordenamento de valores que confere sentido à sua existência e ao seu ambiente.

Palavras-chave: Identidade; Situação de rua; Estigma; Campo; Subjetividade.

ABSTRACT

This thesis's goal is to comprehend the bases for the construction of identities among adult homeless. The theoretical landmark that gave subsidies for the realization of this study consists in Taylor's theoretical contribution about the construction of the 'self', in a dialog with Bourdieu's reflections about distinctions in contemporaneous society and Goffman's about interactions lived by stigmatized individuals. The research was done through a field-work in the center of the city of João Pessoa-PB, where spontaneous and participating observations were made, besides deep interviews with 18 homeless that live in places of biggest concentration of this population. The qualitative analysis of the interviews assimilated the objective and subjective aspects about homeless. The street was treated as a field, to understand the structural dimension under the identities, in which the individuals are situated in unequal positions and are part of specific power relationships, even through stigmatizing markers. The subjectivity of the way these individuals interpret their condition and take identities in this context was studied through the ordainment of the elements valued by each one of them in function of the evaluation of the objective situations. It's conclusive that, although the social-structural conditions in which these individuals are placed are responsible to put them in a context that sets limits and possibilities of their being-in-the-world, the personal identities claimed by them break any structural determinism and make them undertake distinctions in street life and self-evaluate from an ordainment of values that give their existence and their place a meaning.

Key-words: Identity; Homeless; Stigma; Field; Subjectivity.

RÉSUMÉ

Cette thèse a eu comme objectif de comprendre les fondements préalables à la construction d'identités entre individus adultes vivant dans la rue. Le socle théorique qui a donné les subsides pour la réalisation de cette étude s'est appuyé sur les contributions théoriques de Taylor sur la constitution de l'identité du *self*, en dialogue avec les réflexions de Bourdieu sur les distinctions dans la société contemporaine et de Goffman sur les intéractions vécues par les individus stigmatisés. La recherche a été réalisée à travers un travail de terrain dans le centre de la ville de João Pessoa/PB, où ont été réalisées des observations spontanées et participantes, en complément d'entretiens plus appronfondis avec 18 individus vivant dans la rue et habitant les espaces de plus grande concentration de cette population. L'analyse qualitative des entretiens a cherché à assimiler tant les aspects objectifs comme les aspects subjectifs qui entourent les identités des individus vivant dans la rue. Pour comprendre la dimention structurelle sur laquelle ces identités sont dessinées, la rue a été traitée comme un champs, à l'intérieur duquel les individus se situent en positions inégales et participent de relations de pouvoir spécifiques, y compris par le biais de marqueurs stigmatisants. La subjectivité inhérante au mode par lequel les individus interprètent leur condition et assument des identités dans ce contexte a été recherchée au travers de l'ordonnancement de ces éléments valorisés par chacun d'eux en fonction de l'évaluation de leurs situations objectives. En conlusion, malgré le fait que les conditions sócio-stucturelles dans lesquelles ces individus sont positionnés soient responsables de leur situation dans un contexte qui établit les limites et les possibilites de leur être-dans-le-monde, les identités personnelles revendiquées par eux-mêmes rompente avec tout déterminisme structurel, faisant qu'ils entreprennent des distinctions dans la vie de rue et qu'ils s'auto-évaluent à partir d'un ordonnancement de valeurs qui confèrent du sens à leur existance et à leur milieu.

Mots clés : Identité; Situation de rue; Stigmates; Champs; Subjectivité.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 10

CAPÍTULO 1. TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE: A vida de rua entre a visibilidade conveniente e a invisibilidade sombria..... 20

1.1. Os indivíduos em situação de rua na Idade Média 23

1.2. Os indivíduos em situação de rua na Idade Moderna..... 29

1.3. Os indivíduos em situação de rua na Idade Contemporânea..... 35

1.4. O caso brasileiro: o desenvolvimento social nacional e os indivíduos em situação de rua... 45

1.5. Os indivíduos em situação de rua e seus significados..... 61

CAPÍTULO 2. INTERSUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE..... 64

2.1. Estigma e interações cotidianas..... 69

2.2. Os jogos de poder e as distinções na sociedade contemporânea..... 79

2.3. Subjetividade e Identidade..... 87

CAPÍTULO 3. CAMINHOS TRILHADOS: A compreensão da vida de rua em João Pessoa 97

3.1. A abordagem qualitativa..... 98

3.2. O trabalho exploratório de campo..... 99

3.3. Os espaços de aprofundamento da pesquisa..... 108

3.3.1. O Mercado Central..... 110

3.3.2. O Terminal Rodoviário..... 112

3.3.3. A Lagoa do Parque Solón de Lucena..... 113

3.3.4. As mediações do Supermercado Bompreço de Jaguaribe..... 116

3.4. A seleção dos informantes..... 118

3.4.1. Descrição dos informantes-chave..... 122

3.4.2. Outros colaboradores..... 124

3.5. As entrevistas..... 125

CAPÍTULO 4. A RUA COMO CAMPO: Interações e distinções na vida de rua..... 131
4.1 As redes de apoio na rua..... 133
4.1.1. Relação com o Estado..... 135
4.1.2. Relação com a família..... 141
4.1.3. Relação entre pares de rua..... 148
4.1.4. Relação com não-moradores de rua..... 156
4.2. Capital cultural e vida de rua..... 162
4.2.1. A escolaridade dos indivíduos em situação de rua..... 163
4.2.2. As ocupações exercidas na vida de rua..... 169
4.2.3. Formas de apresentação pública..... 178
4.3. As propriedades materiais na vida de rua..... 186
4.4. Capital simbólico e vida de rua..... 192

CAPÍTULO 5. QUEM SOU EU, QUEM SÃO ELES: Assumindo identidades na rua.. 194
5.1. José..... 197
5.2. Neném..... 205
5.3. Dodora..... 213
5.4 Jacinto..... 219
5.5. A rua e a produção de sentidos..... 225

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 228
REFERÊNCIAS..... 232
ANEXO

INTRODUÇÃO

As ruas são, normalmente, designadas como pontos de ligação entre locais específicos e utilizadas como suportes de deslocamentos para os indivíduos, locais de passagem para os transeuntes (SENNET, 1998), podendo ser aproveitadas também como áreas de consumo material e simbólico, lugares de encontros e de sociabilidade entre semelhantes e dessemelhantes (MAGNANI, 2002). São, ao mesmo tempo, territórios de lazer e de violência, espaços de troca e de indiferença.

Os espaços públicos que compreendem as ruas, nesta perspectiva, são percebidos como suportes de muitas apropriações (SANTOS, 1994). Em seu interior, as diferenças identitárias que emergem no cotidiano das cidades são manifestadas. De acordo com os grupos de indivíduos em interação que se servem de seus espaços, os locais assumem características diversificadas, manifestam significados distintos, têm fronteiras simbólicas erguidas e desafiadas. Estão, por isso, sempre sujeitos a renegociações.

Apesar da sua multiplicidade de sentidos, a rua não foi feita pra ser casa. As ideias de rua, como espaço público, e de casa, como espaço privado, assumiram, ao longo da história, espíritos e expectativas opostas.

DaMatta (1987), na obra *A Casa & A Rua*, explica que, de um modo geral, essas duas realidades não compreendem apenas espaços territoriais diferentes, mas também constituem sistemas de significação distintos. Isto porque, segundo o autor, além dos indivíduos praticarem ações diferentes em cada um desses espaços, eles também adotam éticas distintas em seu interior. Os dois espaços são capazes de despertar emoções diferenciadas nos indivíduos. O espaço da casa, pautado em uma ética conservadora, refere-se ao espaço simbólico do sagrado e da moral, da privacidade, da família, do pertencimento, do compadrio e da “supercidadania”. O espaço da rua, baseado em uma ética mais “liberal”, representa o espaço simbólico do profano e da

desordem, da impessoalidade, do anonimato, das leis, da transgressão, da competição e da “subcidadania” (DAMATTA, 1987).

A rua, devido ao caráter coletivo de regulação pública e a toda dimensão negativa que pode assumir, não é destinada como lugar legítimo de se viver. Por essa razão, os indivíduos não podem se apropriar dos espaços públicos da rua e dela fazer o seu habitat, sem que isso lhes gere prejuízos.

DaMatta, porém, salienta que, embora opostos, na sociedade brasileira os valores associados à casa e à rua se complementam, pois, cotidianamente, seus respectivos espaços simbólicos costumam se invadir de forma mútua. De acordo com ele, em muitas situações a casa é permeada pelos valores da rua, como a violência, a perversão, o egoísmo e a desorganização das relações. Ao mesmo tempo, a rua também se revela, em alguns momentos, a partir de sentidos que remetem à ideia projetada de casa, funcionando como espaço de pertencimento, de paternalismo, de pessoalidade e de familiaridade, onde os indivíduos agem “como se estivessem em casa” (p. 55).

A singularidade brasileira, segundo o autor, reside justamente nos conflitos e nos elos fundados pelas conexões construídas quando esses dois elementos inicialmente antagônicos se cruzam.

A existência de indivíduos adultos que, devido a diferentes histórias de rupturas sociais e econômicas, passam a habitar as ruas no mundo inteiro é uma realidade que, apesar de existir desde a antiguidade - representando um fenômeno que acompanha o surgimento da própria vida urbana -, adquire, hodiernamente, cada vez mais visibilidade social (BURSZTYN, 2003).

O interesse por esse fenômeno é crescente, tanto nas manchetes jornalísticas, como entre as produções acadêmicas do mundo inteiro (TOSTA, 2003). Nos últimos anos, a população de indivíduos em situação de rua[1] vem

[1] No centro dessa literatura, não há um acordo acerca das características que definem a categoria “indivíduos em situação de rua”, por vezes, chamados também de “vidas de rua”, “população de rua” ou “moradores de rua”. Burztyn (2003) diferencia moradores de rua e população de rua. Moradores de rua são todos aqueles que residem em lugares impróprios para a moradia, isso inclui não só a população que dorme nas ruas, como também os moradores de favelas ou cortiços. Considera como população de rua todo indivíduo que tira o seu sustento na rua, mesmo que não a tenha como local de habitação. Já Durham

sendo intensamente tomada como cerne para uma infinidade de reflexões, análises e debates científicos.

Os elementos incitantes dessa crescente visibilidade, e da multiplicidade de estudos voltados à compreensão da vida de rua, de acordo com Bursztyn (2003), estão relacionados ao crescimento exacerbado dessa população nas últimas décadas, tornando, assim, impossível ignorá-los.

Entre as temáticas desenvolvidas nas publicações acadêmicas de diferentes áreas sobre a vida de indivíduos adultos em situação de rua estão as pesquisas que buscam caracterizar essa população (COSTA, 2005; VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 1994), compreender seus modos de vida (ROSA, 2005; SNOW e ANDERSON, 1998), suas condições de saúde (ARRUNETAGUI, 2008; CARNEIRO JUNIOR, 1998; VARANDA, 2003), sua participação no mundo do trabalho (BARROS, 2004; CASTEL, 1994; NASSER, 2001; NEVES, 1983), as causas da vida de rua (DI FLORA, 1987), os deslocamentos territoriais (BROGNOLI, 1996; MAGNI, 1994), os processos de exclusão vivenciados por esses indivíduos (BURSZTYN, 2003; ESCOREL, 1999; SILVA, 2006), a sociabilidade construída na rua (FRANGELLA, 2004; KASPER, 2006; MENDES, 2007) e as representações e identidades sociais desses indivíduos (ALLES, 2010; COSTA, 2009; FERREIRA e MATTOS, 2004), entre outros. A maior parte desses trabalhos conta, principalmente, com estudos localizados

---

(1984), considera como moradores de rua os migrantes da zona rural, que se deslocam entre as áreas urbanas, em busca de novas oportunidades. Escorel (1999) distingue “indivíduos em situação de rua” e “moradores de rua”. “Moradores de rua”, segundo ela, são aqueles situados em um contexto de pertencimento à rua e a tomam como moradia permanente, enquanto “indivíduos em situação de rua” representam aqueles que tomam a rua como moradia temporária, sua população flutuante. Rosa (2005), por seu turno, identifica três categorias entre a população de rua: os que ficam na rua (circunstancialmente), os que estão na rua (recentemente) e os que são da rua (permanentemente). Para fins de pesquisa, “indivíduos em situação de rua”, “vidas de rua”, “população de rua” e “moradores de rua” são tomados nessa tese como sinônimos, e referem-se a todos aqueles, migrantes ou não, que fazem das ruas seu lugar de moradia, ainda que pernoitem, eventualmente, em instituições voltadas para a acolhida dessa população. O trabalho, portanto, não compreende como “indivíduos em situação de rua” aqueles que buscam na rua o seu sustento, mas que não a tem como habitação, ou os que dormem casualmente na rua, mas que possuem residência fixa, ainda que precária, pois considera-se que esses indivíduos têm como referência de moradia o espaço privado da casa, tomando a rua apenas como local de trabalho ou de eventual pernoite.

nas regiões sul e sudeste do país[2], sendo raras as pesquisas realizadas nos estados nordestinos.

Esta tese busca compreender a subjetividade e a intersubjetividade que permeia a construção de identidades dos indivíduos em situação de rua. Nos estudos sociológicos sobre o fenômeno da vida de rua, esse representa um objeto ainda inexplorado, posto que a subjetividade do indivíduo em situação de rua é invisível aos olhos da sociedade mais ampla, já tendo sido abordada apenas por algumas pesquisas na área de Psicologia (MATTIAS, 2008; MATTOS, 2006).

Existe na sociedade contemporânea um consenso pré-formulado acerca da inadequabilidade, da marginalidade, da subalternidade, da invisibilidade e da estigmatização que caracteriza os indivíduos em situação de rua, tornando outros elementos, importantes para compreender o significado do que consiste viver na rua e dos sentidos reivindicados pelos atores da vida de rua, imperceptíveis.

Isso se dá porque esses indivíduos se apresentam como ocupando o nível mais baixo da estrutura de classes. São posicionados no contexto citadino a partir de uma lógica excludente, por estarem, muitas vezes, dissociados dos papéis sociais, dos padrões de conduta prática e dos moldes estéticos considerados ideais, fundamentais para o reconhecimento e aceitabilidade social, e associados a elementos que os estigmatizam e os condicionam a uma extrema valoração negativa[3]. Esses indivíduos são classificados como desencaixados socialmente, por isso, não-adequados à vida urbana

[2] Entre as pesquisas de maior destaque sobre os indivíduos em situação de rua, espalhadas pelo país, encontram-se: a tese de doutorado em Ciências Sociais de Kasper (2006), pela Unicamp, que estuda a cultura material construída pelos indivíduos em situação de rua na cidade de São Paulo; a tese de doutorado em Sociologia de Escorel (1999) que apresenta uma etnografia sobre as variadas formas de exclusão social que permeiam as condições de vida dos indivíduos em situação de rua no Rio de Janeiro; a tese de doutorado em Antropologia de Simone Frangella (2004), que apresenta uma etnografia da corporalidade dos moradores de rua de São Paulo e a dissertação mestrado em Antropologia de Cláudia Magni (1994), que oferece um trabalho etnográfico sobre o nomadismo configurado a partir das relações dos moradores de rua de Porto Alegre com o espaço, entre várias outras.

[3] A definição dos elementos responsáveis pela estigmatização e exclusão dos indivíduos em situação de rua na sociedade contemporânea é objeto do primeiro capítulo dessa tese.

(NASCIMENTO, 2003), pois “ser da rua”, viver na rua, fazer desse lugar impuro, perverso e perigoso a sua casa, implica estar embebido desses elementos, que os desmoralizam, indignificam e desumanizam.

A inobservância dos elementos subjetivos que permeiam as percepções da realidade entre indivíduos em contexto de extrema exclusão faz com que sejam vistos, pelo senso comum, como um grupo social homogêneo que, mesmo diante da heterogeneidade das causas que levaram ao ingresso na rua, vivem da maneira que é possível, com limites relativos aos escassos recursos disponíveis.

Embora os estudos que abordam a exclusão social desses indivíduos ofereçam grande contribuição para a reflexão sobre os elementos estruturais que revelam seu cotidiano e suas vidas - como o consenso de subalternidade construído em torno da população de rua, das rupturas que levaram ao ingresso na rua e das privações experimentadas por eles nesse contexto -, eles não dão conta de explicar como mesmo destituídos de qualquer forma de reconhecimento social eles reivindicam sentidos para si e para os demais com quem interagem na vida de rua, movimentando uma sociabilidade fundada a partir do contato entre identidades distintas.

Neste sentido, considera-se insuficiente compreender os elementos que cerceiam a vida dessa população apenas de forma objetiva (ou seja, a partir do modo como eles são posicionados na estrutura social e percebidos pelos demais), como se a subjetividade dos agentes não estivesse envolvida no modo como eles interpretam esse cenário e conduzem suas vidas a partir dessas interpretações. Essa tese se propõe a realizar uma abordagem sobre a vida de rua a partir da superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, no sentido em que essas dimensões são percebidas como interdependentes.

A análise apresentada no decorrer deste trabalho buscou retirar os indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB do silêncio e da invisibilidade que os assolam e, a partir da escuta de suas próprias vozes, assimilar o modo como eles se autointerpretam no contexto social em que estão inseridos.

Um importante trabalho sociológico na área de desigualdade social que abarca o modo como os indivíduos inferiorizados percebem (e aceitam) a condição de subordinação sob a qual estão imersos é o estudo de Souza (2003, 2006 e 2009) sobre o que ele chamou de *ralé estrutural*. Para o autor, na sociedade brasileira, existe uma concepção que é compartilhada consensualmente entre os indivíduos de diferentes classes sociais de que sua população é formada por dois tipos de humanidade qualitativamente distintos, onde uma é compreendida como mais humana e outra como menos humana, invocando classificações sociais baseadas no princípio de que as diferenças sociais não estão apenas na quantidade de riqueza acumulada pelos indivíduos, mas na qualidade social diferenciada destes indivíduos. A humanidade menos humana é protagonizada pela *ralé*, indivíduos socialmente reconhecidos como seres que valem menos e são menos cidadãos do que os outros e, por isso, são levados cotidianamente a se autorreconhecerem a partir de tal desígnio.

Apesar de Souza compreender a *ralé* de uma maneira mais ampla, abrangendo todos os grupos de indivíduos posicionados como subcidadãos e, desta forma, os indivíduos em situação de rua não serem enfatizados explicitamente no seu trabalho, eles podem ser percebidos enquanto personagens dessa *ralé estrutural.* O foco dado por Souza, porém, consiste nos processos simbólicos que marcam as relações de dominação no contato entre classes sociais diferentes e posiciona os indivíduos de maneira desigual na sociedade mais ampla. O autor não aborda a perspectiva das microrrelações entre indivíduos de uma mesma classe, na produção de distinções internas pela manifestação de valores diferentes, evidenciando orientações, preocupações e identificações diversas.

Esta tese aborda a vida de rua em uma perspectiva "*de perto e de dentro*" (MAGNANI, 2002, p. 17), compreendendo-a como um campo - no sentido atribuído por Bourdieu (1983, 1992 e 2007) - permeado por relações de poder e hierarquias simbólicas peculiares a ele, no interior do qual é possível observar distinções entre seus indivíduos. Buscou-se, nesta direção, compreender o modo como esses indivíduos pensam sobre si mesmos e sobre

os outros no interior desse campo, avaliam sua situação e se orientam a partir disso. Ou seja, o que significa viver na rua para esses diferentes indivíduos? O que define sua forma de estar-no-mundo? No que consiste a identidade do morador de rua?

Considera-se que, apesar de estarem situados em uma posição subalterna de descrédito na hierarquia social que funda as formações societárias citadinas, esses indivíduos circulam entre diferentes espaços, criam vínculos, interagem com grupos distintos, reorganizam seus valores e elaboram significados em sua relação com o mundo.

Entre os aspectos trabalhados na tese, destacam-se, principalmente: o modo como a sociabilidade da vida de rua é organizada a partir das relações de poder e das hierarquias simbólicas que permeiam as distinções em seu interior; a forma como os indivíduos em situação de rua percebem os valores e estigmas que cerceiam a condição de “moradores de rua”; a maneira como, no seio da vida de rua, eles organizam uma hierarquia valorativa e se autointerpretam, assumindo identidades que se relacionam ao contexto, às suas histórias pregressas e a seus planos para o futuro.

Para uma apreensão aprofundada dos elementos objetivos e subjetivos que cerceiam a vida de rua de João Pessoa foi realizado um trabalho etnográfico. Inicialmente, procurou-se identificar as áreas de maior concentração de indivíduos em situação de rua na cidade, bem como os personagens mais significativos para atuarem como informantes da pesquisa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas orais em profundidade com os informantes da pesquisa, abarcando indivíduos com características diferenciadas, de modo a abraçar um diversificado conjunto de interpretações, permeadas por experiências biográficas que estruturam visões de mundo distintas. Foram realizados vários encontros com um mesmo informante, a fim de assimilar as experiências, as percepções e os signos que delineiam as identidades assumidas na rua, percebendo ênfases e contradições nas narrativas elaboradas pelos agentes.

A pesquisa de campo durou 13 meses, quando foram realizadas 18 entrevistas em profundidade que, somadas às dezenas de relatos informais que colaboraram com a pesquisa exploratória e às demais observações constantes do diário de campo, possibilitaram a apreensão de um amplo conjunto de informações e interpretações para a compreensão da sociabilidade formada pelas distintas construções identitárias que compõem a vida de rua em João Pessoa.

Esses elementos são analisados ao longo dos cinco capítulos que compõem a tese.

O primeiro capítulo teve como objetivo assimilar o modo como os significados sociais associados ao viver na rua foram historicamente configurados. Com este propósito, o capítulo buscou oferecer uma reconstituição dos eventos mais notáveis na história da sociedade ocidental, da idade média à contemporaneidade, que possuem relação com a dimensão simbólica dessa categoria de indivíduos, no imaginário social de cada época, até chegar à sua atual dimensão na sociedade brasileira. Notou-se, no decorrer do capítulo, como as representações acerca dos indivíduos em situação de rua assumem significados distintos, algumas vezes opostos, de acordo com as configurações culturais, econômicas e políticas que enreda cada cenário social. Tentou-se, com isso, compreender o modo como a hodierna invisibilidade e o descaso para com essa população no Brasil contemporâneo foram historicamente constituídos.

O segundo capítulo fez uma incursão pelo objeto de estudo à luz do marco teórico escolhido para iluminar os elementos levantados pela tese: os caminhos analíticos oferecidos por Taylor (2005), Goffman (1988 e 1989) e Bourdieu (1983, 1992, 1996, 2001 e 2007). Primeiro foram abordadas as contribuições goffmanianas no que tocam ao conceito de estigma, visando encontrar subsídios para compreender a forma como os agentes da pesquisa, ao ingressarem na vida de rua, experienciam o estigma que os acometem e, a partir dele/contra ele, constroem significados acerca de si e dos outros com quem compartilham os espaços, direcionando suas condutas nesse contexto.

Em seguida, foram explanadas as contribuições de Bourdieu sobre as distinções sociais na sociedade contemporânea a partir da articulação entre os conceitos de *campo*, de *habitus* e de capital, encontrando aporte para analisar a sociabilidade inerente à vida de rua a partir das posições ocupadas pelos indivíduos em seu interior e das relações de poder decorrentes da posse de tipos distintos de capital. Por último, o capítulo recorreu ao aparato conceitual tayloriano sobre a constituição do *self* moderno para orientar a compreensão sobre o modo como se dão as definições identitárias dos indivíduos na rua a partir da avaliação subjetiva que eles fazem das circunstâncias que se apresentam e da articulação entre seus conteúdos morais e o contexto no qual estão situados.

Após a apresentação dos subsídios teóricos aos quais se recorreu na tese para orientar a compreensão dos processos identificados no campo, o capítulo seguinte elucidou os percursos metodológicos trilhados pela pesquisa, descortinando cada uma das etapas cumpridas e das técnicas utilizadas para a escolha dos espaços de realização da coleta de dados, dos atores que atuaram como informantes e do processo de análise das entrevistas realizadas.

Os capítulos quatro e cinco apresentam as análises dos dados colhidos pela pesquisa de campo, a partir das contribuições teóricas explanadas no segundo capítulo conforme se segue:

O quarto capítulo analisou o modo como a sociabilidade da vida de rua de João Pessoa é organizada. Para isso, a rua foi tomada como um campo (BOURDIEU, 1983, 1992 e 2007) no interior do qual os indivíduos ocupam posições e participam de relações de poder específicas. Objetivou-se perceber como as distinções são construídas entre os atores da vida de rua em função da maior ou menor posse dos tipos de capitais evidenciados pela teoria bourdiana, buscando perceber qual capital revela-se mais significativo para a apreensão da sociabilidade inerente ao campo.

No quinto e último capítulo foram selecionadas, entre os 18 casos estudados, quatro histórias de vida consideradas especialmente significativas no sentido de possibilitar uma percepção aprofundada dos valores e das

representações que permeiam suas vivências, buscando analisar os sentidos que esses indivíduos reivindicam para si e para as circunstâncias sociais que os cerceiam, para a compreensão do modo como suas autoidentidades são delineadas em meio às suas trajetórias de vida. A partir das histórias apresentadas no decorrer do capítulo, buscou-se perceber os diferentes sentidos que a rua assume no interior de trajetórias socioculturais singulares, bem como apreender o modo como são realizados ordenamentos valorativos distintos nas definições identitárias que orientam a vida e as escolhas de cada indivíduo.

Por fim, concluo que, embora as condições socioestruturais nas quais os indivíduos em situação de rua estão posicionados sejam responsáveis por localizá-los em um contexto que estabelece os limites de seu estar-no-mundo, as identidades pessoais reivindicadas por eles rompem com qualquer determinismo estrutural, fazendo com que empreendam distinções na vida de rua e se autoavaliem a partir de um ordenamento de valores que confere sentido à sua existência e ao seu ambiente. Percebe-se, entretanto, que a fragilidade na autoestima desses atores, em grande parte decorrente da impossibilidade de levarem adiante os projetos que estabelecem para si, coloca limites importantes à sua capacidade de romperem com a situação de exclusão social extrema na qual se encontram.

CAPÍTULO I

TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE:

A vida de rua entre a visibilidade conveniente e a invisibilidade sombria

> Eu sou sujo eu sou feio eu sou antissocial
> Eu num posso aparecer na foto do cartão postal
> Porque pro rico e pro turista eu sou poluição
> Sei que sou um brasileiro
> Mas eu não sou cidadão
> Eu não tenho dignidade ou um teto pra morar
> E o meu banheiro é a rua
> E sem papel pra me limpar
> Honra?
> Não tenho
> Eu já nasci sem ela
> E o meu sonho é morar numa favela
>
> (Trecho da Música "O Resto do Mundo" de Gabriel, O Pensador)

O trecho acima reflete o modo como os indivíduos em situação de rua são posicionados no Brasil, uma das sociedades mais desiguais do mundo, palco de grandes contradições. Se, de um lado, uma minoria da sua população dispõe de renda e de qualidade de vida semelhantes ao que caracteriza os países de rica economia, por outro lado, a grande maioria sobrevive em condições de extrema precariedade, "até mesmo não dignificantes da condição de seres humanos" (LEMOS, 2008, p. 27). Essa contradição marca o acesso diferenciado dos seus indivíduos a oportunidades de vida, como emprego, renda, saúde, educação e cidadania.

Os indivíduos em situação de rua, por não participarem, arbitrária ou inevitavelmente, de forma legítima das convenções sociais reclamadas para o reconhecimento no cenário social urbano contemporâneo[4], provocam a repugnância e o desprezo dos demais indivíduos (SERRANO, 2004).

Somado à apresentação física degenerada, devido à precariedade das suas condições de vida, muitas vezes sujos, alcoolizados, fétidos e com ferimentos expostos, esses indivíduos "não são vistos como semelhantes, mas como bichos (...) não são homens ou mulheres, embora um dia talvez o tenham sido. Pedaços perdidos da humanidade" (NASCIMENTO, 2003, p. 56). A barreira que separa esses agentes do acesso oficial à sociedade e seus

[4] Os elementos valorizados por cada período histórico, condicionantes da aceitação ou da exclusão dos indivíduos na sociedade urbana ocidental serão desenvolvidos no decorrer do capítulo.

equipamentos (BURSZTYN, 2003), desenvolvidos para atender indivíduos socialmente aceitos, apresenta-se como desmedida e quase intransponível.

Morar na rua, segundo Nascimento (2003), implica em estar fora de lugar, pois atrapalha o tráfego de transeuntes, gera desconforto e insegurança nos demais habitantes da cidade e prejudica a aparência física dos espaços.

Apesar de toda carga negativa associada aos indivíduos em situação de rua na atualidade, os sentidos sociais atribuídos à vivência nas ruas das cidades passaram, ao longo da história, por ressignificações, alterando também o modo como a sociedade de cada época se relaciona com esses agentes sociais. Isso devido aos eventos que marcam a transformação das estruturas citadinas ao longo dos tempos, reformulando, por conseguinte, os elementos simbólicos valorizados para a inclusão e para a exclusão dos indivíduos em seu interior.

Esse capítulo tem como propósito apresentar os diferentes significados simbólicos atribuídos à condição assumida pelos indivíduos em situação de rua a partir de alguns eventos ocorridos na história do ocidente, desde a idade média[5] até a contemporaneidade, buscando, por fim, assimilar o modo peculiar como esses significados se adequam à singularidade brasileira, em meio às especificidades do desenvolvimento social do país.

Essa abordagem revela-se essencial para a apreensão do modo como o fenômeno da vida de rua ganha sentido, tanto para a sociedade em geral, como para a própria população de rua, emitindo reflexos sobre a forma como esses indivíduos se autopercebem no interior desse contexto e, deste modo, orientam suas ações.

[5]Apesar de existir desde a antiguidade, a população de rua só ganha visibilidade como um problema social urbano na sociedade pré-industrial, uma vez que na antiguidade esses indivíduos se localizavam fora das muralhas que protegiam as cidades (BURSZTYN, 2003). Deste modo, o recorte selecionado para analisar as ressiginificações pelas quais a dimensão simbólica do viver na rua passou foi a Idade Média, pois foi a partir desse período histórico que ocorreram os principais eventos provocadores das mudanças de perspectivas acerca dessa categoria de indivíduos no cotidiano citadino, condicionando a sua atual representação, objeto principal de interesse do capítulo.

Ao final do capítulo, pretende-se ter descortinado alguns dos princípios que possibilitam conferir sentidos aos indivíduos em situação de rua na sociedade atual, possibilitando a posterior compreensão dos sentidos que eles reivindicam para si e para o mundo social no qual se inserem e modificam a partir das interações cotidianamente vivenciadas.

1.6. Os indivíduos em situação de rua na idade média

A idade média consiste no período entre os séculos V e XV na história do ocidente. Seus primeiros séculos, período também conhecido como ‘alta idade média’, se caracterizavam pelo modo feudal de produção e pela prevalência de ideais religiosos católicos na compreensão de todos os aspectos da vida humana. Onde Deus era o centro do mundo, as condições de vida dos indivíduos na terra eram concebidas como fruto da vontade Divina (PIRENNE, 1982).

A desigualdade social e a pobreza, neste sentido, eram representadas como expressão da vontade de Deus, uma realidade que não pode ser negada e da qual não se pode fugir. Pobreza e riqueza mantinham uma relação dialética, onde “Deus teria podido fazer todos os homens ricos, mas quis que houvesse pobres nesse mundo para que os ricos tivessem uma oportunidade de redimir seus pecados” (MIGNE *apud* REZENDE FILHO, 2009, p. 04).

A pobreza tinha um papel necessário a essa sociedade, pois só através dela seria possível aos indivíduos com posses praticar a caridade, atitude que os classificaria como bons cristãos. Os pobres, assim, eram compreendidos como seres carentes, por isso, dignos de compaixão (MOLLAT, 1989).

Os indivíduos em situação de rua, nesse cenário, apresentavam uma representação social ambígua. Se, por um lado, eles expressavam o auge da carência e estavam associados à imagem do cristo pobre, a quem se deveria oferecer beneficência, por outro lado, o fato de parte da população de rua ser

formada por doentes, deficientes físicos e mentais, despertava repúdio nos demais indivíduos, visto que essas características eram vistas com associação ao diabo (SCHMITT, 1998).

Observa-se que a alteridade, implícita nessa relação de ambiguidade, atua nas negociações acerca da presença desses indivíduos na sociedade. A figura do indivíduo em situação de rua e sua significação a partir de elementos inferiores, seja associados à carência ou ao mal do demônio, apesar de provocar sentimentos e reações distintas, adquire um valor fundamental para os demais indivíduos. A percepção da diferença que os caracterizam tem a função essencial de afirmação da identidade dos demais grupos como bons cristãos, baseada nos significados socialmente valorizados no período. Há, nessa relação, um jogo de exclusão e inclusão, pelo qual os significados do bem, a partir dos quais ou outros indivíduos desejariam estar associados, precisavam estar estruturados sobre as características subalternas que caracterizam os indivíduos em situação de rua. A existência dessa ambivalência, deste modo, é fundamental para a aceitação da presença dessa população na sociedade (FERREIRA e HAMLIN, 2010).

Desde que não oferecessem perigo, eles poderiam vagar pelas cidades. A concepção cristã, que via nesses indivíduos um caminho para a auto-afirmação dos demais como nobres, impedia que fossem tomadas atitudes drásticas de exclusão desses indivíduos em situação de rua. Apesar de arruinados, aqueles tinham “função” naquela sociedade, devendo ser incluídos a partir da certificação da sua inferioridade.

Castel (1998) afirma que esses indivíduos posicionavam-se como protagonistas de uma “economia da salvação”, pois representavam a possibilidade dos indivíduos mais abastados financeiramente praticarem a caridade e, com isso, serem absolvidos dos seus pecados na terra e alcançarem a salvação. A esmola, deste modo, funcionava como uma obrigação moral que deveria ser oferecida por todos os cristãos, não podendo ser questionada, pois se tratava de um princípio presente na bíblia sagrada. Por mais que a sociedade em geral repudiasse esses indivíduos, ela tinha o

dever de demonstrar a sua fé perante os outros, praticando a caridade em prol dos necessitados, realizando assim sua benemerência.

As populações flutuantes, sem vínculos, que sobreviviam, principalmente, através da mendicância – cuja visão homogeneizante é representada pelo morador de rua e mendigo enquanto sinônimos- eram, assim, revelados pela Igreja como um instrumento para testar o coração das pessoas e indicar quem é digno de alcançar a salvação eterna (REZENDE FILHO, 2009). A fé na libertação através da piedade em relação aos despossuídos de riquezas marcou a época como “uma era de caridade para com os destituídos” (SNOW E ANDERSON, 1998). A existência desses miseráveis era fundamental para permitir aos demais indivíduos assegurarem uma identidade eminente e, ao mesmo tempo, “garantirem” a sua redenção.

Constava como ensinamento no credo de São Francisco que “os mendigos eram santos e que os santos deveriam viver como mendigos” (BEIER *apud* SNOW E ANDERSON, 1998, p. 29). Era comum, nesse sentido, que os itinerantes necessitados fossem recebidos com alimentos e flores. Os franciscanos e os dominicanos se sobressaiam nos trabalhos assistenciais aos indivíduos em situação de rua, oferecendo-lhes alimentação, local de dormida, banho e cuidados de saúde - atividades que deram origem aos tipos de serviços oferecidos pelos albergues na sociedade contemporânea.

O estímulo à caridade como uma virtude para a salvação evitava que os indivíduos em situação de rua passassem por maiores necessidades, como frio e fome (SCHMITT, 1998). Essa relação acabou favorecendo uma certa “profissionalização” da mendicância entre a população de rua (SIMÕES JÚNIOR, 1992). A Igreja elaborava listas de pobres a serem continuamente ajudados com doações e institucionalizava datas significativas do calendário cristão, como ocasiões para o exercício da caridade voluntária (REZENDE FILHO, 2009).

O assistencialismo, porém, não criava as condições para que esses indivíduos saíssem da condição de pobreza, posto que a prática da caridade possibilitava a quem a praticava exercitar sua humildade espiritual como um

impulso de elevação para Deus. Essa interdependência transformava-os em personagens desse jogo necessário para a manutenção da dimensão simbólica responsável pelo modo como os indivíduos se posicionam na estrutura, e a partir do qual são reconhecidos nessa sociedade.

Esse panorama começa a mudar devido aos eventos que marcam os últimos séculos da Idade Média, período conhecido como 'baixa idade média'[6], tais como: a crise do modo feudal de produção, o crescimento populacional e o renascimento[7].

A crise do feudalismo e o inchaço populacional nas cidades Européias são processos que estão interligados. O sistema feudal era voltado para a garantia da segurança dos camponeses contra os ataques bárbaros. Com o fim desses ataques, o continente europeu vivia um intenso crescimento demográfico. Ao mesmo tempo, os contatos econômicos e culturais, constituídos pelas cruzadas européias na busca por dominar territórios orientais, provocavam intensas transformações nos modos de vida europeus. Entre essas mudanças, revelavam-se novidades em termos de técnicas de cultivo e de formas de utilização dos animais e das carroças. Essas inovações no meio agrícola geraram um expressivo aumento de sua produção, favorecendo o desenvolvimento do comércio e a circulação de dinheiro. A combinação do crescimento populacional com o impulso ao comércio engendrou o aumento das cidades. A propagação do comércio nas cidades ampliou as oportunidades em termos de trabalho e passou a atrair paulatinamente os camponeses rurais para uma vida urbana. (PIRENNE, 1982).

O desenvolvimento urbano, do comércio e o contato com outras realidades socioculturais favoreceram o surgimento do movimento

[6] A 'baixa idade média' compreende o período entre os séculos XI e XV, caracterizado como um momento de transição entre a sociedade feudal e a sociedade capitalista.

[7] Não está entre os propósitos desse estudo a discussão de todos os elementos que levaram à mudança social da alta para a baixa idade média. Busca-se apenas apontar como as mudanças levaram a novas representações da sociedade em relação aos indivíduos em situação de rua.

renascentista em meados do século XIII, figurando como um marco para a mudança de parâmetros sociais (REZENDE FILHO, 2009).

O Renascimento significou o resgate da filosofia e de certas referências culturais da antiguidade clássica e, embora sua expressão tenha ganhado uma maior visibilidade a partir das manifestações artísticas, representou uma mudança de postura dos indivíduos em relação à vida e à compreensão de si mesmos, com ênfase nos ideais humanistas que nortearam uma concepção racionalista e antropocentrista da vida, em substituição a explicação religiosa. Esse pensamento retirou o indivíduo a subordinação da sociedade à vontade de Deus, fundando uma compreensão racional de mundo, onde o indivíduo é responsável por si mesmo. A imagem do indivíduo como um sujeito autossuficiente levava-o a ser culpabilizado pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso (CASTEL, 1998; DUMONT, 1985; GEREMEK, 1994). Logo, a condição de riqueza ou de pobreza dos indivíduos passou a ser compreendida como um produto da competência ou da falta de competência individual, do esforço ou da acomodação das pessoas em buscar estabilidade econômica.

Todos esses elementos reorganizaram as formas como a sociedade se relacionava com os indivíduos em situação de rua no período. As constantes migrações ocasionadas pelas promessas de oportunidades de trabalho nas cidades, levando-as ao inchaço, aumentaram consideravelmente o contingente de pobres e de extremamente pobres nos centros urbanos europeus. Isso levou a uma desorganização da ordem social existente, pela deficiência nas formas de trabalho, pois, com a grande quantidade de pessoas, os salários eram reduzidos, alargando a miséria nesses espaços (MOLLAT, 1989).

O conflito entre os ideais religiosos, que colocavam a vontade de Deus como responsável pelas condições de vida dos indivíduos, e os ideais renascentistas, que colocavam os indivíduos como responsáveis por suas próprias vidas, gerou também uma crise nas formas de assistencialismo, pois a culpabilização pela sua miséria invalida a antiga função de salvação associada ao indivíduo em situação de rua. Com a pobreza associada ao fracasso individual, a caridade perdia, em parte, o seu valor enquanto ação

predominantemente voluntária emanada pelos indivíduos na busca pela redenção (REZENDE FILHO, 2009).

Nota-se, nesse momento, que os elementos que possibilitavam enfatizar o pólo positivo de significação da população de rua, no sentido de sua presença permitir acentuar as qualidades dos demais indivíduos, passaram a ser alterados com a emergência do individualismo, fazendo com que o seu pólo negativo permanecesse mais sublimado, e levando a uma reestruturação da sua relação de alteridade, como veremos mais adiante.

O aumento do volume de moradores de rua, a partir da multiplicação da miséria nas cidades, fez com que as igrejas passassem a estabelecer critérios para o exercício da caridade, dividindo a população de rua entre, de um lado, os conhecidos, naturais da própria cidade, e/ou os inválidos, que seriam dignos de receber auxílio, e de outro lado, os forasteiros migrantes, que ofereciam riscos, por trazer doenças de outras áreas geográficas para as cidades[8], por isso, não merecedores de caridade (CASTEL, 1998).

Esse cenário inspirou políticas voltadas para o controle da migração, que instituíam a permanência dos mais pobres em seus locais de origem, a fim de conter os problemas que esses pobres representavam para a manutenção da ordem citadina.

Com a desestabilidade social que esses indivíduos causavam, “caças humanas militares eram organizadas periodicamente para recolher os moradores de rua e, uma vez presos, eram com freqüência submetidos ao tronco, ao açoite e, as vezes, à forca” (SNOW E ANDERSON, 1998, p. 32). Esses indivíduos pobres, doentes, deficientes, loucos perdiam, deste modo, a proteção agregada ao princípio Divino de caridade, e sua associação ao maligno era sobrelevada, gerando perturbação na sociedade e levando-os, muitas vezes, a serem mortos.

[8] Essa associação entre o pobre migrante e a proliferação de doenças se deu devido ao surto de Lepra nos século XII e XIII e à Peste Negra que assolou a Europa no século XIV, matando 1/3 da sua população. Devido ao aumento do número de estrangeiros na Europa no período, esses indivíduos foram responsabilizados pelos surtos e vistos como ameaças à estabilidade social (CASTEL, 1998).

Os problemas causados pelos processos migratórios ocorridos durante a baixa Idade Média, neste contexto, ofereceram as bases para os significados partir dos quais os indivíduos em situação de rua passaram a ser associados durante a Idade Moderna.

1.7. Os indivíduos em situação de rua na Idade Moderna

O panorama apresentado nas linhas precedentes reflete alguns eventos que marcam a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, período que vai do século XV ao século XVIII na história do ocidente. A expansão do comércio e o impulso para a ciência fundado pelos preceitos renascentistas levaram ao fortalecimento das rotas marítimas, abrindo caminhos para a comunicação com todo o mundo, e estimularam o progresso técnico, levando à maior dinamização do comércio. Esses elementos favoreceram gradualmente o aparecimento do capitalismo, no qual a produção passou a ser voltada para o mercado e pela busca do lucro, e o dinheiro, consequentemente, tornou-se mais valorizado (HEILBRONER, 1988).

A modernidade também deu vazão ao inchaço das cidades provocado desde o fim da Idade Média, mas agravado por todo o período moderno. O comércio, porém, não conseguia abarcar todos que migravam em busca de novas oportunidades de trabalho. Sem trabalho, em uma sociedade pautada no princípio de que cada indivíduo é responsável por si, em que cada um deve buscar o seu próprio sustento, e onde as obrigações devem ser saldadas em dinheiro, também não havia comida e habitação. Sem condições de suprir suas necessidades básicas, as ruas funcionavam como moradia para o crescente número de miseráveis que se alastravam pelos espaços públicos, confundindo-se com a própria paisagem urbana (BURSZTYN, 2003).

Buscando desestimular as migrações, a partir do século XVI, em países como Inglaterra, Portugal e Espanha, foram estabelecidas leis, com punições para quem desse esmolas para indivíduos com boas condições para

o trabalho, para quem se deslocasse de sua região para outras regiões em busca de trabalho, ou para quem fosse encontrado vadiando nas ruas das cidades[9] (SOUZA, 1982). Se o mercado de trabalho não absorvia todos que se estabeleciam nas cidades, esses pobres migrantes eram dispensáveis, pois, privados de emprego, ou submetidos a baixíssimos salários como conseqüência da grande oferta de mão de obra, eles não seriam capazes de honrar seus compromissos e nem de suprir suas próprias necessidades (SNOW E ANDERSON, 1998).

Isso reflete o modo como a significação predominantemente negativa associada à presença de indivíduos em situação de rua nos espaços públicos, impulsionada no fim da Idade Média, ganha força no início da Idade Moderna, deixando reflexos ainda nos dias atuais. Mas essa mudança na percepção da sociedade acerca dos pobres em situação de rua contou também com outro fator significante para assinalar os sentidos depreciativos atribuídos aos indivíduos em situação de rua na Idade Moderna.

A Reforma Protestante, movimento de protesto ao catolicismo, iniciado por Martinho Lutero no século XVI, provocou toda uma reconfiguração no olhar e nos modos de vida dos indivíduos modernos. O repensar crítico sobre as coisas do mundo, incitado pela agitação renascentista no final da Idade Média, sem dúvida, representou a base impulsionadora do movimento reformista cristão[10].

A Reforma e a doutrina protestante vieram fortalecer a repugnância social acerca dos indivíduos em situação de rua no período. Pautados em uma doutrina voltada para o trabalho como dignificante do indivíduo, onde a riqueza se apresenta como sinal de salvação Divina, a posição dos indivíduos em

[9] Entre as punições estabelecidas como meio de desencorajar a migração e a vadiagem nas ruas das cidades, estavam leis que levavam à deportação, à escravidão e mesmo à execução desses indivíduos (SOUZA, 1982).

[10] Para uma apresentação mais detalhada de todos os elementos que envolveram a Reforma Protestante, ver Elton (1982).

situação de rua, situados em um estado de pobreza extrema e, muitas vezes, sem trabalho, associava-os ao pecado de uma vida desvirtuada.

Com a concepção da pobreza como castigo de Deus pelo pecado da preguiça, em oposição à riqueza como benção de Deus pela devoção ao trabalho, os pobres, que já haviam perdido o seu sentido religioso, como caminho para a salvação Divina, passaram a ser extremamente infamados e relacionados à vadiagem. A associação desses indivíduos ao demônio, nesse momento é reafirmada, corroborando a forte rejeição à qual são submetidos (SCHMITT, 1998).

O aumento de indivíduos em situação de rua no cotidiano das cidades oferecia o risco da ociosidade e da indignidade que eles representavam, para uma sociedade que deveria se voltar para o trabalho, como forma de alcançar a graça Divina.

Percebe-se, desta forma, que, tanto o emergente capitalismo, enfatizando as relações monetárias, como o advento da Reforma Protestante, implantando uma ética voltada para o trabalho, situava o indivíduo pobre em situação de rua em uma condição de repulsa, por se apresentarem como improdutivos e inúteis.

Os esforços por resguadar a sociedade dos indivíduos que envergonhavam e geravam asco ao meio social, davam-se no sentido de afastá-los do convívio comum nos espaços públicos citadinos (WILLIAMS, 2007).

As medidas para conter o desconforto que essa população causava baseavam-se no combate à inutilidade social, a partir do seu confinamento em prisões, asilos e hospitais, que funcionavam como depósitos de pobres, indigentes, deficientes físicos e mentais, pois, dessa forma, não incomodariam a paz e a limpeza pública. De acordo com Foucault (1997), essas instituições, criadas na Europa durante o século XVII, não tinham função médica, assistencial e de reabilitação dos indivíduos, mas sim função repressora, funcionando como casas de internamento onde eles eram colocados não para

serem cuidados e ressocializados, mas para que fossem isolados da cena urbana. Abarcava, neste sentido, todos os desviantes, indivíduos que não eram aceitos por causarem estranhamento ou perturbação à ordem pública.

A revolução industrial que marca o fim da Idade Moderna e a transição para a Sociedade Contemporânea, representando o ápice do fortalecimento da dimensão estrutural do capitalismo, agravou a dimensão dos indivíduos em situação de rua nas cidades e a sua representação como problema social que atravessa os séculos.

A quantidade de indivíduos em situação de rua nos centros urbanos europeus se multiplicava com as promessas de emprego representadas pela industrialização. Uma vez que a grande quantidade de pobres migrantes ofertando mão de obra era consideravelmente maior do que as vagas de emprego nas fábricas, a miséria se espalhava pelas ruas.

Essa população de miseráveis, Marx (1988) denominou de lumpemproletariado, a etapa mais avançada da exclusão na sociedade capitalista, segundo o autor. O lumpemproletariado compreende a classe de desempregados do capitalismo, fundando uma massa marginal de indivíduos excedentes do sistema nos centros urbanos europeus.

O autor atentou para o fato de que, apesar de excluídos do capitalismo, esses indivíduos têm um papel importante no desenvolvimento desse sistema. De acordo com ele, essa população situada em uma condição de pauperismo extremo se apresenta como “um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à própria custa” (MARX, 1988, p. 191).

O argumento marxiano baseia-se no fato de que a presença desses indivíduos na sociedade é fundamental para o processo de exploração capitalista, pois ao se apresentarem como uma força de trabalho à disposição, caso o capitalismo precise aumentar ou substituir mão de obra, representam uma pressão que afeta os salários dos que estão inseridos no sistema. Em outras palavras, a existência desses indivíduos situados à margem da

sociedade capitalista, disponíveis como um exército de reserva, pressiona os trabalhadores a aceitarem salários cada vez mais baixos, para que não sejam substituídos. Desse jeito, tornam-se fundamentais para que o capitalismo se desenvolva, o que produz mais desigualdade.

Por outro lado, as evidências de modernidade e o progresso científico e econômico que o desenvolvimento industrial fundavam na sociedade da época entravam em conflito com a sujeira e a degradação que a pauperização progressiva revelada pela grande quantidade de indivíduos amontoados nos espaços públicos citadinos significava (BRESCIANI, 1990).

O desenvolvimento urbano moderno requeria que as inovações científicas estivessem aliadas a uma ordem estética adequada à nova sociedade industrial. Nesta direção, não bastava o desenvolvimento de máquinas para que a sociedade se apresentasse moderna. Ela deveria também parecer moderna, a partir de uma configuração estética ordenada, oferecendo àquela sociedade ares de organização (BENJAMIN, 1986).

Para Rabelo e Alves (2003), onde a estética se apresenta como base de adequação social, o corpo aparece como fundamento da inserção do indivíduo no espaço, pois é através da sua expressividade que o indivíduo se estabelece física e simbolicamente no mundo, manipula os seus objetos e dá materialidade aos seus projetos.

A materialidade através da qual o corpo dos indivíduos em situação de rua adquire visibilidade, ao contrariar os padrões de etiqueta corporal socialmente instituídos, os coloca em uma condição de inadequabilidade à paisagem.

Neste cenário, as medidas para retirar os indivíduos em situação de rua dos espaços públicos se intensificavam, a partir da ampliação do número de internatos, asilos, prisões, hospitais, criados desde o século anterior e, nesse momento, espalhados por toda a Europa, em um esforço para livrar os olhos de sua população do espetáculo da miséria, da marginalidade, da doença física, mental e moral que assolava as ruas (SCHIMITT, 1998).

De acordo com o explanado, os indivíduos em situação de rua na sociedade moderna, tal como ocorreu na idade média, voltaram a ser representados a partir de uma relação ambígua.

Por um lado, eles retratavam a miséria e sujeira (em uma sociedade que valorizava o desenvolvimento econômico e uma apresentação estética moderna), além da vadiagem e da preguiça (em uma sociedade que se alicerçava no trabalho, como suporte pra o seu crescimento) sendo, por isso, classificados como nocivos ao meio.

Por outro lado, representavam a própria condição da reprodução do sistema capitalista, fundamental para essa sociedade moderna industrial. Sua inscrição nessa sociedade atendia os interesses da própria classe dominante, uma vez que, ao gerar uma queda das condições de vida da classe trabalhadora, colaborava para o êxito da cada vez maior exploração do capital (MARX, 1988). Sua existência, por isso, torna-se, apesar de malquista, necessária.

Percebe-se, nessa ambigüidade, a relação de mão dupla onde, à medida que os indivíduos em situação de rua devem ser excluídos, pois suas características maléficas justificam sua impossibilidade de integração ao cenário urbano de forma assentida, essa exclusão não é consumada de modo absoluto, posto que o próprio sistema continua reproduzindo-os, com vistas a assegurar a “normalidade” de uma sociedade voltada para o crescimento industrial.

O que ocorre, portanto, é uma busca pelo controle da circulação desses indivíduos no meio urbano, para que seus símbolos de repulsão não prejudiquem o espaço físico e simbólico das cidades modernas (NASCIMENTO, 2003).

1.8. Os indivíduos em situação de rua na Idade Contemporânea

O panorama descrito na seção anterior reflete o modo como os indivíduos em situação de rua foram socialmente posicionados na passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, período que vai do finalzinho do século XVIII até os dias atuais.

A Idade Contemporânea é marcada por um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas, alterando, também, o lugar dos indivíduos na sociedade.

O impacto da Revolução Industrial, ocorrida no período de transição para a Idade Contemporânea e expandida pelo mundo durante todo o século seguinte, reconfigurou todo o modo de organização da sociedade, gerando um acelerado progresso econômico e tecnológico e redefinindo os padrões culturais e as relações sociais.

Ao mesmo tempo, o Iluminismo, movimento consolidado no século XVIII, que defendia o pensamento racional em todos os campos do conhecimento, como o caminho para a emancipação dos indivíduos das crenças religiosas e das ideologias tradicionais que impediam a sua evolução, impulsionou eventos que vieram influenciar os rumos dos acontecimentos no mundo inteiro (HOBSBAWN, 1996).

Um dos eventos mais significativos, a Revolução Francesa, não apenas representou o fim do sistema absolutista francês e instauração de um Estado democrático e de direito, como também teve efeitos na organização social de todo o mundo, através dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade que serviram de bases para a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*[11]*,* influenciando a consolidação dos Estados (BURKE, 1955).

[11] A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi um marco na história da humanidade, pois, pela primeira vez, eram estabelecidas as liberdades e os direitos do homem contemporâneo. Essa declaração serviu de base para a posterior Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1948.

Até aquele momento, o crescente número de pobres e desempregados oprimidos com o advento da industrialização não era reconhecido como pertencente àquela sociedade, cabendo ao Estado ordená-lo, camuflando-o para não incomodar seus “verdadeiros” cidadãos. Os indivíduos em situação de rua não tinham, nem de longe, direito de ter direitos.

A adoção desses fundamentos ideológicos, difundidos a partir da Revolução Francesa pelos Estados nacionais, influenciou, tempos depois, a composição de políticas públicas, com vistas a assegurar o mínimo de respeito a esses direitos e liberdades.

O legado deixado pela revolução Francesa, porém, não significou a diminuição da desigualdade e da pobreza, apenas conferiu ao Estado certos deveres para com a sua população, o que deve ser reconhecido como um avanço, mas não como a resolução de um problema que continuou a progredir (BRESCIANI, 1990).

A expansão do conhecimento científico estimulado pelos princípios defendidos pelo Iluminismo e pelas necessidades impostas pela Revolução Industrial levou à supervalorização da ciência nas mais diferentes áreas do saber. O conhecimento científico, com isso, adquire status e poder, sobressaindo-se a todas as outras formas de conhecimento e revelando-se fundamental para a organização da sociedade (HENRY, 1998).

O progresso científico propagado na virada do século foi responsável pela implantação, no século XIX, de novas tecnologias nas indústrias e no comércio, além da difusão de explicações científicas sobre os mais distintos aspectos da realidade. Esses processos influenciaram o modo como a sociedade passa a se relacionar com a população pobre e marginalizada, na qual os indivíduos em situação de rua estão abarcados.

As indústrias, em uma era de expansão tecnológica, passaram a exigir cada vez mais conhecimentos especializados, excluindo do seu quadro indivíduos menos qualificados. Em uma sociedade onde o acesso à educação especializada era exclusividade das classes socioeconômicas mais abastadas,

a associação entre pobreza e baixo grau de instrução torna-se incontestável. Esses fatores convergiram para a criação de uma massa de trabalhadores *inimpregáveis* (BURSZTYN, 2003), composta por diferentes grupos de indivíduos empurrados para uma condição de miséria absoluta, reproduzindo o desemprego, a desigualdade e a exclusão da qual a sociedade já se tinha se tornado palco no século anterior.

Os indivíduos em situação de rua, nesse panorama marcado pelo individualismo nas relações, são vistos com desprezo, por não terem qualificação e, consequentemente, não apresentarem utilidade para o desenvolvimento econômico e social. Em um momento social propício para o progresso, a responsabilidade pela inclusão ou exclusão dos indivíduos no processo de geração de riquezas é atribuída aos próprios indivíduos. O indivíduo em situação de pobreza extrema é, assim, compreendido como fracassado, por não conseguir lidar com os recursos disponíveis para a participação nessa sociedade (WILLIAMS, 2007).

O concomitante aumento da violência e do crime no cenário urbano coloca esses indivíduos como bodes expiatórios, acusando-os como uma séria ameaça à sociedade, por serem responsáveis por todas as mazelas que acometem as cidades européias. Nesta concepção, as condições precárias de vida, paralelo à instabilidade social representada pelo fato de estarem fora de uma rotina de trabalho, revela-os como criminosos em potencial, indivíduos com grande possibilidade de cometer crimes (WILLIAMS, 2007).

Nota-se que a constituição de um personagem a quem se deve culpar, devido aos problemas sociais que emergem no cenário urbano, funciona a partir da necessidade de criar canais de exclusão e inclusão, como modo de garantir um espaço simbólico de segurança entre os sujeitos dominantes. Nesse sentido, a produção de um discurso que rotula determinados grupos como perigosos, com base em características que os opõem e os inferiorizam frente aos demais, reforça aquilo que os demais não são. Esse movimento torna-se fundamental para o estabelecimento de uma ordem que situa os indivíduos em seus devidos lugares, contrapondo, de modo relacional, aqueles

identificados como prejudiciais, daqueles classificados como benquistos. Os encontros cotidianos entre opostos, nessa perspectiva, permitem o reconhecimento do espaço simbólico que os indivíduos ocupam.

No contexto social contemporâneo, as expectativas se assentam sobre a economia, a ciência e o planejamento técnico, a fim de resolver os problemas sociais que emergiam e conter qualquer perturbação em seu interior.

As teorias suscitadas nesse campo fértil para a produção cientificista buscam a identificação de leis e regularidades para a explicação dos fenômenos. O emergente desenvolvimento das ciências humanas e sociais leva à produção de “verdades universais” sobre o comportamento humano e social.

No panorama supracitado, onde havia uma crescente miserabilidade da sociedade e o aumento da criminalidade urbana, nas últimas décadas no século XIX, a Escola Positiva[12] se destaca pelo esforço de patologizar a ação considerada como antissocial. Orientada por conhecimentos médicos, a Escola Positiva estabelece critérios biodeterministas de tipificação dos indivíduos, a fim de identificar categorias com predisposição ao comportamento desviante. Nessa concepção, os indivíduos classificados como pré-delinquentes, já nasciam com inclinações para a criminalidade, porém, fenômenos ambientais, culturais e sociais interfeririam na legitimação ou não dessa propensão (FERLA, 2009).

Essas teses, ao estarem amparadas por pressupostos científicos, funcionavam como suporte justificador de ações de garantia da ordem social, defendendo a sociedade dos tipos considerados inaceitáveis. Os rótulos que identificavam certos indivíduos como potencialmente perigosos, a partir dos

[12] A Escola Positiva consiste em uma corrente interdisciplinar de entendimento da sociedade, desenvolvida na segunda metade do século XIX na Europa, com vistas a estabelecer leis de defesa societária, baseadas no cientificismo e no empirismo, capazes de solucionar os problemas que afligiam a Europa no período. Para um estudo aprofundado sobre a influência das doutrinas defendidas pela Escola Positiva no aparelho repressivo do Estado Brasileiro, ver Ferla (2009).

seus atributos físicos e psíquicos, eram, nesta direção, legitimados pela ciência.

A população de rua, muitas vezes na mendicância, em sua condição de desemprego, miséria e marginalidade, era compreendida como formada por indivíduos que, na maior parte dos casos, tinham propensões psico-biológicas a atuarem na vagabundagem e na criminalidade (FERLA, 2009). Cabia ao Estado, portanto, buscar a estabilidade social através do esforço por restringir as inclinações desviantes desses indivíduos. Segundo Foucault (1997), este controle se deu por meio de estratégias disciplinares, a partir do estabelecimento e imposição de padrões de conduta e vigilância dos comportamentos desviantes. Os indivíduos potencialmente ameaçadores deveriam ser domesticados para se adequar aos tipos tidos como normais.

Como estratégias para o disciplinamento dos indivíduos e preparação adequada para a nova ordem social, as fábricas, casas de correção, prisões e hospitais assumem, nessa sociedade, um papel distinto do adotado na Idade Moderna, anterior à revolução industrial. Se antes tinham apenas função de confinamento, essas instituições funcionavam agora como instrumentos para a garantia da estabilidade social, pois regularia os desvios de personalidade e de comportamento dos indivíduos e os prepariariam para uma participação útil à sociedade (FERLA, 2009). Funcionavam, assim, como fábricas de indivíduos ideais.

O trabalho, nesta conjuntura, figurava como estratégia disciplinar, amparada por pressupostos científicos, para normalização desses indivíduos, adestrando seu corpo e sua mente para a prática de ações consideradas como aceitáveis. Habilitados para a participação benquista na sociedade, os indivíduos estariam aptos para buscar, individualmente, sua autopromoção e sua autoproteção (WILLIAMS, 2007).

Institui-se uma postura em relação à pobreza que perpassaria o século seguinte, encontrando cenário ainda hodiernamente, como a visão de que a pobreza só é consentida e só tem acesso à cidadania se estiver inserida em uma rotina de trabalho. Parte-se, assim, da perspectiva de que só o trabalho

seria capaz de tornar este indivíduo disciplinado e economicamente produtivo, desligando-o do perigo e ameaça que representa ao bom desenvolvimento da sociedade.

Devido aos problemas sociais agravados, como o aumento da pobreza e da violência, oferecendo reflexos negativos em todas as classes sociais, nas primeiras décadas do século XX há uma busca pela diminuição da miséria crescente, que assolava os centros urbanos europeus, através de um esforço por amparar os trabalhadores rejeitados pelo mercado de trabalho na era tecnológico-industrial. Com a tentativa de implementação de um Estado de Bem-Estar Social, institui-se um retorno aos preceitos apregoados pela Revolução Francesa, mais de um século antes (FIORI, 1995).

O Estado de Bem-Estar Social visava o dever da proteção social a todos os cidadãos, pelos Estados nacionais, a partir do oferecimento de direitos sociais básicos, como habitação, educação, saúde, renda e seguridade social (FIORI, 1995). Nesta direção, o Estado passou, no início do século XX, a controlar a economia, com vistas a minimizar a desigualdade social e garantir a estabilidade das nações[13].

A situação da massa de indivíduos em situação de rua nos centros urbanos deixa, nos países onde o Estado de Bem-Estar passou a vigorar, de se apresentar como um problema individual e passa a ser abrangida como um problema público, uma questão de responsabilidade política. Com isso, surge a concepção de que a ameaça representada por esses indivíduos é controlável, através da esperança por progressos na diminuição da desigualdade, pois seus efeitos mais perversos seriam amenizados através do amparo social a essas populações

[13] O Estado de Bem-Estar Social não foi consolidado da mesma forma em todos os países, devido às suas diversidades culturais, políticas, econômicas. Além disso, países mais desenvolvidos constituíram Estados de Bem-Estar mais alargados, enquanto em países menos desenvolvidos, como o Brasil, ele só se implantou parcialmente.

Embora não tenha acontecido uma redução da pobreza, tem-se em mente que a garantia de direitos sociais mínimos faz com que esses miseráveis não se insurjam, permitindo, dessa forma, seu controle social pelo Estado, sem prejuízo à reprodução do sistema capitalista (TELLES, 1990).

Porém, a desconfiança da sociedade acerca da real possibilidade do Estado de Bem-Estar proporcionar a melhor alternativa para a nação - e suas fortes críticas em relação ao intenso controle do Estado sobre a economia da nação, aos altos impostos cobrados, ao grande poder dado aos sindicatos e ao crescimento das dívidas públicas -, fez com que o projeto entrasse em crise, décadas depois[14] (BURSZTYN, 2003).

Com isso, as últimas décadas do século XX são marcadas pelo fortalecimento das ideias neoliberais, em detrimento do Estado mediador, levando à desestatização da economia e à liberdade de mercado, reconfigurando os rumos da sociedade.

A privatização de empresas públicas e a abertura do mercado para o capital e para a concorrência internacional, proporcionados pelos projetos neoliberais, aceleraram a expansão da economia mundial, reanimando o individualismo nas relações e instituindo uma série de exigências de competitividade. Também deu fôlego aos processos de globalização que, ainda nos dias atuais, movimentam o cenário econômico e cultural no mundo inteiro (ANDERSON, 1995).

Isso tudo tornou a desigualdade social muito mais expressiva. Segundo Souza (2003 e 2006), isso ocorre devido ao fato de que a generalização liberal compreende a todos os indivíduos sociais, independente de classe, como dotados das mesmas capacidades e aptidões. As instituições contemporâneas, no entanto, não são organizadas a partir de critérios igualitários e muitos indivíduos não conseguem acompanhar as mudanças nos distintos perfis preconizados para a inclusão nessa sociedade.

[14] Os efeitos desses processos para a organização social da sociedade brasileira serão tratados na seção subsequente.

A integração de grande parte dos indivíduos sem qualificação para as exigências sociais vigentes se dá a partir de um quadro de desajuste social, no sentido em que as rápidas transformações sociais, em ritmos amplos e desiguais, geram desarmonia entre os requisitos para admissão e as possibilidades de inclusão destes indivíduos. Neste processo, diferentes grupos de indivíduos são empurrados para uma condição de miséria absoluta e a população de indivíduos em situação de rua ganha maior extensão e, consequentemente, mais visibilidade. Contraditoriamente, ao ganharem mais visibilidade, tornam-se invisíveis, por serem corriqueiros, indivíduos a quem não se deve dar a devida atenção.

Para entender os sentidos que os indivíduos em situação de rua passam a assumir no seio dessa sociedade neoliberal é preciso elencar alguns eventos desencadeados pelo novo cenário social.

Há que se ponderar as diferenças no modo como os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento se relacionam com essa população marginalizada.

Se, por um lado, a era da globalização diminuiu significativamente a intervenção do Estado em termos de benefícios sociais, nos países desenvolvidos, os estratos mais baixos da população não ficaram desassistidos, podendo continuar contando com serviços mínimos de provisão social, como abrigo, saúde e alimentação. Por outro lado, nos países em desenvolvimento o quadro se configurou de forma crítica, pois os indivíduos pobres, sem condições de adquirir esses benefícios por conta própria, ficaram desamparados, devido às limitadas políticas públicas, insuficientes para atender a demanda de miseráveis (BURSZTYN, 2003).

De acordo com Esping-Andersen (1995), na sociedade globalizada, o Estado representa apenas um dos pilares da rede de proteção aos indivíduos, sendo os outros dois componentes, o mercado e a família. Para o autor, o aumento dos riscos sociais e da exclusão sofridos pelos indivíduos carentes não está apenas na (falta de) participação do Estado, mas as modificações no mundo do trabalho e as transformações na estrutura das relações familiares

têm igual peso no cenário social hodierno. Nessa sociedade, esses elementos não se apresentam dissociados.

Bursztyn (2003) lembra que, nas sociedades em desenvolvimento, a atenção dirigida pelas políticas sociais estatais é voltada para o mercado formal de trabalho e para quem participa dele. Quem não consegue se inserir nesse alicerce, permanece excluído dos demais suportes de auxílio social.

Em uma sociedade excludente, em que a inserção no mundo do trabalho formal é inacessível para alguns, o mercado de trabalho informal[15] emerge como saída para quem nela precisa sobreviver. Para subsistir, os indivíduos passam a oferecer mão de obra cada vez mais barata, abdicando das garantias que um emprego formal ofereceria, como alternativa de sobrevivência em um cenário onde o futuro para quem não tem conhecimento especializado é incerto[16] (MATSUO, 2009).

As transformações no mercado de trabalho, que excluem legiões de trabalhadores ou os incluem de maneira marginalizada, em trabalhos instáveis, não só levam à degradação do trabalho, mas também à degradação da própria pessoa. Para Paugam (2003), isto se dá devido ao fato de que, ao vivenciar situações desvalorizadas, os indivíduos passam por processos de *desqualificação social,* que marcam negativamente suas identidades, pois os coloca em uma posição de extrema inferioridade em relação aos outros. Essa desvalorização do indivíduo, submetendo-o a processos de exclusão em diferentes níveis e levando-o ao acúmulo de dificuldades, apresenta reflexos sobre os seus vínculos socialmente produzidos, gerando o declínio das redes de solidariedade básica, desembocando em rupturas com seus laços de integração primária, como a família e os grupos comunitários.

[15] Para uma discussão mais aprofundada sobre o desenvolvimento do mercado informal de trabalho, ver Matsuo (2009).

[16] Embora a informalidade seja geralmente associada ao trabalho marginal, mal remunerado e sem carteira assinada, é possível também observar a emergência de uma "nova informalidade", constituída por profissionais autônomos, qualificados e polivalentes, normalmente associada à classe média (BRYM, 2006).

A fragilização dos laços de apoio familiar, responsáveis por ligar os indivíduos a uma rede de afetos (ESCOREL, 1999), acaba por corroborar o contexto de suma desvinculação e isolamento desses desqualificados, em relação à proteção social.

Observa-se, com isso, como os problemas emergidos nas três redes de amparo social, o Estado, o mercado e a família, conforme anteriormente explanado, estão interligados, gerando consequências na vida dos indivíduos.

Os indivíduos em situação de rua se apresentam como atores sociais protagonistas, embora não exclusivos, dos processos de *desqualificação social* inferidos pela sociedade contemporânea, visto que, na maior parte dos casos, posicionam-se a partir da desvinculação com o mercado de trabalho formal, através de processos de ruptura sociofamiliar, além de, no caso dos países em desenvolvimento, sofrerem um grande desamparo em termos de políticas e de direitos sociais.

Em meio ao cenário de desenvolvimento, de competição, de busca por estabilidade, de individualismo e de quebra de laços de solidariedade social, os indivíduos em situação de rua, ao se desvincularem dos principais alicerces para o amparo social na contemporaneidade, posicionam-se como deslocados. Com seus traços distintivos, não encontram lugar nessa sociedade.

A falta de referências de estabilidade faz com que sejam representados como um elemento desestruturador, digno de desconfiança, consolidando a sua representação enquanto ameaça social. Devem, por isso, ser descartados pela sociedade, para que não a comprometam.

Percebe-se, assim, como a intolerância em relação aos indivíduos em situação de rua é intensificada na sociedade contemporânea, onde os mesmos são vistos não só como excluídos desnecessários (NASCIMENTO, 2003), mas como risco à própria estrutura da sociedade.

A partir desses elementos, a próxima seção buscará explanar o modo como essas relações se aplicam à realidade da sociedade brasileira,

repensando o modo como o país se organizou ao longo dos séculos, como forma de apreender como se dão as formas de integração, de exclusão social e a construção de significados aos indivíduos em situação de rua no seu interior.

1.9. O caso brasileiro: o desenvolvimento social nacional e os indivíduos em situação de rua

O modo como os indivíduos em situação de rua são atualmente dispostos no contexto social brasileiro fundamenta-se nos processos que configuraram sua localização na sociedade contemporânea, acrescido dos aspectos concernentes às especificidades do desenvolvimento histórico e social do país, objeto da presente subseção.

No Brasil, os indivíduos em situação de rua se apresentam como produto das desigualdades históricas de uma nação assentada no legado colonial - marcando o encontro entre brancos europeus, negros africanos e índios nativos -, e escravocrata, designando a forte diferenciação social entre as raças e os tipos de relações estabelecidas entre elas.

Os primeiros séculos da história da colonização brasileira[17], iniciada em 1500, são representados pela intensa exploração econômica dos seus recursos naturais pelos europeus, tornados senhores de engenhos, utilizando mão de obra escrava, imposta aos índios nativos e aos africanos recrutados através do tráfico negreiro para o Brasil. Nesse contexto de escravidão, os índios, em menor proporção, e os negros, em larga escala, situavam-se como propriedade do seu senhor, que detinha todo o poder social. Destituídos de quaisquer direitos civis, políticos ou econômicos, os escravos eram comercializados livremente entre os ricos proprietários e submetidos a um regime de

[17] Os breves apontamentos sobre a sociedade brasileira no regime escravocrata não tem o objetivo de serem exaustivos, mas apenas busca situar alguns elementos essenciais para a inscrição dos indivíduos em situação de rua na sociedade brasileira atual

superexploração da força de trabalho e de desumanas condições de vida (GORENDER, 1978).

Seu fim, ocorrido mais de três séculos depois (em 1888), ocorreu de forma processual. Seu declínio se deu, entre uma multiplicidade de fatores que o motivaram, devido às pressões dos movimentos abolicionistas - os demais países já haviam abolido a escravidão-, às resistências negreiras e aos interesses da sociedade contemporânea em formar uma massa de indivíduos consumidores para as novidades do mundo industrial (LIBBY & FURTADO, 2006).

A abolição da escravatura, porém, não representou a redenção desses indivíduos. Ao contrário, significou a legitimação da profunda desigualdade em que eles foram submetidos ao longo dos séculos.

O momento social contava com a predominância da concepção evolucionista, que defendia a hierarquia entre as raças, presumindo que entre elas havia níveis de evolução diversos. Os brancos europeus e descendentes de europeus representavam uma raça biologicamente superior e mais desenvolvida, enquanto os negros africanos e descendentes de africanos representavam uma raça mais atrasada, formada por indivíduos menos evoluídos (SCHWARCZ, 2000).

As pré-condições para o acesso a uma nova vida na sociedade capitalista que se instaurava no Brasil no final do século XIX inexistiam entre esses negros recém-libertos, que passaram a se deslocar para os centros urbanos em busca de oportunidades de inserção social. Por não possuírem conhecimento especializado para a sua integração à produção mercantil, pois não foram preparados para isso – a maioria não sabia sequer ler e escrever -, esses indivíduos livres revelavam-se inúteis a uma sociedade de classes, que vivia o auge da sua busca pela ordem e pelo progresso. Para esses indivíduos, despreparados em termos de aprendizado e considerados biologicamente atrasados, não tinha espaço na sociedade. O fim da escravidão, logo, ultimou também a função desses negros, devido à sua inferioridade e inadequação às necessidades urbanas locais (FERNANDES, 1978).

Abandonados à própria sorte, esses indivíduos passam a juntar-se aos outros desqualificados e excluídos da sociedade capitalista, compondo uma massa populacional em situação de rua, pobre, faminta, suja e enferma, confundida com o lixo acumulado nas cidades brasileiras, pela urbanização desordenada, principalmente, nas primeiras décadas no século XX.

Além disso, segundo Fernandes (1978), a instituição familiar, entre os negros recém-libertos, devido à conjuntura em que foram submetidos, antes e depois da liberdade, figura como uma instância fragmentada e desordenada, incapaz de exercer suas funções enquanto suporte moral, de segurança e de solidariedade nessa individualista e competitiva sociedade. A miséria, a inadaptação social e a desorganização familiar constituíam um movimento de retroalimentação, posicionando-se como mantenedores dos desequilíbrios sociais que permeiam todos os aspectos da vida desses indivíduos.

No cenário social desse início de século, a presença desses indivíduos em situação de rua, em sua maioria negros ex-escravos, nas cidades, significava a debilidade social de um país que almejava o desenvolvimento, como modo de inserção em um modelo de modernização europeu, baseado na ordem, na indústria, na estética e na ciência (SKIDMORE, 1975). O sentido que esses indivíduos assumem nessa sociedade é, portanto, de vilões, berço de todas as mazelas que afetavam a estética e a saúde das cidades, sendo, acima de tudo, responsabilizados pela concepção de atraso a partir da qual o Brasil era percebido pelas nações desenvolvidas.

Os esforços dominantes instituídos nesse momento histórico consistiam na busca por higienizar os centros urbanos brasileiros, expulsando de seus espaços o lixo orgânico, inorgânico e “lixo humano” (KOURY, 1986) que os assolavam, em uma busca por livrar os olhos da cidade e dos grupos para quem o desenvolvimento era voltado (a classe burguesa erguida naquele final de século) do espetáculo da miséria que compunha seus espaços (SALES, 2008). A miséria composta, principalmente, por indivíduos negros, representava uma doença moral, social e contagiosa, enquanto para o

desenvolvimento do país, as cidades deveriam parecer civilizadas e sadias (PECHMAN, 2002).

Porém, não obstante essa perspectiva, o Brasil ainda contava como peculiaridade a intensa miscigenação da qual era palco, originando uma raça intermediária, os mestiços, emergidos a partir da mistura de raças.

De acordo com a concepção biodeterminista dominante, indivíduos de raças diferentes apresentariam comportamentos distintos, portanto, não poderiam ser compreendidos sob uma mesma ótica. Além disso, devido à diversidade étnica presente na formação brasileira, teria havido um enfraquecimento biológico da raça, gerando também a degeneração do comportamento social desses indivíduos (ANTUNES, 1999).

A miscigenação, deste modo, era percebida como negativa, pois supostamente traduzia a reunião das piores características de cada raça, causando, com isso, a inferioridade dos brasileiros, como povo de raça impura. A instabilidade social do país e a excessiva mistura de raças seriam os principais empecilhos para o desenvolvimento brasileiro. Acreditava-se que uma nação onde há predominância de indivíduos “contaminados biologicamente por raças menos evoluídas”, por mais que se esforçasse, não estaria habilitada ao progresso, tal como estavam os países desenvolvidos a partir de uma raça pura e “superior” (SCHWARCZ, 2000).

As primeiras décadas no século XX, nessa direção, contaram com práticas eugenistas incitadas pelo Estado, que buscavam o branqueamento da população brasileira, como modo de salvá-la da predestinação ao atraso que a miscigenação a imputava (HOFBAUER, 2003). Essas práticas contaram com o incentivo à imigração européia para constituir a força de trabalho e a composição populacional de um país rumo ao desenvolvimento, em um esforço por eliminar de seus espaços e de seu povo a presença das raças inferiores (SALES, 2008). Esses esforços figuravam como a única solução para que o Brasil se tornasse um país desenvolvido, superando a herança colonial que a prejudicava.

Com a formação de um grupo de trabalhadores europeus, brancos e mais qualificados, é consolidada a total inutilidade dos negros e mestiços nessa sociedade, findando as possibilidades de inserção social da massa em situação de rua, sem requisitos mínimos para a integração em uma sociedade voltada para o desenvolvimento, com bases científicas.

Ao contrário, esses indivíduos se tornaram objetos da ciência, pois, incapazes de colaborar com a ordem almejada por uma nação em processo de modernização, passaram a ser cientificamente classificados como perigosos.

A marginalização dos indivíduos em situação de rua, negros e mulatos em sua maioria, passa, no início do século passado, pela sua patologização.

O momento social contava com o aumento populacional das cidades e os problemas decorrentes desse crescimento urbano, como o desemprego e a criminalidade, ganhavam maior visibilidade. Neste cenário, como já explicitado na subseção anterior, o conhecimento científico sobreleva-se na busca por interpretar e por resolver os problemas que colocariam em risco o progresso do país (FERLA, 2009; SCHWARCZ, 2000).

A análise da sociedade no período conta com o discurso científico, sobretudo do positivismo e do evolucionismo, buscando oferecer uma explicação acerca dos comportamentos considerados anormais, com vistas a estabelecer estratégias para solucioná-los (ALVAREZ, 2002).

Nesta direção, tal como ocorreu na Europa no final do século anterior, qualquer comportamento considerado como desviante, como a vadiagem, a mendicância, a loucura e o alcoolismo – características comuns à população de rua-, era compreendido como determinado por uma predisposição biológica que tornaria o indivíduo propenso ao comportamento anormal (FERLA, 2009). Obviamente, esse comportamento indesejável era mais cabível às raças inferiores e menos civilizadas, e aos indivíduos degenerados racialmente, por isso, fracos moralmente. Essa concepção atingia, sobretudo, as camadas mais pobres, para quem as classificações e, junto a elas, as medidas de controle e de coerção deveriam estar voltadas.

A partir da análise de características como cor de pele, formato do crânio, tipo de nariz, entre outros elementos, a ciência identificava os pré-delinquentes, indivíduos que seriam antissociais por natureza e, por isso, ofereciam riscos ao bom funcionamento da sociedade (FERLA, 2009). Com isso, a discriminação social não fica restrita apenas ao campo simbólico e da moral, como também passa a fazer parte do plano racional, amparada pela autoridade científica e absorvida pelo Estado.

Para Ferla (2009), a tarefa de identificação dos “corpos perigosos”, a partir das teses biodeterministas, buscava soluções para uma possível regeneração moral da sociedade, através da regulamentação da sua população, apoiada pela medicina e pelo sistema penal brasileiro.

A posição ocupada pelos indivíduos em situação de rua, nesse contexto de criminalização da pobreza, é de completo desvio, vistos como detentores de um perigo intrínseco e inquestionável, sobre os quais o Estado tinha o dever de intervir.

Essa compreensão deixa sua herança ainda nos dias atuais, visto que no imaginário social hodierno a pobreza econômica é vista como solo da desagregação moral e, neste sentido, a condição de pobreza extrema é sempre passível de se converter em marginalização (TELLES, 1990). Percebe-se que as representações sobre a pobreza ganham um rótulo dramático e ameaçador: a pobreza tornou-se associada à criminalidade e às principais manifestações de violência.

Se, no início do século passado, as práticas eugenistas visavam o embranquecimento da população brasileira como modo de corrigi-la, para a garantia da estabilidade social era também preciso que os indivíduos indesejáveis saíssem de cena para o ordenamento dos modos de viver nas cidades. Como não era possível o seu total extermínio, os esforços se deram no sentido de adaptá-los moralmente à nova sociedade.

Ainda de acordo com Ferla, pautando-se na ideia de regeneração social, durante as décadas de 1920 e de 1930, o Brasil conta com medidas de

rediscIplinarização das populações desviantes, a partir da submissão dos indivíduos ao trabalho, como condição científica para a prevenção de crimes e para a garantia da ordem pública. A possibilidade de perigo que esse indivíduo representava, por si só, já causava instabilidade social.

Tal como foi instituído na Europa décadas antes, explanado na subseção anterior, o trabalho novamente surge como única possibilidade de reabilitação da utilidade social dos indivíduos patologizados, visto que constrangeria a disposição do pré-delinquente ao crime, pois, enquanto desocupado e ocioso, seu controle seria impraticável.

Há, contudo, uma contradição entre as possibilidades de integração social dos indivíduos através do trabalho e as reais oportunidades abertas na sociedade para que isso acontecesse.

O cenário edificado nas décadas de 1930 e 1940 é de acelerado crescimento urbano de algumas capitais. No entanto, as mudanças infra-estruturais das cidades, como saneamento, iluminação, habitação, saúde, educação segurança e transporte, entre outros elementos, não contemplavam áreas mais pobres da cidade, beneficiando populações específicas e reforçando o caráter excludente do projeto modernizador brasileiro, voltado para grupos particulares (SALES, 2008). A cultura do privilégio, onde alguns grupos dominantes parecem ser mais dignos de direitos em detrimento de outros grupos de indivíduos menos favorecidos, manifesta-se como uma das características mais reveladoras do modelo de desenvolvimento brasileiro.

Além disso, o desenvolvimento das cidades leva à intensificação das migrações internas, atraindo trabalhadores pobres e desqualificados, oriundos de diferentes áreas do país, expandindo as periferias urbanas, o desemprego e a população de rua nas capitais (PORTELA E VERSENTINI, 2000).

Nesse momento, enquanto o Estado de Bem-Estar Social era consolidado em diferentes países desenvolvidos, como anteriormente explanado, no Brasil, o período de expansão industrial no país, conhecido

como a Era Vargas[18], os sistemas de proteção social criados tinham como objetivo amparar apenas aqueles trabalhadores que exerciam atividades na indústria e contribuíam, deste modo, para o desenvolvimento da nação (DRAIBE & HENRIQUE, 1988). Nesta concepção, os trabalhadores inseridos no mercado formal, são vistos como indivíduos que cooperam com a economia do país, na produção de bens, no consumo desses bens e, com a regulamentação do trabalho, com o pagamento de impostos.

O período contou com o estabelecimento de uma legislação trabalhista, como modo de regular as condições de trabalho e de estabelecer garantias aos setores organizados da classe trabalhadora, excluindo, portanto, os demais grupos de indivíduos.

Em uma sociedade voltada para a busca pelo desenvolvimento econômico, os programas de proteção social, que instituem benefícios como seguro-desemprego, férias licença-maternidade, entre outros, têm como desígnio os indivíduos que participam do mercado formal de trabalho, excluindo aqueles não-empregados, muitas vezes trabalhadores, porém totalmente desvinculados do mercado normalizado e contribuinte de trabalho (BURSZTYN, 2003).

Deste modo, a população em situação de rua, muitas vezes composta por indivíduos que não tiveram as mesmas oportunidades de inserção no mundo do trabalho regulamentado e reconhecido como economicamente colaborador, ao subsistirem através de atividades, em sua maioria, temporárias e de baixa remuneração, têm os direitos sociais negados. Suas ocupações instáveis se enquadram no que Matsuo (2009, p. 25) chama de “economia subterrânea, submersa ou invisível”, considerada desnecessária por estar fora da legislação trabalhista vigente. A histórica desigualdade de oportunidades no Brasil, desde o início, destitui esses indivíduos de qualquer reconhecimento social, por serem classificados como inúteis ao desenvolvimento.

[18] A Era Vargas compreende os 15 anos ininterruptos, em que Getúlio Vargas foi Presidente do Brasil, período que se inicia em 1930 e se encerra em 1945.

Na segunda metade do século XX, mais precisamente durante o regime militar, tem-se a ampliação da oferta de bens e de serviços sociais, visando diminuir as conseqüências da desigualdade reproduzida nas décadas anteriores, como uma tentativa de alcançar a estabilidade política oportuna para o progresso econômico do país (DRAIBE, 2000).

As políticas implementadas a partir do aparato estatal centralizado, baseando-se na busca por garantir à população direitos sociais básicos, como educação, saúde e habitação, acabaram por estimular a participação do setor privado, gerando, assim, uma privatização da política social. De acordo com Draibe (2000), isso gerou uma transferência de recursos estatais para os setores de maior renda, e a redistribuição ocorre a partir de critérios particularistas, limitando a quantidade e a qualidade dos beneficiários.

As políticas de bem-estar do regime militar, desta forma, não assumiram caráter universalista, mas excludente, meritocrático, pois não beneficiaram todos os indivíduos, muito menos aqueles mais necessitados, e sim indivíduos pertencentes a grupos sociais que contribuíam para a sustentação dessas políticas. O Estado de Bem-Estar, desta forma, apresenta-se como uma ideologia concretizada apenas parcialmente pelo Estado Brasileiro, uma tentativa de negar as desigualdades existentes, porém, que acaba por reforçá-las, pois deixa de fora as camadas mais pobres da sociedade.

Os indivíduos em situação de rua, sujeitos com dificuldades ou mesmo incapazes de satisfazer suas próprias necessidades, por serem também incapazes de contribuir com o sistema de seguridade social em voga, aparecem nesse momento social como pessoas invisíveis, uma vez que não são percebidos ou são totalmente ignorados, pois nada significam para uma sociedade centrada no crescimento econômico. Sua exclusão nas políticas de bem-estar, associado ao excessivo controle social exercido pelo regime militar, nega a esses indivíduos qualquer possibilidade de se tornarem perceptíveis e, sobretudo, de qualquer participação na vida pública. A esses invisíveis, cabe apenas continuarem invisíveis e não incomodar o sistema social vigente.

O fim do regime militar, a partir da retomada das eleições diretas para todos os níveis de governo, levando à descentralização estatal e à transferência de atribuições para os governos locais, vem acompanhado também de um corte de gastos do Estado com políticas sociais, reduzindo os programas assistenciais.

A passagem dos anos oitenta para os anos noventa é, nesta direção, assinalada pelo advento da ideologia neoliberal, baseada na extrema redução da participação do Estado nos problemas sociais, que passaram a ser cada vez mais conferidos ao plano individual, aumentando a desigualdade, a instabilidade e a insegurança na vida dos indivíduos situados nos estratos socioeconômicos mais baixos (ROSA, 2005).

As diferenças nos comportamentos políticos locais, definindo prioridades e formas de investimentos distintas, acabam por intensificar as disparidades regionais em todos os níveis, favorecendo as migrações intermunicipais e interestaduais (AFFONSO e SILVA, 1995).

Os indivíduos em situação de rua são atores sociais para quem a migração figura como iminente, especialmente nesse cenário individualista e competitivo que caracteriza a sociedade brasileira, desde a década de 1990, até os dias atuais. Excluídos do mundo do trabalho formal, excluídos do acesso aos serviços públicos essenciais, excluídos do alcance às mínimas condições de sobrevivência, com laços familiares fragmentados ou completamente diluídos, são privados de toda forma de inserção social. Restam, com isso, os deslocamentos territoriais, que vão caracterizar os modos de vida assumidos por grande parte da população em situação de rua ainda atualmente, figurando como possibilidades de encontrar em territórios desconhecidos, no seio de um contexto de incertezas, a possibilidade de ocuparem algum lugar no espaço, negado-lhes no decorrer dos processos que marcam a história social da nação.

Deste modo, os diferentes significados associados ao “viver na rua”, edificados durante a história do ocidente, e singularizados no contexto de desenvolvimento do Brasil, convergem para que os indivíduos em situação de rua ocupem uma localização material e simbólica específica, no cenário social

atual, onde a desigualdade é extrema. Diferente do que ocorre na Idade Média, onde um sentido de compaixão coexiste paralelamente ao sentido de repulsa, na contemporaneidade brasileira, os significados negativos atribuídos aos indivíduos em situação de rua ao longo da história, são potencializados, de modo a sobrelevar a inferioridade da qualificação humana e social a partir da qual são percebidos, pelo demais e, em grande parte, por si mesmos.

Um exemplo representativo do não reconhecimento pelas estatísticas oficiais deste segmento é o fato de que os indivíduos em situação de rua nunca estiveram incluídos nos censos brasileiros, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1872. Para a contagem oficial da população brasileira, que tem como suporte metodológico a visita domiciliar, os indivíduos sem domicílio fixo são indivíduos invisíveis.

Foi preciso que a permanência dessa população nos espaços públicos brasileiros, e a sua multiplicação nas últimas décadas, se transformasse em uma situação-limite incapaz de permanecer ignorada para que a sociedade voltasse, ao menos minimamente, os olhos para a compreensão dos elementos que permeiam as tramas da vida de rua em um país marcado pela sua exorbitante desigualdade.

Os esforços por contabilizar a população de rua no país começaram a ocorrer só a partir do início da década de 1990, contando com iniciativas públicas municipais, em algumas capitais, onde o grande contingente de indivíduos nessa situação tornava a sua total invisibilidade insustentável (ROSA, 2005).

São Paulo, onde - devido ao seu grande desenvolvimento urbano nas décadas precedentes - a situação parecia mais densa, figurou como o local onde foi realizada a primeira contagem da população de rua, em 1991 (VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 1994). Na ocasião, foi reconhecido pelo cadastramento 3.392 indivíduos em situação de rua vivendo nas áreas centrais da cidade de São Paulo. A atenção sobre o centro da cidade se dá devido à perceptível concentração desses indivíduos nesses espaços, se comparado à presença dessa população em áreas de menor visibilidade. Além das áreas centrais, com

sua movimentação e notoriedade, oferecerem um mais amplo leque de oportunidades para a subsistência, a precariedade em termos de infraestrutura urbana que tange as áreas periféricas, impulsiona os deslocamentos desses miseráveis para os centros das grandes cidades (BURSZTYN, 2003).

Essa primeira contagem da população de rua, iniciativa da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, apesar de não ter sido reconhecida como censo oficial da população de rua da cidade (devido às suas restrições territoriais), significou um marco para a compreensão das relações que cerceiam a população de rua no Brasil.

A partir dos seus resultados, foram incitadas, em diferentes capitais brasileiras, as contagens da população de rua e, no Brasil inteiro, as reflexões científicas e políticas sobre a situação dos indivíduos em situação de rua.

Essas iniciativas, no entanto, ocorreram, principalmente, em capitais como Belo Horizonte[19], Porto Alegre[20] e Recife[21], além da já citada São

[19] Em Belo Horizonte, a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal realizou dois censos da população de rua da cidade. O primeiro, em 1998, intitulou-se *1° Censo da População de Rua de Belo Horizonte* e identificou 916 adultos em situação de rua na cidade. O segundo, em 2005, intitulou-se 2° Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte e identificou 1.164 adultos em situação de rua (SILVA, 2006).

[20] Em Porto Alegre, a Prefeitura Municipal da cidade e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul realizaram três pesquisas sobre sua população de rua. A primeira, em 1994, chamada *A Realidade do Morador de Rua em Porto Alegre*, chegou ao número de 302 adultos em situação de rua na cidade. A segunda, quatro anos depois da primeira, chamada *Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua de Porto Alegre*, identificou 427 adultos em situação de rua (SILVA, 2006). A terceira pesquisa, *Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre*, em 2007, contou 1.203 indivíduos adultos em situação de rua (GEHLEN e SCHUCH, 2008).

[21] Em Recife, foram realizadas duas contagens da população de rua da cidade, uma em 2004 e outra em 2005. A primeira, realizada pela Prefeitura do Recife, identificou 653 pessoas de todas as idades vivendo nas ruas. A segunda pesquisa, realizada pela ação conjunta entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Prefeitura do Recife, a Universidade Federal de Pernambuco e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – PE, chegou ao número 1.390 indivíduos vivendo nas ruas. A discrepância entre os números ocorre porque na primeira pesquisa não foi considerada a população de rua que se encontrava em abrigos e casas de acolhida. Na segunda pesquisa, essa população entrou na contagem (SILVA, 2006).

Paulo[22], onde a presença desses indivíduos ganhava uma evidência cada vez maior. Nos demais centros urbanos, apesar de evidente, essa população continuou inexistindo para as estatísticas populacionais locais.

As reflexões acadêmicas iniciadas a partir desse período, sobretudo as relativas ao fenômeno nos grandes centros urbanos, buscaram entender quem é essa população de rua que contamina as grandes cidades brasileiras, como vivem e, principalmente, buscam trazer à luz os fatores determinantes da condição de rua desses indivíduos[23].

A primeira *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* no Brasil, buscando a caracterização socioeconômica desses indivíduos, ocorreu apenas no ano de 2007. Realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), abrangeu 71 cidades com mais de 300 mil habitantes - exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, por já terem realizado a contagem em períodos próximos-, em todas as regiões brasileiras.

Nas cidades onde a pesquisa foi realizada, o estudo identificou 31.922 indivíduos adultos vivendo em situação de rua. Somando-se esse número às últimas contagens realizadas nas quatro capitais onde a pesquisa não foi realizada, chega-se um total de 46.078[24] indivíduos em situação de rua vivendo no território brasileiro.

---

[22] São Paulo, apesar de já ter realizado contagens da população de rua em 1991, 1994, 1996 e 1998, teve seu primeiro censo oficial da população de rua só em 2000, identificando 8.706 adultos em situação de rua vivendo na cidade. O segundo censo, realizado em 2003, chegou ao número de 10.399 adultos entre sua população em situação de rua (SILVA, 2006).

[23] Ver os trabalhos de Vieira, Bezerra e Rosa (1994); Di Flora (1987); Escorel (1999); Magni (1994); Bursztyn (2000) e Silva (2006).

[24] Para se chegar ao número de 46.078 indivíduos em situação de rua, foram somados os números indicados pela pesquisa nacional (31.922), com os números indicados pelas últimas pesquisas divulgadas em Belo Horizonte (1.164), Porto Alegre (1.203), Recife (1.390) e São Paulo (10.399).

Esses números, porém, são questionáveis. A quantidade de indivíduos em situação de rua no Brasil pode ser bem maior do que o divulgado. A dificuldade de quantificar essa população em sua totalidade se dá a partir de dois principais fatores: a ausência de endereço fixo, que faz com que esses indivíduos escolham pernoitar em lugares diferentes sempre que lhes é necessário ou conveniente; e a intensa mobilidade socioespacial dessa população, fazendo com que em determinadas épocas do ano seu número se eleve, enquanto em outros períodos esse número de indivíduos decresça.

A supracitada pesquisa contou com um prévio mapeamento das áreas de maior concentração dessa população, para onde a coleta de dados deveria ser direcionada. Ficaram de fora, portanto, aqueles indivíduos que pernoitam em pontos isolados das cidades. Além disso, foram excluídos da contagem os indivíduos em situação de rua que habitam cidades com menos de 300 mil habitantes. Porém, embora apareçam em menor quantidade do que em áreas metropolitanas, eles não deixam de existir em cidades pequenas e medianas. Seu conjunto poderia representar uma diferença significativa nas estatísticas nacionais difundidas sobre essa população.

Delineando uma breve síntese do perfil da população de rua adulta preponderante no Brasil, tal como inferido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2008) nessa primeira pesquisa nacional, percebe-se que há uma predominância do sexo masculino entre os indivíduos em situação de rua, representando 82% da população. Há uma maior presença de indivíduos pardos (39,1%) ou pretos (27,9%), figurando o total de 67% de indivíduos negros na população de rua. Mais da metade dessa população (53%) tem entre 25 e 44 anos. Entre os indivíduos abarcados pela pesquisa, 74 % sabem ler e escrever e quase metade, 48,4%, têm como escolaridade o ensino fundamental inconcluso. Entre as principais causas determinantes da vida de rua no Brasil estão os problemas ligados ao vício em drogas lícitas e ilícitas (35,5%), desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Quase metade (45,8%) sempre morou na cidade que atualmente se encontra e outros 30,3% são oriundos de municípios do mesmo estado, ficando apenas uma minoria como decorrente de grandes deslocamentos territoriais. Cerca de metade desses

indivíduos (51,9%), inclusive, possui algum familiar na cidade onde se encontram, embora 38,9% deles não mantenham contato com esses parentes. Dos que se deslocaram para a cidade em que atualmente se encontram, 44,8% o fizeram em busca de oportunidades de trabalho. Quarenta e oito e meio por cento dos indivíduos em situação de rua no Brasil estão há mais de dois anos nessa condição. Ao contrário do que apregoa o senso comum, 70,9% da população de rua exercem algum trabalho remunerado, ainda que informal (47,7% nunca sequer trabalharam com carteira assinada), e apenas 15,7 sobrevivem através do pedido de doações. A remuneração é baixa - 52,6% ganham entre R$ 20,00 e R$ 80,00 por semana. Quase 80% fazem pelo menos uma refeição diária. Vinte e cinco por cento não possuem nenhum documento de identificação e a maior parte da população (88,5%) não é beneficiado por nenhum programa governamental[25] (BRASIL, 2008).

A pesquisa traça, dessa forma, o retrato mais predominante da população em situação de rua no contexto atual brasileiro, segundo o seu levantamento. Na maior parte das vezes, representada pelo indivíduo pobre, negro, com baixa escolaridade, ingresso no mercado informal de trabalho e excluído de qualquer benefício governamental. As características apresentadas, porém, não devem ser tomadas como regra, visto que as biografias e as carreiras em um ambiente complexo e diversificado como a rua tendem a ser heterogêneas, não permitindo, portanto, qualquer generalização.

Os esforços atuais por atestar a existência desses indivíduos, até então ocultos, seja através de estatísticas ou de reflexões desenvolvidas pelas mais distintas áreas acadêmicas sobre os múltiplos aspectos que traduzem a vivência nas ruas, apesar de representarem um importante suporte para descortinar os elementos envoltos em um modo de vida historicamente estranhado, não exprimem, porém, uma diminuição da distância que separa incluídos e excluídos na sociedade brasileira.

[25] Os resultados da *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* no Brasil trazem várias outras informações sobre a realidade dos indivíduos em situação de rua no país. A seleção dos elementos apresentados teve como intuito indicar um perfil bem abreviado da população levantada pela pesquisa. Para uma observação mais detalhada dos resultados alcançados pelo MDS, ver Brasil (2008).

As estatísticas ainda são escassas e limitadas. As reflexões acadêmicas, apesar de cada vez mais patentes, ainda estão longe de abarcar a totalidade de elementos inerentes a esses fenômenos. Sua presença em diversos locais continua ignorada pelas estatísticas. Em muitas cidades (inclusive as de grande porte), ainda não existe qualquer reflexão científica sobre o contexto da vida de rua local.

Para a sociedade em geral, essa população permanece situada em um contexto de estranhamento social, descaso público e subcidadania, portanto, à "invisibilidade social" (SOUZA, 2003, 2006 e 2009)

Essa ideia de invisibilidade, porém, não se traduz em imperceptibilidade, mas em uma visibilidade importuna, sombria, que incomoda os demais, e que, ao mesmo tempo, é corriqueira, implícita nas circunstâncias cotidianas, por isso, transformada em oculta.

Essa (in)visibilidade sombria faz com que a condição de extrema desigualdade a partir da qual essa parcela de indivíduos considerada inferior se posiciona no cotidiano citadino apresente-se de forma dissimulada, de difícil percepção, por isso, na maioria das vezes, incontestada[26].

Marginalizados socialmente, pois destituídos de reconhecimento enquanto "ser gente" (SOUZA, 2003, p. 162) digna de direitos sociais, são vistos como problema que, embora legítimo, não é considerado como pertencente ao cenário social urbano.

Ao invés de ser solucionado, o problema deve ser ocultado, punido ou totalmente ignorado.

Para Souza (2003 e 2006), isto ocorre porque a desigualdade vivenciada pelos indivíduos tratados como inferiores, no cotidiano social brasileiro, apresenta uma forma disfarçada e, desta forma, acaba sendo aceita como um fato inquestionável. Segundo o autor, os processos de desprezo

[26] O modo como os indivíduos são socializados a aceitar essa dominação como algo natural será desenvolvido mais adiante, ao justificar os elementos que condicionam o modo como eles se situam na sociedade brasileira atual.

social vivenciados por esses indivíduos, chamados de *ralé estrutural*, são cotidianamente banalizados e compreendidos como naturais, pois contam com o aporte edificado durante séculos de que existe na sociedade uma hierarquia valorativa inata, que revela a existência de indivíduos com essências e atributos distintos, a partir das quais os indivíduos são prognosticados a serem superiores ou inferiores uns em relação aos outros.

Os indivíduos situados nessa *ralé estrutural* são adaptados, nos seus processos de socialização primários e secundários, por meio de práticas corriqueiras, a aceitar essa condição de dominação, e os encontros cotidianos com indivíduos considerados superiores servem para reforçar seus status de subcidadãos, reproduzindo os lembretes da subalternidade nos mais distintos planos do seu estar-no-mundo (SOUZA, 2003, 2006 e 2010). A adaptação com o modo desigual a partir do qual são tratados, faz com que essa concepção de inferioridade seja internalizada e assumida como natural, e as condições desfavoráveis às quais são submetidos sejam apresentadas como normais, comuns a gente que é menos gente, “que não é gente como a gente” (SOUZA, 2006, p. 67).

Configura-se, dessa forma, uma desigualdade tomada como verdade absoluta que, por ser mascarada, não é contestada. A partir dela, não cabe aos indivíduos, supostamente dispensáveis e imprestáveis, reivindicarem igualdade de direitos, de tratamento e de oportunidades. Se, porventura, o fazem, tornam-se insensatos e intoleráveis. Dessa perspectiva dominante, a esses subcidadãos, caberia apenas se manterem inertes, invisíveis e agradecer caso algum “olhar” lhe seja oferecido.

1.10. Os indivíduos em situação de rua e seus significados

Nas páginas precedentes, buscou-se apresentar o modo como as representações hodiernas acerca dos indivíduos em situação de rua foram

historicamente configuradas, assumindo significados distintos, de acordo com o contexto cultural, econômico e político que enredava o cenário social.

Até chegar à atual conjuntura, onde os mesmos são percebidos com descaso, a partir da sua invisibilidade, os indivíduos em situação de rua foram objeto de diferentes representações, entre elas: pobres de Cristo, pecadores do demônio, preguiçosos, fracassados, esteticamente inadequados, marginais, desqualificados, ameaça social, problema público e desnecessários.

Cada um desses sentidos, porém, embora tenham ganhado mais ênfase em momentos socioculturais específicos, coexistem na história do ocidente. Nota-se um jogo sutil e ambíguo presente na inscrição social desses sujeitos estabelecida ao longo do tempo, que é refletida como oposição aos significados socialmente valorizados pelos outros grupos, e alterada processualmente, de modo a mantê-los sempre posicionados em uma localização fronteiriça, que permite aos demais manter o controle da situação.

Ao delinear os conteúdos e os significados do que é ser morador de rua na atualidade, o capítulo buscou dar subsídios para a percepção da influência dessas relações sobre o modo como os indivíduos assimilam as representações hodiernas sobre a situação de rua que os acometem, e que se situam como pano de fundo para suas identidades.

Por todas as razões explanadas no decorrer desta seção, no Brasil, ingressar na rua significa avocar para si um estado permeado por contradições. Para sobreviver ali, os indivíduos necessitam, a todo momento, recriar o espaço, construir estratégias e dinâmicas flexíveis e peculiares de apropriação. Precisam, sobretudo, ter plena consciência do lugar que ocupam nesse contexto social, ou são, constantemente, advertidos pelos demais sobre a sua posição subalterna que, para ser suportada, precisa se manter invisível.

As reflexões teóricas que oferecem suporte para a compreensão dos modos como os indivíduos submetidos à conjuntura explanada nas páginas precedentes delineiam suas identidades e constroem suas redes de

sociabilidade, a partir da apreensão e da renegociação do seu estar-no-mundo, são objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

INTERSUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

O cenário urbano contemporâneo é caracterizado pela acelerada transformação de suas estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas. Os processos de globalização dão realce a uma grande diversidade cultural, elementos que passaram a orientar os modos de vida, as definições identitárias e as interações cotidianas entre os agentes desse cenário social, como também a desigualdades de diferentes naturezas.

Na contemporaneidade, habitar a cidade significa correr riscos, viver em conjunto com o familiar e com o diferente, assimilar as desigualdades, estabelecer códigos, interpretar imagens, selecionar espaços, assumir papéis individuais e coletivos, estabelecer uma rede de interações, físicas e simbólicas, experiências múltiplas das quais o cenário urbano, difuso e ambíguo, é palco. Pertencer à cidade implica estabelecer espaços de enraizamento, organizando os lugares de inserção e a rede de relações, suportes urbanos em que se quer participar (ARENDT, 1993). O espaço urbano, tomando os mapas e as referências afetivas dos seus agentes sociais como objeto, é percebido como uma composição de diversas temporalidades e memórias, de onde emergem diferentes individualidades, como possibilidades singulares de experiência e de atribuição de significados a tais vivências (CERTEAU, 1990).

Segundo Santos (1998, p. 83) “o espaço urbano é diferentemente ocupado, em função das classes e dos grupos em que se divide a sociedade urbana”. A rede urbana, assim, “tem um papel fundamental na organização do espaço, assegurando a integração entre fixos e fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais” (SANTOS, 1994, p. 112). O espaço é, assim, percebido como suporte de diferentes apropriações.

Os indivíduos urbanos percebem os espaços citadinos a partir das emoções que os mesmos despertam naqueles que interagem em seu interior, podendo, a partir disto, tornarem-se lugares de sentido. As representações espaciais se constituem através dos esquemas de percepção e apreciação dos indivíduos, construídos a partir de suas trajetórias e de suas experiências em posições sociais e em redes peculiares de interação (Idem).

O espaço urbano é, nesta direção, compreendido como uma extensão da identidade dos que dele se utilizam em suas trocas interacionais, pois os indivíduos interpretam a vida e as circunstâncias sociais ao seu modo, de acordo com os processos intersubjetivos experienciados e com as referências culturais que os permeiam.

A pesquisa que culminou nesta tese partiu da perspectiva de que os indivíduos em situação de rua, uma vez posicionados nos espaços físicos e simbólicos que compreendem a vida de rua, reivindicam identidades para si através da atribuição de sentidos à suas vivências e aos outros com quem interagem nesse espaço relacional. O objeto deste estudo, neste sentido, consiste nos processos que permeiam a construção de identidades dos indivíduos em situação de rua em João Pessoa.

Para descortinar o modo como os indivíduos situados em uma posição subalterna na estrutura de classes que organiza a sociedade contemporânea se autointerpretam no interior desse contexto, construindo significados acerca de si mesmos e dos demais indivíduos com quem interagem e negociam papéis cotidianamente, a análise se apoiou em um aparato teórico organizado e abrangente.

Os caminhos analíticos oferecidos por Goffman (1988 e 1989), Bourdieu (1983, 1992, 1996, 2001 e 2007) e Taylor (2005) representam as opções teóricas às quais recorri em busca de descortinar os processos identificados no campo de estudo e consistem no objeto de discussão do presente capítulo. Defende-se que, embora os autores supracitados estejam localizados em correntes teórico-metodológicas distintas[27], a articulação do aparato conceitual empreendido por eles oferece contribuições apreciáveis

[27] Goffman foi um sociólogo reconhecido como adepto do Interacionismo Simbólico, porém, não se auto-intitula enquanto tal, preferindo se definir como um etnógrafo urbano. Bourdieu, embora seja compreendido como representante do estruturalismo, apresenta-se como um sociólogo estruturalista construtivista, pois reconhece que o mundo social é permeado por estruturas objetivas, mas ressalta que elas são construídas socialmente. Taylor ganha destaque contemporâneo na história da filosofia, na filosofia política e na antropologia filosófica, embora possa ser melhor caracterizado como um filósofo moral que enfatiza a importância dos valores e de seu ordenamento subjetivo na definição de um *self* autêntico.

para uma análise aprofundada dos processos intersubjetivos que permeiam a definição identitária dos indivíduos na contemporaneidade.

Na primeira parte do capítulo, a discussão se dá a partir das contribuições oferecidas por Goffman (1988), através do conceito de *estigma,* para analisar os processos de discriminação e de exclusão de certos indivíduos em suas interações cotidianas, a partir de qualidades classificadas pelos demais como indignificantes. De acordo com o que foi explanado no capítulo anterior, os indivíduos em situação de rua são agentes que, ao longo da história, são situados à margem da sociedade por serem percebidos pelos demais a partir de características negativas, que os posicionam como o oposto dos tipos de indivíduos aceitáveis socialmente. Neste sentido, a análise de Goffman sobre o modo como os indivíduos estigmatizados vivenciam os estigmas que os acometem torna-se fundamental para a compreensão da forma como os atores, ao ingressarem na vida de rua, experienciam o seu estigma e, a partir dele, constroem significados acerca da sua posição no mundo e direcionam sua conduta nesse contexto.

O caminho analítico edificado por Goffman, porém, dá pouca atenção às estruturas sociais responsáveis pela construção dessas marcas, assim como à forma como elas são subjetivamente avaliadas e, portanto, incorporadas na identidade pessoal dos sujeitos.

Apesar da dimensão estrutural estar implícita na produção da normalidade e, ao mesmo tempo, da anormalidade que constitui o estigma, o autor dá demasiada ênfase às interações contextuais entre indivíduos estigmatizados e não estigmatizados, deixando com isso de desenvolver uma abordagem teórica adequada à compreensão dos processos sociais edificantes das distinções que não apenas condicionam os indivíduos a ocuparem posições desiguais na sociedade, mas a investirem emocionalmente nas posições ocupadas.

Essas reflexões foram buscadas à luz da teoria de Bourdieu (2007) sobre as distinções na sociedade contemporânea e constituem a segunda parte deste capítulo. A obra do autor, ao estudar os processos de

diferenciação e hierarquização social na contemporaneidade- a partir da articulação entre os conceitos de *habitus*, campo e capital-, analisa o modo como os fundamentos ocultos que legitimam as condições de desigualdade entre os indivíduos são constituídos culturalmente, produzindo distinções e reproduzindo as relações de dominação nos espaços em que os indivíduos atuam.

Essa abordagem revela-se necessária, visto que os indivíduos em interação nos espaços públicos estão situados em espaços de poder e de dominação social característicos da estrutura social em que estão inseridos. Sua posição nessas relações vai refletir nos tipos de interações vivenciadas, organizando a sociabilidade peculiar ao espaço compartilhado por eles, posto que atua sobre o modo desses indivíduos se relacionarem com o mundo e consigo mesmos.

O caminho analítico bourdiano, no entanto, não oferece um aparato teórico sistematizado para se pensar sobre os elementos que promovem a construção de identidade desses indivíduos, pois, ao voltar-se para a compreensão das estruturas da dominação na sociedade contemporânea - baseada no poder do mais forte sobre o mais fraco-, o autor não possibilita compreender como os agentes avaliam os elementos objetivos (estruturais e culturais) que adquirem importância para eles, passando a fazer parte das preocupações que os caracterizam como seres humanos únicos, isto é, dotados de uma identidade pessoal e social.

Nesta direção, na terceira parte do capítulo são explanadas as contribuições teóricas de Taylor (2005). A análise do autor sobre a construção de identidades na modernidade representa o subsídio que auxiliou a tese a analisar os processos subjetivos que permeiam as identidades assumidas pelos indivíduos ao ingressar na vida de rua.

A ideia de subjetividade, ausente na teoria de Bourdieu, ocupa um papel central na análise de Taylor. Para o autor, a identidade que os indivíduos reivindicam para si está relacionada aos seus conteúdos morais e às suas avaliações fortes, assumindo também um caráter relacional ou intersubjetivo.

A opção pela explicação tayloriana sobre identidade, em detrimento de outras teorias mais discutidas sobre a construção de identidades na sociedade contemporânea[28], ocorre devido à sua maior possibilidade de articulação com o pensamento de tendência mais estruturalista (ou de um estruturalismo construtivista) produzido por Bourdieu na reflexão sobre as distinções sociais, bem como com o pensamento mais interacionista construído por Goffman na análise sobre o estigma.

Espera-se, ao fim do capítulo, ter elencado os elementos necessários para a análise dos processos subjetivos e intersubjetivos que permeiam as identidades assumidas por uma população que, como notado no capítulo precedente, é encoberta pela desigualdade.

2.1. Estigma e interações cotidianas

Erving Goffman escreveu *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada,* em 1963. A obra se voltou para a compreensão da vivência de indivíduos socialmente desqualificados por possuírem alguma característica desabonadora (GOFFMAN, 1988). Sua atenção se volta, sobretudo, para as interações sociais experienciadas pelos indivíduos possuidores de algum estigma, ou seja, indivíduos caracterizados pela posse de algum atributo depreciativo, responsável pela sua desvalorização frente os demais, buscando a compreensão da sociabilidade, das emoções e das

[28] Atualmente, os estudos sobre identidade ganham muito destaque a partir do pós-estruturalismo, uma corrente teórica interdisciplinar sobre as regras de linguagem e significação, no sentido de transformação do paradigma estruturalista. No pós-estruturalismo, o sujeito aparece como uma posição no discurso, com significação instável e indeterminada, atribuindo um peso excessivo aos elementos sociais. Esse debate possui como referência autores como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Stuart Hall, Michel Foucault, Manuel Castells, entre outros, cada um com suas especificidades (AMARAL JR & BURITY, 2006). Taylor, por seu turno, trabalha com uma concepção de identidade (de *self*) que pressupõe a noção de continuidade de consciência, garantindo assim a interioridade do sujeito e seu papel na agência.

estratégias utilizadas por eles para interagir com os indivíduos considerados normais.

No início da obra, o autor ressalta que, no seu sentido original, utilizado pelos gregos, o termo *estigma* referia-se aos sinais corporais indicativos do baixo status moral do indivíduo que o possuía. O indivíduo que tivesse essa marca deveria ser evitado, pois era considerado um indivíduo inferior, assim, desprezível. Embora na Era Cristã o mesmo termo tenha sido utilizado como sinal da graça divina ou de distúrbios físicos, o autor defende que, na contemporaneidade, a forma como o termo é usado se assemelha ao seu sentido primeiro.

Isso porque a sociedade estabelece e impõe aos seus agentes determinados padrões de normalidade e aceitação social, construindo estereótipos associados a tipos específicos de indivíduos. Quando os indivíduos estão em contato, tendem a se classificarem uns aos outros, baseados em atributos classificados como bons ou como ruins, tendo como referência os modelos socialmente instituídos. Ao enquadrar o outro da relação em categorias estereotípicas, espera-se que ele tenha o comportamento tipificado pela categoria. Os indivíduos que se posicionam socialmente a partir de uma característica diferente daquelas valorizadas como “normais” e aceitáveis são possuidores de um estigma.

Segundo o estudo goffmaniano, os estigmas que acometem os indivíduos podem ser de três tipos. Existem indivíduos que são estigmatizados pela posse de alguma deformidade física, existem os que são estigmatizados devido a alguma “falha” individual de caráter moral, além dos que, por estarem associados a alguma raça, nação ou religião estigmatizadas em um dado contexto social, têm também esse estigma atribuído a si.

Os agentes sociais para os quais as reflexões incitadas por esta tese se voltam, os indivíduos adultos em situação de rua, posicionam-se socialmente como representantes da segunda categoria de estigma apontada por Goffman, pois ganham visibilidade social a partir de atributos que a sociedade contemporânea classifica como culpa de caráter individual, tais

como a ausência de moradia (em uma concepção que a compreende enquanto espaço privado e endereço fixo), de trabalho (ocupação formal e fixa), em muitos casos, de família (dentro do modelo tradicional de estrutura familiar), além de muitas vezes se apresentarem a partir de uma configuração estética dissociada dos padrões normatizados de etiqueta corporal. São, a partir disso, associados a uma extrema valoração negativa, despertando o desprezo e a desconfiança dos demais indivíduos.

Para o autor, “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p.13). Deste modo, a sociedade rotula o indivíduo que possui algum atributo classificado como depreciativo, fazendo com que o indivíduo só seja percebido por meio do atributo indesejável, em detrimento das suas demais características.

Duas noções apresentadas na obra de Goffman são fundamentais para entender essa relação. Refere-se à diferenciação que o autor faz entre *identidade social real* e *identidade social virtual*. A ideia de *identidade social real* aplica-se ao conjunto de atributos que conformam o indivíduo, o que ele é, embora sua teoria não possibilite compreender como essa identidade é subjetivamente constituída. A ideia de *identidade social virtual* refere-se ao modo como os demais indivíduos, baseados na sua posse de uma determinada característica, constroem a imagem que acreditam que ele seja.

O indivíduo que possui um *estigma* tem, de acordo com o autor, sua *identidade social real* solapada por uma *identidade social virtual,* posto que, uma vez que possui uma marca que o desabona frente aos demais, não lhe é dada a oportunidade de expressar suas demais qualidades. Ele só adquire visibilidade a partir do seu estigma. O autor reforça:

> Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande (...) e constitui uma discrepância específica entre a *identidade social real* e a *identidade social virtual*. (GOFFMAN, 1988, p. 12)

O conceito de estigma goffmaniano aproxima-se da ideia de desvio, desenvolvida pela perspectiva interacionista da Escola de Chicago, à qual Goffman deve parte da sua herança intelectual[29].

A teoria sobre o comportamento desviante, empreendida por Becker (1963), defende que determinado comportamento social é classificado como desviante quando interage com outro comportamento contrário, que o classifica enquanto desvio, por transpor os limites que permeiam os valores representativos de certo contexto sociocultural. Neste sentido, ao instituírem regras de condutas como inerentes a determinada realidade social, qualificando o que corresponde a sua infração, os grupos sociais criam sua concepção de desvio, que é relativizada de acordo com a natureza da interação. O desviante, deste modo, apresenta-se como o indivíduo em que o rótulo do desvio foi empregado com sucesso.

Na mesma direção, Goffman (1988, p. 13) afirma que "um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso". Neste sentido, a condição de estigmatizado do indivíduo só se torna depreciativa na medida em que ela serve para estabelecer a diferença entre ele e o indivíduo não-estigmatizado, reforçando a condição de normalidade do segundo. Vimos, a partir do que foi explanado no capítulo anterior, que, ao longo da história, as representações negativas associadas aos indivíduos em situação de rua passaram por diferentes significações, de modo a posicioná-los como o contrário dos elementos socialmente valorizados, confirmando, assim, a superioridade dos demais indivíduos.

Uma característica marcante da obra goffmaniana é que ele toma o mundo social como uma rede de intersubjetividade, centralizando o seu interesse sobre os elementos incitados pelas interações face a face estabelecidas cotidianamente pelos indivíduos nos espaços públicos (GOFFMAN, 1980, 1988 e 1989).

[29]Além da Escola de Chicago, o pensamento de Goffman também apresenta influência de Schutz, Durkheim e Simmel (GASTALDO, 2004).

Segundo ele, os espaços sociais são espaços relacionais, pois só adquirem sentido a partir das interações entre os indivíduos. Para que se entenda o conjunto social é preciso que se apreenda as ações recíprocas e as representações dos diversos atores em interação no jogo social, pois elas são sempre permeadas de sentido e valor. Os conteúdos afetivos emergidos a partir dos processos interativos vivenciados pelos indivíduos se revelam, na perspectiva goffmaniana, como o princípio-motor que movimenta a criação social, pois funda racionalidades, ações individuais embebidas de projeções para o outro, nos jogos interativos entre indivíduos ou grupos sociais (GOFFMAN, 1989).

O autor ressalta que a apreensão da realidade social deve debruçar-se sobre o modo como os indivíduos constroem imagens de si mesmos e interpretam-se uns aos outros. Parte-se da concepção de que as interações entre os indivíduos são estabelecidas a partir de gestos, símbolos de linguagem, expressões faciais e corporais, cujos sentidos não estão neles, em si, mas nos significados que são definidos intersubjetivamente entre os envolvidos na relação. A partir desses elementos, os indivíduos se interpretam uns aos outros e essas interpretações movimentam a sociabilidade nos espaços públicos.

Através do estudo dos processos que emergem a partir das interações cotidianas entre indivíduos classificados como inferiores, por serem portadores de algum estigma, e indivíduos considerados “normais”, por serem adequados aos padrões normativos socialmente instituídos, Goffman busca descortinar os significados que os estigmatizados constroem sobre si próprios e sua relação com a sociedade e com os demais indivíduos.

Segundo o autor, os indivíduos estigmatizados, ao interagirem com indivíduos assumidos como “normais”, passam por processos de rejeição e de subestimação, pois a posse da característica que o deprecia gera intolerância nos demais e faz com que suas oportunidades sejam reduzidas. O estigmatizado é visto como um indivíduo incompleto, ou menos humano do que os outros, levando-o, muitas vezes, a um profundo isolamento social.

Essas experiências de rejeição os levam a passar por processos de interiorização das normas que permeiam a condição de diferente que os marcam, bem como as conseqüências de possuí-la. Nesta direção, à medida que o indivíduo vai tomando consciência do estigma que possui e da sua condição de “anormal” frente à sociedade em que vive, o estigma vai passando a ter um maior feito sobre sua vida, e, ao mesmo tempo, torna-se mais passível de ser manuseado (GOFFMAN, 1988).

Uma vez que os indivíduos percebem a posição que ocupam no contexto social em que vivem e o estigma é incorporado às suas trajetórias sociais, eles desenvolvem outras maneiras de ser, construindo modos de organização das circunstâncias sociais e desenvolvendo estratégias de ação, para sua interação com indivíduos que possuem estigmas semelhantes, ou com indivíduos que se enquadram em um padrão de normalidade.

Fazendo, mais uma vez, uma ponte entre essa discussão e a teoria do desvio empreendida por Becker (1977), este autor ressalta que a falta de reconhecimento social e as limitações de acesso à condição de respeito e às oportunidades de integração aplicadas aos indivíduos classificados como desviantes, muitas vezes, fazem com que os indivíduos busquem meios ilegítimos de sobrevivência em meio à sociedade hierarquizada e polarizada.

Para Goffman (1989), todos os indivíduos são intérpretes e têm facilidade em representar diferentes papéis, de acordo com a natureza do processo interativo em curso. Assim, o tipo de postura assumida pelo indivíduo, ao interagir com outro indivíduo oriundo de um grupo ou classe social diferentes, é distinto do tipo de postura assumida pelo mesmo indivíduo em interação com um semelhante. Esses jogos interativos delineiam performances e dinâmicas de atuação peculiares a espacialidades diferenciadas. Essa aptidão do indivíduo em desempenhar papéis distintos se revela fundamental para que, no decorrer de sua biografia, ele possa se adequar a diferentes campos de sociabilidade.

Com base nesses supostos, o autor vai analisar a variedade de habilidades desenvolvidas pelos indivíduos para conviverem com o estigma

que os acomete e com as privações desencadeadas por ele, visando possibilitar a sua vivência social com indivíduos igualmente estigmatizados e, ao mesmo tempo, com os indivíduos socialmente aceitos. O autor, nessa perspectiva, defende que os indivíduos são dotados de astúcia para se moldarem às circunstâncias, de acordo com o modo como concebem a sua própria imagem e a pretendem manter para “o outro” da relação, visando receber um tipo específico de resposta.

Nessa direção, em Goffman, as identidades dos indivíduos se revelam a partir dos papeis adotados por eles em uma dada situação de interação. São, portanto, contextuais e pressupõem representações dos indivíduos, no sentido de buscar transmitir, durante a interação estabelecida, os atributos que consideram importantes para a sua inserção em determinadas relações de sociabilidade. As identidades, segundo essa perspectiva, são produtos da negociação de significados acerca de si, empreendida pelos indivíduos em seus processos interacionais, com vistas a tentar controlar as impressões do outro ao seu respeito, para que obtenha uma maior aceitação social.

No estudo goffmaniano (GOFFMAN, 1988) os tipos de reações empregadas pelos indivíduos de modo a se relacionarem com o seu estigma estão: as estratégias que visam encobrir o estigma, através do seu ocultamento aos demais, quando o tipo de atributo assim o permite; a formação de círculos de interação entre semelhantes que compartilham os mesmos atributos depreciativos; ou mesmo a utilização do estigma a seu favor, quando a situação propícia for.

Como exemplo ao último tipo de habilidade mencionada acima, utilizada pelos indivíduos estigmatizados, Goffman (1988, p. 84 e 85) lembra que:

> Há estigmas importantes, como o das prostitutas, homossexuais, mendigos e viciados em drogas, que exigem que o indivíduo seja cuidadosamente reservado em relação a seu defeito com uma classe de pessoas, a polícia, ao mesmo tempo em que se expõe sistematicamente a outras classes, ou seja, clientes, cúmplices, contatos, receptores de objetos roubados, etc. (GOFFMAN, 1988, p. 84 e 85)

Há, contudo, que considerar uma diferença fundamental entre os indivíduos portadores de algum estigma. O autor salienta que os estigmatizados podem ser classificados como *desacreditados* ou como *desacreditáveis*. São qualificados como *desacreditados* aqueles indivíduos em que os estigmas apresentam uma maior perceptibilidade, enquanto qualifica como *desacreditáveis* aqueles que não possuem um estigma prontamente identificável. Neste sentido, quanto mais visível for o atributo indesejável do indivíduo, mais estigmatizante ele se torna, posicionando-o como *desacreditado*, pois a diferença torna-se mais acentuada quando está em interação com os indivíduos classificados como “normais”. Já o estigma não-visível coloca-o como apenas *desacreditável*, pois sempre existe a possibilidade de ser encoberto a partir da manipulação das situações sociais, minimizando a sua interferência no curso da interação. A posição do indivíduo como *desacreditado* ou como *desacreditável* vai influenciar o tipo de ação empreendida por ele, no sentido de lidar socialmente com o seu estigma.

No entanto, o autor salienta que o modo como o indivíduo se orienta em um dado processo de interação é condicionado pela definição da situação em jogo, que consiste no processo a partir do qual os agentes dão sentido ao contexto apresentado para que encontre pistas sobre como devem se orientar e projetar as ações que consideram mais apropriados de serem desempenhadas durante a interação (GOFFMAN, 1989). Nesta direção, a partir da apreensão da estrutura que cerceia a interação, os indivíduos estigmatizados assimilam as formas possíveis de controle da informação – no caso, o estigma - que define os rumos dessas interações, fazendo-os buscar o momento certo de ocultar ou de revelar a sua marca, os espaços proibidos e os lugares de sociabilidade. Embora não tenham total domínio sobre as situações, o desenvolvimento dessas racionalidades específicas delineia formas de atuar e redes de interação típicas de ordens peculiares de vida.

Nessa perspectiva, o estudo goffmaniano oferece contribuições importantes para se refletir sobre a negociação de sentidos exercida pelos indivíduos em situação de rua no seio das interações contextualmente vivenciadas por eles.

Entre os questionamentos despertados pela tese a partir do trabalho de Goffman estão: Em que medida os estigmas que os acometem são percebidos e incorporados pelos indivíduos em situação de rua? Os indivíduos se identificam e, sobretudo, definem a si mesmos a partir do seu estigma? De que modo a posse do estigma condiciona as situações vivenciadas pelos indivíduos e os papéis adotados por eles nessas situações? Se o estigma é assumido pelos indivíduos, como eles o manuseiam e desenvolvem maneiras de ser e de interagir a partir dele?

Há, contudo, que se considerar alguns limites na análise desenvolvida pelo autor, no sentido de permitir refletir sobre sociabilidade movimentada pelas identidades em relação na vida de rua.

Embora a ideia de identidade seja central na teoria goffmaniana, o autor dá demasiada atenção às performances que os indivíduos assumem em seus processos de interação, limitando, com isso o papel da subjetividade desses indivíduos. Ao direcionar a sua análise sobre identidade para a representação de papéis durante a interação, o indivíduo se apresenta dissociado de uma vida interior permeada por conteúdos morais, que faz com que as coisas assumam significados singulares para ele.

Observa-se também que, ao focar na procura do indivíduo por gerir a impressão dos outros ao seu respeito, na busca por formas de reconhecimento da identidade social que deseja ser associado, ou por minimização dos efeitos de uma identidade virtual depreciativa, a obra de Goffman dá a esse indivíduo um amplo poder de manipulação das situações.

Embora os indivíduos estejam inseridos em suas interações a partir de posições desiguais, o que, consequentemente, introduz-lhes em relações de poder pré-concebidas, Goffman (1989) considera que os indivíduos sempre buscam definir a situação, de modo que lhe permita exercer o controle sobre as impressões dos demais.

A distribuição desigual de poder entre os agentes aparece sutilmente implícita na compreensão do autor, na medida em que ele reconhece que

apesar de todos os envolvidos na interação atuarem na definição da situação, algumas definições têm peso considerável sobre as outras, pois existem atributos individuais que são mais valorizados, em detrimento de outros, fazendo com que certos indivíduos tenham força para impor a sua própria definição da situação sobre os demais com quem se relaciona.

No entanto, sua teoria não abarca o modo como a própria estrutura da sociedade torna as possibilidades de persuasão dos indivíduos limitadas, no sentido em que as posições ocupadas pelos agentes nas relações de poder que permeiam determinado espaço social assinalam, culturalmente, a abrangência do domínio das situações pelos indivíduos.

Em outras palavras, para apreender o modo como os indivíduos atuam e ganham sentido no seio das suas interações cotidianamente vivenciadas não se pode deixar de reconhecer que os mesmos não estão posicionados em condições de igualdade em termos de ação e de representação nas relações que participam. As interações entre os agentes ocorrem em espaços de significações que já se encontram objetivamente estruturados, no interior dos quais as performances dos indivíduos encontram limites que são pré-determinados pela sua localização nas relações de poder em que estão inseridos. A teoria de Goffman, embora não negue esse processo, não o explora, dando margem para a compreensão das interações nos espaços públicos enquanto relações que são estabelecidas entre indivíduos que possuem condições semelhantes para empreender estratégias de poder no controle das impressões dos demais sobre ele.

Neste sentido, se a análise de Goffman sobre o modo como os indivíduos estigmatizados vivenciam os estigmas que os acometem torna-se fundamental para a compreensão da forma como os interlocutores da pesquisa, ao ingressarem e interagirem na vida de rua apreendem o seu estigma, direcionam suas condutas e se relacionam com o mundo, o fato do autor não descortinar os elementos estruturais que estão por trás do modo desigual a partir do qual eles são socialmente localizados e suas relações são

conduzidas, leva a tese a buscar a percepção desse processo a partir de outro prisma.

As reflexões trazidas por Bourdieu (1992 e 2007) sobre as relações de poder que cerceiam as distinções sociais, apresentadas na próxima seção, revelam-se como de grande valia para que se apreenda o modo como a estrutura dos campos dos quais os indivíduos em situação de rua participam, condicionam a sociabilidade vivenciada por eles nesse cenário.

2.2. Os jogos de poder e as distinções na sociedade contemporânea

As contribuições teóricas de Bourdieu sobre o modo como as condições de desigualdade entre os agentes são constituídas culturalmente representam fundamental importância para este trabalho. Ao analisar – a partir da relação entre estrutura social, ação e cultura - como a dominação social, erguida a partir de um "poder simbólico" de um indivíduo ou grupo social sobre o outro, contribui para o avivamento das desigualdades, o autor oferece a esta tese subsídios essenciais para a reflexão sobre como a posição ocupada pelos atores da pesquisa no espaço social e simbólico da vida de rua condiciona cursos de ação e de interações específicas.

Além disso, na medida em que o autor considera que "não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais" (BOURDIEU, 1996, p. 160), sua análise sobre a produção dos dispositivos de distinção entre os indivíduos revela-se crucial para entender o processo das identificações, das diferenciações e das relações de poder que tangem a sociabilidade da vida de rua.

Um ponto de partida importante é que, para Bourdieu (1996 e 2007), a sociedade contemporânea é marcada pela intensa diferenciação e hierarquização social entre os seus indivíduos. Grande parte dos trabalhos do

autor busca analisar os fundamentos ocultos que legitimam e reproduzem as formas de dominação social entre os agentes, nas diferentes instâncias da vida, como a arte, a educação, a economia, a mídia, a linguagem e a política.

Na sua obra, os processos incitados pelas relações entre agentes e estruturas sociais ocupam um papel importante para o entendimento social. Isso porque o autor compreende que as estruturas da sociedade são, ao mesmo tempo, condicionadas e condicionantes, produtos e produtoras de ações. Os indivíduos, por sua vez, apresentam-se como atores simbólicos, que só adquirem sentido dentro de um sistema de valores, símbolos e estruturas que os condicionam, e que são historicamente condicionados por eles. Os indivíduos se apresentam, desta forma, como agentes estruturados e, ao mesmo tempo, como força estruturante (BOURDIEU, 1983, 1992 e 1996).

As categorias de análise utilizadas por Bourdieu como recursos para a compreensão do modo como o mundo social se organiza são fundamentais para uma melhor compreensão da sua abordagem teórica. Essas categorias consistem nos conceitos de *habitus*, campo e capital. Segundo ele, o cenário social é mantido ou transformado através das relações entre essas três instâncias (BOURDIEU, 1983, 1992, 1996 e 2007).

A partir do conceito de *habitus*, Bourdieu enfatiza a dimensão de um aprendizado passado que conforma as práticas dos indivíduos, agindo tanto sobre seus modos de perceber, pensar e classificar o mundo, como sobre suas formas de agir e de fazer escolhas nas circunstâncias cotidianas. O *habitus* funcionaria como uma espécie de matriz, que orienta as ações, percepções e apreciações dos indivíduos, transformando-se em rotinas corporais e mentais. É, desta forma, assumido como uma segunda natureza, possibilitando aos indivíduos, na prática de condutas regulares, agirem sem cálculo racional ou controle consciente (BOURDIEU, 1992, 1996 e 2001).

O autor enfatiza que as ações dos agentes não se dão aleatoriamente, e sim a partir da interiorização dos valores presentes nas estruturas em que estão inseridos, levando-os a serem transformados em estruturas mentais, que são exteriorizadas em suas ações. Nesta direção, as condições sociais,

econômicas e culturais nas quais o indivíduo foi socializado, e a influência dos diversos ambientes da sua vida, são incorporadas como práticas a partir do *habitus*, que tece contornos às diferentes classes e grupos sociais, a partir das suas distintas condições de existência.

O indivíduo age, de acordo com a perspectiva bourdiana, conforme a matriz de ações e percepções característica da classe do qual é oriundo. Ao passo em que estão inseridos distintamente na estrutura de classes, possuem *habitus* também diferentes uns dos outros. À medida que as diferenças nas práticas dos agentes são percebidas, são estabelecidas diferenças simbólicas entre eles (BOURDIEU, 2007).

Nesse sentido, as práticas individuais possuem origem no *habitus* que permeia as condições de existência dos indivíduos, e funcionam como meio de classificação e de estratificação destes indivíduos, pois revelam as distinções e as hierarquias presentes na sociedade da qual eles pertencem.

Uma vez que o *habitus* é transferível, isto é, transmitido e assimilado através dos processos de socialização, sua tendência é de se reproduzir, apregoando os elementos inerentes às estruturas que o condiciona, fundamentando consensos sobre o sentido do mundo social e, consequentemente, reforçando as distinções e as hierarquias que ele revela (BOURDIEU, 1996 e 2007).

Apesar de Bourdieu reconhecer uma certa flexibilidade na noção de *habitus*, considerando sua transformação de modo processual ao longo da vida e, deste modo, atribuindo uma relativa margem de liberdade ao indivíduo, para o autor, dificilmente o *habitus* transmitido ao indivíduo em sua socialização primária é rompido em definitivo. O que ocorre, em sua concepção, é um processo de adaptação, onde o *habitus* característico de uma classe ou grupo social vai paulatinamente adquirindo variações no decurso do tempo, de acordo com as circunstâncias e com as relações de poder em jogo (BOURDIEU, 1992).

Percebe-se, segundo essa perspectiva, que embora o ingresso na vida de rua introduza o indivíduo em um conjunto de novas relações, práticas e regras, não se pode compreendê-lo como dissociado de um *habitus,* que foi adquirido ao longo de sua vida e que, ainda que passe por adequações, continua orientando o modo do indivíduo perceber, conduzir-se, estabelecer relações, fazer avaliações e realizar escolhas nesse contexto.

Esse processo se dá porque os indivíduos agem conforme o *habitus* que caracteriza o meio e as estruturas que os cercam, porém, sua atuação ocorre dentro de campos específicos, que são, por sua vez, permeados por regras próprias. O leque de possibilidades de ações dos indivíduos é aberto de modo peculiar, de acordo com cada campo em que o indivíduo se insere (BOURDIEU, 1983, 1992 e 2007).

De acordo com a concepção bourdiana, o conceito de campo refere-se a um espaço estruturado, no interior do qual os indivíduos ocupam posições e, conforme essas posições, estabelecem relações simbólicas peculiares (BOURDIEU, 1992).

Um agente participa de diferentes campos, que são definidos mediante o *habitus* que o conforma. Os campos são demarcados por interesses específicos, comuns aos indivíduos que deles participam. Cada campo possui sua própria lógica de organização, que é irredutível às lógicas que regem os outros campos. O ingresso de um indivíduo em cada campo é dado pelo conhecimento das regras que o compõe e pelo compartilhamento do conjunto de interesses peculiares a ele (BOURDIEU, 1983, 1992 e 2007).

Os elementos valorizados em cada campo e que são compartilhados pelos agentes que deles participam Bourdieu (1992, 2001 e 2007) os chama de capital. Segundo o autor, o capital que tange os interesses conformadores de cada campo de ação pode ser de quatro tipos: capital econômico, referente à riqueza material dos indivíduos; capital cultural, referente ao conjunto de qualificações do indivíduo, suas habilidades, seu conhecimento, expressos, entre outras coisas, nos seus títulos acadêmicos e na sua forma de se apresentar em público; capital social, referente à rede de relacionamentos

pessoais do indivíduo; e, por último, o capital simbólico, que consiste em uma síntese dos demais tipos de capital, referente ao conjunto de elementos que definem o reconhecimento social do indivíduo.

A distribuição de capital entre os agentes em cada um dos campos que participam é desigual, fazendo com que os indivíduos ocupem posições de poder distintas no interior deles, de acordo com a sua maior ou menor posse, em termos de quantidade e de qualidade, dos tipos de capitais valorizados nos diferentes campos. Uma vez que os indivíduos ocupam posições distintas nos campos, as oportunidades que desfrutam também são desiguais. O modo de um indivíduo agir e de se portar no campo é determinado pela posição que ele ocupa naquele campo, bem como o valor de todo símbolo que o permeia é dado em consonância com essa posição.

A perspectiva do autor é de que os indivíduos são atores dotados de capital simbólico, interagindo em campos de ação específicos, no interior dos quais compartilham regras peculiares, travam disputas e fazem escolhas incitados por seus *habitus*.

Se os *habitus* revelam as distinções sociais, essas distinções são produzidas pela distribuição desigual de capital entre os indivíduos, e, por conseguinte, são operacionalizadas no campo, fundando hierarquias e jogos de poder entre os agentes e definindo-os uns em relação aos outros. Logo, todo campo representa um campo de forças e de conflito, configurado pelas distintas posições ocupadas pelos indivíduos em seu interior, engendrando relações de dominação específicas.

Neste sentido, para que se compreenda o modo como a sociabilidade da vida de rua é organizada, é preciso tomá-la como um campo de forças que, embora sofra influências de pressões externas, possui uma lógica própria de organização, pelo qual os indivíduos que dele participam através do compartilhamento de elementos comuns, devem apreender as normas que o constitui e a posição que ocupam na hierarquia de poder inerente a ele. Isso porque, como todo campo social, a vida de rua, movimentada pela relação entre indivíduos oriundos de trajetórias socioculturais diferentes, também é

estruturada a partir de distinções e de valores que situa os indivíduos em relações de dominação específicas. A posição do indivíduo no interior da hierarquia de poder que o representa exerce pressão sobre as possibilidades de ação que lhe são abertas nessa conjuntura, pois, segundo Bourdieu (1992), as ações dos indivíduos só podem ocorrer dentro dos limites colocados pela posição que ele ocupa no campo.

Para o autor, a posição de dominação ocupada pelo indivíduo em um campo é sempre reforçada pelos signos distintivos presentes no seu *habitus*, reafirmando a posse de determinado capital. Isso porque em cada campo, o *habitus* que caracteriza determinado indivíduo determina a sua maior ou menor posse de capital simbólico, o que define sua posição, ao mesmo tempo em que o conjunto de posições ocupadas pelos agentes nos diferentes campos representa os seus *habitus* (BOURDIEU, 1992 e 2007).

Bourdieu (Idem) lembra que os indivíduos não são condicionados como dominantes ou dominados, e sim ocupam uma posição inferior ou superior na relação de poder que caracteriza a maior posse do capital valorizado por cada campo. Assim, um agente dominante em um campo pode não o ser em outro campo, uma vez que os campos são independentes e possuem leis próprias. Os interlocutores da pesquisa, deste modo, apesar de se posicionarem na vida de rua a partir da exclusão de outros campos de relações, no interior das práticas e regras que regem a vida de rua, passam a ocupar posições peculiares a esse cenário, ainda que na hierarquia de outros campos continuem excluídos ou ocupando lugares diferentes. As leis que regem cada campo são movimentadas pelas disputas por posições e interesses entre os agentes e permanecem, muitas vezes, imperceptíveis aos olhos daqueles que não fazem parte de determinado campo. Para o autor, é necessário que um indivíduo esteja inserido, conhecendo as regras do jogo, para que tenha consciência de como se dá a dominação naquele campo e como o embate ocorre em seu interior.

A tese, nesta direção, buscou a apreensão das leis, dos elementos valorizados, dos interesses e das posições que os diferentes grupos ocupam

no interior da vida de rua, permitindo uma assimilação mais entranhada das relações simbólicas que caracterizam a sociabilidade construída no âmago de uma organização peculiar de vida.

Fazendo referência à capacidade inventiva do indivíduo, Bourdieu (1996) ressalta que os agentes não só reproduzem as relações de dominação do campo, como também têm o poder de as produzirem, as legitimarem ou as transformarem. Suas ações, como já mencionado, só são possíveis dentro das possibilidades de ação oferecidas pela posição que o indivíduo ocupa no campo, fora do qual o indivíduo não pode agir. Percebe-se, desta forma, que a autonomia dos indivíduos, em alterar a estrutura de relações do campo, conforme indicada pelo autor, é restrita.

Uma vez que a tendência do *habitus* é de se rotinizar, pois configura práticas que ocorrem sem maiores elaborações racionais, a desigualdade dentro dos campos é, muitas vezes, validada como natural, consagrando certos valores e representações que se tornam aceitáveis pelo senso comum, por isso, não questionados pelos seus agentes.

Na perspectiva do autor, os indivíduos posicionados como dominados na hierarquia de determinado campo são incitados a assimilar o mundo de acordo com as categorias dominantes, posto que são socializados de modo a perceberem os processos de dominação nos quais estão submersos como legítimos e justos, levando-os a acatá-los.

Para Bourdieu (1992 e 2007), a legitimação da dominação sempre se dá a partir de uma relação violenta, seja essa violência física, através do uso da força, ou simbólica, uma violência não-explícita, expressa sem o uso da força, visto que conta com o consentimento daquele que é vitimado.

O conceito de violência simbólica, também caro a Bourdieu, é fundamental para compreender o processo de legitimação das relações de dominação no interior dos campos, pois, na perspectiva do autor, o poder exercido a partir de relações simbólicas é mais eficiente do que o uso da força em si (BOURDIEU, 1992).

A violência simbólica se dá a partir da ação sutil dos agentes, visando a preservação das forças imperantes, através da imposição das regras que orientam a dominação nos campos, funcionando como recurso à reprodução da desigualdade. Apóia-se no exercício da autoridade dos que ocupam uma posição dominante em cima dos que ocupam posição de dominados, levando ao controle de um estrato sobre o outro. Ela é exercida a partir do interesse daquele posicionado em uma situação dominante, em manter essa dominação, mas ganha êxito através da sua aceitação pelo vitimizado, que, muitas vezes, acata silenciosamente essa relação simbólica como legítima e natural, sem perceber a violência que o acometeu.

Dominantes e dominados, a partir dos efeitos da violência simbólica, partilham de uma mesma crença, que é incorporada aos seus *habitus*, tornando-se responsável pela manutenção das estruturas sociais.

Percebe-se, a partir do que foi explanado, que a construção teórica de Bourdieu apresenta elementos essenciais para a compreensão da articulação simbólica que caracteriza as relações de poder e de dominação social nas quais as interações entre os grupos sociais que compõem a vida de rua estão inseridas, abordagem ausente na análise de Goffman sobre as interações vivenciadas pelos indivíduos estigmatizados. Por seu turno, as contribuições de Goffman, ao direcionarem o olhar para a negociação de papéis a partir das interações sociais das quais os indivíduos participam, possibilitam analisar a instância intersubjetiva da experiência cotidiana dos indivíduos estigmatizados, aspecto que seria inviável apreender via Bourdieu, que estabelece seu foco nas estruturas sociais que condicionam essas relações.

Deste modo, as contribuições mencionadas dos dois autores, com os devidos enfoques, apresentam, nesta tese, uma relação complementar, no sentido de permitir uma análise mais aprofundada da sociabilidade peculiar à vida de rua, abarcando tanto seus arranjos estruturais, como sua dimensão intersubjetiva.

Faltava à tese, porém, uma análise voltada para o processo de definição identitária em si, visto que a compreensão acerca da construção de identidades

dos indivíduos a partir do ingresso na vida de rua constitui o principal interesse do trabalho.

A teoria bourdiana, ao conceber a ação dos indivíduos como predominantemente disposta à reprodução das relações estruturadas nos campos, oferece ao indivíduo um limitado poder reflexivo de atuação, pois, orientado por suas disposições socialmente adquiridas, a tendência é que o mesmo venha agir de forma não reflexiva. O papel da subjetividade, portanto, fica comprometido, pois não oferece elementos capazes de compreender o desenvolvimento de elementos que possibilitem romper o determinismo estrutural.

Goffman, por outro lado, embora volte sua abordagem para os processos de interações cotidianamente vivenciadas pelos indivíduos e, de certa forma, sua análise ofereça recursos importantes para a reflexão sobre identidade a partir da representação que os indivíduos assumem frente aos demais, como mencionado anteriormente, suas reflexões não se revelam suficientes para compreender a relação entre a definição identitária e os conteúdos culturais, interiorizados ao longo da vida dos indivíduos. A ideia de identidade como resultante de representações adotadas no curso das interações parece excessivamente mecânica, pois retira do processo uma certa continuidade de consciência que permita conceber o *self* como relativamente estável ao longo do tempo, e não reconstruído a cada nova interação.

Essa concepção será estudada na terceira a última subseção desse capítulo, a partir das contribuições teóricas de Taylor (2005) sobre a constituição do *self* moderno, oferecendo à tese os elementos que faltavam para a análise do processo de delimitação identitária dos indivíduos adultos que passam a interagir e a compor a sociabilidade da vida de rua.

2.3. Subjetividade e Identidade

A obra de Taylor compreende o indivíduo a partir da sua capacidade natural de se autointerpretar, de avaliar as circunstâncias que se apresentam e de fazer articulações entre suas preocupações e seu contexto. Para que seja possível compreender esse indivíduo, não se pode tomá-lo como dissociado de uma dimensão moral, visto que, para ele, o indivíduo é um agente incontestavelmente moral, no sentido em que suas experiências sociais são permeadas por sensos morais, construídos ao longo de sua vida.

A noção de moral, neste sentido, revela-se fundamental para a construção teórica do autor e refere-se à base valorativa do indivíduo, a um conjunto de bens que se apresentam como pano de fundo a partir do qual as coisas adquirem significados para ele. A configuração moral do indivíduo, ou as coisas que importam para ele, é o que, segundo Taylor, orienta suas ações, suas avaliações e suas distinções (TAYLOR, 2005).

O mundo social, graças ao senso moral inerente ao indivíduo, não se apresenta para ele como uma realidade neutra de sentidos, mas sim repleta de significados diversos, que são ordenados pelo mesmo a partir de seu contexto.

Os conteúdos morais que dão direção às interpretações individuais são definidos a partir dos processos de socialização primária e secundária dos indivíduos, assim como de suas relações práticas com o mundo. Ou seja, são constituídos a partir da relação do indivíduo com coisas e pessoas que dirigem sua atenção para aquilo que se torna relevante. Essa noção, embora apresente uma amplitude diferenciada, coaduna com o conceito de *habitus* bourdiano, que, como já vimos, é constituído socioculturalmente ao longo da vida do indivíduo e funciona como uma matriz a partir da qual o indivíduo percebe as situações, orienta-se e faz escolhas em seu interior. Em Taylor, porém, diferente de Bourdieu, os indivíduos são dotados de aptidão para fazerem articulações entre seus valores socialmente adquiridos, isto é, sua autonomia está intrinsecamente ligada à sua capacidade de estabelecer um modo de vida factível, significativo ou mesmo digno, com base na identificação e ordenamento daquilo que importa para eles.

Os conteúdos morais, chamados também de fontes morais (TAYLOR, 2005) também nesta direção, acompanham os indivíduos em suas experiências sociais, auxiliando-os na realização de suas articulações valorativas entre o que considera importante nas relações e contextos particulares.

Para o autor, o indivíduo é dotado de capacidade para fazer “avaliações fracas” e “avaliações fortes”.

O indivíduo desempenha “avaliações fracas” quando realiza escolhas visando apenas a satisfação de um desejo imediato. A ideia do indivíduo ator goffmaniano, representando papéis de acordo com o processo interativo vivenciado, visando a manipulação das impressões dos demais sobre ele para que exerça controle sobre a situação, estaria próximo ao que Taylor chama de “avaliações fracas”. Pelo fato dessas “avaliações fracas” serem motivadas pelo alcance do êxito em uma determinada circunstância, não podem ser representativas da identidade do indivíduo, pois não possui uma essência moral como suporte.

Já quando esse indivíduo toma decisões baseado em uma distinção qualitativa entre o que é mais e o que é menos significativo para ele, está fazendo “avaliações fortes”. As “avaliações fortes” se distinguem das “avaliações fracas” por não serem guiadas por um resultado circunstancial, mas por serem norteadas por motivações que possuem uma profunda orientação moral acerca das coisas que realmente fazem sentido para o indivíduo. Conforme salienta o autor, a partir das “avaliações fortes”:

> Uma forma de vida pode ser vista como mais plena, outra maneira de sentir e de agir pode ser julgada mais pura, um modo de sentir ou viver como mais profundo, um estilo de vida como mais digno de admiração, um dada exigência como sendo uma afirmação absoluta em oposição a outras meramente relativas etc. (TAYLOR, 2005, p. 35)

A noção de “avaliações fortes” é central na teoria tayloriana, pois, a partir dela, evidencia-se que os indivíduos não são vulneráveis apenas aos seus impulsos imediatos, pois têm capacidade reflexiva para realizar distinções

qualitativas entre seus próprios desejos, analisando aquilo que tem maior sentido para suas vidas.

Neste sentido, Taylor oferece à tese contribuição essencial para a reflexão sobre a relação entre reflexividade e subjetividade (no sentido de interioridade, que é o que falta a Goffman), presente na delimitação identitária dos indivíduos e inexistente na concepção de *habitus* de Bourdieu, que pressupõe que os indivíduos agem quase sempre inconscientemente, sem maiores elaborações reflexivas. Apesar de, em Taylor, essas avaliações fortes não serem aleatórias, fazendo com que, deste modo, a reflexividade dos indivíduos não se dissocie dos seus conteúdos morais, o autor dá a esse indivíduo o poder de se orientar em meio ao seu horizonte de referências e fazer escolhas a partir da identificação e reordenação daquilo que lhe é significativo. Apesar dos valores que orientam os indivíduos não serem meramente subjetivos e sim objetivados (estruturantes e estruturados, em uma linguagem bourdiana), os indivíduos refletem sobre eles e se vinculam àqueles no qual se reconhecem.

Em resumo, partir das suas “avaliações fortes” os indivíduos constroem uma hierarquia valorativa, com base na articulação de suas fontes morais, colocando em uma balança seus desejos, em prol de reconhecer, em uma dada circunstância, aquilo que consideram como mais digno, justo, bom, etc.

O desejo selecionado como mais digno, nesse sentido, não vai funcionar apenas como desejo, mas como um padrão, um bem de valor simbólico que dá sentido às escolhas individuais e a partir do qual os indivíduos orientam suas ações e conduzem suas vidas. Ou seja, quando os indivíduos empreendem “avaliações fortes” sobre os seus desejos, estão empenhados em discernir aquilo que eles podem considerar como um bem, ajudando a delimitar o melhor caminho a ser seguido. As escolhas que os indivíduos assumem após realizarem “avaliações fortes” revelam seus conteúdos morais (TAYLOR, 2005).

A definição de um valor como um bem orientador da conduta dos indivíduos não é estanque, podendo ser redefinido ao longo de suas vidas, de acordo com as conformações sociais que se fizerem presentes em suas biografias. Isso se dá porque a seleção de um bem não significa que ele representa o único valor que nos conforma, mas que, naquele momento, aquele valor se revela como mais significativo.

Contudo, as circunstâncias sociais são alteradas ao longo de nossas trajetórias. Nossa maneira de ver e de nos conduzir em relação às coisas é remodelada através do confronto com novos significados, que, por sua vez, são produzidos a partir da emergência de novas interlocuções em nosso cotidiano, fazendo-nos refletir e revisar o sentido que as coisas têm para nós. O que um indivíduo tem como um bem no presente pode mudar no futuro, influenciado por novos parâmetros sociais.

Nossas novas escolhas, no entanto, não ocorrem aleatoriamente, pois têm nossas fontes morais como base, impedindo que as escolhas e as articulações dos indivíduos se tornem ilimitadas. As fontes morais do indivíduo são profundas e indestrutíveis, porém, são reavaliadas de acordo com o contexto. Isso faz com que, mesmo que a hierarquia valorativa seja reorganizada, gerando novas articulações, os valores que permeiam nossas formações morais sirvam como suporte para a continuidade do *self* (TAYLOR, 2005).

A significação das coisas está associada a contextos histórico-sociais e culturais específicos. Uma vez que existe uma pluralidade de modos de vida e de contextos socioculturais, consequentemente, existem visões de mundo distintas. Indivíduos diferentes, ao valorizarem combinações distintas de coisas que importam para si, apresentam fontes morais também distintas, fazendo que as mesmas coisas assumam sentidos diversos para cada um deles. A definição cultural dos indivíduos está, deste modo, na base da assimilação de significados por eles, mas não é determinante de suas identidades. Suas trajetórias biográficas peculiares os levam a edificarem

hierarquias valorativas distintas, de modo a elegerem individualmente os bens através dos quais devem se guiar (TAYLOR, 2005).

Essa autonomia que Taylor dá ao indivíduo opõe-se à ideia bourdiana de campo como estruturador das condutas dos indivíduos, que defende que elas se encontram limitadas à posição que o indivíduo ocupa no campo além de garantir espaço para uma interioridade do sujeito, ausente em Goffman.

Na mesma direção da crítica a Goffman, considera-se que não é possível compreender as condutas dos indivíduos como orientadas independente das relações de poder nas quais eles se encontram inseridos, visto que a posição superior ou inferior do indivíduo nessa relação vai lhe abrir possibilidades de direções distintas. Por outro lado, a posição ocupada pelo indivíduo na relação de poder que condiciona determinado campo não pode ser concebida como determinante da sua conduta, assim, seria mais adequado pensar nesse processo como condicionante, tendo em mente a capacidade reflexiva do indivíduo fazer “avaliações fortes” segundo seus conteúdos morais, em meio às possibilidades que lhe são apresentadas pela situação em que se encontram.

A aptidão do indivíduo em fazer distinções qualitativas e de se orientar em direção a um bem está na base da ideia de identidade, edificada pelo autor. Na perspectiva de Taylor, a noção de identidade não pode ser assimilada objetivamente, pois só é possível apreendê-la a partir de um espaço de significações subjetivas que são constantemente avaliadas e reavaliadas na conversação com outros interlocutores.

De acordo com o autor, a identidade de um indivíduo é delineada a partir do modo como as coisas adquirem significado para eles, pelas interpretações que os próprios indivíduos fazem de si e sobre suas experiências em uma dada circunstância. O indivíduo define sua identidade quando se utiliza de “avaliações fortes” para se autoanalisar reflexivamente e encontrar significados acerca de quem ele é, onde ele está, de onde veio, quem são os outros e de como ele deve agir no contexto em que vive.

Uma identidade é, segundo Taylor (2005), relacional e dialógica, visto que é negociada a partir do diálogo com outros. A identidade de um indivíduo é construída através das trocas que ele realiza com o mundo natural e com outros indivíduos, no interior de suas redes de interlocuções. Por isso, ela só pode ser entendida em relação a outra identidade, pois o sentido das coisas para os indivíduos só lhes é revelado a partir do contraste com valores divergentes do bem a partir do qual ele se orienta, fazendo com que os indivíduos avaliem aos outros e a si próprios. Essa relação apresenta, em partes, proximidade com a construção teórica goffmaniana, que defende que uma identidade só pode ser compreendida em relação a outra identidade, posto que ela só se revela a partir da interação entre diferentes, que faz com que os indivíduos localizem socialmente os demais indivíduos e a si mesmos, embora Goffman não abarque o sentido de vida interior do sujeito, como realiza Taylor.

Para Taylor, o discernimento que os indivíduos fazem entre quem são eles e quem são os outros, leva-os a se perceberem como parte de um conjunto com o qual se identificam, diferenciando-os daquilo que se distingue significativamente de seu espaço moral. Essa relação, trabalhada mais acima a partir dos demais autores, levando-se em conta suas especificidades, está na base da ideia de sociabilidade.

Observa-se que apesar de ser delineada intersubjetivamente, a identidade não é eventual, mas normativa, pois, como já citado, as avaliações dos indivíduos não se dão ao acaso, mas são fundamentadas em conteúdos morais.

Segundo o autor, o reconhecimento intersubjetivo se apresenta como uma necessidade humana básica. O modo como o indivíduo se define, revela o bem que ele considera como mais digno de ser reconhecido. A apreensão da identidade de um indivíduo deve estar vinculada à noção de dignidade que ele revela, pois, para Taylor, ela só pode ser descortinada através da apreensão do valor a partir do qual o indivíduo se apresenta e se reconhece como merecedor ou não de respeito pelos demais (ARAÚJO, 2003).

Logo, os valores eleitos para a definição de uma identidade se baseiam na necessidade que o indivíduo tem de ser reconhecido a partir de um valor presente em suas fontes morais, considerado de maior significação naquele contexto.

Como já explanado nas páginas precedentes, se as fontes morais dos indivíduos não podem ser descartadas, uma vez que foram tecidas nos processos de socialização que os constituíram enquanto seres sociais, e ampliadas ao longo de suas vidas, o bem que eles consideram como mais digno é modificado intersubjetivamente, de acordo com a rede de interlocuções em que o indivíduo se insere. Do mesmo modo, as identidades assumidas pelos indivíduos não são fixas, pois novos contextos socioculturais podem moldar a compreensão que os indivíduos tecem de si. Mas, ao mesmo tempo, também não são fluidas, pois embora estejam em constante movimento, esse movimento não é ilimitado, visto que não ultrapassa as fronteiras dos conteúdos morais que as esboçam.

Nessa perspectiva, a identidade de um indivíduo é delineada de acordo com “avaliações fortes” acerca dos processos intersubjetivos vivenciados por ele, podendo ser alterada a partir da definição de qual dos elementos morais que o compõe deve ser evidenciado como um bem maior, através do qual o agente se identifica e gostaria de ser reconhecido em um dado momento social (TAYLOR, 2005).

Observa-se assim que, seguindo a direção da concepção tayloriana, a identidade que os indivíduos assumem, ao compor a vida de rua, tem como suporte as fontes morais constituídas ao longo das suas experiências de vida, e são delineadas de acordo com a rede de interlocuções que o indivíduo passa a integrar na sua nova conjuntura de vida. Logo, se a circunstância em que o indivíduo se encontra e os processos interativos que vivencia dentro dela o leva a empreender “avaliações fortes”, no sentido de reconhecer o valor que melhor representa a sua identidade nesse cenário, essa identidade não o dissocia completamente de quem ele era antes da inserção nesse outro contexto. Não há um total rompimento entre quem ele era e quem ele é, uma vez que os

valores tomados como um bem que o define antes e agora fazem parte da sua configuração moral, que é única e inquebrável. O que ocorre é que a vivência em contextos sociais distintos – no caso, a vida antes e depois do ingresso na rua -, levam-lhes a dar um maior realce ao valor - que já lhe é intrínseco - mais representativo do modo como ele se identifica em cada contexto.

Para Taylor (2005), só é possível a apreensão da identidade dos indivíduos através da identificação das fontes morais que atuam como pano de fundo para suas escolhas. Logo, o indivíduo que não é orientado por suas fontes morais, não opera avaliações fortes, por isso, não tem sua identidade inteligível. O indivíduo que não faz discriminações reflexivas acerca dos seus desejos e que, consequentemente, não tem um bem para o qual se orientar em relação ao que vale e ao que não vale a pena ser, é um indivíduo cuja identidade encontra-se em crise, pois sua identidade só é definida a partir do momento em que as coisas têm significado para ele, e que ele encontre um valor, um caminho que classifica como mais importante para sobre o qual se guiar.

Um indivíduo só pode ser compreendido no momento em que assume uma dada visão de mundo como relevante, no sentido de representar seus desejos e seus valores. Se o indivíduo não sabe se posicionar em direção a um bem, ele não é capaz de se identificar no seio de suas fontes morais e, deste modo, ele não sabe quem ele mesmo é. A identidade, nessa concepção, só é passível de ser concebida através da análise das tomadas de posição moral dos indivíduos.

Compreende-se, a partir do que foi explanado, que na visão tayloriana as escolhas que os indivíduos fazem, aquilo que eles definem como bom ou ruim, como certo ou errado, como importante ou não, refletem as manifestações de sua identidade, negociadas em interação com outras identidades, a partir do confronto entre os desejos emergidos pelas circunstâncias presentes e o pano de fundo moral que orienta seus modos de ser (MATTOS, 2007). Para ele, o modo como os indivíduos se reconhecem a partir de um bem possibilita-os se posicionarem em relação ao outro, no

sentido de haver semelhança ou dessemelhança em relação ao elemento moral identificado. Essa relação apresenta uma via dupla em relação aos limites do *habitus* de Bourdieu: por um lado, oferece uma maior autonomia ao agente; por outro, revela uma maior diferenciação entre os indivíduos que não são simplesmente reflexos de suas posições sociais.

A partir da construção teórica de Taylor (2005) acerca da definição identitária dos sujeitos morais no seio de suas redes de interação, a pesquisa encontrou os subsídios essenciais para a compreensão do modo como os indivíduos em situação de rua, a partir do reconhecimento sobre quem são e do lugar em que estão localizados, configuram uma hierarquia valorativa particular, porém, intersubjetivamente negociada, de modo a eleger o significado que revela a identidade que melhor expressa a orientação da sua conduta nesse contexto social.

As contribuições encontradas em Taylor, tal como concebidas por esta tese, além de oferecerem um aparato teórico indispensável para a análise das identidades de rua, também atuam, como pode ser percebido no decorrer desta subseção, como uma ponte entre os construtos edificados por Bourdieu e por Goffman. A afirmação é justificada, no sentido de que sua teoria, apesar de singular, em vários momentos se aproxima, ou mesmo se confronta, com alguns componentes das formulações teóricas empreendidas por ambos, promovendo, no estudo sobre identidade, a articulação entre os valores socioculturais que permeiam os indivíduos e os elementos incitados pelos seus processos interacionais atuais. A vinculação entre os três autores possibilitou o alcance de uma compreensão e operacionalização mais rigorosa da sociabilidade fundada pelas diferentes identidades em interação e em contraposição no seio da vida de rua.

Tendo explanado o embasamento teórico com o qual a pesquisa contou para analisar as relações identificadas durante a pesquisa de campo, o capítulo seguinte tecerá o percurso metodológico que a análise seguiu, a fim de permitir sua operacionalização e de atingir os objetivos propostos.

CAPÍTULO III

CAMINHOS TRILHADOS:
A compreensão da vida de rua em João Pessoa

No capítulo anterior, buscou-se incursionar o leitor nas correntes e nos conceitos teóricos recorridos, de modo a possibilitar uma melhor apreensão e interpretação das relações exploradas durante a prática do trabalho de campo.

Porém, a complexidade das experiências intersubjetivas que permeiam as identidades fundantes da sociabilidade na vida de rua exigiu, além de um aparato teórico adequado, um conjunto de métodos, técnicas e instrumentos que dessem suporte e abarcassem os diversos elementos relativos ao fenômeno pesquisado.

Para compreender o modo como as identidades dos indivíduos em situação de rua são construídas, foi preciso buscar a teia de significados sociais que eles constroem em torno de si e do mundo social no qual suas interações cotidianas são vivenciadas.

Tendo-se em vista os múltiplos eventos emergidos da dinâmica social encenada pelos indivíduos em situação de rua no cotidiano citadino, e a pluralidade de enfoques possíveis para a compreensão da ordem peculiar de vida construída por eles, considera-se oportuno, neste momento, delinear um esboço de como a pesquisa de campo foi traçada e conduzida, permitindo ao leitor conhecer os caminhos metodológicos percorridos, entre técnicas, espaços e interlocutores selecionados para dar suporte à análise apresentada nos capítulos posteriores.

3.1. A abordagem qualitativa

Buscando a percepção da intersubjetividade que permeia as relações sociais entre os indivíduos em situação de rua, optou-se pela realização de uma abordagem qualitativa que privilegiasse a compreensão dos elementos simbólicos inerentes às vivências na rua. A seleção desse tipo de abordagem se deu pelo fato da pesquisa qualitativa estar mais próxima da compreensão dos valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, permitindo uma

melhor apreensão dos modos como os sujeitos vivem e como percebem, pensam e sentem suas vivências, tomando como ponto de partida a expressão pessoal de tais processos.

Outro fator que me levou a trilhar o caminho qualitativo consiste na dificuldade de contabilizar a população de rua, considerando que parte dessa população está sempre migrando de uma área ou de uma cidade para outra, impossibilitando a aplicação adequada dos métodos conhecidos de recenseamento. Como já explanado no primeiro capítulo, o I Censo Brasileiro da População em Situação de Rua ocorreu apenas em 2007, identificando 31.922 adultos em situação de rua nas cidades onde a pesquisa foi realizada (BRASIL, 2008). A estimativa local, apontada pelo referido censo, é que em João Pessoa, lócus de realização da pesquisa que culminou nessa tese, existam cerca de 205 habitantes com mais de 18 anos em situação de rua.

A intensa mobilidade socioespacial desta população torna esses números incertos e questionáveis, fazendo com que em determinadas épocas do ano seu número seja elevado, enquanto em outros períodos esse número de indivíduos decresça. Isso impediria a seleção rígida de uma amostra representativa, do ponto de vista estatístico, da população de indivíduos em situação de rua de João Pessoa.

3.2. O trabalho exploratório de campo

Para uma apreensão mais aprofundada da sociabilidade construída pelos interlocutores da pesquisa no cotidiano das ruas de João Pessoa, realizou-se um trabalho etnográfico com diário de campo, onde se procurou registrar todas as percepções adquiridas no decorrer da pesquisa, no contato com os agentes, nos espaços sociais adentrados, no diálogo com os informantes e nas observações sobre as situações de campo presenciadas e analisadas.

De acordo com Minayo (1991), o trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa. A forma de realizar o trabalho de campo revela as preocupações científicas do pesquisador, que seleciona tanto os fatos a ser coletados, como o meio de recolhê-los. Campo, para a autora, "é o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação" (Idem, p. 105).

A primeira fase do trabalho de campo contou com a observação, tanto sob a forma de observação espontânea, como de observação participante, como técnica para a coleta de dados.

A observação espontânea, segundo Gil (2010), é adequada à fase inicial da pesquisa de campo, quando o pesquisador, alheio à situação que pretende estudar, observa-a em busca de se familiarizar com o fenômeno pesquisado. A presente pesquisa fez uso da observação espontânea durante o seu período exploratório, em busca de identificar os espaços de maior concentração dos agentes sociais da pesquisa, os indivíduos em situação de rua que vivem em João Pessoa – PB, com vistas a delimitar o recorte espacial para onde a pesquisa deveria se direcionar, na aplicação das demais técnicas de coleta de dados.

O esforço inicial de mapeamento das áreas de maior concentração de indivíduos em situação de rua na cidade de João Pessoa-PB, realizado a partir da observação espontânea, levou à eleição dos seguintes espaços para os quais a pesquisa deveria se voltar: as redondezas da *Feirinha de Artesanatos de Tambaú*, o *Mercado Central*, o *Terminal Rodoviário*, a *Feira de Jaguaribe* e o Mercado *Público do Bairro dos Estados*.

A seleção dos espaços supramencionados não assumiu uma posição definitiva, posto que o desenrolar da pesquisa e o contato com os informantes, até então não estabelecido, descortinaria a utilização dada pelos indivíduos a estes espaços e revelaria outros espaços de maior relevância[30] para o

[30] A seleção definitiva dos espaços abarcados pela pesquisa será explanada nas próximas páginas.

desenvolvimento da pesquisa. Esse mapeamento prévio, porém, apesar de ter sido reformulado no curso da pesquisa, serviu de base sobre a qual a pesquisa se apoiou para tomar suas direções iniciais.

O próximo passo foi preparar o terreno para a coleta de dados, a partir da observação participante. A observação participante, ainda de acordo com Gil (2010, p. 121), é realizada através da “participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa”.

A seleção dessa técnica se deu como forma de possibilitar uma maior aproximação com o objeto de estudo, permitindo o acompanhamento das experiências cotidianas e da variedade de situações que permeiam a vivência dos sujeitos da pesquisa, de modo a favorecer uma relação de familiaridade e uma melhor apreensão dos significados envoltos no fenômeno estudado.

Foi preciso, porém, cautela na inserção nesses espaços, visto que o êxito da coleta de dados no trabalho qualitativo está diretamente relacionado à empatia estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, pois a natureza das informações coletadas tende a ser afetada pelo caráter dessa relação (ZALUAR, 1997). A importância dessa ressalva reside no fato de que a inserção do pesquisador no campo, um agente estranho ao contexto social dos indivíduos observados, por si só, já origina interferência no cotidiano do grupo pesquisado. Se o pesquisador desde o início não adota meios de minimizar o estranhamento dos agentes em relação a ele, pode comprometer fortemente a rotina, as interações e os discursos dos sujeitos mediante a sua presença, prejudicando, assim, os rumos da pesquisa (BECKER, 1993).

Visando favorecer a natureza do processo interativo e proporcionar uma relação de familiaridade com os interlocutores da pesquisa, antes de adentrar seus espaços de sociabilidade, nos quais eu me situava como estrangeira, estranha aos grupos que deles faziam parte, a primeira aproximação foi buscada através do acompanhamento das atividades desenvolvidas por órgãos que oferecem algum tipo de auxílio a essa população. Esse meio de aproximação foi utilizado com o intuito de observar e,

principalmente, de me fazer percebida e reconhecida pelos sujeitos pesquisados.

Com este intuito, houve acompanhamento da distribuição de sopas no "Sopão da Solidariedade", que ocorre de segunda à sexta, entre as 16 e as 19 horas, na Lagoa do Parque Solón de Lucena, no centro de João Pessoa. O "Sopão da Solidariedade" faz parte do projeto "Sono sem Fome", desenvolvido desde julho de 2001, por Antônio Petrônio de Souza, popularmente conhecido como "Toinho do Bolo"[31]. O projeto, que oferece gratuitamente cerca de 500 copos de sopa por dia, é mantido através de doações de comerciantes e de transeuntes, e tem por objetivo atender indiscriminadamente a todos que têm fome e que transitam pelo centro da cidade.

Apesar do projeto não ser voltado exclusivamente para os indivíduos em situação de rua, há uma forte presença dessa população entre os indivíduos que se beneficiam da distribuição gratuita de sopas. Como muitos são assíduos freqüentadores do "Sopão da Solidariedade", tornando-se conhecidos do mantenedor do projeto, o próprio "Toinho do Bolo" atuou como facilitador da aproximação entre pesquisadora e os sujeitos sociais para os quais a pesquisa se voltava, revelando quem, entre os que ficavam na fila à espera pelo sopão, estava ou não em situação de rua.

[31] O apelido "Toinho do Bolo" surgiu devido à antiga profissão de Antônio Petrônio de Souza, a de vendedor de bolos. Segundo informações dadas pelo próprio "Toinho do Bolo", o projeto "Sono sem Fome" foi idealizado como forma de retribuição a uma benção que lhe foi concedida quando ainda era adolescente. Em 1984, aos 17 anos de idade Antônio migrou com sua mãe e irmãos de Conceição de Piancó para João Pessoa e, ao chegar na capital, ficaram desabrigados, passando frio e fome. Dias depois foram acolhidos por uma família que lhes deu abrigo, alimentação e condições de trabalho. De acordo com Antônio, naquele momento, ele selou um voto com Deus, pedindo uma oportunidade ascender economicamente e, em troca, todos os dias, ele mataria a fome de várias pessoas. Em seguida, virou vendedor de bolos e começou a juntar os centavos que ganhava de gorjeta, até colocar na rua, em 2001, seu primeiro carrinho de distribuição gratuita de sopas, com capacidade para alimentar 100 pessoas na época. Durante o período de realização da pesquisa, em 2009, o número de pessoas atendidas pelo sopão havia sido ampliado para 500 em média, chegando até a 700 copos de sopa em alguns dias em que a arrecadação era maior. No final do ano de 2010, porém, "Toinho do Bolo" mudou seu apelido para "Toinho do Sopão" e se elegeu Deputado Estadual da Paraíba. Com a sua eleição, "Toinho do Sopão" passou a doar parte do seu salário para o projeto e, no ano de 2011, o "Sopão da Solidariedade" passou a ser oferecido em outros pontos da capital, dobrando o número de indivíduos assistidos.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2009, duas vezes por semana, a pesquisa contou com a observação e a participação nas atividades desenvolvidas durante o “Sopão da Solidariedade”. O acompanhamento dessas atividades possibilitou o primeiro contato com os agentes da pesquisa, através de conversas informais durante o horário de distribuição das sopas. Ao mesmo tempo, permitiu que os indivíduos em situação de rua que por ali transitavam familiarizassem-se com a minha presença, o que facilitaria, posteriormente, a entrada nos espaços de sociabilidade dessa população.

Imagem do “Sopão da Solidariedade” no Parque Solón de Lucena.
Crédito: Anne Gabriele Lima Sousa

Se duas vezes na semana, terça e quinta-feira, observei as atividades desenvolvidas durante o “Sopão da Solidariedade”, nas segundas, quartas e sextas-feiras acompanhei os trabalhos desenvolvidos na Casa de Acolhida, um abrigo localizado no centro da cidade, mantido pela Prefeitura Municipal de

João Pessoa desde março de 2007, para dar acolhimento aos indivíduos adultos em situação de rua que vivem na cidade[32].

A Casa de Acolhida conta com 19 vagas para pernoite, com banho e duas refeições (jantar e café da manhã) para a população de rua adulta que possui cadastro na prefeitura[33]. Os indivíduos que se beneficiam do pernoite devem ingressar no recinto entre as 17h e as 18h, e deixá-lo entre as 7h e as 8h da manhã.

Além disso, diariamente às 19h, em frente à Casa de Acolhida, ocorre a distribuição gratuita de cerca de 80 refeições[34], também promovida pela prefeitura da capital, tendo como prioridade o atendimento à população de rua cadastrada. A população de rua que não possui cadastro na prefeitura aguarda pelas refeições que restam, no final da fila de distribuição. Apenas uma parte dos indivíduos não cadastrados consegue ter acesso a essa alimentação, fazendo com que eles comecem a formar filas em frente à Casa de Acolhida, todos os dias, por volta das 14h, para que tenham uma maior chance de ser beneficiados pelas refeições.

O acompanhamento das atividades do pernoite durou pouco mais de um mês, devido ao fato de que não há rotatividade entre os beneficiados pelo

[32] O acesso à Casa de Acolhida exigiu alguns procedimentos formais para que fosse concedida autorização pela Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa, órgão da Prefeitura Municipal responsável pela manutenção do abrigo. Com este intuito, foi necessário entregar um ofício do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco solicitando o meu acesso ao abrigo, uma cópia do projeto de pesquisa e dos meus documentos pessoais junto à secretaria competente e, em torno de 15 dias, recebi a carta de autorização, que deveria ser apresentada na Casa de Acolhida nos dias de visita. A posse da carta me foi exigida para o ingresso no abrigo apenas nos primeiros dias de visita. Quando os funcionários se acostumaram com a minha presença, a entrada no recinto não requereu mais formalidades e pude ter acesso irrestrito ao seu interior.

[33] No ano de realização da pesquisa de campo, em 2009, a Casa de Acolhida funcionava em um prédio na Rua Almeida Barreto, no centro de João Pessoa, e possuía 19 vagas para abrigo da população em situação de rua. Em 2010, porém, a Casa de Acolhida se mudou para um prédio maior na Avenida Capitão João Pessoa, no bairro Jaguaribe, ampliando para 30 o número de vagas para acolhimento e passando também a desenvolver projetos para a geração de emprego e renda, o que inexistia no antigo endereço.

[34] Todos os dias são encaminhadas 100 refeições para a Casa de Acolhida, que são servidas aos seus abrigados e, o restante, distribuídas entre os indivíduos em situação de rua que se aglomeram na porta do estabelecimento.

serviço. A Casa de Acolhida acaba funcionando como abrigo permanente para 19 indivíduos, que se tornam ex-moradores de rua. Os que têm condições de trabalhar deixam a casa de manhã e voltam no final do dia, pois têm seu espaço garantido. Os que não têm condições de trabalhar, devido à debilidade de saúde, permanecem internos na casa durante o dia inteiro. Alguns moradores da casa viviam lá há 2 anos, desde a sua fundação. Eventualmente um morador deixa a casa, seja por fuga, pelo aparecimento de algum familiar, ou pelo retorno à sua cidade natal. Nesse caso, entra-se em contato com algum indivíduo que está na lista de espera e preenche-se a vaga aberta.

Uma vez que a pesquisa deveria se voltar para a compreensão da delimitação identitária dos sujeitos que vivem nas ruas de João Pessoa, e para os seus espaços de sociabilidade, o aprofundamento do trabalho a partir dos permanentemente abrigados na Casa de Acolhida fugiria aos propósitos deste estudo, pois a saída da rua já geraria outras ressignificações acerca de si e dos demais, entre essa população. Além disso, como os indivíduos estariam invariavelmente na Casa de Acolhida, o contato entre investigadora e investigado só poderia acontecer dentro da própria instituição, podendo interferir no tipo de discurso proferido pelos agentes, diante dos olhares vigilantes dos funcionários da organização.

O contato com esses abrigados, porém, foi de grande valia para a fase exploratória da pesquisa. As conversas informais estabelecidas com os indivíduos abrigados pela Casa de Acolhida ofereceram importantes contribuições para a compreensão da rotina da vida de rua em João Pessoa, além de oferecer direções acerca da melhor estratégia de abordagem da população na rua, como dias, horários e indicação de pessoas que seriam peças-chave para a investigação. A breve convivência com essa população de ex-moradores de rua foi, deste modo, fundamental para o planejamento dos próximos passos da pesquisa.

Imagem do refeitório da Casa de Acolhida, no horário de jantar dos seus abrigados. Crédito: Anne Gabriele Lima Sousa

Uma outra contribuição da pesquisa na Casa de Acolhida foi o acesso ao cadastro dos moradores de rua adultos da capital, disponível no banco de dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O cadastro começou em 2007 e é feito com os indivíduos em situação de rua que procuram ou que são encaminhados por algum órgão ao setor de assistência social da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa, para receber algum tipo de auxílio, como abrigo, alimentação ou assistência médica. Nas fichas de cadastro[35] constam informações sobre o nome, apelido, idade, naturalidade, profissão ou ocupação, grau de escolaridade, tempo de estadia em João Pessoa, local de

[35] A direção da Casa de Acolhida permitiu que eu tivesse acesso à leitura das fichas cadastrais, porém, não foi autorizada a fotocópia dessas fichas. Por essa razão, não foi possível disponibilizá-la em anexo à tese.

dormida, rendimento semanal, vícios, doenças e tipos de violência sofrida pelos indivíduos.

A leitura dessas fichas permitiu que as observações fossem norteadas por um prévio conhecimento sobre as características dos indivíduos que compõem o campo de pesquisa. No entanto, o número de indivíduos cadastrados é baixo. Até o momento da pesquisa o cadastro contava com 78 fichas preenchidas. A maioria dos indivíduos em situação de rua na cidade não é conhecida pelo cadastro da prefeitura. Esse fator me levou à realização de uma leitura qualitativa das fichas de cadastro, porém, sem se restringir a elas, uma vez que o universo dos moradores de rua identificado pela pesquisa indicava uma amplitude maior do que os perfis abarcados pelas fichas cadastrais.

O acompanhamento da distribuição de refeições na porta da Casa de Acolhida, por outro lado, consistiu no canal mais importante para a aproximação com os atores da pesquisa. Como a atividade é direcionada exclusivamente para os indivíduos em situação de rua de João Pessoa, nas filas para a espera dessas refeições - e nas suas imediações - ficava concentrado um grande número de moradores de rua, oriundos de diferentes partes da cidade, cadastrados e não cadastrados na prefeitura.

Imagem da fila de indivíduos em situação de rua à espera da distribuição das refeições, na porta da Casa de Acolhida. Crédito: Anne Gabriele Lima Sousa

Das conversas informais firmadas com os indivíduos nas imediações da Casa de Acolhida, nos horários próximos à distribuição de refeições, e com os freqüentadores do “Sopão da Solidariedade”, emergiram importantes contatos que contribuiriam para o desenvolvimento da pesquisa. Os critérios para seleção dos informantes serão explanados mais adiante.

3.3. Os espaços de aprofundamento da pesquisa

Os contatos com os interlocutores, estabelecidos durante o acompanhamento das atividades para a fase exploratória da pesquisa - quais sejam, o “Sopão da Solidariedade”, o pernoite e a distribuição de refeições na Casa de Acolhida - também levaram a uma reformulação do mapeamento espacial inicial, de seleção dos lugares para os quais a pesquisa deveria se direcionar na busca por apreender os delineamentos identitários do que se utilizam desses espaços, compreender a sociabilidade ali estabelecida e assimilar como eles interagem entre si.

O diálogo com os moradores de rua, com os ex-moradores de rua e a leitura das fichas cadastrais apontaram como espaços de maior concentração de indivíduos em situação de rua em João Pessoa, os seguintes espaços: as adjacências do *Mercado Central*, do *Terminal Rodoviário*, da *Lagoa do Parque Solón de Lucena* e do *Supermercado Bompreço de Jaguaribe*. Todos os espaços estão situados na região central da cidade de João Pessoa, conforme pode ser observado no mapa a seguir:

MAPA DO CENTRO DE JOÃO PESSOA, DESTACANDO OS ESPAÇOS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA

Fonte: Google Maps

Mercado Central
Supermercado Bompreço
Lagoa do Parque Solón de Lucena
Terminal Rodoviário

A identificação das áreas, através da indicação dos próprios indivíduos em situação de rua, levou à reformulação do mapeamento inicialmente proposto pela observação espontânea, tendo permanecido apenas dois dos espaços previamente selecionados. Segundo os agentes da pesquisa, nos demais espaços indicados inicialmente muitos indivíduos em situação de rua costumam circular em busca de obter o seu sustento, mas poucos são os que permanecem nessas áreas.

Nas áreas centrais a concentração é maior, tanto por proporcionar um mais fácil acesso às diferentes partes da cidade, como por ser nessa região onde se concentra a maior parte dos trabalhos assistencialistas voltados para essa população. Além disso, as áreas centrais das capitais se caracterizam por serem espaços de grande circulação e visibilidade diurna, mas de esvaziamento noturno. Isso as torna especialmente atrativas para essa população, pois sua grande movimentação diurna oferece maiores alternativas para a obtenção de sustento, enquanto sua evasão noturna permite que eles possam se apropriar desses espaços, sem serem considerados incômodos.

Cada um dos quatro espaços para os quais a pesquisa se voltou apresentam algumas peculiaridades. Nas linhas seguintes segue uma breve descrição desses locais[36].

3.3.1. O Mercado Central

O Mercado Central consiste em um mercado público municipal, que funciona como uma feira de produtos de hortifrutigranjeiros, comportando também bares e lanchonetes. Localiza-se na Avenida Dom Pedro II, uma das ruas mais movimentadas do centro de João Pessoa, e possui o seu entorno tomado por estabelecimentos comerciais.

Construído na década de 1940, o Mercado Central é o mais freqüentado dos mercados públicos de João Pessoa. Entre as razões está a grande variedade de produtos oferecidos (abriga cerca de mil comerciantes), o fácil acesso (a maioria das linhas de ônibus da cidade tem ponto de parada no mercado), além do fato de que, ao longo desses quase 70 anos de funcionamento, tornou-se espaço de sociabilidade de diferentes grupos oriundos dos mais variados bairros da cidade.

[36] A relação dos espaços com a sociabilidade empreendida pelos indivíduos em situação de rua será desenvolvida nos capítulos de análise.

Imagem diurna do Mercado Central de João Pessoa
Crédito: Artur Cavalcante

Seu horário de funcionamento para as atividades de comércio formal é das 5h às 18h. No entanto, as atividades do Mercado Central não se limitam ao comércio formal. Ao anoitecer, a movimentação no local, embora diminua, não cessa. Alguns boxes de venda de bebidas alcoólicas continuam abertos e, nas suas imediações, pode-se notar dezenas de indivíduos alcoolizados, deitados no pátio ou participando de jogatinas. A partir das 22h já é possível observar que algumas áreas do mercado são utilizadas como pontos de prostituição, como lugar de venda e de uso de drogas e como guarida para uma parcela significativa da população em situação de rua de João Pessoa.

Seus becos, boxes, toldos, o tornam um abrigo propício para esses indivíduos que, no seu interior, costumam pernoitar sozinhos ou em grupos, como pode ser observado na imagem abaixo.

Imagem noturna do Mercado Central de João Pessoa
Crédito: Artur Cavalcante

3.3.2. O Terminal Rodoviário

O Terminal Rodoviário Severino Camelo, nome pelo qual foi batizada a rodoviária de João Pessoa, foi inaugurado em 1982. Localiza-se na rua Francisco Londres, bairro de Varadouro, situado na parte baixa da região central de João Pessoa.

Comportando linhas regulares para viagens intermunicipais e interestaduais, além de restaurantes, lanchonetes e de lojas de artigos para presentes, o Terminal Rodoviário possui intensa movimentação cotidiana. Segundo um funcionário da administração rodoviária, cerca de 350 mil pessoas - entre viajantes e transeuntes - circulam mensalmente no seu interior.

Se a presença do Terminal Rodoviário, por si só, já traz grande circulação de pessoas para a área, no seu entorno estão situados outros grandes equipamentos de utilidade pública. São eles: o Terminal Municipal de Integração do Varadouro – parada obrigatória para a quase totalidade das linhas de ônibus urbanos da capital-, a Estação Ferroviária de João Pessoa e a Central de Polícia de João Pessoa. Isso faz do Terminal Rodoviário um ponto de apoio para quem busca os serviços de algum dos outros equipamentos supracitados, visto que oferece à população serviços não-disponíveis nesses outros locais, tais como banheiros e telefones públicos, restaurantes e pontos de taxi.

Devido às suas características estruturais e à sua localização estratégica, possibilitando acesso a outros pontos também de grande movimentação cotidiana, os espaços do Terminal Rodoviário e seus arredores também são apropriados por parte dos indivíduos em situação de rua para dormida e higiene pessoal. Entre as 23h e as 5h, quando a movimentação no local diminui, devido à maior parte dos serviços como lojas e guichês de venda de passagens estarem fechados, é possível notar a presença de moradores de rua se utilizando de seus bancos, cadeiras, pátio e calçadas para repouso.

À esquerda, imagem da movimentação diurna do Terminal Rodoviário. À direita, imagem da sua movimentação noturna. Crédito: Artur Cavalcante

3.3.3. A Lagoa do Parque Solón de Lucena

O Parque Solón de Lucena, popularmente conhecido como Lagoa, possui uma área de 150 mil metros quadrados e representa um dos principais cartões-postais da cidade de João Pessoa. Consiste em um conjunto de jardins, com uma lagoa ao centro, cercada por palmeiras. O interior do parque e o seu entorno são repletos de estabelecimentos comerciais, tais como bares, lanchonetes, restaurantes, supermercado, banca de revista, farmácia, lojas de móveis, lojas de departamento, entre outros. Além disso, os principais serviços públicos da capital ficam localizados nas suas imediações.

Considerada o maior ponto de referência do centro da capital, a Lagoa é também o local onde se pode observar diariamente o maior fluxo de indivíduos e de veículos, posto que se posiciona como corredor de passagem obrigatória para todas as demais regiões centrais da cidade. Seu fluxo diário de indivíduos, segundo Koury (2005) é de mais de 80 mil pessoas.

Imagem aérea do Parque Solón de Lucena
Crédito: Felipe Gesteira

As imediações da Lagoa são utilizadas pelos habitantes de João Pessoa para diferentes tipos de atividades. Neste sentido, o Parque é, ao mesmo tempo, palco de prática de esportes, passeios, encontros, comércio formal e informal, prestação de serviços, manifestações sociais, práticas criminosas e até de moradia para uma parte dos indivíduos em situação de rua da capital.

Há, porém, que se considerar uma diferença significativa acerca das atividades realizadas na Lagoa, em termos de horários e de regiões.

É possível observar que os lados norte e sul da Lagoa apresentam dinâmicas cotidianas distintas.

O lado norte consiste na área onde estão situados a maioria das lojas, quiosques de bares e restaurantes, o comércio informal e os pontos de ônibus. Por isso, é onde se concentra a maior movimentação de trabalhadores, consumidores e transeuntes. Durante o dia, a movimentação do local se dá principalmente por trabalhadores e por consumidores da diversidade de

produtos e serviços disponíveis nas redondezas, embora também seja possível notar uma variedade de grupos exercendo diferentes formas de sociabilidade e um grande número de pedintes no local. Durante a noite, os quiosques - que já apresentam grande movimentação diurna- tornam-se o maior atrativo dessa região da Lagoa, convidando indivíduos para o consumo de bebidas, das músicas em alto volume reproduzidas por cada um dos bares ali situados e da prostituição, que na região apresenta-se bem frequente nesse turno.

No lado sul há poucos estabelecimentos e atrativos para a população consumidora dos serviços oferecidos nas redondezas, assim como uma infra-estrutura bem mais precária do que no lado oposto, faltando bancos, iluminação e segurança. Por essa razão, representa a região da Lagoa onde a movimentação diurna de indivíduos é bem mais escassa. Durante a noite, a falta de movimentação e de iluminação do local o torna um lugar oportuno para a prostituição – principalmente de travestis-, para a venda e uso de drogas e para a habitação de indivíduos em situação de rua, que fazem das árvores dispostas no local seu abrigo e sua dormida.

Diferente dos demais locais de concentração de indivíduos em situação de rua na cidade, na parte sul do Parque Solón de Lucena, devido à sua parca utilização pelos demais habitantes da capital, é possível notar a presença de grupos de indivíduos em situação de rua adultos ou crianças, apropriando-se dos seus espaços para descanso, alimentação ou lazer, mesmo durante o dia, embora à noite o número seja maior.

Imagem da região sul do Parque Solón de Lucena
Crédito: Anne Gabriele Lima Sousa

3.3.4. As imediações do Supermercado Bompreço de Jaguaribe

O quarto e último ponto de maior concentração de indivíduos em situação de rua abarcado pela pesquisa consiste nas redondezas do supermercado da rede Bompreço, localizado na Praça Castro Pinto, bairro de Jaguaribe, na região central de João Pessoa. A praça está situada na lateral da Avenida João Machado, uma das principais vias de acesso ao centro nervoso da capital.

O Supermercado Bompreço foi inaugurado em 2004, embora, segundo os antigos moradores das redondezas, desde a década de 1980 o local já venha sendo utilizado como ponto de funcionamento de supermercados. Possui horário de funcionamento diário entre as 7h e as 22h e consiste no maior supermercado do bairro. A área possui intensa movimentação cotidiana, pois, além de representar um corredor de passagem central, a presença do supermercado é responsável por atrair grande parte dos moradores dos bairros

vizinhos para o local, apesar dos outros estabelecimentos comerciais situados no entorno da praça também chamarem uma grande quantidade de indivíduos para a área.

Nas imediações do supermercado encontra-se um posto de gasolina, uma concessionária de motos, uma Auto Escola, uma casa de materiais para construção e uma banca de jogo do bicho, equipamentos que atraem não apenas os moradores da circunvizinhança, como os habitantes de toda a cidade como consumidores dos produtos e serviços oferecidos na área.

Imagem diurna da Praça Castro Pinto, onde fica localizado o Supermercado Bompreço. Crédito: Artur Cavalcante.

Como a maioria das ruas e avenidas do centro da cidade e de suas imediações, a Avenida João Machado - e, concomitantemente, a Praça Castro Pinto - apresenta um maior fluxo de veículos e de transeuntes durante o dia. No turno da noite, principalmente após as 21h, o local se torna deserto, sendo comum apenas a passagem de veículos em alta velocidade.

Nesse momento, a região do supermercado Bompreço é apropriada por dezenas de indivíduos em situação de rua, que fazem dos seus espaços lugares de habitação e de sociabilidade.

Seria mais adequado referir-se às “imediações da Praça Castro Pinto” como local de maior concentração de indivíduos em situação de rua, em detrimento do termo “imediações do Supermercado Bompreço”, uma vez que essa população não fica restrita à área do Supermercado Bompreço,

apropriando-se também dos espaços cobertos dos demais estabelecimentos comerciais situados no entorno da praça. Porém, os próprios moradores de rua se referem ao local de habitação como “perto do Bompreço”, “ali no Bompreço”, “em frente ao Bompreço”, sempre fazendo alusão à presença do supermercado como o maior ponto de referência do local. Por essa razão, a tese se utiliza da nomeação dada pelos interlocutores da pesquisa ao local, referindo-se à área de concentração dessa população como “imediações do Supermercado Bompreço”.

A grande quantidade de estabelecimentos com área exterior coberta, somado à proximidade e facilidade de acesso do local em relação às demais áreas da região central da cidade, tornam o lugar propício para a acomodação dos indivíduos em situação de rua, que costumam se utilizar desses espaços entre as 23h e as 6h[37]. Durante as outras horas do dia a presença desses indivíduos torna-se imperceptível.

3.4. A seleção dos informantes

Após identificar os espaços para onde a pesquisa deveria se voltar, em busca de compreender sua dinâmica e a sociabilidade dos grupos que se situam em seu interior – relação que será explanada nos capítulos de análise-, dediquei-me à seleção dos informantes-chaves que deveriam colaborar com a pesquisa em profundidade, através da realização de entrevistas .

A triagem dos informantes, através dos contatos informais no acompanhamento das atividades de assistência, revelou alguns atores importantes para cooperar com o desenvolvimento da pesquisa. Mas a escolha dos interlocutores também contou com a técnica de seleção do tipo bola de

[37] Não foi possível fotografar a área do Supermercado Bompreço à noite, pois alguns indivíduos não autorizaram.

neve, amparando-se nas redes de relações dos informantes inicialmente identificados.

Buscou-se abarcar indivíduos com características e com histórias de vida diferenciadas, de modo a abraçar um diversificado leque de interpretações. A escolha dos entrevistados, porém, baseou-se em alguns critérios de seleção:

Um primeiro critério utilizado para a escolha dos informantes refere-se à faixa etária do indivíduo e a idade do seu ingresso na vida de rua.

Interessava a compreensão dos processos de construção de identidade e a sociabilidade edificada pelos indivíduos adultos em situação de rua. A escolha por analisar esses elementos a partir de indivíduos adultos, em detrimento de crianças e adolescentes que participam da vida de rua, deu-se pelo fato do estigma que acomete essa população ser mais intensificado quando se trata de indivíduos adultos do que quando se refere a “meninos de rua”. Se, diante da presença de crianças e adolescentes nas ruas, a sociedade tende a acusar a crise nas instituições familiar e educacional como fatores responsáveis pelo problema, no caso dos indivíduos adultos, a culpa pela sua condição de rua assume caráter individual, sendo atribuída aos próprios indivíduos, a desvios e a fracassos pessoais, o que amplia o descrédito desses indivíduos frente aos demais habitantes urbanos. Buscou-se, porém, incluir indivíduos adultos com idades variadas, permitindo apreensão de experiências de vida diversificadas.

Além da pesquisa direcionar o seu foco para os indivíduos adultos em situação de rua, seus informantes deveriam ter ingressado na vida de rua já na idade adulta, posto que importava assimilar o modo como esses indivíduos renegociavam o seu estar-no-mundo a partir da inserção na vida de rua, assumindo identidades peculiares a esse contexto. Para entender os elementos inerentes a essa definição identitária, considerou-se fundamental a apreensão das referências que permeiam o modo como os indivíduos se compreendem antes de se tornarem moradores de rua e a forma como eles se identificam no seio da vida de rua. Nesta direção, julgou-se necessário que os

atores que atuariam como colaboradores da pesquisa tivessem uma história e uma identidade anterior à sua inserção na rua, possibilitando compreender os processos sociais que envolvidos na transição para uma nova identidade, definidora do seu modo de ser na rua.

Outro critério utilizado para construir o recorte de informantes-chave consistiu no local de habitação do indivíduo na cidade. Partindo do prévio mapeamento dos espaços de maior concentração da população de rua, privilegiou-se indivíduos pertencentes a alguma das quatro áreas identificadas, para que fosse possível perceber as similitudes e os contrastes na sociabilidade inerente à organização social dos espaços físicos e simbólicos que permeiam as referidas áreas.

Embora não estivesse entre os propósitos da pesquisa analisar a definição identitária dos indivíduos na rua a partir de uma ótica de gênero, buscou-se na seleção dos informantes estabelecer um equilíbrio quanto ao número de homens e de mulheres que colaborariam com o trabalho, atendendo ao intuito de oferecer um amplo conjunto de narrativas. Contudo, o número de informantes homens ultrapassou o número de informantes mulheres, visto que, na vida de rua, o sexo masculino também aparece em maior quantidade. A pesquisa, uma vez que não se baseou em referências estatísticas para a seleção da amostra, fez um esforço para minimizar essa variação, embora não fosse possível e nem se considerou viável - sob o risco de mascarar uma diferença real- neutralizá-la.

Apesar de todos os critérios indicados, talvez o mais importante elemento definidor da atuação do indivíduo enquanto informante para a pesquisa em profundidade consiste na sua disposição em colaborar com o trabalho.

É inegável, porém, a distância social existente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Zaluar afirma que (1997, p. 115):

> A pesquisa é a história de um relacionamento pessoal em que o pesquisador procura desfazer as impressões negativas da imagem de dominador, a fim de tornar a comunicação ou o

> encontro possíveis, bem como escapar das armadilhas montadas pela hierarquia ou desigualdades que transcendem a situação de pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho em tentar minimizar o longo espaço social existente entre a realidade vivenciada por mim e pelos pesquisados, de modo a favorecer a empatia necessária para a conquista da confiança dos interlocutores, foi decisivo para o comparecimento de informantes dispostos a colaborar. No entanto, por mais aproximação que certas estratégias metodológicas possam gerar, eles continuam posicionados socialmente a partir de um contexto de desigualdade. Os esforços, deste modo, tiveram seus momentos de sucesso e de insucesso.

Se, em alguns momentos, a relação possibilitou condições de maior contiguidade e reciprocidade, de modo a possibilitar a participação da pesquisa nas esferas mais íntimas dos entrevistados, em outros momentos, a barreira intransponível que separa as condições de existência vivenciadas por pesquisador e sujeito de pesquisa manteve-se erguida, tornando difícil ultrapassá-la. Em um universo social formado por uma heterogeneidade de indivíduos, é comum que alguns sejam mais acessíveis, permitindo um acesso mais célere ao seu conjunto de interpretações; outros mais reservados, exigindo uma maior dedicação, no sentido de conquistar a confiança necessária para torná-lo colaborador da pesquisa; enquanto alguns preferem permanecer completamente inalcançáveis. Foi preciso, nesses casos, respeitar a distância imposta pelos sujeitos. Deste modo, nem todos os indivíduos almejados pela pesquisa se dispuseram a colaborar.

A pesquisa chegou ao total de 18 informantes-chave, oferecendo a este trabalho um leque heterogêneo de interpretações.

Abaixo, será apresentado um resumo das características dos informantes selecionados pela pesquisa, buscando revelar algumas particularidades de cada entrevistado para que seja possível ao leitor uma compreensão mais contígua das relações que serão trabalhadas nos capítulos posteriores.

Contando como estratégia para preservar a identidade dos informantes, mas, ao mesmo tempo, tocar suas subjetividades, os nomes indicados não representam os verdadeiros nomes dos indivíduos entrevistados. Os nomes fictícios a partir dos quais serão chamados foram escolhidos por eles mesmos, significando os pseudônimos através dos quais gostariam de ser reconhecidos pela pesquisa. Nesta direção, a maior parte dos pseudônimos selecionados pelos indivíduos refere-se aos nomes de pessoas, próximas ou públicas, que admiram, ou apelidos que possuem alguma significação para eles.

A caracterização abaixo seguirá a ordem em que as entrevistas foram realizadas.

3.4.1. Descrição dos informantes-chave

1- José, 44 anos, natural de Mamanguape-PB, na rua há seis anos devido ao alcoolismo. Músico, sobrevive da ocupação de biscate[38] e habita a área do Terminal Rodoviário de João Pessoa.

2- Neném, 35 anos, natural de Conde-PB, na rua há três anos devido ao vício em crack. Sem ocupação anterior, sobrevive por meio da prostituição e habita a área do Parque Solón de Lucena.

3- Bel, 32 anos, natural de Bayeux-PB, travesti, na rua há dois anos – desde a morte da avó – pela inaceitação dos demais membros da família da sua condição de homossexual. Garota de programa, sobrevive por meio da prostituição e habita a área do Parque Solón de Lucena.

4- Jacinto, 40 anos, natural de Sertânia-PE, na rua há um ano devido ao desemprego. Artesão, sobrevive da venda dos colares e pulseiras que confecciona. Habita a área do Terminal Rodoviário de João Pessoa.

[38] Biscate é o termo que descreve uma ocupação temporária, exercida por indivíduos que realizam serviços gerais eventuais, em troca de alguma gorjeta. A ocupação é muito comum entre os indivíduos em situação de rua e é chamada por eles de “mandado”.

5- Paulo, 58 anos, natural de Belford Roxo-RJ, na rua há dois anos e meio – há um ano em João Pessoa- devido ao alcoolismo que o acometeu desde a morte da esposa. Sapateiro, sobrevive da ocupação de biscate e habita a área do Mercado Central.

6- Dodora, 62 anos, natural de Cuité-PB, na rua há três anos desde que teve complicações físicas decorrentes do diabetes. Sobrevive da captação de doações e habita a área do Mercado Central.

7- Francisco, 31 anos, natural do Rio de Janeiro-RJ, viciado em crack, na rua há nove anos – há um ano em João Pessoa-PB -, devido a perturbações causadas por violência sexual sofrida. Sem ocupação anterior, sobrevive da vigilância de carros e da prática de pequenos furtos. Habita a área do Supermercado Bompreço.

8- Maria do Socorro, 31 anos, natural de João Pessoa-PB, viciada em crack, ex-presidiária, na rua há dois anos, após cumprimento de pena por tráfico de drogas. Sobrevive da venda de drogas e da prática de pequenos furtos. Habita a área do Supermercado Bompreço.

9- Salete, 51 anos, natural de Areia – PB, alcoólatra, na rua há cinco anos por falta de vínculo familiar. Empregada doméstica, sobrevive de faxinas e da coleta e venda de materiais recicláveis. Habita a área do Mercado Central.

10- Kelly, 35 anos, natural de João Pessoa-PB, na rua há três anos – desde que se separou da ex-companheira devido à inaceitação da sua homossexualidade pela família. Empregada doméstica, sobrevive de faxinas e habita a área do Parque Solón de Lucena.

11- Biu, 82 anos, natural de João Pessoa-PB, na rua há sete anos por alcoolismo - há dois anos nas ruas de João Pessoa. Pai de santo, sobrevive da captação de doações e habita a área do Mercado Central.

12- Raimundo, 65 anos, natural de João pessoa, há três anos na rua por alcoolismo. Motorista de caminhão, sobrevive da captação de doações e da coleta e venda de materiais recicláveis. Habita a área do Mercado Central.

13- Genaro, 60 anos, natural de Pau dos Ferros-RN, na rua há dois anos- há seis meses em João Pessoa-PB-, devido ao alcoolismo que o acometeu desde o fim do seu casamento de 37 anos. Ex-comerciante, sobrevive da captação de doações e habita a área do Mercado Central.

14- Luzia, 34 anos, natural de Mari-PB, viciada em crack, na rua há onze meses devido a falta de recursos para o retorno ao Maranhão, onde sua família atualmente reside. Sem ocupação anterior, sobrevive da

captação de doações e da prática de pequenos furtos. Habita a área do Terminal Rodoviário.

15- Pelé, 45 anos, natural de Jequié-BA, na rua há quatro anos por desemprego – há um ano e meio em João Pessoa. Sobrevive através da revenda de balas e habita a área do Terminal rodoviário.

16- Josinaldo, 55 anos, natural de Pilar-PB, há oito meses nas ruas de João Pessoa por alcoolismo. Ex-cobrador de ônibus, sobrevive da captação de doações e habita a área do Mercado Central

17- Rosângela, 49 anos, natural de João Pessoa-PB, alcoólatra, na rua há três anos desde o fim do seu último relacionamento. Ex-prostituta, sobrevive da coleta e venda de materiais recicláveis e habita a área do Supermercado Bompreço.

18- Márcio, 35 anos, natural de Belo Horizonte-MG, viciado em crack, na rua há dois anos – desde que saiu de Belo Horizonte jurado de morte e chegou em João Pessoa à procura da irmã que reside na cidade. Ajudante de obras, sobrevive da vigilância de carros e da venda de drogas. Habita a área do Parque Solón de Lucena.

3.4.2. Outros colaboradores

Para completar o conjunto de informações necessárias para a análise da sociabilidade construída pela população em situação de rua nos seus lugares de interação, buscou-se, paralelamente ao convívio com os informantes-chave, o contato – sob a forma de conversas informais – com outros personagens importantes para possibilitar a compreensão da dinâmica dos espaços de observação da pesquisa. Trata-se de diálogos estabelecidos através de interações fragmentadas com funcionários, moradores das redondezas e frequentadores das áreas de concentração de indivíduos em situação de rua.

Essa medida não teve como propósito contraditar as narrativas dos informantes da pesquisa, mas ampliar o conhecimento sobre o fenômeno a partir das redes de informações reveladas por outros indivíduos que possuíam alguma familiaridade com os espaços apropriados por esses agentes sociais. Considera-se que a coleta de dados a partir de outros prismas de referência,

no esforço por alargar a compreensão dos campos de observação do estudo, revela-se imprescindível para alcançar uma assimilação mais abrangente dos processos sociais envoltos no cenário urbano, possibilitando descortinar relações que, por ventura, apresentassem desconexão com a interpretação inicialmente formulada.

Deste modo, o desenvolvimento deste trabalho contou com a pluralidade de vozes de atores partícipes diretos ou indiretos do panorama social movimentado pelos indivíduos em situação de rua no cotidiano de João Pessoa.

3.5. As entrevistas

A fase intensiva da pesquisa utilizou como técnica de coleta de dados a realização de entrevistas com os informantes-chave selecionados.

A seleção da entrevista como um dos principais recursos para a coleta de dados se deu porque essa técnica permite descortinar as diferentes maneiras como os indivíduos com biografias e origens culturais distintas percebem e descrevem os fenômenos que vivenciam. Combinada à observação participante, que ocorreu em todas as fases da pesquisa, possibilitou-me abarcar um amplo conjunto de vivências e os significados associados a tais vivências.

Objetivou-se, através da realização de entrevistas, a captação das histórias de vida dos interlocutores da pesquisa, buscando a apreensão dos processos vivenciados pelos sujeitos a partir dos sentidos atribuídos por eles próprios às suas circunstâncias, revelados por suas construções narrativas. A história de vida revela-se uma técnica de pesquisa fundamental para a assimilação das trajetórias sociais dos indivíduos tal como se apresentam subjetivamente para os mesmos, possibilitando compreender as interpretações que o indivíduo faz do mundo que o cerca e da sua localização nele. A técnica

permite apreender as experiências de vida dos indivíduos em uma dimensão processual, posto que a reflexividade sobre sua vida construída pelo ator que narra é fruto da interação entre ele e o pesquisador, bem como entre ele e o mundo social (HAGUETTE, 2003). Conforme afirma Queiroz (1988), a partir da história de vida os indivíduos relevam a subjetividade na objetividade e a objetividade na subjetividade.

Nesta direção, é importante lembrar que as narrativas dos indivíduos acerca das suas experiências de vida e sentidos atribuídos por eles às experiências passadas e presentes, assim como de planos para o futuro, têm como suporte a elaboração de memórias que são embebidas de conteúdos afetivos, continuamente moldados e remodelados ao longo do tempo e das circunstâncias socialmente vivenciadas (ECKERT e ROCHA, 2000). A memória apresenta-se como construção discursiva do sujeito que recorda o passado a partir de sua localização social presente em um tempo e espaço simbólico específicos. Ou seja, as lembranças e os significados revelados pelos indivíduos são compreendidos como construções sociais orientadas a partir do lugar em que eles se posicionam e onde mantém relações intersubjetivas. Os indivíduos, deste modo, reconstroem suas experiências passadas, a partir do modo como, no contexto atual, eles pretendem ser compreendidos pelos demais.

Para salvaguardar a qualidade das narrativas, permitindo um acesso mais profundo às concepções, às confidências e às revelações presentes nas histórias de vida dos informantes, algumas precauções metodológicas preliminares às entrevistas precisaram ser tomadas. Entre elas, a dissociação da minha posição de pesquisadora da imagem institucional do órgão que intermediou o primeiro contato com os agentes pareceu ser o cuidado de mais valia para a construção de relações mais estreitas e de confiança com os informantes, aproximando-me mais entranhadamente do conjunto de experiências e de significados provindos do multipertencimento dos indivíduos em suas distintas situações de inserção e de interação.

Deste modo, se as conversas informais iniciais foram estabelecidas nos espaços onde as atividades de assistência eram realizadas, posteriormente, a pesquisa intensiva de campo passou a acontecer nos espaços de sociabilidade onde os mesmos se sentiam mais à vontade para as entrevistas, locais geralmente escolhidos por eles. A iniciativa de deixar os próprios indivíduos escolherem o espaço onde gostariam de falar sobre suas vidas foi utilizada tanto para que os informantes, ao se verem em seus lugares de familiaridade, sentissem-se mais seguros e relaxados na minha presença – o que contribuiria para o êxito da entrevista-, como também revelou-se uma estratégia importante para o acesso à subjetividade dos agentes, uma vez que os locais escolhidos revelariam um pouco de suas identidades.

No entanto, cabe ressaltar que, dotados de capacidade reflexiva, os indivíduos não apenas atribuem sentidos a si e às suas circunstâncias, como atribuem sentidos ao próprio pesquisador. Isso faz com que a interação entre pesquisador e pesquisado ocorra a partir de uma eterna situação de performance, onde há uma constante negociação de identidades. Segundo Collins (1998), para o êxito do processo de entrevista, o pesquisador precisa, a todo momento, ajustar sua identidade, sublimar, ou mesmo alterar, pois os rumos da pesquisa dependem da dinâmica de sentidos criada pela interação entre pesquisador e sujeito. Isso leva à necessidade de preservação dessa relação social de forma mais cuidadosa possível, de modo a não comprometer a natureza das informações que o ator social se propõe a revelar para o pesquisador.

As histórias de vida dos informantes-chave da pesquisa foram reconstruídas através da realização de entrevistas em profundidade, em um esforço por garantir a qualidade e o aprofundamento das informações reveladas pelos agentes.

As entrevistas em profundidade foram realizadas a partir de sucessivos encontros com o mesmo informante. Cada encontro buscava explorar ao máximo a experiência, as impressões e as percepções dos indivíduos em relação a um determinado momento ou algum aspecto da sua vida, que era

alterado a cada encontro. Buscava-se analisar o modo como os indivíduos elaboram suas memórias acerca de cada circunstância experienciada e, a partir delas, posicionam-se, percebem o mundo social e interagem com ele. Como muitas situações interligavam-se, alguns pontos eram repercutidos em encontros diferentes. O esforço por estimular a repetição da narrativa de determinados eventos era considerado fundamental para perceber reordenamentos, ênfases e contradições nas falas dos interlocutores, permitindo analisar determinados detalhes com maior profundidade.

As entrevistas não eram orientadas por um roteiro de perguntas fixo, pois a direção de cada entrevista se dava de acordo com as narrativas do entrevistado, quando suas falas eram utilizadas como base para as perguntas seguintes, tornando cada entrevista distinta das demais. Os pontos sobre os quais as entrevistas se desenvolveram partiam de um roteiro semi-estruturado[39] – para que os objetivos do trabalho não se perdessem de vista em meio à pluralidade de eventos narrados pelos entrevistados- que buscava abarcar as interpretações dos agentes no que tange aos significados das circunstâncias vivenciadas ao longo de suas vidas antes e depois do ingresso na rua, como modo de compreender como seus valores e suas identidades são representados em meio aos processos de transição que tangem histórias peculiares de vida.

Deste modo, para assimilar os elementos que fundamentam a definição das identidades a partir das quais os indivíduos passam a se reconhecer na vida de rua, considerou-se indispensável a apreensão do modo como seus valores são socialmente construídos e intersubjetivamente reorganizados em contextos de vida distintos.

Buscou-se perceber a localização social e cultural do indivíduo através do modo como as circunstâncias são narradas e (re)significadas por eles, pois cada indivíduo interpreta a vida social a seu modo, onde o contexto que o

[39] O roteiro semi-estruturado encontra-se em anexo.

permeia leva-o a privilegiar os fatores que possuem maior significação para suas vidas, visto que contar uma história é ordenar os acontecimentos de acordo com o sentido que se quer conferir (ALBERTI, 1996).

As entrevistas em profundidade visaram, nesse sentido, compreender as similaridades e as divergências na elaboração das memórias reveladas pelos agentes, a partir da abordagem dos diferentes ângulos que constituem suas experiências biográficas, de modo a chegar mais próximo possível do conjunto de elementos que constituem as suas fontes morais.

Como instrumento de registro de dados a pesquisa contou com a utilização de um gravador, embora o instrumento protagonista do registro das entrevistas tenha sido o próprio diário de campo. Apesar de, em muitos momentos, o gravador ter se revelado imprescindível para a captação, não apenas das revelações, como das emoções e dos silêncios dos entrevistados, em outras circunstâncias, os informantes se sentiam intimidados com a presença do recurso tecnológico – alguns nem sequer permitiam a sua utilização. Nesses casos, as narrativas se desenvolviam com maior naturalidade sempre que o gravador era desligado (ou mesmo quando ele nem era proposto). Por essa razão, em diversos momentos o instrumento foi dispensado e o caderno de campo assumiu o seu posto. Foi necessário, para isso, intensificar o trabalho de observação direta sobre os diversos elementos simbólicos envoltos no contexto de entrevista.

As relações e os significados envoltos no campo social constituído pelos indivíduos em situação de rua foram captados a partir da análise das construções discursivas dos agentes, que se iniciou no próprio processo de transcrição e na primeira leitura de cada entrevista – acompanhando também todas as outras leituras. Neste sentido, cada nova entrevista com o mesmo informante era orientada pela análise prévia da entrevista anterior. Procurou-se, nesta direção, ir além do conteúdo revelado pela fala em si, buscando observar e compreender os movimentos, os gestos, o humor, o tom de voz, os intervalos, os silêncios, as ações e as interações observadas e devidamente registradas, pois, juntos, estes elementos representavam informações

relevantes para permitir adentrar nos sentidos revelados pelos interlocutores (BECKER, 1993).

Diferentes leituras das histórias reveladas pelos agentes foram realizadas durante o processo de análise de dados, no intuito de identificar, compreender, interpretar, perceber conexões, criticar, reinterpretar e sistematizar as informações coletadas, com vistas e encontrar significados que permitissem iluminar e encontrar respostas para os propósitos levantados pela pesquisa.

As leituras das entrevistas, as interpretações e as sistematizações decorrentes delas tiveram como suporte as reflexões levantadas pelo referencial teórico que orienta a tese. Deste modo, o estudo dos conceitos teóricos desenvolvidos pelos autores que embasam este trabalho orientou o processo de reflexão sobre as entrevistas realizadas, permitindo uma compreensão crítica dos elementos subjetivos evidenciados pelos sujeitos, no sentido de apreensão das definições identitárias e da sociabilidade que caracterizam a vida de rua.

A partir dos caminhos metodológicos explanados no decorrer deste capítulo, buscou-se adentrar no modo como os indivíduos em situação de rua, a partir das circunstâncias socialmente experienciadas, organizam os valores que os cerceiam, atribuindo sentidos a si e aos demais indivíduos com quem se relacionam, tecendo suas identidades e construindo uma sociabilidade peculiar à conjuntura na qual estão inseridos.

Os próximos capítulos apresentam as respostas alcançadas por este trabalho, oferecendo ao leitor a análise das histórias de vida e das interações observadas durante a pesquisa de campo, com o propósito de descortinar os elementos envoltos no contexto físico e simbólico que configuram a vida de rua em João Pessoa.

CAPÍTULO IV

A RUA COMO CAMPO

Interações e distinções na vida de rua

Os indivíduos em situação de rua não constituem um grupo social homogêneo. Eles se diferenciam uns dos outros em função da posse de elementos que condicionam os seus modos de atuarem e de interagirem na vida de rua. Neste sentido amplo, a compreensão das relações que o contexto da rua enseja possibilita que a tomemos como um campo (BOURDIEU, 1983, 1992 e 2007).

A definição da rua como um campo não tem por intuito enquadrá-la rigorosamente nos critérios bourdianos inerentes ao conceito de campo, mas apenas fazer uso de algumas características que contribuam para a compreensão da sociabilidade de seus habitantes. Nesta direção, a rua é compreendida, não como um espaço de circulação desregrada, mas como um espaço social organizado, permeado por relações de poder e por hierarquias simbólicas, no interior do qual seus indivíduos se distinguem com base na posse de algum tipo de capital. Avalia-se que, apesar da sua interdependência em relação a outros campos, o campo da rua é regido por uma lógica de estruturação permeada por regras próprias.

Como desenvolvido no segundo capítulo desta tese, os indivíduos participam de diferentes campos, devendo conhecer as regras inerentes a cada um deles e compartilhar, em maior ou menor grau, do tipo de capital valorizado em seu interior (BOURDIEU, 2001 e 2007). Os tipos de capitais desenvolvidos por Bourdieu consistem, como também já explanado, em capital social, capital cultural, capital econômico e capital simbólico.

Em sua teoria crítica sobre a desigualdade social brasileira, Souza (2003, 2006 e 2010), ao tentar explicar “a dinâmica das causas que produzem dor, desrespeito, não reconhecimento e humilhação para uns, e legitimação, felicidade, prazer e saúde, para outros” (2006, p. 18), defende que, nessa sociedade periférica, o capital social assume caráter secundário, sendo os capitais econômico e cultural os que melhor traduzem as hierarquias sociais que caracterizam a estrutura dessa sociedade. Há, contudo, que se considerar que a preocupação do autor reside no núcleo de poder e de conexões simbólicas que comandam as distinções que sobrelevam determinada classe

de indivíduos em detrimento de outra, além de buscar a compreensão do modo como os indivíduos pertencentes a esta classe subalterna naturalizam a dominação de outras classes. O autor não direciona o seu olhar para as distinções internas, produzidas por indivíduos de uma mesma classe, mas para a produção de uma hierarquia simbólica que permeia as distinções entre classes diferentes, posicionando os indivíduos de maneira desigual na sociedade mais ampla.

Esta tese, por sua vez, procura dar visibilidade ao modo como essas distinções ocorrem entre os atores sociais inseridos em um contexto social específico, o campo da vida de rua, buscando a compreensão do modo como indivíduos localizados em uma mesma classe subalterna estabelecem hierarquias internas e que tipo de capital assume maior relevância nesse cenário.

Este esforço tem por objetivo analisar os elementos valorizados na vida de rua, responsáveis pela diferenciação social entre seus agentes, buscando apreender o modo dos indivíduos se relacionarem com o mundo no seio dos espaços de significações nos quais eles estão socialmente posicionados e que caracterizam a sociabilidade deste espaço. Parte-se da perspectiva que os processos pelos quais os indivíduos atribuem sentidos a si e aos demais agentes com quem se relacionam, tecendo suas identidades nesse contexto, não ocorrem independentes das relações de poder sob as quais eles se encontram submersos ao participarem da dinâmica da rua.

4.1 As redes de apoio na rua

O ingresso na rua representa a ruptura dos indivíduos com laços sociais fundamentais para a sua aceitabilidade na sociedade, situando-os em um contexto de extrema exclusão. A sobrevivência nesse espaço, porém, exige que esses indivíduos construam novas relações sociais, com vistas a conseguirem sobreviver nesse cenário, com todas as adversidades que o

cerceiam. Neste sentido, inicialmente buscou-se compreender os tipos de relações constituídas pelos indivíduos na vida de rua como forma de analisar a importância do capital social para esse campo.

Bourdieu (2001) compreende a ideia de capital social a partir das redes de relacionamentos estabelecidas pelos indivíduos e que lhes conferem poder em um dado campo. Considerando a complexidade de se operacionalizar empiricamente um conceito tão geral como o de capital social, a análise não teve a pretensão de abarcá-lo em sua totalidade, mas de observar a posição dos indivíduos em relação a alguns elementos que denotam a posse deste capital concernente à vida de rua e que refletem distinções entre seus agentes.

Fontes (2010), em artigo sobre o papel das redes sociais no enfrentamento do sofrimento psíquico por indivíduos socialmente estigmatizados e excluídos[40], lembra que essas redes podem atuar na reconstrução de sua sociabilidade, no sentido de amenizar as perdas sofridas por eles, a partir da mobilização de recursos, sejam eles afetivos, monetários, de informação, entre outros. O autor também ressalta que os vínculos que possibilitam aos indivíduos acesso a recursos de apoio social podem ter inscrições sociais diversas, como o mercado, o Estado e as relações interpessoais, e que o acesso diferenciado dos indivíduos aos recursos oferecidos por essas redes pode estruturar suas identidades, diferenciado uns dos outros.

Nesta direção, a pesquisa buscou, nas redes de apoio com as quais os indivíduos contam para sobreviverem e organizarem suas rotinas na rua, observar em que medida sua maior ou menor inserção em redes sociais específicas implica em posicionamentos distintos na hierarquia simbólica inerente à vida de rua. Tomou-se por base os vínculos sociais evidenciados pelos próprios indivíduos, seja nas entrevistas ou nas conversas informais

[40] A análise do autor refere-se à compreensão de como operam as redes de sociabilidade para um grupo específico de indivíduos estigmatizados, os portadores de transtorno mental. Apesar disso, diversos de seus pressupostos e conclusões parecem ser aplicáveis a outros grupos.

estabelecidas durante a pesquisa de campo, responsáveis pelo acesso a recursos sociais, monetários, materiais e afetivos.

A análise apresentada nas páginas que se seguem voltou-se para a compreensão da forma como os indivíduos se relacionam com determinadas redes de apoio cotidianas, como os vínculos estabelecidos com o Estado, com familiares, com outros moradores de rua ou com outros atores – trabalhadores, moradores e frequentadores do entorno em que esses indivíduos habitam ou transitam.

4.1.1. Relação com o Estado

Como já explanado no primeiro capítulo, o Brasil nunca teve um Estado de Bem-Estar Social, contando com uma reduzida participação do Estado nos problemas sociais que acometem sua população mais precária.

Bursztyn (2003) ressalta que, em um país tão desigual como o Brasil, os estratos mais pobres e mais necessitados de políticas de proteção social são justamente os mais excluídos dos mecanismos de acesso a essas políticas.

Esses indivíduos inseridos em sociedades excludentes, na maioria das vezes “sofrem o processo específico de não ingressarem no mundo dos direitos ou dele serem expulsos, parcial ou totalmente” (NASCIMENTO, 2003, p. 61), cabendo a eles arcar com suas próprias necessidades.

Como já explanado no primeiro capítulo dessa tese, nas últimas décadas, o foco das políticas públicas destinadas às populações mais carentes passa a ser a família (tomada como o suporte de integração social do indivíduo) e o trabalho (tomado como possibilidade de superação da pobreza pelo indivíduo). Aqueles que ganham visibilidade social a partir da

desvinculação com essas duas esferas, como é o caso dos indivíduos em situação de rua, passam também a serem ignorados por essas políticas[41].

O olhar do Estado para a população em situação de rua, no sentido de desenvolver projetos e políticas sociais, pode ser mais perceptível em âmbito local, através de iniciativas de algumas prefeituras, incomodadas com a forte presença dessa população em suas vias públicas, como pode ser notado nos trabalhos de Oliveira (2008), de Silva e Herrera (2008) e de Vieira, Bezerra e Rosa (1994), entre outros.

No que se refere à cidade de João Pessoa, como já informado no terceiro capítulo, a prefeitura, através da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, conta com um cadastro de moradores de rua adultos da cidade.

O cadastro na prefeitura garante aos indivíduos adultos em situação de rua da cidade alguns benefícios, como alimentação diária, encaminhamento para assistência médica e psicológica, confecção de documentos, passagem de volta para suas cidades (quando o indivíduo é oriundo de outro município e deseja esse retorno), além de abrigo – quando abre alguma das vagas ocupadas na Casa de Acolhida[42]. Os indivíduos cadastrados recebem uma carteirinha com a qual se identificam no momento de solicitar algum recurso.

Como também já mencionado no terceiro capítulo, no período de realização da pesquisa o cadastro municipal contava com 78 moradores de rua, número bem inferior ao contabilizado pelo Censo do MDS, que indicou 205 moradores de rua adultos em João Pessoa. Esse número, por sua vez, parece

[41] Em 2008 o Ministério do Desenvolvimento Social publicou um documento intitulado Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a), mas até a conclusão da pesquisa nenhuma política nacional voltada especificamente para essa população havia sido colocada em prática.

[42] A relação dos informantes da pesquisa com o cadastro e com seus benefícios será ilustrada na tabela um.

ser bem menor do que o observado, embora não quantificado, pela presente pesquisa nas ruas de João Pessoa[43].

Considera-se que a participação ou não-participação dos indivíduos em situação de rua nessas políticas pode revelar diferenças no volume de capital social desses indivíduos, visto que a relação desses indivíduos com os órgãos estatais, no sentido de se tornarem beneficiários dessas ações, oferecem-lhes vantagens na vida de rua, que não são disponibilizadas aos que não possuem esse vínculo.

Neste sentido, a primeira rede de apoio utilizada para analisar a distinção entre os indivíduos, no que tange a maior ou menor posse de capital social, refere-se a relação que estes estabelecem com o Estado.

Em âmbito federal ou estadual, nenhum dos indivíduos em situação de rua abarcados pela pesquisa está inserido em qualquer programa ou benefício do governo.

Em âmbito local, com relação ao cadastro na prefeitura, apenas sete, dos 18 indivíduos entrevistados, dispõem desse benefício, embora todos os entrevistados não-cadastrados afirmem saber que há a distribuição de refeições na porta da Casa de Acolhida. Muitos deles frequentam a fila de espera no local, aguardando as refeições que sobram da fila dos indivíduos cadastrados.

A relação dos indivíduos com o cadastro e os seus benefícios pode ser observada na tabela abaixo.

[43] Apesar de não estar entre os propósitos deste estudo a contabilização dessa população, nas observações diretas realizadas sobre os espaços de circulação e de habitação dessa população na cidade notou-se a presença de um número de indivíduos que parecia bem superior ao que indica os dados do MDS. Nas próprias filas de distribuição de refeições havia ocasiões em que o número de indivíduos que compunham essas filas era perceptivelmente maior, sendo que grande parte dessa população nem sequer freqüenta essas filas. Embora na fila de espera não haja um controle oficial acerca de quem é ou não morador de rua – controle que já existe na fila dos moradores cadastrados a partir da apresentação da carteirinha – os próprios moradores de rua costumam exercer esse controle na fila de espera, expulsando ou delatando aos funcionários da prefeitura aqueles que não reconhecem como moradores de rua. Desta forma, pode-se inferir que a fila de distribuição de refeições é predominantemente composta por indivíduos em situação de rua.

Tabela 1 – Cadastro na Prefeitura e tipo de benefício usufruído[44]

		Tipo de benefício				
		Alimentação	Documentos	Assistência médica/psicológica	Acolhida[45]	Outro[46]
		f	*f*	*f*	*f*	*f*
Cadastro na Prefeitura:	Possui Cadastro	7	1	3	2	3
	Não Possui Cadastro	5	0	0	0	0
Total		12	1	3	2	3

Em muitas cidades, onde há a presença de movimentos sociais formados por indivíduos em situação de rua, esses movimentos exercem o papel de informar a população e de requerer políticas que beneficiem todo o conjunto de indivíduos nessa situação (ROSA, 2005). Como exemplo, o Movimento Nacional de Defesa e Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua (MNPR), fundado em 2004 e atualmente com sede em vários estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Bahia, Alagoas e Ceará, merece destaque na conquista de direitos sociais para a população em situação de rua no Brasil, e na distribuição de informações para a população acerca desses direitos.

Na Paraíba, no entanto, não há a presença de nenhum movimento formado por esses indivíduos, e os indivíduos em situação de rua inseridos nesse cenário, muitas vezes nem sabem que possuem algum direito. Isso pode ajudar a compreender o baixo número de indivíduos cadastrados e sem direito aos mesmos benefícios dos que possuem o cadastro.

São cadastrados na prefeitura aqueles indivíduos que procuram o setor de assistência social para solicitar algum benefício, como passagem, segunda

[44] Alguns indivíduos cadastrados usufruem mais de um benefício cada um.

[45] Considera-se beneficiado com acolhida aquele indivíduo que já foi abrigado pela Casa de Acolhida em função do cadastro.

[46] Entre os outros tipos de benefício citados estão a obtenção de passagens rodoviárias e a inscrição em programa de habitação com a promessa de distribuição de casas populares.

via de documentos, alimentação ou acolhida, entre outros. Muitas vezes, porém, os indivíduos não procuram a inclusão no cadastro por falta de orientação acerca de como ele é realizado e percebem que se posicionam em desvantagem em relação àqueles que possuem supostos requisitos para o cadastro, que acreditam ser ausentes neles mesmos. Isso pode ser constatado em alguns exemplos, como os reproduzidos abaixo.

Dodora, 62 anos, que não está cadastrada, ao ser indagada sobre o fato, salienta: “eu nunca fui atrás de saber não, que eu num tenho documento mesmo. É tudo mais difícil para quem não tem documento, que se não tem documento não tem como conseguir as coisas. É o meu caso”. Da mesma forma, Genaro, 60 anos, afirma que não sabia do cadastro e, ao ser questionado sobre não ser agraciado com as refeições, reforça: “Não, que parece que é eles que procuram para botar o nome, né a gente não [...] Parece que só quem ganha é quem já dormiu uns tempos lá no albergue. Parece que é uma coisa dessas”.

Ao mesmo tempo, ao serem questionados se gostariam de ser cadastrados, os informantes declaram: “Com certeza. Só de não ter que pegar fila é bom demais, que não é nem sempre que tem [*refeição*] para nós. Tem dia que acaba é cedo” (Genaro); “Para pegar a ‘quentinha’? Mas é claro. Quem é que não quer? Todo mundo quer. Se não quisesse não ia todo mundo lá para fila” (Salete, 51 anos).

Observou-se que a relação com o Estado, mantida pelos indivíduos a partir do cadastro na prefeitura, oferece aos mesmos vantagens que os distinguem daqueles que não tem acesso ao benefício. Em alguns casos, essa distinção é percebida pelos indivíduos que estão incluídos no cadastro, e utilizada por eles para tirar proveitos sobre os demais.

Um exemplo é o caso de Paulo, que tem 58 anos e é cadastrado na prefeitura. O informante conta que adoeceu logo que chegou em João Pessoa e lhe foi sugerido por um outro morador de rua que procurasse a assistência social do município, através da qual foi encaminhado para médicos e exames. Conta também que já passou um tempo na Casa de Acolhida, mas optou por

voltar para a rua, devido à rigidez das normas. Paulo ressalta que vê o fato de ser cadastrado como uma vantagem, pois graças a ele, tem acesso às refeições diárias, distribuídas em marmitas pela prefeitura. Paulo tem nessas marmitas uma segunda fonte de renda, pois como consegue alimentação diária no trabalho de "mandado"[47] que exerce no Mercado Central, costuma vender as marmitas que recebe para outros indivíduos, moradores de rua ou não, ou mesmo trocá-las por cigarros ou bebidas.

O cadastro na prefeitura, nesse sentido, revela-se como um bem, que outorga benefícios a alguns, em função da participação em uma rede, posicionando quem não o possui em uma condição inferior, pois esses indivíduos precisam percorrer caminhos mais árduos e instáveis para o alcance dos mesmos recursos, como a fila de espera, a captação de doações de outros fundos, ou mesmo a partir do desembolso de seus parcos recursos financeiros. A posição dos indivíduos em relação ao cadastro na prefeitura, deste modo, revela-se como um indicador da posse de capital social, situando-os em posições de poder distintas no campo, pois define seu maior ou menor reconhecimento e amparo nesse espaço.

No entanto, o fato da maioria de indivíduos em situação de rua não serem cadastrados demonstra a limitada ação dessas políticas, que beneficia apenas uma parcela dessa população.

Em artigo sobre as insuficiências das políticas públicas, Mioto e Lima (2006) levantam que, no Brasil, onde há uma grande limitação do Estado em relação aos seus compromissos com a proteção social, a família entra em cena no discurso público, que lhe atribui o papel de cobrir a incapacidade do Estado na promoção do bem-estar dos indivíduos. Conforme as autoras declaram, a família, nas últimas décadas, sai cada vez mais da esfera privada e vai ganhando reconhecimento do seu papel social de recuperação de uma sociabilidade solidária. Por isso ela passa a ser a principal beneficiária dos programas e políticas sociais governamentais. O Estado desloca para a esfera

[47] Mandado é o nome dado pelos indivíduos em situação de rua a ocupação de biscate. Significa que o mesmo presta pequenos serviços temporários em troca de alguma gorjeta.

da família, dessa forma, grande parte da sua responsabilidade em relação ao indivíduo.

A partir desta perspectiva, a próxima subseção analisará a relação dos indivíduos em situação de rua com a família, enquanto rede de apoio fundamental.

4.1.2. Relação com a família

A família, na sociedade contemporânea, é percebida como um dos principais eixos organizadores da vida, fonte de suporte material e afetivo dos indivíduos.

Scott (2011), no entanto, lembra que a família deve ser pensada a partir de uma multiplicidade de referências. Nessa direção, ela pode ser compreendida tanto como reduto de solidariedade, como também enquanto um lugar de tensões, no seio do qual as desigualdades são intensificadas. Neste sentido, ele reforça que a família se apresenta tanto como o espaço “da solidarização contra incursões alheias; e de rupturas diante da força das mesmas incursões.” (Idem, p. 10).

Alguns autores (CARVALHO e ALMEIDA, 2003; SCOTT, 2011; WOORTMAN, 1987) ressaltam que, em países caracterizados pela ausência da proteção social do Estado, como o Brasil, certos elementos revelam-se importantes para compreender as características que permeiam a realidade de famílias de baixa renda – das quais os informantes desta pesquisa são oriundos. Entre eles estão: a fragilização dos laços matrimoniais e o aumento do número de separações; o declínio do poder patriarcal e a maior presença de famílias chefiadas por mulheres; o exercício mais livre da sexualidade, com a maior incidência de gravidez entre as adolescentes; redução da possibilidade de outros membros, além do chefe, colaborar com a economia doméstica, devido às maiores restrições dos postos de trabalho; maiores frustrações

individuais, devido a impossibilidade de desempenhar os papeis culturalmente lhes atribuídos; maior ingresso dos jovens na criminalidade e nas drogas, devido ao desemprego e a falta de perspectivas; entre outras características.

No que diz respeito à sua dimensão de proteção e socialização, a pesquisa de Kuhn (2007) sobre a vida cotidiana dos moradores de uma comunidade periférica em Salvador revelou que, mesmo fragmentada por crises de diferentes naturezas, a família se apresenta como referência central no cotidiano dos indivíduos pertencentes às baixas camadas sociais brasileiras, revelando fundamental importância no desenvolvimento dos seus projetos biográficos.

Ainda nessa perspectiva, Sarti (2005), em sua tese sobre o valor da família para os pobres, ressalta que a valorização da família revela-se, além de núcleo de sobrevivência material e espiritual dos indivíduos, como um elemento identitário fundamental para os indivíduos de classes mais baixas. Para esses indivíduos, a vinculação à instituição familiar serve como uma referência simbólica importante para reforçar uma noção de dignidade, diferenciando-os de indivíduos “menos dignos” por não estarem associados à esfera moral da família.

Esta seção busca compreender a relação entre os indivíduos em situação de rua e a rede de apoio protagonizada pela família, em um contexto em que o Estado, como pode ser percebido na seção anterior, não se revela suficiente para oferecer amparo a esses indivíduos. Visa-se, com isso, perceber de que modo a relação com a família pode indicar a maior ou menor posse de capital social pelos interlocutores da pesquisa, no sentido de produzir distinções entre eles no campo da rua.

O I Censo Brasileiro da População em Situação de Rua apontou que no Brasil 34,3% dos indivíduos entrevistados mantém contatos freqüentes com familiares (contatos diários, semanais ou mensais) e outros 14,5% têm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses, até um ano) (BRASIL, 2008). Apesar de João Pessoa estar entre as cidades pesquisadas, os resultados locais não foram divulgados.

A pesquisa que culminou nesta tese, diferente do MDS, ao assumir uma abordagem qualitativa - não buscando, deste modo, representatividade estatística-, buscou a compreensão de como essas relações se dão entre os casos estudados, sem pretensões de generalização.

Entre os 18 casos estudados, notou-se que a maior parte dos interlocutores (2/3 dos indivíduos) não mantém relação com seus familiares, como poderá ser notado na tabela dois.

Vários trabalhos que se dedicaram a estudar a vida da população em situação de rua em diferentes cidades brasileiras (DI FLORA, 1987; ESCOREL, 1999; FRANGELLA, 2004; GEHLEN e SCHUCH, 2008; MENDES, 2007; ROSA, 2005) observaram que a circunstância limite produzida no interior da crise que desencadeou na situação de rua, na maior parte das vezes, tem forte envolvimento com a ruptura familiar desses indivíduos.

Escorel (1999), em pesquisa sobre os processos de exclusão dos indivíduos em situação de rua do Rio de Janeiro, levanta que as histórias de vida desses indivíduos representam histórias de perdas, marcadas pela subtração de vínculos, entre os quais, “o afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano” (p. 103) apresenta-se como significativamente relevante para compreender suas trajetórias de dificuldades, revelando-se como uma das principais características da vida solitária dos indivíduos adultos na rua. Para a autora, porém, a desvinculação sociofamiliar é proporcional ao tempo de permanência dos indivíduos na rua.

Esse rompimento familiar, na maior parte das vezes condicionante da situação de rua dos indivíduos, permitiria compreender, em parte, a ausência de relações familiares que marca a vida de rua da maioria dos agentes desta pesquisa. Da mesma forma, observou-se que a ausência de contato familiar é mais comum entre indivíduos que já estão há bastante tempo na rua (no caso em tela, mais de dois anos vivendo na rua), constituindo o que Rosa (2005) chamou de situação crônica de rua, quando o tempo na rua torna as

possibilidades de saída dessa situação cada vez mais distantes, pelo processual rompimento dos vínculos fora dali.

Essa relação pode ser observada na tabela abaixo.

Tabela 2 - Relação com familiares por tempo de permanência na rua

		Tempo de permanência na rua			Total
		Menos de um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	
		f	*f*	*f*	*f*
Relação com familiares	Mantém relação com familiares	2	2	2	6
	Não mantém relação com familiares	0	5	7	12
Total		2	7	9	18

Percebe-se, no entanto, que, em alguns casos, os indivíduos nunca contaram com laços familiares suficientemente sólidos, ou perderam-lhes ainda muito cedo, antes mesmo das rupturas que desencadearam na situação de rua. A fragilidade dessas relações fica mais clara quando olhamos para alguns exemplos, como o de Salete, que, aos 15 anos, grávida, foi entregue pela família para um casal de Belo Horizonte, que a levou, fazendo com que passasse seus próximos anos exercendo trabalho doméstico não-remunerado. Salete perdeu, naquele momento, seus laços familiares e nunca conseguiu reconstruí-los, razão pela qual hoje vive nas ruas. Outro exemplo é o de Bel, travesti, de 32 anos, expulsa de casa aos 14 anos de idade devido à não aceitação da sua orientação sexual pela família nuclear, fazendo com que fosse criada pela avó. Com o falecimento da avó, Bel hoje vive nas ruas, visto que não recebeu amparo de qualquer familiar. Ou mesmo no caso de Francisco, 31 anos, tendo ido viver, ainda adolescente, com a tia, devido ao falecimento da mãe. Anos depois foi entregue pela tia ao pai, com quem nunca havia convivido e, posteriormente, abusado sexualmente pelo mesmo. A fuga para a rua representou a busca por segurança. Por sua vez, o vício em

entorpecentes adquiridos na rua é apresentado como a razão pela qual sua família não o acolhe.

Nos casos estudados, também pode ser percebido que a ausência de uma rede de apoio formada pela família é particularmente comum no que se refere a indivíduos cujo conflito familiar e a consequente inserção na vida de rua estão relacionados ao vício em álcool ou em outras drogas, embora também tenha sido observada – com menor frequência-, em função de outras razões, como pode ser notado na próxima tabela.

Tabela 3 – Relação com familiares e motivo do conflito familiar[48]

		Motivo do conflito familiar			
		Viciado em álcool ou outras drogas	Orientação sexual	Atividade de Subsistência	Total
		f	*f*	*f*	*f*
Relação com familiares:	Mantém relações com familiares	3	1	0	4
	Não mantém relações com familiares	6	2	1	9
Total		9	3	1	13

O distanciamento familiar que caracteriza a vida de grande parte dos interlocutores da pesquisa e que afasta a família do seu papel de rede de apoio para esses indivíduos apresenta-se a partir de uma relação de mão dupla: por um lado, a família não oferece auxílio para as dificuldades vivenciadas pelos indivíduos; por outro lado, observa-se que, na maioria dos casos em que há esse distanciamento, os próprios indivíduos não procuram esse auxílio, possivelmente para que sua condição de subordinação não seja reforçada.

A família, nessa perspectiva, não é classificada pelos interlocutores como uma estrutura que representa amparo, mas como uma instância de

[48] A tabela apresenta os casos em que o ingresso na rua está relacionado à existência de conflito familiar, em função de diferentes razões. Entre os cinco casos não distribuídos na tabela devido à inexistência de conflito familiar, apenas dois deles mantém relação com a família, enquanto três não mantêm nenhum contato.

julgamento, que serviria para reafirmar a subalternidade na qual eles estão situados.

Como exemplo, Genaro está na rua, segundo ele, “por escolha própria”, desde a separação da esposa, e não procura a família para que não o vejam na atual condição física. Jacinto, 40 anos, na rua por desemprego, não procura o auxílio dos irmãos- por quem foi criado, embora tenha contato esporádico com eles por telefone,- para que não o vejam como um fracassado. Dodora, 62 anos, está na rua devido a complicações causadas pelo diabetes e não procura a família, que não sabe que ela vive na rua, porque não quer ser um peso para os outros carregarem.

Os relatos abaixo reforçam essa ideia:

> Eu não peço ajuda, não [*para a família*]. Todo mundo não sabe que eu estou aqui? Então pronto [...] Todo mundo já pensa que você vira gente ruim na rua, aí nem procura. Eu também não quero. Prefiro ficar aqui aguentando humilhação de quem eu não conheço, do que família ficar me jogando na cara as coisas. É bem melhor assim. Está bom assim, sem me encherem o saco. (Josinaldo, 55 anos)

> Ela [*a mãe*] não ajuda, nunca ajudou e ainda fica botando as meninas [*filhas*] contra mim. Eu também não peço nada, para ela ver que eu não preciso dela. Muito pelo contrário, o que eu faço é mandar dinheiro para as meninas [...] Eu ainda quero ter minha casa para mostrar para ela que eu passei tudo o que eu passei, mas não precisei dela para nada (Kelly, 35 anos)

Nota-se também, entre os casos estudados, que o contato entre os indivíduos e a família, nos casos em que ele incide, ocorre com mais frequência entre mulheres em situação de rua que possuem filhos menores vivendo com outras pessoas. Em termos materiais/financeiros, esse contato se dá mais no sentido de oferecer recursos aos filhos do que de receber algum auxílio para si mesmas. Indiretamente, porém, o mesmo contato confere a esses indivíduos uma espécie de conforto emocional, em meio ao individualismo com o qual se deparam em seus embates cotidianos e, neste sentido, revela-se como um recurso que atua como um capital social que produz ânimo para o enfrentamento das situações adversidades, como ilustra o relato de Neném, 35 anos: “Eu faço tudo pelos meus meninos, morro por eles

(...) Eu só num fiz mais besteiras na minha vida porque tenho eles, que precisam de mim". E Kelly, 35 anos, reforça:

> Eu quero dar exemplo para as minhas filhas [...] Eu posso não ser boa esposa, boa empregada, boa filha, não ser nada de bom, mas boa mãe eu devo ser. Porque mesmo eu nessa situação, nunca deixo faltar nada para as minhas filhas. Um dia Deus há de permitir que eu possa dar um lugarzinho para elas viverem comigo. Eu vivo esperando esse dia.

No único caso estudado em que o indivíduo conta com a ajuda material de familiares - Raimundo, de 65 anos -, devido ao fato desse contato ser esporádico e não se revelar como uma de suas principais fontes de auxílio na rua, revela-se como um laço fraco, posto que não lhe oferece nenhuma segurança com relação a suprir suas necessidades básicas. Deste modo, esse contato não lhe confere um capital social ou econômico significativo na hierarquia inerente à vida na rua.

A relação entre indivíduos em situação de rua e familiares por tipo de parentesco, troca de recursos e freqüência do contato pode ser observada na tabela quatro.

Tabela 4 – Relação com familiares por tipo de parentesco, troca de recursos e frequência do contato

	Troca de Recursos[49]				Frequência de Contato	
	Recebe Recursos		Oferece Recursos		Contato Frequente	Contato Esporádico
	Afetivo	Financeiro	Afeitvo	Financeiro	(Diário, semanal ou Mensal)	(Com intervalo de meses ou anos)
	f	*f*	*f*	*f*	*f*	*f*
Tipo de Parentesco: Pai / Mãe	0	0	1	0	0	1
Irmãos	1	0	0	0	0	1
Tios / Avós	0	0	0	0	0	0
Filhos	4	1	4	3	3	3
Total	5	1	5	3	3	5

Percebe-se, a partir do explanado nesta subseção, que a rede de apoio formada pelos vínculos entre os indivíduos em situação de rua e seus

[49] Em alguns casos o mesmo indivíduo recebe/oferece, tanto recursos afetivos, como recursos financeiros.

familiares não se revela como uma fonte comum de recursos à qual os agentes estudados costumam recorrer em busca de amparo para as dificuldades encontradas.

Não obstante, em alguns casos esse vínculo representa uma certa significância para os indivíduos que o possuem. Os recursos mobilizados por essa posse, no entanto, revelam-se limitados e insuficientes para configurar um volume expressivo de capital social no campo da rua, no sentido em que eles não percebem essa rede como uma importante e segura fonte de auxílio para o suprimento das necessidades que a conjuntura enseja.

Deste modo, o volume de capital social produzido pelas relações familiares com as quais contam os informantes da pesquisa não é suficiente para conferir-lhes uma maior ou menor posição de poder no campo da rua, responsável por promover distinções em função do maior ou menor acesso aos recursos oferecidos por essa rede.

Em pesquisa com os moradores de rua de uma cidade norte-americana, Snow e Anderson (1998) observaram que quanto maior o tempo na rua, maior a possibilidade de rupturas do indivíduo com os seus grupos de origem e do estabelecimento de novos grupos, formados por pares que habitam os mesmos espaços na rua.

Nesta direção, a próxima subseção analisará a importância das relações construídas entre pares de rua para a hierarquia simbólica que permeia o campo.

4.1.3. Relação entre pares de rua

Marques e Bichir (2001) ressaltam que em contextos onde há maior precariedade social, há uma tendência que as redes de apoio tenham uma dimensão mais homifílica (em que há atributos coincidentes entre os

indivíduos) e local (entre indivíduos que habitam em uma mesma área geográfica).

No que tange aos laços estabelecidos entre pares de rua há, contudo, que se considerar algumas especificidades.

Conforme lembra Frangella (2004), em sua pesquisa sobre o universo corporal dos indivíduos em situação de rua de São Paulo, as relações de sociabilidade entre os moradores de rua são constituídas sob o molde itinerante, no sentido em que, como a migração figura como uma importante característica dessa população, os grupos muitas vezes assumem caráter provisório e espacial, fazendo com que a construção desses laços não assuma caráter sólido, mas circunstancial. Ao mesmo tempo, a autora lembra que as redes de apoio formadas por indivíduos que compartilham um mesmo espaço se revelam um elemento fundamental para a sobrevivência dos indivíduos e para o reconhecimento social interno ao grupo.

Para Snow e Anderson (1998), as relações entre pares de rua são centrais para a vida cotidiana da maioria dos moradores de rua, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência fundamental, pois proporciona-lhes segurança, além de apoio emocional, material e informacional.

Na pesquisa com os indivíduos em situação de rua de João Pessoa constatou-se que mais da metade dos indivíduos entrevistados declaram contar com o apoio oferecido por outros moradores de rua.

Observou-se que, nos casos estudados, as relações de apoio entre pares são estabelecidas, principalmente, entre indivíduos que habitam áreas menos protegidas, por representarem áreas de circulação mais desregrada, como as redondezas da Lagoa do Parque Solón de Lucena e do Supermercado Bompreço de Jaguaribe. Já entre os agentes sociais que habitam o Terminal Rodoviário de João Pessoa e o Mercado Central, ou seja, espaços mais protegidos pelo fato de, apesar de serem públicos, contarem com mecanismos de vigilância privada, essa dependência de outros moradores

de rua se apresenta como menos comum. Essa distribuição será apresentada na tabela cinco.

A variação na freqüência dessa relação entre as diferentes áreas pode ser compreendida se levada em consideração a maior vulnerabilidade a que estão sujeitos os indivíduos que habitam áreas de circulação mais irrestrita, diferente dos que habitam áreas de circulação relativamente mais reguladas, pois contam com outros recursos de segurança e assistência, como a oferecida por outros indivíduos, não-moradores de rua.

Tabela 5 – Relação entre pares de rua por espaços de habitação

		Relação entre pares	
		Contam com o apoio de outros indivíduos em situação de rua[50]	Não contam como apoio de outros indivíduos em situação de rua
		f	*f*
Espaços:	Parque Solon de Lucena	4	0
	Supermercado Bompreço de Jaguaribe	4	0
	Mercado Central	3	3
	Terminal Rodoviário	0	4
Total		11	7

Segundo informam os próprios moradores de rua, entre os tipos de recursos oferecidos aos que participam das redes de apoio formadas por pares de rua, estão: o compartilhamento de comida e de água, de colchão ou de papelão, de cobertor, de bebidas alcoólicas e outras drogas, além de maior segurança para dormir.

O compartilhamento de álcool se apresenta como um dos elementos mais mencionados pelos interlocutores, revelando-se como um componente central da sociabilidade neste contexto. A segurança para dormir, porém, apresenta-se como o quesito mais enfatizado pelos agentes entrevistados,

[50] Não foi considerado na distribuição o caso de Luzia, que habita a área do Terminal Rodoviário na companhia do irmão. Os recursos angariados são compartilhados entre os dois. Mas uma vez que não se trata de uma relação construída na rua e que os mesmos não contam com o apoio de outros moradores de rua, essa relação não pode ser percebida como uma relação formada entre pares de rua.

garantindo-lhes uma relativa tranquilidade nos seus momentos de descanso, pois os mesmos acreditam que não a teriam se não tivessem esse vínculo com outros indivíduos na mesma situação.

Isso é ilustrado pelo relato de Neném, habitante da Lagoa do Parque Solón de Lucena, ao ser perguntada sobre como seria dormir sem a companhia de outros indivíduos em situação de rua:

> Dá para dormir só não, é esquisito. Pelo menos eu acho. Principalmente mulher, que os outros mexem. Os homens mexem. Que dá medo, dá! A gente vê as coisas que acontecem e fica é com medo [...] Quando você faz amizade é melhor. Quando cai aqui, tem que fazer amizade, que aí ninguém mexe. Eu conheço todo mundo, bem dizer. Ninguém mexe comigo, acho que vê que todo mundo me conhece. Se não fosse isso era ruim.

Bel, que também habita a área do Parque Solón de Lucena e dorme em companhia de outras três pessoas, conta que assim que foi viver na rua nem dormia, pois a única coisa que sentia era medo, por sempre lembrar dos casos noticiados de moradores de rua queimados em outras cidades. Para a informante, a construção de laços com outros indivíduos na mesma situação, faz com que se sinta menos desprotegida. A mesma acredita que quem dorme sozinho está mais vulnerável a riscos, pois é mais difícil que outros indivíduos queiram agredir quem está em grupo. Acha que se não fosse por isso, hoje poderia nem estar mais viva.

A tabela a seguir apresenta a distribuição entre os tipos de recursos mais comuns mobilizados pelos indivíduos que contam com o apoio oferecido por outros moradores de rua e sua divisão por espaços.

Tabela 6 – Tipos de recursos mobilizados por espaços de habitação

		Tipos de Recursos Mobilizados[51]				
		Partilha de objetos	Partilha de mantimentos	Partilha de bebidas Alcoólicas e outras drogas	Segurança	Outros
		f	*f*	*f*	*f*	*f*
Espaços:	Parque Sólon de Lucena	2	3	3	4	0
	Supermercado Bompreço de Jaguaribe	2	3	4	4	1
	Mercado Central	2	2	2	3	1
	Terminal Rodoviário	0	0	0	0	0
Total		6	8	9	11	2

Constatou-se, porém, que a inserção do indivíduo nessa rede não ocorre indiscriminadamente. Em muitas situações, para que seja aceito em um dado espaço pelo grupo de indivíduos ali já estabelecidos, o indivíduo recém-chegado precisa se submeter às regras impostas pelos demais, com vistas a gozar da relativa segurança que lhe garante o pertencimento ao grupo.

Em pesquisa sobre as relações de poder entre dois grupos de indivíduos residentes de uma pequena comunidade industrial inglesa, Elias e Scotson (2000) mostram que os grupos possuíam características relativamente homogêneas e que a posição diferenciada de poder entre eles se dava em função do tempo de residência no local. O grupo estabelecido, devido ao maior tempo de permanência no local, considerava-se superior aos indivíduos que residiam a menos tempo no lugar, tratados como “outsiders”. Esse grupo estabelecido, que possuía um alto índice de coesão, estabelecia estratégias de reprodução da sua posição de poder, estigmatizando o grupo tido como “outsider”, associando-o a elementos negativos.

Nota-se, porém, entre os indivíduos em situação de rua pesquisados, que essa hierarquização entre estabelecidos e recém-chegados no espaço,

[51] Em alguns casos, o mesmo indivíduo recebe tipos de recursos diversos.

não cria uma barreira intransponível entre eles. A aceitação dos indivíduos recém-chegados se dá por meio de negociações e da obtenção de vantagens pessoais pelos indivíduos já estabelecidos no espaço, sob pena do recém-chegado ficar exposto aos riscos do isolamento na rua. Essas funcionam como regras internas à sociabilidade na rua. Neste sentido, o indivíduo que deseja penetrar em determinado território monopolizado por outros indivíduos deve oferecer em troca algum tipo de moeda, como dinheiro, bebidas, cigarros, drogas, alimentos, entre outros, para que seja aceito, como pode ser observado no depoimento de Francisco:

> Não é chegar, assim, se entocando. Não é qualquer doido, que pode até dar o vacilo, aprestar com os outros. Logo de início, tem que ver [...] É normal isso. Quando chega, dá cigarro de fumo, traz cana, dá um miúdo, o de comer, essas coisas assim. Não é só aqui. Lá no Rio [*Rio de Janeiro, onde Francisco também já viveu na rua*] também tem. Acho que todo canto tem. É normal [...] [*Mais tarde]* divide quem quer. Tem gente que divide, que dá, que passa para os outros, mas nem é obrigação, porque tem que dar mesmo. Vê que o outro não tem, aí dá, ajuda também.

No caso das mulheres, muitas vezes, o ritual para permanência no espaço é cumprido através da prestação de favores sexuais, como lembra Kelly, 35 anos, habitante da Lagoa do Parque Solón de Lucena:

> "Até a pessoa se tornar conhecida leva tempo: a pessoa tem que aguentar um bocado de coisa [...] Toda vez que eu chegava num canto novo para dormir, tinha que agradar quem tava ali. Tinha vezes que precisava agradar quatro, cinco homens na mesma noite. Tinha vezes que só fazia ter nojo. Mas era o jeito, né? [...] Às vezes era o povo de rua mesmo, mas também tinha vezes que eram os vigias da rua, os pedreiros das obras [...] Tinha que fazer para me deixarem pousar por ali. Pelo menos não estavam me arrancando pedaço. E depois iam me proteger, né? Porque se fosse em outro canto era arriscado até chegar alguém fazendo maldade [...] Quando os outros já te conhecem, já passam a respeitar mais. Hoje ninguém mexe mais comigo. Mas de início não pode contrariar".

Na percepção da informante, inserida em um campo regido por leis próprias, e onde a violência se apresenta como um elemento orientador das práticas e das relações, a 'maldade' é concebida apenas como a ameaça "exterior" ao território no qual ela está inserida. A violência da qual muitas

vezes foi vítima representava o preço da sua proteção, legitimando, desta forma, a dominação dos indivíduos já estabelecidos no espaço.

Em ambos os casos explanados, pode-se notar que essas trocas que são impostas aos indivíduos para o consentido ingresso no espaço são comuns em situações em que eles ainda não pertencem a uma rede de relações na rua. Os relatos dos interlocutores sugerem que, a partir do momento em que os mesmos estabelecem vínculos e amizades nos espaços em que se inserem, sua permanência no local deixa de ser objeto de trocas, passa a ser aceita como comum ao espaço e as relações tendem a se tornar mais horizontalizadas.

Ao mesmo tempo, existem evidências para crer que essas relações não assumem dimensões profundas, atuando apenas com uma função compensatória, no sentido em que visam minimizar as necessidades e os riscos aos quais os indivíduos estão submetidos, mas ao mesmo tempo, aparentam ser frágeis e circunstanciais. Chegou-se a essa percepção ao indagar os informantes sobre a confiança depositada nesses vínculos. Em todos os casos estudados, os indivíduos afirmam que, apesar de se ajudarem uns aos outros, não confiam naqueles com quem compartilham os espaços. Como ilustra Josinaldo:

> Confiar a gente não confia, né? [...] Na rua tem gente de todo tipo, aí a gente confia, desconfiando. É aquele negócio [...], confia porque é o jeito, porque está do lado, querendo ou não está dando uma força, está dando uma mão. É melhor pensar que confia [...] Mas ter certeza mesmo da intenção da pessoa é mais complicado.

E Francisco reforça:

> Se tu não pode mais pedir ajuda de quem te conhece a vida inteira, sabe quem você é, tu vai acreditar na intenção de quem tu só conheceu ontem? Para cima de mim? Isso é para gente boba, que não conhece a malandragem das coisas [...] A senhora mesmo, a gente está aqui conversando, a senhora parece legal comigo, mas eu não posso garantir que a sua boa vontade de me escutar é boa mesmo, ou se amanhã a senhora pode fazer alguma coisa que me ofenda. [...] Eu digo assim, conheço um bocado de gente onde eu vá, mas durmo com um dos olhos abertos. Porque na vida é cada um por si. Amanhã aquele que te dá a mão, de uma hora para outra te dá uma punhalada porque você está no caminho dele. A vida deixa o camarada malandro. E

> a rua te deixa mais malandro ainda. Não pode dar o vacilo [...] Da rua não se leva ninguém. Um pode ajudar o outro hoje, mas amanhã é outra história. Se eu sair da rua amanhã, não vou mais nem lembrar de quem conheci aqui. Na vida é cada um por si, isso eu aprendi, dona [...] Essa é a lição que a vida dá".

Escorel (2003) defende que o isolamento e a solidão que marcam os trajetos cotidianos dos indivíduos em situação de rua, não se dão devido a uma rejeição aos agrupamentos, mas como um efeito da fragilidade dos suportes relacionais construídos por eles nesse espaço. Para a autora, os vínculos criados entre indivíduos inseridos nesse contexto de vulnerabilidade "são tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento" (p. 140). Os depoimentos acima sugerem que a ausência de confiança é um elemento importante no estabelecimento dessa fragilidade.

Neste sentido, ao contrário do que foi observado em outros trabalhos sobre as relações estabelecidas entre crianças e adolescentes em situação de rua, que costumam viver e se deslocar em grupos (LEWIS, 2001; RUI, 2008), entre os indivíduos adultos, é comum que passem o dia sozinhos em seus trajetos urbanos e só recorram à companhia de outros moradores de rua na hora do repouso, ocasião em que também compartilham alguns elementos de sociabilidade, como drogas e bebidas.

Apesar do caráter mais frágil e ocasional dessas relações, os laços de solidariedade estabelecidos entre indivíduos adultos em situação de rua, ainda que superficiais, podem ser considerados como parte importante de seu capital social, um capital ao qual os indivíduos recorrem como um recurso fundamental para o enfrentamento de situações diversas no cotidiano da rua, pois, se não fosse por ele, os indivíduos estariam mais fortemente sujeitos aos riscos que a situação de rua os imputam.

Deve-se considerar, porém, que a sociabilidade dos indivíduos em situação de rua não se resume ao contato entre pares, posto que os mesmos se deslocam e que estabelecem contatos com personagens situados em outras camadas sociais. A subseção seguinte buscará analisar a posse de capital social pelos indivíduos em situação de rua a partir da sua inserção em uma

rede de apoio configurada pela relação com outros grupos de indivíduos não-moradores de rua.

4.1.4. Relação com não-moradores de rua

Frangella (2004) lembra que as constantes circulações protagonizadas pelos indivíduos em situação de rua geram cruzamentos heterogêneos entre grupos, fazendo com que os indivíduos também interajam com outros agentes sociais urbanos. A autora ressalta que esses cruzamentos, ao mesmo tempo em que fazem com que os indivíduos sejam expulsos de determinados espaços, também fazem com que sua presença seja assentida em outros cenários.

Nesta perspectiva, os vínculos criados com outros grupos podem representar o acesso a benefícios que, como veremos mais adiante, muitas vezes são negados aos que não possuem os mesmos laços. A rede de apoio oferecida pela relação dos informantes com outros indivíduos não-moradores de rua, deste modo, foi considerada nesta tese como uma importante fonte de capital social, no sentido em que pode lhes conferir uma posição superior de poder no campo, em prejuízo daqueles que não contam com tais laços.

A maior parte dos interlocutores que contribuíram com esta pesquisa afirmam contar com o apoio oferecido pela relação mantida com outros indivíduos, não-habitantes de rua.

Diferente do que foi notado nas relações entre pares de rua, observou-se que as relações dos informantes com grupos de indivíduos não-moradores de rua, embora esteja presente nas redes de apoio com as quais contam indivíduos habitantes das quatro áreas pesquisadas, possui maior freqüência entre indivíduos que habitam as áreas mais protegidas e com circulação menos irrestrita, como é o caso do Terminal Rodoviário e do Mercado Central. Isso pode ser compreendido ao se atentar para o fato de que a própria permanência

dos indivíduos nesses espaços depende do consentimento de outros atores, que possuem alguma relação com esses espaços e que, portanto, exercem algum tipo de controle sobre essas áreas. A distribuição dessas relações por áreas de habitação é ilustrada na tabela abaixo.

Tabela 7 – Relação com não-moradores de rua por espaços de habitação

		Relação com não-moradores de rua	
		Contam com o apoio de não-moradores de rua *f*	Não contam com o apoio de não-moradores de rua *f*
Espaços:	Parque Sólon de Lucena	1	3
	Supermercado Bompreço de Jaguaribe	3	1
	Mercado Central	6	0
	Terminal Rodoviário	4	0
Total		14	4

Cabe salientar, porém, que as redes de apoio compostas por outros atores urbanos que oferecem algum auxílio aos quais recorrem esses indivíduos não se restringem aos vínculos criados com pessoas que participam dos seus locais de habitação, mas também representam relações mantidas com moradores, trabalhadores e freqüentadores dos locais por onde circulam. Os casos estudados levam a perceber que ambas funcionam como fontes de capital do qual os indivíduos que tem posse fazem uso para obter recursos, muitas vezes regulares, que os posicionam em uma posição privilegiada, em face das condições precárias e das incertezas sob as quais vive grande parte dos indivíduos em situação de rua, que, muitas vezes, não sabem em que momento vão conseguir angariar os recursos necessários para a sobrevivência.

Entre os recursos percebidos, que são usufruídos a partir da rede de apoio estabelecida pelos vínculos dessa população com outros grupos

urbanos, estão: autorização para pernoite em determinados espaços; guarda dos objetos pessoais; acesso a banheiros; garantia de donativos como água e alimentos; contratação de pequenos serviços, responsáveis por grande parte da renda desses indivíduos na rua; oferecimento de doações em dinheiro e objetos; entre outros.

A tabela abaixo apresenta a distribuição entre os tipos de recursos mais comuns mobilizados pelos indivíduos que contam com o apoio oferecido por não-moradores de rua e sua divisão por espaços.

Tabela 8 – Tipos de recursos mobilizados por espaços de habitação

		Tipos de Recursos Mobilizados[52]				
		Autorização para pernoite e guarda de objetos	Contratação de serviços	Doações em geral (água, comida, dinheiro, objetos , etc	Acesso a banheiro	Outros
		f	*f*	*f*	*f*	*f*
Espaços:	Parque Sólon de Lucena	0	1	1	1	0
	Supermercado Bompreço de Jaguaribe	1	2	3	2	0
	Mercado Central	3	2	6	3	2
	Terminal Rodoviário	4	1	2	4	1
Total		8	6	12	10	3

José, 44 anos, habitante do Terminal Rodoviário de João Pessoa, conta como essa relação com outros grupos de indivíduos ocorre:

[52] É comum que o mesmo indivíduo receba tipos de recursos diversos.

> Eu já conhecia o povo todo lá. Desde quando eu trabalhava lá. Eu fiz muito amigo, o povo de lá gosta de mim, eu me dou bem com todo mundo: desde as meninas da faxina, os guardas, os despachantes, diretor, todo mundo [...] decente. Eu só converso com gente decente [...] Melhor é que tem mais segurança, não tem confusão, dessas malocagens. Quando eu dormia lá para cima só não levaram minha roupa, o resto levaram foi tudo [...] Lá os guardas tomam conta para não ter bagunça. Eles todinhos me conhecem. Eu chego, tomo meu banho, converso, deito lá em cima tranquilo. Nunca teve problema nenhum, não.

Um outro exemplo é o de Paulo, que relata que, assim que chegou ao Mercado Central, um ano antes, não era bem visto pelos donos e funcionários dos boxes, devido ao fato de não conhecer ninguém. Mas, com o passar do tempo, foi fazendo amizades e conquistando a confiança das pessoas, que começaram a lhe atribuir serviços, como lavagem dos bancos, limpeza das mesas, recolhimento do lixo, pequenos consertos, entre outros trabalhos. Em troca, Paulo passou a se alimentar e matar a sede nos próprios boxes, sem custo em dinheiro. Afirma também que muitas vezes ganha presentes e que dorme dentro de um dos boxes, onde também guarda seus objetos pessoais. Segundo ele, é uma troca, pois ele dorme em segurança e cuida para ninguém mexer.

Segundo Frangella (2004), uma das grandes limitações com as quais sofrem os indivíduos em situação de rua é a falta de banheiros públicos gratuitos e a dificuldade de acesso a banheiros privados, tornando os corpos desses indivíduos limitados e despossuídos, restando-lhes, muitas vezes, apenas a própria rua para suas necessidades fisiológicas e impossibilitando o banho diário. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Escorel (1999 2003) chegou à mesma conclusão. Segundo a autora:

> O mais difícil é conseguir um lugar onde possam de maneira regular tomar banho, lavar a roupa e limpar seus pertences. A dificuldade de acesso à água e à higiene é relativamente homogênea em todo o território urbano. (ESCOREL, 2003, p. 148).

Isso também foi enfatizado por diversos informantes desta pesquisa, ao mencionarem a falta de acesso ao banheiro como a principal consequência negativa da ausência de uma rede de relações. Os indivíduos contam que

mesmo os banheiros públicos costumam cobrar uma taxa de manutenção, que gira em torno de cinquenta centavos. Para muitos indivíduos essa taxa pode ser simbólica, mas para quem os recursos são parcos, ou, muitas vezes, inexistentes, isso se apresenta como um grande empecilho.

As informações dadas pelos interlocutores sugerem que a constituição de laços com outros atores urbanos revela-se não apenas como uma artimanha à qual os indivíduos em situação de rua recorrem em busca de usufruir de vantagens, mas como um recurso fundamental para que esses indivíduos possam suprir necessidades humanas básicas e sem o qual vivenciam grandes apuros. Os indivíduos, por sua vez, parecem ter consciência de que os recursos adquiridos ocorrem em função desses laços.

O relato de Rosângela, 49 anos, habitante das redondezas do Supermercado Bompreço, ilustra essa consciência:

> O bom é quando já tem um canto certo [*banheiro*], que pode ir [...] Eu vou te dizer que o que é mais complicado não é o de comer, não. Chega em padaria, em restaurante, em lanchonete, sempre dão alguma coisa. Agora, os sanitários ninguém gosta de emprestar. Ainda mais gente de rua que, na maioria, são todos sujos, aí complica [...] Eu graças a Deus vou no posto [*posto de gasolina, local onde os funcionários costumam oferecer auxílio para Rosângela e seu companheiro, com quem vive na rua*], mas eu vejo muito o povo reclamar disso aí [...] De noite nem é tanto, que é cheio de canto, faz em qualquer canto mesmo. Mas de dia tem que se humilhar nos bares, nas lojas [...] Fazer em meio de rua não pode. Periga até dizer que é doido. Hospital é mais fácil, mas o pior é estar perto na hora né? Até eu mesmo, se tiver longe já é difícil.

Da mesma forma, os indivíduos que não contam que o apoio que representa tais relações com outros grupos aparentam perceber a posição desfavorável sob a qual estão situados.

> Gente que não é de rua não gosta de gente de rua. Xinga, vira a cara, fica de cara fechada [...] Uns tem mais sorte, arranjam [*quem ajude*]. Tem gente que não tem sorte [...] Eu mesmo nunca tive sorte. Se não for eu, se eu não fizer por mim, dar meus pulos. [...] É a coisa mais difícil do mundo [*indivíduos não-moradores de rua*] tratarem bem. (Francisco)

Bel também ressalta que, ao contrário de outros moradores de rua com quem convive, só consegue as coisas se pagar por elas, e que gostaria de ter um lugar onde pudesse se lavar de graça. A entrevistada acredita que a sua desvantagem em relação aos demais se deve ao fato de ser homossexual, e acredita que se não fosse teria mais chances de ser bem aceita pelas outras pessoas. Conta que assim que chegou na rua costumava ir atrás, mas, após ser mal-tratada inúmeras vezes, desistiu, e que só conta com a ajuda de alguns indivíduos também moradores de rua. Da mesma forma, Márcio, 35 anos, ressalta que na rua os indivíduos mais velhos têm mais chances de conseguirem alguma ajuda dos não-moradores de rua[53] e que por ser considerado jovem os outros o vêem como desocupado e preguiçoso, por isso, não conta com o mesmo apoio desses outros habitantes. O informante afirma que para ele as coisas sempre foram mais difíceis do que para outros.

Os recursos oferecidos pelos vínculos mantidos com outros habitantes urbanos, deste modo, revelam-se como uma forma de capital social fundamental para os indivíduos em situação de rua, posicionando-os de forma desigual no campo a partir do acesso ou do não-acesso a vantagens e benefícios pela participação ou não-participação nessa rede.

Percebe-se, a partir do explanado no decorrer desta seção, que as redes de apoio com as quais contam os indivíduos inseridos no campo, em contextos peculiares e provenientes de diferentes formas de vínculos, funcionam como mecanismos que assinalam distinções entre esses agentes, fazendo com que tenham um maior ou menor domínio das adversidades que a vida de rua enseja.

Neste sentido amplo, os recursos proporcionados revelam-se como um capital social fundamental para a compreensão das posições desiguais dos agentes na dinâmica social que cerceia o campo da rua. O capital social, deste modo, apresenta-se como um tipo de capital de fundamental importância para

[53] A relação entre a obtenção de vantagens na vida de rua em função da aparência de juventude ou de velhice será tratada mais adiante no capítulo.

o campo estudado, posto que o volume da sua posse vai condicionar *habitus*, rotinas e estratégias de sobrevivência distintas no cotidiano dos seus agentes.

Buscar-se-á, nas páginas seguintes, analisar a importância dos demais tipos de capitais levantados por Bourdieu (1992, 2001 e 2007) para o campo que representa a vida na rua.

4.2. Capital cultural e vida de rua

Como já explanado, para Bourdieu (Idem) o capital cultural compreende o conjunto de conhecimentos e de informações que possuem os indivíduos, ou seja, suas propriedades intelectuais, geralmente transmitidas pela família e pela educação formal.

A camada de indivíduos que compõe o que Souza (2003, 2006 e 2010) chamou de “ralé estrutural” compreende, segundo o autor, uma classe desprovida tanto de capital cultural, como de capital econômico, constituída por indivíduos que não possuem pré-condições sociais, morais e culturais necessárias para a apropriação desses capitais. Para Souza, a precariedade que caracteriza todas as esferas da vida desses indivíduos, é produzida, reproduzida e consentida por toda a sociedade, reduzindo-os a mero corpo físico desvalorizado e incapaz de atender as demandas sociais.

Os indivíduos em situação de rua, classe que classificamos no primeiro capítulo como pertencente a essa “ralé estrutural”, Nascimento (2003) chamará de “excluídos desnecessários”, pelo fato de não terem acesso aos bens materiais e culturais que lhes possibilitem encontrar um lugar no mundo.

Esta subseção busca analisar o modo como o capital cultural é distribuído entre os indivíduos em situação de rua estudados e a relevância desse tipo de capital para as distinções internas produzidas no campo da rua.

A partir da perspectiva bourdiana, que compreende que o capital cultural do indivíduo pode ser manifestado de formas diferentes, como na sua maneira de se expressar e se apresentar em público, na posse de bens culturalmente valorizados ou nos seus diplomas e títulos institucionalizados, a análise da relação dos interlocutores com o capital cultural, apresentada nas próximas páginas, partiu de algumas categorias, consideradas relevantes para a percepção do capital cultural entre os agentes da pesquisa.

4.2.1. A escolaridade dos indivíduos em situação de rua

Escorel (1999) lembra que a característica mais fortemente associada à pobreza consiste no baixo nível educacional. Em sua pesquisa no Rio de Janeiro, ela observou que a maioria dos indivíduos em situação de rua estudados possui baixa escolaridade, revelando-se como analfabetos funcionais, ou seja, indivíduos que, embora tenham alguma experiência escolar, não desenvolveram habilidade de interpretação, leitura e de realizar operações matemáticas um pouco mais complexas.

O I Censo Nacional do MDS sobre a população de rua (BRASIL, 2008), constatou que quase metade (48,4%) da população de rua no Brasil possui primeiro grau (ensino fundamental I e II) incompleto, enquanto 15,1% nunca estudou, 10,3% concluiu o primeiro grau e cerca de 7% possui o segundo grau completo ou incompleto.

Nos casos estudados em João Pessoa, como poderá ser observado na tabela sete mais adiante, observou-se que a maioria desses indivíduos possui o ensino fundamental (I e II) incompletos. Constatou-se também que apesar de apenas quatro se definirem como analfabetos, outros cinco indivíduos, embora tenham cursado algumas séries do ensino fundamental, apenas escrevem o próprio nome - às vezes escrevem e lêem outras poucas palavras - e fazem

cálculos simples, mas não são capazes de escrever e nem de compreender frases e textos um pouco mais extensos.

Alguns desses indivíduos tiveram, desde muito cedo, que conciliar escola e trabalho, fazendo com que desistissem dos estudos ainda nos primeiros anos escolares. Scott (2011) ressalta que a interrupção dos estudos pelas classes menos favorecidas, principalmente entre os indivíduos oriundos do interior, ocorre a partir da perspectiva de que o estudo atrapalha o trabalho e que, para sobreviver, pobre precisa trabalhar e não estudar. Apesar da impossibilidade de se realizar uma abordagem que se pretenda generalizável, devido ao baixo número de casos estudados, entre os interlocutores não foi observada uma maior frequência de interrupção dos estudos entre indivíduos oriundos de cidades do interior. Diversamente, os três únicos interlocutores que concluíram o ensino médio vieram de cidades do interior da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia.

Por outro lado, entre os informantes que nunca estudaram, observou-se tratarem principalmente de indivíduos oriundos de áreas rurais, com difícil acesso à educação formal.

Segundo Scott (Idem, p. 189):

> A inexistência de escolas na área rural pode ser vista como resultado da falta de investimento do estado em educação e do descaso dos proprietários de terra que jamais se preocuparam em instruir e capacitar a população trabalhadora (...) A inexistência da escola antecede uma mentalidade que contribui fortemente para a falta de estímulo ao estudo e a aprendizagem.

Essa realidade faz parte da trajetória de vida de Biu, 82 anos, que nasceu em uma família pobre e cresceu em uma área onde, na época, não havia urbanização e nem escolas disponíveis. Biu lembra que ele e seus sete irmãos sempre tiveram que trabalhar em diferentes atividades para ajudar no orçamento de casa, e que, por conta desses fatores, não tiveram o estudo ao seu alcance.

Esse também é o caso de Dodora, que, criada em uma *granja*[54] próxima a Cuité, no interior da Paraíba, nunca teve acesso a escola. A informante fala sobre como o seu analfabetismo a atrapalha e a inferioriza:

> Os outros todos fazem você de besta. Ensinam lugar errado, dão troco errado, ficam mangando. Aí eu aprendi a contar sozinha, para não passar de besta [...] Mas é muito ruim todo mundo saber ler e você não saber. Pensam até que você é burra, é cega [...] A pessoa te olha assim, como que se diz, pequenininha perto dos outros que manjam das palavras [...] Eu sei algumas letras, que minha filha ensinou, escrevo o nome, mas na hora de juntar tudo, eu não sei mais de nada, é ser muito ignorante [...] Por isso é que eu não sou ninguém na vida, sem estudo. Estudo tem que vir de obrigação.

A tabela abaixo apresenta a associação entre a escolaridade dos entrevistados e a área da qual são oriundos.

Tabela 9 – Escolaridade por área de origem

		Área de Origem[55]		
		Área Urbana		Área Rural
		Capital	Interior	
		f	*f*	*f*
Escolaridade:	Nunca estudou	1	0	3
	Ensino fundamental I incompleto	2	1	0
	Ensino fundamental I completo	0	1	0
	Ensino fundamental II incompleto	3	2	0
	Ensino fundamental II completo	1	1	0
	Ensino médio incompleto	1	0	0
	Ensino médio completo	0	3	0
Total		15		3

[54] Granja é o termo utilizado na região para designar um pequeno espaço de terra localizado em uma área rural, normalmente denominado, em outras regiões, de sítio ou chácara.

[55] Área do origem refere-se à área onde o indivíduo passou as duas primeiras décadas da vida, compreendida como um período comumente relacionado aos anos escolares.

Scott (Idem) ressalta que no caso das mulheres inseridas nas classes mais baixas, sobretudo pertencentes a gerações anteriores, a falta de tempo para a dedicação aos estudos começa muito cedo, devido a acumularem ainda muito novas as responsabilidades com os afazeres domésticos, além de viverem sob um forte controle masculino sobre o seu acesso à educação.

A falta de acesso à escola, ou a interrupção precoce dos estudos, é uma condição evidenciada por parte das mulheres que foram entrevistadas. Além de Dodora, interlocutoras como Neném, Salete e Rosângela, por terem assumido, ainda muito novas, responsabilidades com afazeres domésticos, e, em alguns casos, com filhos, não puderam estudar, ou precisaram interromper os estudos ainda nos primeiros anos escolares.

Deste modo, Rosângela que, por ser a mais velha de quatro filhos, desde criança precisou ajudar a mãe a cuidar dos irmãos e, por isso, nunca pode estudar. Da mesma forma, Neném foi criada pela tia e era responsável pelos trabalhos domésticos, deixando-a muito cansada para ir à escola. Interrompeu os estudos no 2º ano do ensino fundamental – embora não saiba ler e nem escrever- e aos 14 anos engravidou e casou, nunca mais retornando à escola, sobrevivendo da prostituição no centro de João Pessoa, a informante percebe os prejuízos que a falta de escolarização gera para sua vida e revela sua interpretação sobre um *habitus* que caracteriza determinada classe de indivíduos, da qual ela também é pertencente:

> Para quem não tem estudo é o jeito [*a atividade que exerce*]. Se eu pudesse, não tinha feito tanta da besteira. Hoje tava aí, numa casinha minha só com meus filhos. Sem homem nenhum, nenhum. Que homem é só atraso de vida. Por conta disso é que eu dou valor para eles estarem estudando [*dois filhos de Neném são internos no SOS Criança, instituição na qual estudam em tempo integral*] e são inteligentes viu? Oh meninos inteligentes. Parece nem que é filho de pobre. E toda vez que eu vou lá, digo para eles que tem que estudar para ser alguém na vida. Não é para fazer que nem eu. [...] Eu não tenho nada, mas eu quero que eles estudem para terem tudo, por conta disso é que eu mando eles estudarem.

A associação entre a escolaridade dos informantes e o gênero será mostrada na próxima tabela.

Tabela 10 – Escolaridade por gênero

		Gênero	
		Masculino	Feminino[56]
		f	*f*
Escolaridade:	Nunca estudou	1	3
	Ensino fundamental I incompleto	1	2
	Ensino fundamental I completo	0	0
	Ensino fundamental II incompleto	3	2
	Ensino fundamental II completo	1	1
	Ensino médio incompleto	1	0
	Ensino médio completo	3	0
Total		10	8

Se, conforme indicam os últimos relatos explanados, a ausência de escolaridade faz com que os interlocutores percebam a inferioridade na qual estão imersos, na direção oposta, onde os indivíduos possuem um nível de escolaridade um pouco acima da média dos demais agentes, nota-se que alguns indivíduos percebem a sua inserção no campo de forma diferenciada, como mostram os relatos abaixo.

> Eu estudei em escola boa, tive emprego bom, ganhando até mais ou menos. Eu não sou um ignorante, um analfabeto. Eu tive boa formação, ganhava elogio na escola, no trabalho [...] Quando eu era mais novo pensavam que eu ia ter futuro, ia ser doutor. Por isso que onde eu chego eu me dou bem. É que não sou um sem noção, eu tenho noção das coisas [...] Antes eu pensava assim, que morador de rua era só gente drogada, analfabeta, sem noção.

[56] Bel é travesti e entrou na distribuição como gênero feminino.

> Mas quando eu caí [*na rua*] vi que eu tava enganado. Tem gente bacana também, tem uma galera cabeça. Claro que nem todos, mas tem muito preconceito. Tem muita gente que é bronco, que não teve estudo, não pode estudar, mas nem é todo mundo que é assim (Pelé, 45 anos, segundo grau completo) .

> Não tem quem diga, mas eu sou formado. Eu me formei em 1989 no Colégio Estadual Olavo Bilac. Colégio bom, muito bom. [...] Antigamente não tinha faculdade, universidade, essas coisas que tem hoje. Era só se formar mesmo e tava bom. Para mim está bom [...] De rua mesmo você quase não vê alguém que é formado. O pessoal é mais ignorante mesmo. Formado mesmo quase não tem. [...] Eu acho importante [*ter estudado*], que ninguém sabe mesmo o dia de amanhã né? Aí aparece alguma coisa, quem sabe. Se não estudou, aí dança né? (Jacinto, segundo grau completo)

Embora os indivíduos se autopercebam de maneiras distintas no contexto da rua, devido à posse ou não posse de saber escolar, as relações observadas no campo sugerem que essa diferenciação é mais perceptível nos dois extremos, não em níveis intermediários, onde se situa a maior parte dos atores sociais da rua.

Conforme lembra Josinaldo, 55 anos, que adquiriu o diploma de ensino médio através de supletivo, “aqui não tem isso, não. Não está vendo eu? Eu sou formado e estou aí [...] Diploma só serve mesmo para quem não é de rua. Caiu aqui, tem que rebolar. Neguinho não quer saber se é A, se é B, se é C, quer saber que é de rua”.

Como pode ser constatado nos trechos a seguir:

> Assim eu penso que o pior é quando você vê que tem aqueles meninos novos, bonitos, que estudaram, tem família e estão vivendo na rua. Eu fico para não viver [...]. Se nós estamos aqui é que não tem outro jeito. Velho de rua não tem mais futuro mesmo. Mas esse aí está aqui por causa de que? Eu só penso assim, que é gente maconheira e sem vergonha. Estudou tanto, teve tudo na vida para está vivendo em rua? Rua não é lugar de gente não. Boa coisa não deve ser. (Salete, nunca estudou)

> Na rua o que vale é ser safa. Tem que ser safa, senão dança. Assim que a pessoa chega, faz é penar um tanto porque não sabe como que a coisa é [...]. O que mais tem é gente que tinha condições, que estudou [...] tinha outra vida e perdeu tudo por conta de droga. Para mim, pelo que eu vejo, o que mais tem é gente nessa condição [...]. Aqui tem que se virar. Quando está na

> rua tem que se virar do jeito que dá. Pode dizer até que é doutor [...]. Na rua se vacilar, ninguém quer nem saber. (Francisco, estudou até o sexto ano do ensino fundamental)

> Para mim, a pessoa tem que ter sabedoria [...]. A inteligência da pessoa está na sabedoria da pessoa [...] Eu não tenho muito estudo, eu tenho estudo, mas tenho mais ou menos. Para hoje em dia não é muito, que hoje em dia a pessoa estuda muitos e muitos anos. Agora sabedoria eu tenho, porque eu sei fazer as coisas, eu sei conversar sobre todo tipo de assunto [...] Eu me dou às vezes melhor [*na rua*] que muito caba até que é mais esclarecido, que estudou, que leu os livros.. É formado, mas não tem sabedoria. [...] Tem pessoa de rua que tem sabedoria e tem as que não têm. (Genaro, estudou até o nono ano do ensino fundamental)

Observou-se, a partir dos casos estudados, que a escolaridade apresenta-se na hierarquia simbólica inerente a vida de rua, em uma posição inferior a um saber prático, referente a habilidades específicas valorizadas nesse contexto e que, segundo os interlocutores, independe da formação escolar do indivíduo. Neste sentido, a simples posse de maior ou menor escolaridade, embora em outras dimensões possa favorecer o desenvolvimento de certas aptidões, por si só não parece conferir ao indivíduo mais ou menos poder, no sentido de uns serem mais valorizados do que outros na vida de rua em função desse critério em específico.

Bursztyn (2003) ressalta que a falta de escolaridade se reflete sobre o modo dos indivíduos ganharem a vida mesmo antes da situação de rua, fazendo com que exerçam trabalhos desqualificados, na maior parte das vezes excluídos do mundo do trabalho oficial, e que “se resumem à obtenção do estritamente necessário à sobrevivência imediata” (p. 43)

Nesta direção, um outro elemento utilizado para analisar a posição dos indivíduos em situação de rua em relação ao capital cultural referiu-se à atividade exercida pelos agentes na busca pela subsistência na rua, constituindo o objeto da próxima subseção.

4.2.2. As ocupações exercidas na vida de rua

As trajetórias ocupacionais dos indivíduos em situação de rua, Escorel (1999) analisa como sendo sempre marcadas por relações extremamente precárias com o mundo do trabalho.

Fruto de um *habitus precário*[57]- segundo a denominação de Souza (2003 e 2006), baseada no conceito de Bourdieu-, as atividades exercidas por esses indivíduos representam atividades informais socialmente desqualificadas, consideradas 'dispensáveis ao bom funcionamento da sociedade' (NASCIMENTO, 2003), exercidas por indivíduos também socialmente desqualificados e facilmente substituíveis.

Esses indivíduos, segundo Bursztyn (2003), têm como característica peculiar o fato de serem flexíveis, pois, mesmo que possuam alguma profissão anterior, apresentam capacidade de se adaptarem a diferentes tipos de trabalho. Escorel (1999) define essa alta flexibilidade como vulnerabilidade ocupacional, que se caracteriza pela "elevada taxa de rotatividade (...) e configura situações de trabalho irregular, descontínuo, parcial, intermitente, ocasional, eventual, sazonal, temporário ou de duração determinada" (p. 185)

Ao analisar as atividades de subsistência exercidas pelos informantes desta pesquisa, no intuito de perceber até que ponto o principal tipo de atividade desempenhada pelo sujeito indica a maior ou menor posse de capital cultural, observou-se que, na maioria das vezes, os interlocutores exercem na rua atividades totalmente distintas das ocupações que exerciam antes do ingresso na mesma. Essas atividades, que Snow e Anderson (1998) vão chamar de 'trabalho à sombra'[58], algumas vezes são combinadas na rotina do indivíduo – o mesmo indivíduo exerce mais de uma atividade de subsistência -, e revelam-se como estratégias fundamentais de sobrevivência que lhes possibilita se virar tão bem quanto possível em meio à exclusão do mercado de

[57] Partindo do conceito bourdiano de *habitus*, Jessé Souza utiliza o termo *habitus precário* ao se referir a existência de "esquemas avaliativos compartilhados objetivamente ainda que opacos, e quase sempre irrefletidos e inconscientes que guiam nossa ação e nosso comportamento afetivo no mundo" (SOUZA, 2003, p. 174)

[58] A denominação 'trabalho à sombra' significa o fato de constituírem atividades informais, criadas à sombra do trabalho regular. Para um melhor aprofundamento do termo, ver Snow e Anderson (1998).

trabalho convencional. Por vezes, são substituídas por outras atividades, posto que a instabilidade da vida de rua não oferece a garantia de que o que proporcionou a sobrevivência hoje funcionará amanhã. Conforme lembra Salete: “eu só estou viva hoje para contar a história porque eu nunca parei para pensar no que ia fazer no dia de amanhã. Tem que cuidar do dia de hoje. A pessoa tem que se preocupar no que vai comer hoje, como vai dormir [...]. O dia seguinte é outra história”.

Em todos os casos estudados, as ocupações exercidas pelos indivíduos, antes ou depois do ingresso na vida de rua, consistem em ocupações informais, que exigem baixa – ou nenhuma – qualificação, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 11 - Atividades de subsistência antes e depois da rua[59]

		Depois da rua						
		Mendicância	Prestação de pequenos serviços	Coleta e venda de materiais recicláveis	Venda de outros objetos	Prostituição	Venda de drogas	Total
			f	*f*	*f*	*f*	*f*	*f*
Antes da rua:	Trabalho em construção civil	1	1	0	0	0	0	2
	Trabalho em área rural	1	0	0	0	0	0	1
	Trabalho doméstico	0	1	1	0	0	0	2
	Venda de Drogas	0	0	0	0	0	1	1
	Venda de outros objetos	1	0	0	2	0	0	3
	Prostituição	0	0	1	0	1	0	2
	Prestação de pequenos serviços	1	1	1	0	0	0	3
	Segurança	0	1	0	0	0	0	1
	Nenhuma atividade	1	1	0	0	1	0	3
Total		5	5	3	2	2	1	18

Além das atividades supracitadas, a prática de pequenos furtos também foi apontada como atividade secundária exercida no campo da rua por

[59] Em vários casos os indivíduos em situação de rua já haviam exercido várias atividades diferentes antes de ingressar nessa condição, assim como é comum que exerçam mais de um tipo de atividade de subsistência. Para fins de análise, como atividade exercida antes do ingresso na rua considerou-se a última atividade desempenhada pelo indivíduo antes de ingressar nela. Da mesma forma, como atividade exercida na vida de rua selecionou-se aquela atividade que o entrevistado considera como principal (em termos de exigir mais tempo e de atrair mais recursos).

três indivíduos, mas não entrou na tabela, por não significar suas principais atividades de subsistência.

Observou-se, nos casos estudados, que as atividades de subsistência exercidas pelos agentes da pesquisa configuram um forte elemento de diferenciação no campo. De acordo com Snow e Anderson (Idem), os indivíduos em situação de rua empreendem modos de ganhar a vida distintos uns dos outros e as atividades empreendidas por eles indicam a dimensão de valor moral e de dignidade que lhes são atribuídas.

Bourdieu (2007) abrange essas disposições valorativas incorporadas à consciência dos indivíduos e que permite-lhes fazer distinções em suas escolhas e avaliações na vida cotidiana, a partir do conceito de *habitus*. Uma vez, porém, que a concepção do autor mergulha sobre a dimensão objetiva de classe que é internalizada pelos indivíduos e que permeia suas classificações, ela não dá conta do componente subjetivo implícito nas diferentes noções de dignidade reveladas em cada caso e que faz com que as avaliações não sejam homogênas entre indivíduos situados em um mesmo contexto sociocultural.

Segundo a perspectiva tayloriana (TAYLOR, 2005) apresentada no segundo capítulo desta tese, a ideia de dignidade encontra suporte nos conteúdos morais dos indivíduos – que embora sejam formados socioculturalmente, são distintos em cada caso -, com base nos quais eles empreendem ‘avaliações fortes’ de modo a eleger o valor considerado mais importante (e portanto mais digno) em um dado contexto social. O valor moral eleito como mais digno dá sentido às escolhas e às avaliações individuais.

No que tange às atividades de subsistência desempenhadas no campo, as interpretações evidenciadas pelos interlocutores deste estudo sugerem que um importante elemento de diferenciação entre as ocupações está entre aqueles que trabalham e aqueles que não trabalham. A ideia de trabalho, nessa concepção, está associada ao empenho do indivíduo em alcançar recursos através de atividades que exigem esforço, geralmente físico, o que o classifica como digno e distingue-o do indigno pelo fato de não obter

recursos através de esforços próprios, mas pelo usufruto de recursos alcançados pelo trabalho de outras pessoas.

Zaluar (1995), em seu estudo sobre as noções de bem e mal em uma comunidade do Rio de Janeiro, percebe que a identidade de trabalhador é criada pelos moradores locais como um valor moral fundamental que dissocia o indivíduo de bem da imagem de vagabundos e bandidos, associados ao não-trabalho como um elemento negativo.

Essa concepção de trabalho parece figurar como um valor moral fundamental para promover hierarquias simbólicas na vida de rua.

Pode-se observar essa questão, ao analisar os trechos abaixo:

> [*O que*] Eu tenho mais raiva [é] desse povo que fica pedindo. Não quer saber de trabalhar e quer ter vida fácil. Quando vê assim nem é de rua, que se você ver os de rua, se você olhar assim, tão trabalhando, tão fazendo um serviço, tão arrumando um negocinho ali [...]. Agora tem os que pedem também, que tem duas pernas, dois braços, andam, correm e preferem estar pedindo aos outros. Eu acho muito feio [...] Eu não estou aqui trabalhando? [*Estou*] velha, murcha, pego peso, pego sol, chuva. Não está todo mundo aí se virando? Porque não vai catar um serviço também? [...] Olhe, que tem uma coisa que ninguém nunca vai me ver é pedindo a um e a outro. Não. Quer me dar, dá, [...] é claro que eu não vou dizer não. Tem gente que me ajuda, mas eu não sou de pedir não. Dá porque quer. Mas tem gente que, sei não, não quer é nada. (Salete sobrevive da coleta de venda de materiais recicláveis, além da realização de eventuais faxinas)

> Eu não gosto de julgar ninguém. Mas uma coisa é quando você vê um aleijado, uma pessoa que você vê que está com problema. Mas tem um monte de gente que não quer saber de dar duro não, que não está nem aí [...]. Emprego é difícil, mas se a pessoa não tiver preguiça de trabalhar, sempre tem alguma coisa para fazer. (Pelé sobrevive da revenda de balas nos ônibus urbanos da capital)

> Eu não vou dizer assim, que eu nunca pedi. Eu já pedi. Eu não tenho vergonha de dizer não, eu já pedi. Antes de arrumar esse serviço agora, o caba tem que pedir. Quando está bêbado, não trabalha, vai pedir [...]. Eu só pedia mesmo quando estava embriagado. Eu não gostava de estar pedindo assim de cara não. [...] Eu ficava morto quando ouvia as coisas. Que quando o caba pede tem que saber que vai ouvir um monte de coisas [...]. A melhor coisa é quando arruma um serviço, que está trabalhando, ganhando o que é seu, que está gastando o [*que é*] seu, do seu trabalho. Aí gasta no que quiser, é seu, gasta no que quiser [...]

> Quando não é seu, é diferente. Não é do mesmo jeito quando está pedindo aos outros e quando está trabalhando. Quando está pedindo é pior, que tu vê logo que os outros ficam olhando. [...] Quando está trabalhando é melhor, tu vê que [*as pessoas*] já tão tratando diferente, como quem diz que é caba bom, direito. (José, sobrevive da ocupação de mandado)

Do mesmo modo que as referências morais dos indivíduos são relativas, a noção de dignidade assumida por eles também é. Nesta direção, Genaro, que sobrevive da mendicância na rua, ao ser indagado sobre o que pensa em relação à atividade defende:

> É melhor que roubar. Emprego está ruim para todo mundo, então é melhor pedir na rua do que roubar, assaltar, matar. Está cheio de gente fazendo isso [...] [*Na rua*] não tem o que fazer, ou pede, ou vai morrer de fome. No início eu ficava cabreiro, mas agora fico mais não. Vai indo e acostuma. Se eu não pedir, ninguém vai arrumar para mim [...] Aí na rua tem um bocado de gente que vive assim e, graças a Deus, eu nunca vi ninguém morrer de fome [...] Tem gente que não dá, que acha ruim, mas pensa aí, por isso que tem um monte de gente que anda fazendo coisa errada aí.

E Dodora, que sobrevive da mesma atividade, reforça:

> Se eu tivesse força nos braços eu estava trabalhando, eu não estava nem aqui [...]. A gente pede é porque precisa, [...] se não precisasse, não estaria pedindo aos outros. Estava cada um em sua casa, que era melhor [...]. Eu vejo que são pessoas honestas, que gente errada não vai parar para estar pedindo a ninguém. Gente errada está roubando, assaltando, matando, se drogando. Não tem a humildade de pedir ajuda [...]. [*Se*] nós estamos aqui é porque somos pessoas humildes, somos humildes e não queremos mal a ninguém.

Percebe-se, no relato acima, que o valor que os informantes assumem como um bem orientador das suas condutas (TAYLOR, 2005) é distinto daquele defendido pelos informantes anteriores[60]. A noção de trabalho a partir do esforço físico é substituída pela ideia de honestidade, que torna a sua atividade digna, em detrimento daqueles indignos, por exerceram práticas ilícitas.

[60] Entre os interlocutores que sobrevivem através da mendicância, apenas um deles, Josinaldo, avaliou sua atividade como humilhante, pois considera humilhante o fato de ter família com condições de ajudá-lo e ainda assim viver na rua e precisar pedir doações aos demais indivíduos.

Luzia que, além de captar doações, pratica assaltos eventuais na companhia do irmão, afirma que sabe que é errado e que só o faz quando não consegue dinheiro suficiente com as doações, mas que não gostaria que seus filhos um dia soubessem disso. Coloca, porém, a culpa nas drogas. Afirma que se não fosse viciada, não praticaria nenhum roubo, mas que as drogas – maconha, thinner e crack – falam mais alto. Ao mesmo tempo, Maria do Socorro, 31 anos, que sobrevive da venda de drogas, declara:

> Desde que eu cheguei aqui eu tentei. No início eu procurei [*emprego*] demais. Porque eu queria mudar de vida mesmo. Tenho uma filha, que nem pude criar. Queria que ela sentisse orgulho da mãe, começasse a ter amor por mim. Mas a senhora acha que quem já foi preso tem mais chance nessa vida? Quem fosse em cana devia morrer por lá mesmo. É um inferno, mas ninguém passa fome [...]. Nem pedindo as pessoas ajudam. O que eu mais escuto é 'Uma mulher tão nova, devia estar trabalhando'. Como se fosse simples [...] Eu tive que voltar a fazer a única coisa que eu sabia fazer na vida [*vender drogas*]. Que eu sei desde que sou pequenininha, que aprendi com meu pai, que Deus o tenha. Eu não tenho mais ponto, mas já tinha contato, foi fácil. Foi o único jeito que tinha para ter o comer de todo dia. Aqui você tem que se virar como pode. Tem gente que consegue outras coisas, que tem a ficha limpa. Eu não.

Observa-se, nas justificativas assumidas pelas entrevistadas para explicar o envolvimento em práticas legalmente censuráveis, que as mesmas, compartilhando da concepção dos demais grupos sobre as supracitadas práticas, também classificam suas atividades como indignas, afirmando que devem ser ocultadas dos filhos e que as impedem de despertarem orgulho nos demais. Por sua vez, ambas não hesitam em atribuir a culpa pelo seu envolvimento em atividades criminosas na vida de rua a outros fatores, como a autonomia das drogas sobre o indivíduo, ou a falta de abertura do mercado de trabalho para quem carrega um estigma moral (GOFFMAN, 1988), como é o caso de uma ex-presidiária.

Os tipos de valores associados às atividades de subsistência dos agentes são apontados na tabela doze.

Tabela 12 - Valor moral associado à atividade de subsistência

		Valor				
		Esforço individual	Honestidade	Vitimização	Humilhação	Total
		f	*f*	*f*	*f*	*f*
Tipo de atividade:	Mendicância	0	3	1	1	5
	Prestação de pequenos serviços	3	0	2	0	5
	Coleta e venda de materiais recicláveis	2	1	0	0	3
	Venda de outros objetos	2	0	0	0	2
	Prostituição	1	1	0	0	2
	Venda de drogas	0	0	1	0	1
Total		8	5	4	1	18

A partir dos casos mostrados, percebe-se que o cerne da diferenciação que permeia a hierarquia simbólica referente às atividades de subsistência no campo da rua não consiste na maior ou menor posse de qualidades intelectuais exigidas pela atividade, mas a noção de dignidade - ou seja, daquilo que tem mais valor – que permeia as classificações e as condutas dos indivíduos nesse contexto.

Neste sentido, as distinções acerca das atividades de subsistência não parecem se basear no volume de capital cultural dos indivíduos, mas na qualidade moral associada à atividade. Os casos estudados, desta forma, indicam que a maior ou menor posse de conhecimentos não é decisiva para o desempenho de atividades que possuem maior ou menor status nesse campo singular de relações, no sentido em que o exercício dessas atividades pelos interlocutores da pesquisa parece não ter associação com a maior ou menor qualificação desses indivíduos.

Apresentando alguns exemplos, José, que possui conhecimento incorporado por ter se formado em três cursos profissionalizantes - guia turístico, manutenção automotiva e segurança -, tem como atividade de

subsistência na rua a ocupação de “mandado”, atividade que também é desempenhada por Paulo, que nunca frequentou qualquer curso além dos primeiros anos do ensino fundamental, o que lhe permite apenas saber assinar seu próprio nome. Pelé, que possui segundo grau completo e tem, entre suas experiências de trabalho antes da rua, ocupações como a de auxiliar de escritório, balconista de farmácia e caixa de restaurante - ou seja, atividades que exigem um nível mediano de conhecimentos adquiridos-, na rua sobrevive a partir da revenda de balas, ocupação facilmente desempenhada por um indivíduo de menor qualificação. Kelly, que concluiu o ensino fundamental na rua sobrevive de faxinas ocasionais, ocupação também exercida por Salete (além da coleta e venda de materiais recicláveis), nunca estudou. Tanto Josinaldo, que possui diploma de ensino médio, como Dodora, que nunca estudou, sobrevivem da captação de doações no Mercado Central.

Essa relação pode ser melhor visualizada na tabela a seguir.

Tabela 13 - Tipo de ocupação por escolaridade

		Tipo de atividade						
		Mendicância	Prestação de pequenos serviços	Coleta e venda de materiais recicláveis	Venda de outros objetos	Prostituição	Venda de drogas	Total
		f	*f*	*f*	*f*	*f*	*f*	*f*
Escolaridade:	Nunca estudou	2	0	2	0	0	0	4
	Ensino fundamental I incompleto	1	1	0	0	1	0	3
	Ensino fundamental I completo	0	0	0	0	0	0	0
	Ensino fundamental II incompleto	1	1	1	0	1	1	5
	Ensino fundamental II completo	0	2	0	0	0	0	2
	Ensino médio incompleto	0	1	0	0	0	0	1
	Ensino médio completo	1	0	0	2	0	0	3
Total		5	5	3	2	2	1	18

Compreende-se, a partir das relações analisadas nas últimas páginas, o modo como, no campo da rua, as distinções acerca das atividades de subsistência ganham fôlego, associadas à carga moral evidenciada pelos indivíduos nesse contexto, posicionando-lhes em uma hierarquia simbólica. A construção dessa noção de dignidade, na definição subjetiva dos indivíduos acerca do bem tomado como mais digno de ser vivido e orientador das identidades assumidas nesse espaço será melhor desenvolvida no capítulo seguinte.

A próxima subseção abordará a importância que o capital cultural assume na vida de rua através de uma última categoria de análise, relativa ao que Bourdieu chamaria de dimensão incorporada do capital cultural: as formas dos indivíduos se apresentarem em público.

4.2.3. Formas de apresentação pública

O corpo, conforme salienta Rabelo e Alves (2003), é o fundamento da inserção do indivíduo no espaço, pois é através da sua expressividade que o indivíduo se estabelece física e simbolicamente no mundo, manipula os seus objetos e dá materialidade aos seus projetos. Nessa perspectiva, o corpo se revela como portador de expressões culturais, pois se apresenta como a condição dos indivíduos se deslocarem, criarem vínculos e elaborarem significados para suas experiências mundanas.

Segundo Frangella (2004, p. 61):

> A trajetória do morador de rua é eminentemente corporal. Não apenas porque o corpo traz visibilidade aos processos que marcam a formação desta categoria. Mas também porque, sendo o único suporte que lhe resta e que lhe é irredutível, atualiza sua possibilidade de existência e as condições atuais nas quais ela se faz. Seu corpo aparece como último território, sobre o que e por meio do qual singularizam-se as manifestações de sua experiência na cidade. Desprovidos de bens materiais, sem casa, absolutamente fora das práticas de consumo, envelhecendo na rua, corpo sujo e fétido que os mimetiza no asfalto, o morador de

> rua aparece como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano e às projeções corporais idealizadas.

A degeneração física que, devido à precariedade das suas condições de vida, assola o modo como a materialidade do corpo de grande parte dos indivíduos em situação de rua ganha visibilidade pública, faz com que os mesmos despertem emoções de desconforto nos demais indivíduos urbanos.

Douglas (1976), ao analisar a dicotomia pureza x poluição percebe que em determinadas sociedades a separação entre essas esferas consiste em um elemento fundamental para o estabelecimento da ordem social. Essas duas noções estão inseridas em uma concepção simbólica que visa demarcar fronteiras – que devem ser relativizadas, a partir do lugar de onde se olha. Neste sentido, a valorização da limpeza indica pureza e, consequentemente, ordem social; enquanto a poluição é algo que incomoda e que deve ser evitado, pois está ligada ao perigo, no sentido em que representa ameaça à ordem social. Existem, portanto, diferenças entre corpos puros e corpos perigosos, sendo que o corpo sujo e degenerado desperta a desconfiança da sociedade por estar associado à dimensão moral da impureza e, por isso, do perigo.

Análogo ao corpo poluído, segundo a perspectiva de Douglas, está o corpo estigmatizado a partir de atributos físicos, conforme ressalta a abordagem goffmaniana (GOFFMAN, 1988). Goffman sugere que a visibilidade dos corpos desses indivíduos, ao contrariar os moldes de etiqueta corporal socialmente instituídos, são estigmatizados e, portanto, reduzidos a indivíduos estragados e inferiorizados, levando-os a passar por processos de rejeição em seus contatos cotidianos com indivíduos classificados como normais.

Nas situações experienciadas e narradas por alguns interlocutores da pesquisa, pode-se compreender que, a partir de suas apresentações físicas fora dos padrões de corpo sadio e limpo, os mesmos passam rotineiramente por processos de depreciação, refletidos através de manifestações de medo, de nojo ou de pena por parte de outros indivíduos urbanos.

Deste modo, Márcio, 35 anos - que embora aparente idade inferior, costuma usar roupas encardidas e mantém barba e bigode - percebe que, às vezes, os outros indivíduos sentem medo dele, pois já observou pessoas atravessando a rua para evitá-lo. Paulo, que apresenta inflamações na pele das mãos e dos pés que não cicatrizam devido ao diabetes, conta que muitas vezes os transeuntes fazem cara de nojo quando o vêem e que isso o machuca, pois eles não sabem o que ele sente com isso. Dodora, que também apresenta inchaço e ferimentos decorrentes do diabetes, por sua vez, lembra que "tem uns que ajudam, que chamam de vovó, que ficam com dó, que conversam, [*mas*] tem uns que viram a cara, como que fosse pegar [*a doença*], como se caíssem as mãos se derem uma ajuda" .

Além disso, no acesso a determinados espaços, a expressão pública dos corpos dos indivíduos se torna determinante, no sentido de fazer com que o mesmo seja classificado como adequado ou não aquele espaço. A experiência de Kelly, reproduzida mais abaixo, permite visualizar os processos de desprezo pelos quais passam os indivíduos portadores do estigma de morador de rua, que tem os lembretes do status de extrema inferioridade sob o qual estão situados reproduzidos corriqueiramente, a cada encontro com indivíduos inseridos em grupos de status mais dominantes. Com base nos significados negativos associados aos indivíduos que possuem esse estereótipo – apresentados no primeiro capítulo -, esses são tratados como menos humanos, limitando a possibilidade de serem observados pelos demais sob um prisma além do estigma pelo qual se revelam[61].

Como conta a informante:

> Tem vezes que eu estou bem distraída, às vezes até esqueço que eu estou vivendo esse pesadelo. Aí, passo na calçada do comércio olhando as vitrines e chega o funcionário: 'chispa, chispa daqui logo'. Não com essas palavras, mas é como se quisesse dizer assim. Essa hora é quando eu sinto mais agonia e desgosto na vida. Porque uns tempo atrás, eu podia chegar nos cantos que me atendiam. Mas agora eu não posso nem chegar perto, que já me botam para correr. Parece que fica gravado na

[61] O modo como os indivíduos percebem os estigmas que lhes são imputados e delineiam suas autoidentidades a partir deles ou contra eles será desenvolvido no próximo capítulo.

> cara da pessoa que ela não vai comprar. Parece que fica escrito na cara da pessoa que ela está vivendo por aí. (Kelly)

Apesar do rótulo de morador de rua como um sujeito sujo, fétido, descalço e com ferimentos expostos corresponder à imagem que parte desses indivíduos carrega na vida de rua, uma parte significativa dos interlocutores desta pesquisa se apresentam publicamente a partir de uma imagem distinta desse modelo, como poderá ser observado na tabela quatorze, mais adiante. Esses indivíduos, por não se enquadrarem nos modelos socialmente criados acerca da imagem pública deteriorada do indivíduo em situação de rua, indicam não sofrerem com tanta intensidade os constrangimentos vivenciados por aqueles para quem o estigma de morador de rua se apresenta mais visível. Por outro lado, reconhecem que não são tratados da mesma forma quando seu estigma é descoberto pelos demais.

Situam-se, dessa forma, como *desacreditáveis*, dentro da classificação goffmaniana apresentada no segundo capítulo, que qualifica desta forma os indivíduos que não possuem o estigma prontamente identificável, diferenciando-os dos *desacreditados* que vivenciam mais limitações por terem o estigma mais perceptível (GOFFMAN, 1988). Os relatos abaixo permitem uma melhor compreensão dessa relação:

> Barrado mesmo eu nunca fui, não. Que eu me lembre, não. Tem uns motoristas [*dos ônibus coletivos onde Pelé comercializa balas*] que são mais chatos, que barram, mas que já me conhecem e não querem. Barram só eu não: barram todo mundo que trabalha nos ônibus. Mas é só alguns. O resto abre na boa [...] Quando os outros vêem que é trabalhador, que é honesto, eles ajudam, não ficam com muito preconceito, não. O negócio é que eles tem que ver que é trabalhador, que está batalhando. Mas se eles vêem o cara todo largado, é diferente. Vão pensar outra coisa, vão pensar que é maloqueiro, que é cachaceiro, vão pensar que está querendo dinheiro para comprar droga. (Pélé, apresenta-se sempre de roupa social e aspecto limpo)

> Ninguém diz [*que ela é moradora de rua*]. Os outros, todo mundo pensa que os de rua são só mulambentos. E às vezes nem são. Tu vê um todo sujo, bêbado e, vai ver, nem é de rua. Tem até casa e tudo [...] Aí você aparece arrumada e eles te tratam bem, são educados. Aí esse é um cuidado que eu tenho [...] Eu acho é bom. Que se vê que é de rua é ruim demais, já muda logo. Já pensa logo que é gente ruim. [...] Quando chega arrumada é mais fácil, por incrível que pareça. Se chega arrumada para pedir uma coisa eles pensam que é outro tipo de pessoa, como que foi

> roubada, que perdeu a bolsa [...] Se chega relenta eles não ajudam, nem olham para tu, que vêem logo que é de rua. (Maria do Socorro, apresenta-se sempre com roupas limpas e maquiada).
>
> Até para trabalhar mesmo, a pessoa não vai trabalhar todo desorganizado, fedendo. Trabalho não é lugar de andar todo desorganizado [...] Como é que eu vou mostrar meu trabalho e alguém vai querer um cantor[62] todo esculhambado? [...] Tem quem vá por aí todo nojento, mas fica desse jeito quem quer. Por que tem uns que se ajeitam? Não é todo mundo não [...] Eu penso assim, que eu to aqui, que eles confiam em mim, que eu durmo aqui, eu converso com todo mundo. Mas se eu fosse todo desmantelado, eles não iam ficar dando confiança a mim de todo jeito [...] É por isso que [*os outros indivíduos*] não conseguem as coisas. (José, apresenta-se sempre com roupa social e chapéu).

Assim, a forma de apresentação pública dos indivíduos, a partir da maneira como seus corpos ganham visibilidade social, confere-lhes mais ou menos vantagens na vida de rua, seja no acesso a lugares, como estabelecimentos comerciais e transportes públicos, ou na aproximação de pessoas, indicando posições de poder distintas. Neste aspecto, a maior ou menor visibilidade do estigma apresenta-se como um bem do qual dispõe alguns indivíduos em detrimento de outros, atuando como uma forma de distinção e de hierarquização na vida de rua.

Tabela 14 - Formas de apresentação por idade

		Formas de apresentação		
		Aparência degradada	Aparência íntegra	Total
		f	*f*	*f*
Idade:	Até 35 anos	3	4	7
	De 36 a 45 anos	0	3	3
	De 46 a 55 anos	2	1	3
	Acima de 56 anos	5	0	5
Total		10	8	18

Conforme dados apresentados na tabela acima, pode-se observar que entre os interlocutores mais velhos, sobretudo acima de 56 anos, é mais comum a utilização de uma imagem pública mais associada ao estigma físico de morador de rua. Por sua vez, a busca por uma apresentação pública mais

[62] José trabalha como biscate, mas também é cantor e compositor e tenta uma oportunidade como músico.

próxima dos padrões socialmente aceitáveis é mais recorrente entre indivíduos mais jovens, principalmente abaixo de 45 anos, embora alguns indivíduos dessa faixa etária apresentem também uma imagem degradada na vida de rua.

Alguns casos levam a supor que o tipo de aparência dos indivíduos em situação de rua se manifesta não apenas como demonstração das adversidades vivenciadas pelos sujeitos, como também parece ser utilizada como estratégia para a obtenção de recursos. Existe, deste modo, a utilização do estereótipo a seu favor, na maneira do indivíduo se relacionar com outras classes, possibilitando-o tirar algum proveito da situação que o acomete. Segundo a perspectiva goffmaniana, o controle da informação do estigma pelos indivíduos nesses contextos relacionais é orientado pela definição da situação, que faz com que os mesmos representem papéis específicos, comportando-se da maneira tida como mais apropriada à circunstância: a revelação ou a ocultação da marca que o singulariza (GOFFMAN, 1988).

Nesta direção, Raimundo, 65 anos, ao mesmo tempo em que reconhece que a visibilidade de seu corpo causa desconforto nos demais habitantes, por outro lado, percebe-o como um instrumento para despertar emoções que estimulem suas disposições em exercer caridade. Isto porque, como lembra o informante:

> Se não for assim, ninguém dá *[doações]*. Se te virem limpo, pensam que tu tem condição. Pobre tem que ser sujo, tem que ter o pé sujo. Tem que olhar pro pé. Se não for assim, ninguém ajuda. Para conseguir um trocado tem que mostrar que não tem como se limpar.

Na direção contrária, Maria do Socorro que tem 31 anos afirma que, com relação ao modo dos indivíduos oferecerem auxílio aos que assumem o estereótipo de moradores de rua, “ajudam mais quando é idoso. Quando vê a pessoa assim que não é velha é difícil ajudar. Mandam logo procurar o que fazer, arrumar um trabalho”. No relato anterior da informante – reproduzido na página 182- quando a mesma diz que “quando chega arrumada é mais fácil [*conseguir alguma ajuda*], por incrível que pareça. Se chega arrumada para pedir uma coisa eles pensam que é outro tipo de pessoa, como que foi

roubada, que perdeu a bolsa", também sugere que a utilização de uma aparência dissociada do rótulo de morador de rua, para quem é mais jovem, apresenta-se como estratégia para angariar recursos que não obteria se assumisse uma outra aparência, que aparentemente só beneficia pessoas mais velhas. Deste modo, a busca por parecer pertencer a uma outra classe, onde a aparência sugere a maior posse de capital econômico, parece dar aos indivíduos mais jovens determinados recursos que os demais não compartilham. Essa relação é reforçada por Luzia, que tem 34 anos e também não assume uma aparência que dá visibilidade ao seu estigma de moradora de rua. A informante conta que, por ser atraente e andar sempre arrumada, não costuma despertar a desconfiança dos transeuntes. Com isso, facilita a sua aproximação das pessoas e possibilita-lhe praticar furtos com mais êxito.

Observa-se, no entanto, que, conforme explanado anteriormente, o acesso a banheiro e a chuveiros apresenta-se como uma dificuldade na vida de rua, não sendo compartilhado por todos os agentes. Neste sentido, a estratégia de manter na rua uma apresentação física dissociada da sujeira e do mal-cheiro que compõe o estereótipo de morador de rua não é acessível a todos os indivíduos. Assim, os recursos proporcionados pelo capital social desses indivíduos, embora não sejam determinantes do modo como eles se apresentam publicamente, parecem figurar como um elemento fundamental nas estratégias utilizadas, indicando que a habilidade de ocultação do estigma não está ao alcance de todos os indivíduos.

Uma outra associação interessante refere-se ao modo como o nível de escolaridade dos indivíduos se relaciona com o tipo de apresentação física assumida por eles na rua, como pode ser notado na tabela abaixo:

Tabela 15 - Formas de apresentação por escolaridade

		Formas de apresentação		
		Aparência degradada *f*	Aparência íntegra *f*	Total *f*
Escolaridade:	Nunca estudou	4	0	4
	Ensino fundamental I incompleto	1	2	3
	Ensino fundamental I completo	0	0	0
	Ensino fundamental II incompleto	3	2	5
	Ensino fundamental II completo	0	2	2
	Ensino médio incompleto	1	0	1
	Ensino médio completo	0	3	3
Total		9	9	18

Embora nos níveis de escolaridade intermediários não seja possível observar uma variação significativa nas formas de apresentação utilizadas pelos interlocutores, nos dois extremos – ou seja, indivíduos que nunca estudaram e que concluíram o ensino médio – nota-se que suas formas de apresentação parecem ser opostas: todos os interlocutores analfabetos estudados tem uma aparência física degenerada, enquanto todos os informantes que possuem ensino médio completo tem uma aparência asseada. Apesar do número de casos estudados ser insuficiente para que se apresente conclusões acerca do elucidado, é possível desenvolver reflexões sobre o modo como a educação formal experienciada pelos agentes da pesquisa, associado à forma como eles se apresentam publicamente, pode indicar um maior ou menor volume de capital cultural incorporado, levando-os a assumir condutas e posturas contrárias no campo da rua.

Deste modo, as formas diferenciadas dos indivíduos em situação de rua se apresentarem publicamente parecem revelar-se no campo como um elemento de poder simbólico, que localiza os indivíduos em posições distintas e faz com que assumam posturas concernentes a suas posições, refletindo, com isso, as disputas por vantagens das quais o campo da rua é palco.

A partir da análise do modo como os indivíduos em situação de rua se distinguem em termos de escolaridade, tipo de ocupação ou forma de apresentação pública – categorias utilizadas para avaliar a posse de capital cultural pelos atores -, pode-se perceber que, na hierarquia de poder inerente ao campo, a posse de capital cultural, embora apresente-se relevante para a compreensão de algumas formas de distinção na vida de rua, não se revela como o tipo de elemento mais valorizado no campo, no sentido de que seu maior ou menor volume não se apresenta como o principal meio de posicionar os indivíduos em termos de recursos. O capital cultural só parece ganhar espaço nas distinções internas produzidas entre os agentes do campo na medida em que vem acompanhado de um capital social, responsável por mobilizar acessos sociais nesse contexto.

O próximo e último capital analisado para a compreensão das relações de poder no campo consiste no capital econômico, cujas reflexões são apresentadas na próxima seção.

4.3. As propriedades materiais na vida de rua

Os indivíduos em situação de rua são compreendidos por Nascimento (2003) como caracterizados pela destituição material, uma vez que são desprovidos dos recursos materiais necessários para uma vida digna. O autor estuda essa população a partir da sua dimensão econômica, considerando-os como um grupo social excluído socialmente pela sua “expulsão do mundo econômico” (p. 82), devido a desvinculação do mercado de trabalho formal e pela incapacidade de renda regular.

Escorel (1999) lembra que a renda obtida pelos indivíduos através das suas atividades de subsistência na rua é voltada apenas para a satisfação imediata das necessidades e que o trabalho é realizado visando apenas essas necessidades específicas. A autora ressalta também a inutilidade desses indivíduos acumularem dinheiro em meio aos riscos de serem roubados que a vulnerabilidade da situação de rua enseja. Devido a isso, o dinheiro costuma ser gasto tão logo os indivíduos alcancem o necessário para suprir a necessidade em questão (comer, comprar bebida, cigarro, etc).

Esta subseção analisa o modo como, na dinâmica inerente ao campo da vida de rua, o capital econômico - utilizado por Bourdieu (2001 e 2007) para referir-se a posse de recursos financeiros e bens materiais pelos indivíduos - ganha forma, no sentido de promover distinções internas pela sua maior ou menor posse pelos atores sociais deste campo.

Conforme explanado na seção anterior, pode-se constatar que a maioria dos interlocutores da pesquisa exerce na rua algum trabalho remunerado. No entanto, devido à inconstância dos rendimentos com os quais contam os indivíduos em suas atividades informais, analisar as distinções entre os agentes em função da renda apresenta-se como uma tarefa embaraçosa. Primeiro, devido à dificuldade dos próprios indivíduos em contabilizar quanto recebem. Segundo, pela instabilidade desses ganhos, que variam a cada semana, em função da quantidade de serviços/doações que lhes aparecem.

Como exemplo, Luzia, que sobrevive da captação de doações e da prática de pequenos furtos, não conseguia contabilizar o quanto arrecadava em doações. Adotei, então, o hábito de perguntar, toda semana, quanto a mesma havia ganhado nos últimos dias. Apesar da persistente dificuldade em contabilizar, uma vez que o dinheiro ganho não era acumulado com o dinheiro de novas doações, observou-se que havia semanas que a mesma tinha ganhado cerca de 20 reais e outras semanas que conseguia mais de 70 reais, mostrando a oscilação dos rendimentos para quem sobrevive de doações.

Na mesma direção Kelly, que sobrevive da realização de faxinas ocasionais em residências e lojas das redondezas do centro da cidade lembra:

> Tem dia que dá para fazer até três ou duas faxinas no mesmo dia. Agora, tem vezes que [*a gente*] fica a semana todinha sem pegar nada. Pergunta e ninguém quer. Só tem uma mesmo que é certo: toda sexta pode chegar que ela quer. Agora, o resto é só assim, quando quer mesmo.

Rosângela, por seu turno, que sobrevive da coleta e venda de materiais recicláveis, é capaz de fazer uma projeção de quanto consegue ganhar por semana. Uma vez que ela recebe um valor fixo por quilo de latas vendidas (R$ 3,00), a mesma direciona o seu trabalho com vistas a atingir um dado volume de latas, o que lhe garante cerca de oito reais por dia, nos dias em que trabalha.

Assim como Rosângela, apenas com outros sete entrevistados foi possível fazer uma perspectiva, ainda que não exata, de quanto, em média, eles conseguem de remuneração semanal, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 16 - Renda média semanal por tipo de ocupação

		Renda semanal			
		Cerca de 30 reais	Cerca de 40 reais	Cerca de 50 reais	Total
		f	*f*	*f*	*f*
Tipo de atividade:	Prestação de pequenos serviços	0	2	1	3
	Coleta e venda de materiais recicláveis	1	1	0	2
	Venda de outros objetos	1	1	0	2
	Venda de drogas	0	0	1	1
Total		2	4	2	8

Uma particularidade do capital econômico desses grupos refere-se à relativa ausência de circulação monetária e a consequente importância da troca de bens e serviços que substituem o dinheiro. Neste sentido, é interessante notar que as relações monetárias parecem assumir características de

sociedades pré-capitalistas, visto que o dinheiro não ocupa o papel principal nas suas trocas econômicas. Para Simmel (1998), a economia do dinheiro é a principal característica das relações entre os indivíduos na sociedade capitalista, diferenciando essa sociedade de outros tipos de sociedade. O autor ressalta que, no capitalismo, o dinheiro tem o papel de promover a independência do indivíduo, desconectando-o dos demais com os quais se relaciona transitoriamente principalmente através de relações instrumentais. Já em sociedades pré-monetárias, onde o dinheiro não se apresenta como preponderante nas relações e as trocas assumem dimensão mais interpessoal e comunitária, há uma relação de maior interdependência entre os indivíduos. Tomando-se como referência a perspectiva simmeliana, observou-se nos casos estudados que o serviço prestado pelos interlocutores muitas vezes é pago com outros benefícios, alternativos ao pagamento em dinheiro em espécie.

Essa é a realidade vivenciada por alguns indivíduos, principalmente entre os que sobrevivem a partir da prestação de pequenos serviços, como a ocupação de “mandado” ou a realização de faxinas, em que o trabalho muitas vezes não é pago com dinheiro, mas também com alimentação, lugar para dormir, cobertor, entre outros objetos ou serviços. Como a frequência da obtenção desses recursos – como também o tipo de objeto oferecido enquanto moeda de troca - muitas vezes não é regular, mas sim variável e em algumas ocasiões de teor inusitado, torna-se difícil mensurar a constância dessas trocas, bem como o conteúdo de tais objetos de barganha[63].

Conforme lembra Kelly:

> Não dá nem para saber [*quanto ganha*]. Tem vezes que dão dinheiro e tem vezes que nem é [...] [*Sobre o que ganha em troca das faxinas, quando essas não são remuneradas em dinheiro*] Tem uma moça mesmo, num salão ali atrás, que sempre corta o cabelo da minha filha e eu não pago nada. É só faxina mesmo. Lanche, essas coisas. Um bocado de coisas. Esse celular aqui

[63] Embora os tipos de objetos não tenham sido mensurados em função de serem variáveis e, muitas vezes, inesperados, os diversos e mais comuns tipos de recursos alcançados pelos indivíduos como moeda oferecida por outros grupos foram explanados na tabela seis, na seção sobre os benefícios proporcionados pela relação entre os indivíduos em situação de rua e indivíduos não-moradores de rua.

> mesmo eu ganhei [...] O coroa tava me devendo de umas faxinas que eu dei, aí ele me deu. (Kelly)

José também ressalta que, apesar de ter o costume de receber dinheiro como pagamento dos serviços prestados aos funcionários e lojistas da rodoviária, angaria alguns outros benefícios através do seu trabalho, como o almoço e o acesso gratuito ao banheiro, além de outros objetos que variam, como sapato, roupas, perfume, produtos de higiene pessoal e até empréstimo de ventilador. Conta também que já adoeceu e um lojista comprou-lhe remédios. Como forma de agradecimento, José passou a limpar os vidros do box da loja e não cobra nada, segundo ele, “por amizade”. O lojista, por sua vez, sempre lhe dá algum ‘agrado’ que não é combinado previamente, sendo muitas vezes objetos comercializados na própria loja. Paulo também conta que graças ao trabalho de ‘mandado’ exercido no mercado central não precisa comprar sua comida, bebida ou pagar pelo local de dormida e, algumas vezes, recebe até cigarros. Deste modo, o tipo de recurso oferecido em troca do trabalho - apesar de não parecer passível de quantificação enquanto valor de troca no mercado, no sentido em que adquire valor de uso na relação (MARX, 1988) - parece valer mais, economicamente, do que o dinheiro, pois garante ao indivíduo recursos que, muitas vezes, apresentam-se como superiores aos recursos que o dinheiro recebido lhe possibilitaria alcançar, caso precisasse utilizá-lo para pagar por eles.

Essas prévias observações sugerem que a natureza do capital econômico mobilizado pelos indivíduos em situação de rua reforça a importância do capital social desses indivíduos na definição do seu maior ou menor acesso a bens e recursos econômicos. Deste modo, a relação mantida entre esses agentes e outros grupos de indivíduos urbanos torna-se fundamental para o oferecimento de auxílios e/ou oportunidades para que desempenhem suas atividades, garantindo-lhes remuneração em dinheiro ou em outros bens de troca. O volume de capital econômico dos indivíduos, nesta direção, parece estar associado ao volume de capital social do qual os indivíduos tem posse.

Esse argumento parece ganhar ainda mais sentido ao analisar o capital econômico dos indivíduos, a partir da observação sobre os objetos pessoais que eles possuem.

Diferente do que observou Kasper (2006), em sua análise sobre a cultura material que caracteriza o modo dos indivíduos em situação de rua ocuparem seus espaços nesse cenário, não foi observado nos espaços de maior concentração dessa população em João Pessoa, a construção de barracas ou de abrigos improvisados que funcionam como residências privadas dos indivíduos na rua. Normalmente, os indivíduos utilizam a proteção oferecida pelos próprios toldos ou telhados contidos nos espaços em que habitam. Como não possuem um espaço privado para abrigar seus pertences, os objetos dos quais os indivíduos dispõem são escassos: carregam apenas o importante e o necessário para suprir necessidades imediatas.

As observações sobre as posses materiais mais comuns entre os interlocutores da pesquisa chegaram aos seguintes objetos: bolsa ou sacola contendo algumas peças de roupa, pente, sabonete, remédios, cigarros, papéis com anotações e telefones de pessoas que conheceram, sacolas plásticas vazias, relógio, entre outros acessórios; papelão (mais frequente) ou colchonete (menos frequente); lençol ou cobertor; vasilhas plásticas; garrafa de bebida alcoólica, e faca ou outro objeto perfuro-cortante. Outros objetos mais incomuns também foram observados, como: telefone celular, óculos de grau, maleta para a confecção de artigos artesanais, rádio portátil, guarda-chuva, lanterna.

Notou-se que, apesar dos indivíduos não possuírem os mesmos objetos, é comum o seu compartilhamento (ou mesmo de informações sobre como consegui-los), principalmente, entre pessoas que dividem os mesmos espaços de habitação. No caso de objetos de maior valor de troca, como relógio ou celular, não foi percebido entre os interlocutores que os possuem a utilização como uma forma de distinção e afirmação de poder. Uma vez que os indivíduos dizem ter medo de serem roubados pelos outros moradores de rua, normalmente esses objetos ficam escondidos na bolsa, que geralmente não

acompanha o indivíduo em seus trajetos cotidianos, ficando escondida ou guardada com alguém por quem ele nutre confiança.

Mais uma vez, o capital social e o capital econômico parecem se reforçar mutuamente, no sentido que a rede de apoio formada por pares de rua ou por outros indivíduos revela-se crucial no alcance de recursos de troca econômica (e simbólica, como nas relações de confiança para a segurança dos objetos) por eles.

Percebe-se, a partir do explanado nessa seção, que tanto em relação à renda, como em relação aos demais bens de posse e de troca com os quais contam os informantes da pesquisa, que o capital econômico não parece atuar como força predominante que rege as distinções e as hierarquias simbólicas no campo da rua. Por outro lado, na medida em que ele vem associado ao capital social, que condiciona o maior ou menor acesso social dos indivíduos a determinados bens e serviços, esse capital tem sua importância ressaltada, fazendo com que a distribuição de poder entre os agentes seja desigual e que alguns vivam melhor do que outros neste contexto.

4.4. Capital simbólico e vida de rua

As discussões travadas nas páginas precedentes buscaram, a partir da compreensão da rua como um campo onde são travadas lutas por poder simbólico, analisar como os processos de distinção produzidos na dinâmica da vida de rua ganham forma a partir da valorização de um determinado tipo de capital, classificado como mais importante para representar o referido campo.

Através do estudo da manifestação, nas relações inerentes ao campo da rua, dos diferentes tipos de capital levantados por Bourdieu (1992, 2001 e 2007), utilizando como suporte para análise algumas categorias que expressam – embora não esgotem - cada um deles, pode-se constatar que o capital social é o que se revela mais significativo para a compreensão das

distinções entre os atores sociais da vida de rua, embora outros tipos de capital também se revelem importantes em dadas circunstâncias. Isso porque os diferentes tipos de capitais muitas vezes se cruzam e se associam, o que faz com que a manifestação de um, muitas vezes, torne-se fundamental para a consolidação do outro, enquanto conformador das posições desiguais dos indivíduos no campo. O volume e qualidade dos diferentes tipos de capitais com os quais os indivíduos contam vai expressar o seu capital simbólico, conferindo-lhe uma determinada posição de poder no campo.

No seio das condições precárias de vida na qual os agentes sociais do campo da rua estão submersos, expressas nas diferentes esferas de suas vidas, os indivíduos assumem posturas ativas e passivas, movimentando uma hierarquia simbólica construída pelos jogos de poder simbólico que permeia a maneira dos indivíduos se relacionarem com o mundo e as interações mantidas nesse espaço social peculiar.

Apresentada a dimensão objetiva na qual essas posições são produzidas, o próximo e último capítulo buscará assimilar, em uma perspectiva subjetiva, a teia de significados sociais que os moradores de rua constroem sobre si e sobre o mundo social, e que está na base das identidades assumidas por eles no campo da rua.

CAPÍTULO V

QUEM SOU EU, QUEM SÃO ELES

Assumindo identidades na rua

O olhar para a vida de rua em busca de apreender as identidades ali constituídas observa-a como um espaço singular de produção de existências e de relações simbólicas, mediado por acordos e por rotinas pelos quais seus indivíduos dirigem suas escolhas e orientam seus comportamentos.

As identidades, neste trabalho, são abarcadas enquanto elementos dinâmicos e contextuais, que são delineados segundo as distinções qualitativas realizadas pelos indivíduos, com vistas a se posicionarem em um espaço diversificado de valores e relações, marcado pela heterogeneidade (TAYLOR, 2005).

Conforme aponta Fontes (2010, pg. 05), “as trajetórias de sociabilidade, ao mesmo tempo em que moldam o indivíduo [...] o inscrevem em um campo de reconhecimento, vendo-se a partir do olhar dos outros, constrói a sua identidade e, consequentemente, dá sentido a sua existência”.

Neste sentido, se, no capítulo anterior, buscou-se compreender a sociabilidade inerente ao campo da rua, evidenciando uma lógica própria de organização e de hierarquias simbólicas nos quais os indivíduos estão situados, no corrente capítulo buscar-se-á assimilar a teia de significados sociais que os agentes constroem sobre si e sobre o mundo social, e que está na base das identidades assumidas por eles nesse contexto.

Compreende-se, assim como Gehlen e Schuch (2008), que esses indivíduos não estão na rua apenas empreendendo estratégias de sobrevivências. Eles também constroem sentidos específicos sobre o espaço e participam de tramas relacionais, constituindo significados e modos de existências peculiares ao espaço.

Neste capítulo, busca-se analisar, a partir das distinções qualitativas realizadas pelos indivíduos no interior das redes de interação vivenciadas por eles, a subjetividade que permeia a construção de identidades na vida de rua.

Conforme explanado no segundo capítulo, a construção teórica tayloriana sobre a constituição do *self* (TAYLOR, 2005) - adotada nessa tese -,

compreende que as definições identitárias dos indivíduos estão fortemente associadas aos seus conteúdos morais. Ou seja, suas experiências, suas escolhas, suas avaliações e os significados que as coisas assumem para eles são permeados por sensos morais e, neste sentido, não se pode compreender as articulações valorativas que envolvem o modo como os indivíduos se autopercebem e definem suas identidades, sem apreender as fontes morais que lhes são inerentes, bem como os ordenamentos valorativos construídos a partir dessas fontes.

Para Taylor, a fim de compreender o modo como os indivíduos delineiam suas identidades pessoais deve-se buscar entender a localização sociocultural na qual seus conteúdos morais estão circunscritos, posto que a orientação do indivíduo em relação a um dado valor que o define tem por base o horizonte moral de referências composto socioculturalmente ao longo da sua vida.

A análise apresentada nas páginas seguintes, nesta direção, tem como objetivo assimilar, nas experiências de vida dos agentes e nas suas interpretações sobre as relações vivenciadas no contexto da rua, os diferentes sentidos de morar na rua para esses indivíduos, bem como os processos subjetivos e intersubjetivos envoltos nas suas definições identitárias enquanto moradores de rua.

Para um melhor tratamento das questões trazidas por essa discussão, foram selecionados, em meio aos 18 casos estudados, quatro casos considerados relevantes para possibilitar uma compreensão (não-generalizável) do conjunto heterogêneo de biografias e de experiências que caracterizam as trajetórias dos agentes que compõem essa realidade. Considerou-se que a construção da análise a partir da seleção de alguns casos típicos poderia oferecer interpretações mais aprofundadas e menos vagas das experiências de vida dos indivíduos, permitindo adentrar mais profundamente nas referências e nos significados constituídos pelos agentes estudados.

A análise, neste sentido, buscou construir uma síntese das histórias de vida dos agentes sociais antes e depois da rua, a partir de alguns eventos

considerados significativos para a compreensão das suas interpretações acerca dos significados despertados pela vivência dos processos relativos à vida nas ruas. Através do olhar sobre os valores e representações que permeiam essas vivências, e da sua interpretação à luz das discussões teóricas apresentadas ao longo da tese, tornou-se possível visualizar elementos identitários fundamentais para a compreensão do modo como eles se compreendem, posicionam-se e orientam-se nesse contexto.

5.1. José[64]

José é moreno-claro e tem 44 anos, embora aparente idade superior. Costuma sempre trajar calça, sapatos, camisa social e chapéu que, apesar de desgastados, rompem com o estereótipo de morador de rua enquanto sujeito sujo e descalço.

Natural de Mamanguape – PB, José mora em João Pessoa desde 1996. Caçula de cinco irmãos, foi criado pela mãe, pois o pai os deixou rumo a São Paulo quando José tinha sete anos. Ainda que tenha apenas uma vaga lembrança do seu pai, José fala dele com orgulho. Conta que quando criança sentia mágoa pelo abandono, mas que quando cresceu e começou a entender direito as coisas, passou a tê-lo como referência, devido ao fato de ter ido atrás do seu sonho de subir na vida, elemento que passa a compor as fontes morais de José.

Apesar da infância pobre, a mãe obrigava-o a estudar, fato que levou José a concluir o ensino fundamental e, após, a frequentar três cursos profissionalizantes: guia turístico, manutenção automotiva e segurança. José refere-se a isso como um elemento importante, pois faz com que ele sinta que tem algum valor na sociedade, frente aos outros indivíduos, sem

[64] O pseudônimo José foi escolhido pelo informante, por ser o primeiro nome do seu pai, com quem não conviveu.

conhecimentos especializados. Porém, não se reconhece em nenhuma das profissões para as quais estudou.

Desde criança tinha o sonho de ser cantor, mas a mãe, evangélica, sempre o proibiu de tocar no assunto, já que seu intuito não era o de cantar na própria igreja. José não se diz evangélico, pois só freqüentou a igreja na infância. Por nunca ter recebido o apoio da mãe no sonho de ser músico, refere-se a ela com mágoa, pois acredita que se tivesse recebido incentivo em casa, sua vida seria mais fácil.

Afirma que sempre foi trabalhador, tendo se dedicado desde a adolescência até cerca de 32 anos à ocupação de mecânico de carros. Avalia esse período como sendo de muito sacrifício, pois fazia uma atividade que não gostava, só para corresponder as cobranças dos seus próximos. Talvez por essa razão, a atitude do pai em abandonar a família em prol de um objetivo se apresente, atualmente, como um ato valorizado por José.

Casou-se duas vezes. Aos 22 anos, com a primeira mulher, com quem teve dois filhos. Cantava de vez em quando nas serestas da cidade, local onde conheceu sua segunda mulher, dando fim ao seu primeiro casamento. O segundo casamento aconteceu quando José tinha 27 anos e da união nasceu um filho. O casamento e a paternidade, embora em um dado momento da vida de José pareçam ter assumido uma significativa importância, fazendo com que ele empreendesse menos esforços em prol de alcançar suas metas individuais em função de buscar meios para prover a família, posteriormente, como veremos mais adiante, perdem espaço para outros valores que passam a assumir uma significância maior para ele.

Aos 30 anos mudou-se com a mulher e o filho para João Pessoa, em busca de uma oportunidade como cantor. Isso se apresenta como um elemento identitário fundamental para José, dando realce a um valor a partir do qual o mesmo gostaria de ser reconhecido. O informante se autodefine, hoje, da seguinte forma:

> Um caba que vai atrás dos objetivos, mesmo com as dificuldades todas. É muito melhor ser assim do que ser igual a muito caba que

> prefere ficar quieto, na acomodação, que nunca vai ser alguém porque fica lá [...] Eu sei que eu tenho talento, então pra que tinha que ficar só pra agradar os outros? São eles que tão vivendo no meu lugar? Mas tem gente que acha isso errado.

A busca pela conquista daquilo que acredita é revelada pelo informante como algo que lhe engrandece, que orienta a sua caminhada e que o posiciona como superior àqueles que não têm a mesma coragem ou perseverança. Observa-se como essa definição identitária está fortemente vinculada à sua noção de dignidade. Neste sentido, para José, a concepção de vida digna parece estar relacionada (entre outros valores, como veremos), principalmente, à capacidade de acreditar e de correr atrás dos seus sonhos, mesmo com todas as adversidades que isso implica. No caso do informante, oriundo de uma realidade humilde e sem uma articulação objetiva com os meios que lhe garantiriam mais facilmente o alcance do seu principal objetivo, a busca do sonho de se firmar na carreira musical, bem como as esperanças e as frustrações despertadas a partir desse sonho, revela-se na sua trajetória social como o princípio sobre o qual se assentam os principais acontecimentos da sua vida, entre eles, o ingresso e a permanência na vida de rua, como poderá ser observado nas próximas páginas.

Ao chegar em João Pessoa, fixou moradia em uma quitinete alugada no bairro do Rangel. Pegou suas economias e gravou um CD de demonstração do seu trabalho como músico. Trabalhou por quase dois anos como mecânico, para garantir a sobrevivência da sua família, e, nas horas vagas, saía com a pasta contendo as suas composições e com o seu CD à procura de divulgar o seu trabalho. Sem sucesso, passou a beber todos os dias.

A bebida foi um hábito que o acompanhou desde a adolescência em Mamanguape, “só pra curtir, que era a única coisa que tinha pra fazer”, mas quando José tinha cerca de 32 anos o hábito se revelava uma prática descontrolada, fato que o levou a perder o emprego na oficina em que trabalhava.

José ia para as festas quase todos os dias atrás de dar uma demonstração do seu talento. Na falta de oportunidades, começou a beber

desgovernadamente. Afirma que isso acontecia como forma de não enxergar a desilusão que o acometia, não por uma possível falta de talento sua, mas pelo fato do mercado ser muito fechado, não dando oportunidades ao desconhecido.

Essa falta de oportunidades apresenta-se na vida de José como um elemento central de rupturas e de reconfigurações identitárias, dando vazão ao alcoolismo como uma possível consequência de uma crise do *self*, devido à perda de sentido das coisas pelo mau êxito do seu esforço pessoal e a impossibilidade de estabelecer um modo de vida satisfatório.

Desempregado, constantemente alcoolizado e deprimido, passou a "descontar" a raiva na mulher e no filho. José demonstra muito constrangimento ao falar sobre isso, pois não se considera uma pessoa violenta, afirmando que foi apenas uma fase complicada. Esse fator, porém, acarretou na sua separação, aos 35 anos. Isso é avaliado por ele com muita tristeza e mágoa, pois, para ele, a mulher não foi a companheira que ele pensava que ela era, abandonando-o no momento em que mais precisava. A família foi, nesse momento, perdendo espaço nas preocupações de José. Tanto que, atualmente, o mesmo não mantém contato com nenhum dos filhos, ou com qualquer outro familiar.

Passou, nesse período, a dormir na rua pela primeira vez, geralmente nas portas dos bares. Sobrevivia das doações que pedia aos funcionários e clientes desses estabelecimentos. Desse período conturbado José não gosta de falar, afirmando ter poucas lembranças. A vida de rua no exercício da mendicância se apresenta como uma etapa na qual José não se reconhece, representando uma crise de identidade, no sentido de que, temporariamente, parou de acreditar nos seus objetivos, naquilo que ele considera como mais importante. Segundo ele, nada tinha sentido.

Certa vez, bêbado, encontrou um colega com quem havia feito o curso de segurança, natural de Mamanguape, e que estava morando na capital. Esse amigo o levou para sua casa e, dias depois, indicou-lhe para um contrato de trabalho como segurança no Terminal Rodoviário de João Pessoa. A

oportunidade o levou a se afastar do álcool por um tempo. Alugou um quarto em uma pousada próxima à rodoviária, onde trabalhava em regime de escala: 12 horas de trabalho, por 36 horas de folga.

Cerca de dois anos depois, infeliz com o trabalho, e frustrado pelo fato de ter abandonado momentaneamente o seu sonho, voltou a beber. Acabou perdendo o emprego e, por falta de pagamento, foi expulso do quarto que alugara. Não procurou outro emprego regular. Desde então, há seis anos vive na rua.

Até aquele ensejo (antes de reingressar na vida de rua), embora sempre tivesse o desejo de ganhar reconhecimento no meio artístico, José buscava sua realização apenas nas horas vagas, tendo que priorizar outros papéis, como o de marido, o de pai e, principalmente, o de trabalhador, consumindo com isso a maior parte do seu tempo e apresentando-se como empecilhos para que mergulhasse mais profundamente no seu projeto. A progressiva ruptura com seus demais vínculos sociais e o reincidente ingresso na rua, desta forma, parece ter significado o ponto crucial para a reorganização da hierarquia valorativa que levou José a estabelecer a busca pelo reconhecimento na carreira artística como prioridade. A partir daquele momento, seus outros papéis sociais passam por um processo de reordenamento e são colocados em segundo plano, em prol da busca pelo espaço na carreira musical, sua principal meta, para a qual José passa a dedicar a maior parte do seu tempo e das suas emoções. O reordenamento de prioridades a partir do reingresso na rua, neste sentido, indica a realização de avaliações fortes por José, através da articulação entre suas preocupações e o contexto que o permeia. Esse processo indica uma ressignificação da situação, pela definição daquilo que faz mais sentido para sua vida naquele momento, o que vale e o que não vale a pena.

Sobre a reinserção na rua, José diz:

> De primeira é mais complicado. O cabra fica mais assim, né? Mas depois não fica mais não [...]. De primeira tu ouve assim: está na rua, virou mendigo de rua, o mundo está se acabando, pensa que é logo o fim do mundo. Que é o fim do mundo é. Mas não é essa

> coisa toda também não [...]. É ruim [*estar na rua*]. Se alguém disser que gosta, está mentindo. Mas eu vejo de outro jeito [...] Que vida era que eu ia estar levando se não tivesse chegado aqui? Ia estar lá na acomodação. Sinceramente, eu não concordo com esse negócio de acomodação. Eu não acho que isso é coisa de homem não. Eu prefiro estar aqui indo atrás das coisas, do que estar no bem bom, dando do bem bom pros outros e tá na acomodação. [...] Eu acho que eu até já fiquei assim por [*tempo*] demais, mas não dá pra ser toda vida não [...] Eu não tenho religião de ficar indo em igreja todo dia, mas eu tenho minha fé em Deus que todo sacrifício que o homem faz, Ele está vendo. Ele está vendo e, se Deus quiser, eu só saio daqui agora pra ter uma coisa melhor, que é o que eu quero. Ele sabe o que é.

A reorganização da hierarquia valorativa do indivíduo em função da mudança das circunstâncias faz com que as mesmas assumam outros significados para ele. A rua, desse modo, não se apresenta mais como um fardo insuportável, mas como um importante elemento de transição para o alcance de um objetivo maior, que move suas ações e escolhas. A vivência na rua apresenta-se, assim, como um 'mal necessário', no sentido em que é melhor estar na rua do que estar vivendo uma vida que avalia como menos significativa.

José cantava e tocava violão nas calçadas, em busca de doações dos transeuntes, até o dia em que roubaram o seu violão. Como fez amizades durante o tempo em que trabalhava no Terminal Rodoviário, passou a tomar banho, a dormir e a guardar seus objetos no local. Há dois anos trabalha como biscate para os lojistas da rodoviária, ganhando cerca de 50 reais por semana, dinheiro que gasta com comida, bebida e locomoção. Afirma que gosta do trabalho, principalmente por ter horários flexíveis, garantindo-lhe alguns dias livres, para que continue procurando uma oportunidade como cantor.

A honestidade se apresenta como um outro elemento identitário a partir do qual José gosta de definir a sua posição enquanto morador de rua. Afirma que, por maior que fosse a dificuldade que tenha passado, nunca fez "coisa errada" e que, graças a isso, tem a confiança das pessoas que o ajudam e vive "muito melhor do que muita gente de rua por aí". Ou seja, essa característica se revela como um bem valorizado pelo agente e que faz com que ele considere que seja sua particularidade frente a outros moradores de rua,

classificados por José como desonestos. O modo como o informante compreende os outros indivíduos que se encontram na mesma situação de rua pode ser observado no relato abaixo:

> É tudinho cabra safado, ladrão, safado, sem vergonha. Não é todo mundo, que [...] aí é demais. Mas está assim de gente que não presta mesmo. É verdade [...] Antes eu pensava que morador de rua era tudo cabra ruim. Hoje eu vejo que é tudo da pior qualidade. Bando de cabra ruim [...] Já me roubaram foi tudo, dinheiro, documento e tudo, deixaram só a roupa do corpo mesmo, levaram até o sapato. Numa cachaça troncha, quando eu abri o olho eu não tinha era mais nada [*risos*]. E tá pensando que foi outra pessoa? Foi nada, foi cabra velho de rua mesmo. Esse povo de rua tá tudo roubando, matando para comprar droga [...] Eu não gosto de dar confiança a gente de rua não. Eu dou assim, pra um e pra outro, mas não é todo mundo que eu dou conversa não [...] Não sei porque, mas eu tenho mais relação com outras pessoas, não é muito com esses aí não.

Percebe-se que a definição revelada pelo agente assemelha-se a alguns dos rótulos sustentados pelos demais grupos situados em posições superiores na hierarquia de classes, responsáveis pela generalização da imagem do morador de rua na sociedade. Na perspectiva goffmaniana (GOFFMAN, 1988), o compartilhamento desses sentidos depreciativos serve para estabelecer a distinção entre a “normalidade” de uns e a “anormalidade” de outros. Ou seja, na medida em que são imputadas representações negativas a uns, essas servem para confirmar a superioridade dos demais. Deste modo, para pessoas como José, também inferiorizado e protagonista de diversos tipos de restrições sociais, assumir como próprias representações que tangem o senso comum parece querer reforçar a sua adequabilidade social, permitindo-lhe se sentir incluído, em detrimento daqueles que não possuem os requisitos que o agente considera necessários para isso.

O informante, ao se posicionar como morador de rua, também ressalta elementos que o valorizam frente aos demais, além da honestidade já citada anteriormente. Um fator, por exemplo, consiste na sua permanência na rua “por opção”. Segundo José, o fato de ter várias profissões faz com que não lhe falte espaços no mercado de trabalho formal. No entanto, ele considera que um emprego regular o afastaria do seu principal projeto de vida, o de viver através da música, pois acabaria tomando todo o seu tempo e energia. José reconhece

que a carreira no meio artístico é difícil, mas acredita que precisa ter persistência e que já foi longe demais para desistir. Segundo ele:

> A vida todinha, desde menino, eu ouvi dizer que era pra eu deixar disso, que não era futuro, nem nada, que era pra arrumar serviço de homem [...] Foi desse jeito. Complicado mesmo. O que mais a mulher dizia era que eu tinha que acordar pra vida, pra trabalhar, como se eu tivesse querendo brincar, não tivesse querendo trabalho. E a vida inteira eu fui trabalhador, nunca deixei de trabalhar [...]. Quando tu chega até aqui com as coisas, passando dificuldade, aguentando abuso, não é pra chegar e desistir. Eu estou com 44 anos, não sou menino. Agora eu só paro mesmo se eu morrer, que nunca se sabe [...] Eu estou indo mesmo é atrás de mostrar pra tudinho. Para eles verem eu ganhando, fazendo show, pagando conta, andando de carro, tudo por conta da minha canção [...]. Eu já tenho uns contatos aí, até de televisão mesmo, só tá faltando mesmo juntar um dinheiro [...]. Daqui a uns dias mais a senhora vai ver.

José, ao classificar-se como um indivíduo autônomo, em que a permanência na vida de rua está associada a decisões pessoais, distingue-se daqueles que considera como menos valorizados, por estarem ali devido a condutas depreciativas que fizeram com que a sociedade os excluísse. Nessa diferença reside a linha tênue que separa aqueles que se percebem como reintegráveis, porque só dependem de si mesmos – como José se posiciona-, daqueles que são considerados descartáveis, porque foram banidos pelos demais grupos sociais.

Sobre o modo como ele se posiciona na sociedade e acredita que os outros o percebem, José afirma que não sente tanto o preconceito das outras pessoas pelo fato de não andar sujo como muitos moradores de rua, fazendo com que sua imagem não seja associada a esse grupo de indivíduos. Conta também que as pessoas que sabem da sua situação o tratam muito bem e, inclusive, o ajudam, por saberem que ele não é “metido em coisa errada”. Isso também faz com que José considere-se mais valorizado do que outros indivíduos na mesma situação.

Ao conversar, porém, com outros indivíduos com quem José interage, moradores e não-moradores de rua, os mesmos se referiam a ele como “doido”, considerando como devaneio sua ambição pela carreira artística e afirmando sentirem pena. Desse modo, embora não se perceba através do

estigma associado ao morador de rua, José é compreendido pelos demais indivíduos como um caso representativo de um dos rótulos atribuídos aos indivíduos nessa situação: um indivíduo que não possui suas faculdades mentais em plena normalidade.

Há, desta forma, uma distância significativa entre a sua autoidentidade (o modo como ele se percebe) e a sua identidade social (o modo como os outros o percebem e, portanto, a posição que ele objetivamente ocupa em relação aos demais). Embora ele reconheça os estigmas atribuídos aos indivíduos em situação de rua e, em alguns aspectos, coadune com essa concepção, a percepção desse conflito parece gerar em José a necessidade de reafirmação do seu valor – e concomitantemente da sua identidade pessoal-, a partir da busca por associar-se com valores que acredita serem estimados pela sociedade mais ampla e do empreendimento de esforços por dissociar-se das características que considera como mais depreciativas.

Observa-se, a partir do explanado, que embora em contextos distintos José se autoperceba a partir de valores diversos, o mesmo não parece ter sofrido rompimentos identitários significativos, no sentido em que não há mudanças bruscas entre o que ele valorizava antes da rua e o que ele valoriza hoje. O que parece ter havido foram processos de reavaliação de situações, onde a incidência de alguns acontecimentos que marcam sua trajetória de vida faz com que certos valores, presentes em seus conteúdos morais, passem a ter um maior destaque em momentos específicos, reordenando o conjunto de preocupações que definem o modo como José se compreende, bem como os significados atribuídos por ele às circunstâncias.

5.2. Neném[65]

[65] O pseudônimo Neném foi escolhido pela informante, por ter sido o seu primeiro apelido de infância, a partir do qual era chamada pela mãe.

Neném é morena-clara, tem 35 anos e, embora se vista de maneira bastante jovial, possui uma fisionomia sofrida, aparentando idade bem superior a que tem.

É natural de Conde-PB, porém, foi criada na cidade de João Pessoa por uma tia. Quando ainda era pequena, sua mãe se casou com um homem que não aceitava os seus filhos. Na ocasião, cada um dos quatro irmãos, Neném e mais três meninos, separaram-se e foram morar com algum familiar diferente. Apesar disso, Neném refere-se a sua infância como boa. A informante conta que não guarda mágoa da mãe, embora não tenha qualquer relação com ela e afirme que jamais faria o mesmo. Neném tem na tia, com quem conviveu a maior parte da sua vida, sua referência materna – ainda que hoje esse laço revele-se enfraquecido, como veremos mais adiante. Lamenta apenas o fato de ter perdido o contato com os irmãos muito cedo, razão pela qual, hoje, encontra-se sem suporte material, e atribui a isso a sua permanência na rua. Segundo ela: “se eu ver, eu nem sei quem é. Capaz de até já ter visto e não saber [...] Tem um bocado de tempo [*que viu os irmãos pela última vez*]. Tem mais de 20 anos já”. Essas rupturas vividas por Neném na infância parecem ter uma importância fundamental para sua configuração moral, o que justifica alguns posicionamentos atuais da informante, como poderá ser observado nas próximas páginas.

Neném cresceu no bairro do Róger, na periferia da capital, e só estudou até a segunda série primária, pois tinha que também ajudar a tia nos trabalhos domésticos, o que a deixava cansada para ir à escola. Ela, no entanto, enxerga esse esforço como algo necessário, pois sua tia já tinha feito demais por ela, já que se sentia na obrigação de ajudar. Embora considere que sua decisão em abandonar os estudos tenha sido inevitável – e deste modo não se culpe por isso-, Neném reconhece o quanto a ausência de instrução formal a prejudica hoje, principalmente no que tange à falta de oportunidades para sair da condição atual.

Nos encontros com Neném, em função das entrevistas, inúmeras vezes ela referiu-se a si própria como “ignorante”. Em uma ocasião, quando

conversávamos informalmente em frente a um estabelecimento comercial fechado, o segurança do local, que aparentemente conhecia Neném, interrompeu-nos, dirigindo-se a mim e pronunciando: “Doutora, não fica perdendo seu tempo com essa daí não, isso é rapariga analfabeta, é ignorante, não vai saber informar nada não”. Em seguida, dirigiu-se para Neném e proferiu: “E você, para de ficar incomodando a moça. Vamos circular, circulando”. No instante em que eu começava a responder em defesa de Neném, a mesma me interrompeu, declarando: “Não, doutora, a senhora tá achando que ele tá mentindo é? É verdade mesmo. Eu sou ignorante mesmo. Eu não tenho estudo não. É isso mesmo”. Observa-se, na circunstância em questão, um típico caso de violência simbólica (BOURDIEU, 2007), onde um agente, aparentemente situado em uma posição superior em termos de capital cultural, faz uso da posição de inferioridade do outro agente - pela sua menor posse do capital em questão-, para impor uma determinada autoridade e reproduzir a condição de desigualdade que permeia a relação. Essa desigualdade é legitimada a partir do consentimento daquele que é vítima da violência, que assume a conduta dominante do outro como justa e natural. Nota-se, a partir disso, o modo como Neném compreende sua inferioridade em relação aos demais em função da sua quase inexistente escolaridade, incorporando assim as classificações pejorativas sob as quais é compreendida pelo outro.

Neném se casou aos 14 anos, grávida de um homem de 29 anos que já tinha dois filhos. Moravam em uma casa alugada também no bairro do Róger. Seu marido trabalhava em uma banca de venda de verduras na Feira de Oitizeiro, mas na própria feira também trabalhava na venda de drogas. Neném nunca trabalhou fora de casa, pois o marido era muito ciumento. Considera isso uma coisa boa, pois representava o cuidado que o marido tinha com ela. O casamento parece apresentar-se como um valor importante, a partir do qual ela costuma associar sua identidade antes do ingresso na rua, ressaltando esse elemento que compõe sua trajetória como algo que confere mais dignidade para sua vida, atribuindo-lhe uma certa seriedade, que, a seu ver, não lhe é conferida pelo olhar de outros grupos.

Segundo Neném:

> Eu fico olhando as outras que ficam nessa vida, que nunca quiseram nada com nada, estavam só querendo curtir, aí caíram aqui, que não arrumaram ninguém. Aí todo mundo pensa que é tudo assim [...] Eu não estou dizendo [...] que eu sou santa não, que eu nunca fui santa, eu tive meus vacilos, ele [*o marido*] teve os vacilos dele. Ele tinha os defeitos dele e tudo, mas ele era bom pra mim [...] Eu caí aqui não foi culpa dele, foi por conta das besteiras que eu fiz mesmo, que ele nunca me obrigou, nem nunca levantou a mão para mim. Se ele tivesse vivo eu nunca que ia estar na rua. Ele me dava de tudo [...] Os outros tratam assim, tipo desdenhando, falando mal, como que a gente está na vida, ninguém quer, aí está na vida por causa de safadeza [...] Eu fico vendo, eu que era casada, tudo direitinho, que tive só um homem a vida todinha até antes daqui, é difícil ver. Eu mesma não conheço nenhuma [...]. Quando eles vêem assim, nessa idade, solteira, dizem que não presta sem nem conhecer a pessoa direito. [...] Quando é casada os outros respeitam mais, que vêem que é esposa, que tem menino [*filho*]. [...] Não tinha [...] quem dissesse um 'que' comigo. Do tempo que ele era vivo todo mundo me tratava direito, respeitava, dava bom dia. [...] Eu sou solteira mais porque ele está morto mesmo. Se ele tivesse vivo, agora eu ia estar em casa, que é mais futuro [*estar casada*] do que ficar aí.

Associada à identidade de esposa "de respeito" está a identidade materna, ambas imputando-lhe uma dimensão familiar, como vista no capítulo anterior, tão valorizada pela sociedade mais ampla. Neném teve ao todo cinco gravidezes, mas só três foram a termo. Ser mãe se revela como um elemento valorativo fundamental para Neném, como poderá ser notado mais adiante.

Quando ela tinha por volta de 25 anos o marido saiu da feira e passou a trabalhar na venda de drogas no próprio bairro, mas pouco depois foi preso e passou dois anos no presídio. Neném, porém, não precisou trabalhar para fora, pois continuou sendo sustentada pelo dinheiro do tráfico de drogas.

Desde a adolescência era usuária de maconha, porém, entre os anos que seu marido estava preso, tornou-se também dependente de crack. Para Neném, esse foi o maior erro da sua vida, atribuindo à sua dependência sua situação de rua. Afirma, porém, que começou a usar crack porque precisava sentir mais coragem. Fala que o período em que o marido esteve preso foi de muita dificuldade, pois teve que fazer muita coisa sozinha, com três filhos crianças. Segundo ela, "nem escolher um coentro para comprar eu sabia, que era ele quem fazia essas coisas tudo. [*Quando o marido foi preso*] eu tinha que

fazer tudo, sem saber era de nada. Tinha que aprender na marra, ainda com os pirralhos". Outro fato que pesou foram as críticas dos vizinhos e familiares, que mandavam-na deixar o marido e conseguir um emprego. Além disso, vivia com medo de que chegasse alguém e fizesse mal para ela e os filhos. Diante de toda a pressão que sofria, o crack parecia lhe dar uma sensação de segurança.

Pouco tempo depois que o seu marido saiu do presídio, foi assassinado. A morte do marido representou o ponto crucial para uma série de rupturas que passam a fazer parte da trajetória de Neném, reordenando seu conjunto de preocupações

Com o falecimento do marido, Neném ficou sem fonte de renda. Como não tinha conhecimento prático ou institucionalizado que lhe abrisse portas para conseguir um emprego, não teve mais condições de arcar com as despesas de aluguel. Pediu ajuda à tia, que amparou a ela e ao filho mais velho. Os dois filhos menores (então com sete e dez anos) foram entregues ao SOS Criança - entidade de acolhida a crianças e adolescentes -, e desde então visita-os semanalmente, sempre aos sábados. Menos de um ano depois, devido ao vício de Neném e do filho, iniciaram-se uma sucessão de desentendimentos, fazendo com que a tia os expulsasse de casa.

Neném não encontrou amparo em nenhum outro familiar e foi parar na rua, enquanto o filho mais velho, com 15 anos foi viver com a avó no município do Conde, sendo assassinado meses depois. Sobre a morte do filho Neném não gosta de falar por se sentir culpada, visto que o mesmo começou a consumir drogas dentro da sua própria casa e com o seu consentimento.

O status de viciada revela-se, atualmente, como um elemento identitário significativo para Neném. Segundo ela:

> Eu tenho pra mim [...] que se eu vivesse de novo, eu nunca que tinha ido nesse caminho. Eu peço a Deus todo dia pra que meus filhos não fiquem nóia [*drogados*], por causa de que isso não é vida. [...] Um já foi, o maior já foi, agora os outros o que eu puder fazer eu faço, qualquer coisa mesmo, pra eles não terem esse mesmo destino [...]. Os outros dizem desse jeito: que essa daí é drogada, viciada, tá atrás de pedra. E eu vou dizer o que? [...] Se olhar direito eles estão é certos. Nós aqui somos tudo viciado mesmo, tudo fuma pedra mesmo. Vai dizer o que? Tem que ficar

> mudo, na rua é só o que tem [...]. Eu sei que é errado, que é coisa ruim, tudo isso eu já sei. Tem dia que eu só penso que eu estou indo morrer, e eu não quero morrer pra ter que deixar os meninos. É só por isso mesmo, que se não fosse por eles eu não tava nem aí não, eu fumava até morrer, que não ia ter jeito mesmo.

Observa-se, deste modo, que apesar de se reconhecer entre as qualidades depreciativas atribuídas a si pelos demais grupos – assumindo, de certa forma, o estigma que permeia sua identidade social-, a identidade materna é reforçada como algo que representa a possibilidade de resgate da sua dignidade, o que faz com que ela tenha esperanças de saída da atual condição. A relação de dependência recíproca entre Neném e os filhos, assim, é realçada em meio ao conjunto de valores que importam para ela, e define uma identidade que lhe atribui algum significado positivo, em meio aos outros elementos responsáveis pela sua desvalorização social. Ou seja, apesar do vício situar-lhe em uma posição de vulnerabilidade e de subalternidade, viver continua valendo a pena graças à sua identidade materna.

Sobre o ingresso na rua, Neném classifica como o momento mais difícil da sua vida, considerando que "é o fundo do poço, não dá nem pra explicar [...] só que ainda é melhor que ser morto, pois amanhã tudo pode mudar, mas se morrer, já era, já foi". Sobre o que sentiu ao ingressar na rua a informante diz:

> Eu não sei nem dizer, porque eu só fui ver mesmo depois, nem sei, que eu só queria saber de ficar chapada. Aí quando foi bater a real mesmo já tinha passado um monte de dias [...]. Eu acho que passei [...] dias sem comer, porque eu só me toquei mesmo quando a fome bateu. [...] Mas eu acho que é isso, [*ficar na rua*] é tão ruim que a pessoa de início não tá nem querendo acreditar. [...] Agora a ficha já caiu, caiu sim. depois de quase três anos. [*Questionada sobre quando a 'ficha caiu'*] Nem sei dizer, que não é assim, de uma vez. Eu acho assim, que a gente vai apanhando tanto, que aprende na marra. Tem uma hora que aprende [...] Eu já levei murro, tapa, faca, é tanta miséria que a pessoa passa. [...] Não tem nada de bom na rua não. Não tem nada, nada aqui presta. Isso não é vida pra ninguém não [...] Tem gente que bota a culpa nos outros. Eu não boto é culpa em ninguém, que ninguém tem culpa das burradas dos outros.

O processo de definição identitária e de valoração das circunstâncias na rua não é imediato, mas ocorre de forma processual, a partir das circunstâncias

cotidianas vivenciadas pelos sujeitos inseridos nesse contexto. No caso da informante, um conjunto de situações que envolvem violência parece ter atuado sobre a forma como ela passa a compreender o espaço da rua e a se compreender no interior dessa conjuntura.

A pior coisa de estar na rua, para Neném, consiste no distanciamento dos filhos. Enquanto estava com a tia, considerava o SOS Criança como um lar temporário, mas ao ingressar na rua, passou a enxergar cada vez mais remota a chance de ter seus filhos de volta. Afirma que essa é uma dor que carrega consigo todos os dias, embora considere que os filhos estejam em boas mãos, estudando e longe do perigo. Na trajetória de vida de Neném, o afastamento dos filhos parece assumir um significado peculiar para quem, na infância, sofreu o abandono da mãe. Associado ao sentimento de culpa pelo falecimento do primeiro filho, a necessidade de construir um bom futuro para os filhos pode ser compreendido como um bem que orienta e que dá sentido para sua vida.

A busca pelo alcance do sonho de ter novamente a guarda dos filhos, porém, não se constitui em um projeto, no sentido em que a informante não empreende esforços no intuito de concretizá-los. Desta forma, o seu status de usuária de drogas, embora a hostilize, acaba prevalecendo sobre o seu principal objetivo, impedindo-a de adquirir reconhecimento a partir do valor que considera mais significativo.

Na rua, Neném habita as imediações do Parque Solón de Lucena. Obtém o seu sustento através da prostituição, tendo o Pavilhão do Chá como o seu local de trabalho. Conta que por não ter estudo e também por nunca ter trabalhado antes, essa foi a única alternativa que encontrou para sua subsistência na rua. Afirma que, apesar de receber muitas críticas - inclusive de outros moradores de rua-, considera um trabalho justo, pois “é melhor do que sair catando lixo [...] é melhor do que se tivesse roubando, vendendo droga, correndo risco de morrer”. Neste sentido, embora considere sua ocupação como mais digna do que outras, comumente exercidas por agentes na mesma condição, não quer que seus filhos saibam da sua atividade.

Para Taylor (2005), a vivência das circunstâncias leva a uma reavaliação dos sentidos que as coisas têm para o indivíduo. Se, como apontado anteriormente, o casamento se apresenta para Neném como um bem ao qual a mesma recorre no intuito de afirmar uma decência no que tange à sua vida antes da rua – e, assim, diminuir o impacto da compreensão negativa que os outros têm sobre ela em razão da sua atual atividade-, a partir das experiências vivenciadas na rua o casamento perde sentido entre os seus objetivos de vida. Em entrevista, cujo trecho está reproduzido no capítulo anterior (p.167), Neném informa o seu desejo por ter uma casa para viver com seus filhos, “sem homem nenhum, nenhum. Que homem é só atraso de vida”. A afirmação parece contradizer o relato anterior, quando ressalta o valor que o casamento confere à mulher e lamenta a fatalidade que a fez solteira/viúva. No entanto, conforme salienta a compreensão tayloriana, a realização de avaliações fortes pelo indivíduo, no intuito de analisar o elemento que tem mais sentido para sua vida, tem por base o contexto atual a partir do qual o mesmo empreende essas avaliações que, muitas vezes, podem ser equivocadas.

Segundo o autor, a relação do indivíduo com as pessoas que participam do seu cotidiano atual é responsável pela reavaliação dos significados que compõem suas referências morais. Nesta direção, o fato da informante reconhecer que em determinado período da sua vida o fato de ter sido casada conferiu-lhe alguma distinção social não implica que o casamento esteja entre suas preocupações últimas.

A seleção do bem orientador da vida de um indivíduo é redefinido ao longo da sua trajetória. Deste modo, ao colocar seus desejos na balança e posicioná-los em uma hierarquia valorativa, a identidade materna é revelada, entre as distintas características identitárias depreciativas e enaltecedoras que a tornam um indivíduo único, como a que mais importa para Neném, representando o elemento a partir do qual a mesma se orienta e gostaria de ser compreendida.

5.3. Dodora[66]

Dodora é uma senhora branca e grisalha de 62 anos, que apresenta dificuldade de locomoção devido ao inchaço e ferimentos nas pernas e pés.

Nasceu e cresceu em uma área rural próxima à cidade de Cuité-PB. Seus pais cuidavam de uma *granja*, na qual Dodora e sete dos seus nove irmãos trabalhavam desde crianças, seja nos afazeres domésticos, seja nas atividades de plantação, colheita e cuidado com os animais. Os dois irmãos mais velhos trabalhavam em fazendas vizinhas. Dodora afirma que não teve infância, pois como a família era pobre, ela não tinha tempo de brincar, tendo que assumir responsabilidades domésticas (como cozinhar e cuidar dos irmãos menores) muito cedo. Afirma, porém, que era feliz, pois sua família era muito unida e dedicada a Deus, embora não frequentassem uma igreja.

Dodora é analfabeta. Nem ela e nem seus irmãos frequentaram escolas devido à dificuldade de acesso. Ela avalia isso com grande pesar. Conta que enquanto vivia na zona rural não sentia falta, mas desde que foi para a cidade o fato de não saber ler lhe faz passar por inúmeras dificuldades. Considera, porém, que, uma vez que já estava casada e com filhos, era tarde para correr atrás disso. O analfabetismo, deste modo, apresenta-se para ela como um aspecto negativo de sua identidade, afirmando que não é “ninguém na vida” em razão dessa característica, sentindo-se inferior àqueles que possuem instrução escolar.

Casou-se aos 15 anos e mudou-se para a cidade de Cuité, onde seu marido trabalhava como vendedor de materiais de limpeza. Dodora teve seis filhos. Dois deles, meninas, morreram ainda bebês, devido a causas desconhecidas. Os outros quatro, três meninas e um menino, cresceram com Dodora. Durante a maior parte da sua vida Dodora dedicou-se integralmente à família, nunca tendo trabalhado fora de casa. A família e, sobretudo, a

[66] A informante se recusou a escolher um pseudônimo, preferindo ser identificada pelo apelido a partir do qual ela é conhecida pelos demais.

maternidade, apresentam-se como elementos identitários centrais na vida de Dodora, que se autodefine da seguinte forma:

> Eu sou uma mãe de família, sou avó [...] Eu estou aqui pra não perturbar. Eu quero que minhas filhas tenham uma vida boa, sem problemas, chateação [...] Eu não sou uma filha de ninguém. Os outros dão humilhação pensando que a gente é filho de chocadeira. Eu não tenho mais mainha, mas eu sou mãe, eu sou mãe e vó [...] Eu tenho família, sou mãe de família.

Como modo de compensar sua falta de instrução escolar, Dodora fez questão de que todos os seus filhos estudassem, embora nem todos tenham concluído os estudos. Ela não soube dizer até que série os filhos estudaram, mas garante que uma de suas filhas, a mais nova, concluiu o ensino médio. Dodora fala disso com orgulho, utilizando desse argumento para demonstrar a sua dedicação em oferecer uma boa criação para os filhos, mesmo com as limitações colocadas pela sua baixa condição financeira. Conta que sempre fez tudo pela sua família.

Seus filhos tiveram destinos diferentes. O filho foi aos 20 anos para o sul do país em busca de emprego e nunca mais voltou, enviando algumas cartas apenas nos primeiros anos. Entre as filhas mulheres: uma se mudou para Campina Grande para trabalhar como empregada doméstica; outra se casou, teve quatro filhos e foi viver na zona rural com a família; a terceira virou professora de ensino infantil em Cuité, casou-se e teve três filhos.

Dodora ficou viúva com cerca de 50 anos de idade. O falecimento do marido representou um momento de ruptura significativo, pois fez com que perdesse seu “porto seguro”, gerando, assim, uma série de eventos que vieram definir o modo como Dodora se posiciona atualmente. Segundo ela “éramos só nós mesmos, que nunca foi de andar muita gente em casa. Ficávamos mais nós mesmo. [Ele] nem arengava muito, tinha as enjoeiras dele, mas [...] não faltava nada dentro de casa. Nunca me faltou nada, com a benção de Deus”.

Como o trabalho do marido era informal e Dodora não exercia trabalho remunerado, ficou sem fonte de renda e foi viver com a família de sua filha mais nova em Cuité. Morou quase seis anos na casa dessa filha, porém, por

não se dar bem com seu genro – que chegou algumas vezes a agredi-la fisicamente-, teve muitas desavenças com a filha, que combinou com sua filha do meio para levá-la para viver com ela. Dodora só foi avisada do acordo entre as irmãs e não pode opinar. Esse episódio parece significar um momento importante para um reordenamento de prioridades por Dodora.

Embora fale que “na época a gente ficou meio assim [chateada], mas depois passa, mãe que é mãe, mãe mesmo não fica remoendo chateação de filho”, em algumas ocasiões a mesma afirmava que “eu vim logo pra cá pra não ficarem me empurrando para um lado e para outro”, ou que “o único amor certo é o de mãe, que filho não ama mãe. Filho gosta de mãe só quando é pequeno, que tá precisando dela”. Deste modo, sua rejeição da casa da primeira filha parece ter deixado marcas em Dodora, refletindo-se sobre o modo como leva a vida hoje.

Dodora passou a viver com sua outra filha na zona rural. Conta que nessa época já apresentava problemas de saúde, como dores na coluna e perda de firmeza e de sensibilidade nos braços e nas pernas. Entre suas filhas, essa era a que possuía menos recursos econômicos, o que fazia Dodora se sentir como um peso. Segundo ela:

> Dá dó de ver a bichinha pra lá e pra cá, subindo e descendo, ainda mais com casa e com filho pequeno. Eu olhava para mim [...], queria fazer as coisas e não dava mais conta. Oh, mas era ruim demais. Que essa já não tinha condições e eu queria ter mais condição de ajudar. [...] Até hoje, quando eu paro pra pensar, bate uma coisa ruim aqui dentro. Deus queira que eles não estejam passando precisão [...] Mãe nenhuma quer ver os filhos passando precisão.

Quando começaram a aparecer feridas e bolhas nos pés, causando grande incômodo, Dodora resolveu procurar um médico que lhe deu o diagnóstico de diabetes. Por ter descoberto tardiamente, o diabetes já havia atacado os nervos de Dodora e, se não começasse o tratamento para controle imediatamente, podia ter o pé amputado. A descoberta da doença foi algo que parece ter tido grande impacto na vida de Dodora, que conta que já se sentia

incomodada pela dependência que estava da filha e ficou aflita com a possibilidade de tornar-se mais debilitada e dependente.

Devido à distância do lugar em que morava dos setores de assistência a saúde, e motivada pelo constrangimento em ter que dar mais trabalho para a filha, decidiu ir para João Pessoa em busca de cuidar de sua saúde, alegando que na capital tem mais médicos e postos de saúde. Para sua filha, a ida de Dodora para João Pessoa era temporária; para Dodora, seria definitiva.

Conseguiu carona com um funcionário de uma granja próxima, enquanto suas filhas se juntaram e deram-lhe dinheiro para ajudar nas despesas com alimentação e dormida. Chegando em João Pessoa foi assaltada, ficando sem dinheiro e documentos. Passou a viver na rua, instalando-se na área do Mercado Central.

De acordo com Dodora:

> Quando eu viajei pra cá eu já vim decidida a ficar por aqui mesmo. Se eu não conseguisse um abrigo de velhinho, uma coisa assim, eu ia ficar na rua mesmo [...] Eu já estou velha mesmo, minha hora está chegando, eu não tenho que ficar levando preocupação para os outros [...] Quando o pirralho me roubou eu já deixei nas mãos de Deus, porque sem documento aí que eu não tinha como ir para o abrigo mesmo. Então eu nem fui atrás.

Dodora não faz tratamento de saúde para o diabetes e não procura as filhas, pois afirma que elas não têm condições de ajudá-la. Na rua, não se sente um obstáculo para as filhas. Percebe-se, assim, que o ingresso na rua parece assumir um significado de independência para Dodora, valor que se revela caro à informante, em meio a uma sucessão de acontecimentos que envolvem perda, rejeição e intensa dependência (física, econômica e afetiva). Este processo parece indicar a ocorrência de uma redefinição de prioridades para Dodora, no sentido em que a interlocutora que até então, segundo indica, levou uma vida voltada para a família, toma a decisão de se afastar da família em busca de satisfazer uma necessidade individual, assumindo com isso todos os riscos da sua ação. Embora outros valores - como a maternidade, por exemplo -, permaneçam significativos para Dodora, as circunstâncias

vivenciadas parecem ter feito com que outros elementos passassem a ser sobressaltados por ela na ordenação de sua vida.

Nesta direção, para a informante o sentido de vida digna parece associar-se à capacidade do indivíduo em saber administrar a sua vida, sem incomodar as outras pessoas. Essa concepção de independência, no entanto, deve ser relativizada, no sentido em que Dodora sobrevive na rua através da captação de doações nas redondezas do Mercado Central, ou seja: seu modo de subsistência é totalmente dependente da caridade dos demais indivíduos. No entanto, a noção de independência valorizada por Dodora parece estar associada à independência daqueles que lhes são próximos. A dependência de estranhos, neste sentido, não parece incomodar a informante, pois, uma vez que esses indivíduos não adquirem significado afetivo para ela, uma possível rejeição não a atingiria profundamente, assim como ocorreria caso viesse de algum próximo.

Sobre a forma como ela compreende os indivíduos que se encontram na mesma situação de rua, Dodora ressalta:

> Ah, eu não ficava com medo, não. Eu estou aqui também, né? Eles têm as razões deles, né? Tem uns que são muito bons comigo, que me dão as coisas. [...] São tudo gente humilde, gente pobre, que não tem condições de pagar para estar numa casinha deles. Se tivesse condições não tinha pra quê ficar na rua. [...] Os outros pensam que a gente aqui é drogado, que está aqui por causa de droga. [...] Tem também, minha filha, [*usuários de drogas na rua*]. Mas droga hoje em dia está por todo canto, não é só em lugar de gente pobre não. Os ricos estão usando mais droga do que os pobres hoje em dia.

Observa-se, assim, que embora a informante tenha ciência do rótulo a partir do qual a população em situação de rua é compreendida pelos demais indivíduos, a mesma empreende esforços por dissociar o grupo dessa imagem estigmatizante, no intuito de conferir-lhe algum valor aceito pelos demais indivíduos.

O apego religioso, que sempre fez parte da vida de Dodora, na rua, parece assumir um significado peculiar para ela. Para a informante:

> No dia [*em que foi dormir na rua pela primeira vez*] eu pensei logo: meu Jesus Cristo, o que eu vou fazer aqui? Porque na hora mesmo tu só fica com medo, que não conhece. [...] Aí eu pensei: eu estou sozinha aqui, meu Deus, me ajuda, senão eu vou desistir. Mas aí eu ouvi a voz de Deus e Ele me disse que ia ficar me guardando. [...] E eu vou te dizer que já tem mais de três anos e nunca ninguém fez mal nenhum pra mim, porque Ele colocou a mão e afastou. O inimigo está em todo canto, mas ele não faz mal para o filho de Deus. [...] Já destrataram, empurraram com vassoura, jogaram pedra [...] mas nada me feriu porque Deus está no controle. [...] Eu tenho fé que se eu estou aqui hoje é porque Ele quis.

A identidade religiosa é assumida por Dodora na vida de rua como um bem, algo que lhe dá segurança em meio aos riscos inerentes a esse campo, conferindo sentido às suas escolhas e ações.

Dodora diz não ter sonhos ou fazer planos, afirma que seu momento passou e que apenas aguarda a hora de sua morte chegar, pois está velha e cansada. Com isso, a interlocutora parece indicar que sua decisão em ingressar na vida de rua não parte de uma percepção da rua como um meio para o alcance de um objetivo, mas como um fim, de onde ela não almeja sair. Esse posicionamento serve para justificar, até certo ponto, o significado da religiosidade para ela. Ao passo em que compreende que está no fim da sua vida, seus valores são colocados em uma balança e a importância do valor religioso, presente em suas fontes morais, ganha destaque sobre os demais como algo que atribui mais significado àquele momento, oferecendo-lhe uma espécie de conforto emocional.

A partir do explanado, nota-se que a definição identitária que Dodora reivindica para si não parece estar associada à necessidade de se diferenciar dos demais a partir da manifestação de um valor estimado socialmente e que a singulariza frente aos outros, mas sim relacionada à avaliação que ela faz das circunstâncias que se apresentam, em um empenho por selecionar, em meio ao seu horizonte de referências, o valor que, atualmente, traz mais sentido para sua vida e para suas escolhas.

5.4. Jacinto[67]

Jacinto é negro, tem 40 anos, é muito comunicativo e utiliza vários acessórios, como lenços, tiaras de cabelo, além dos colares e pulseiras que confecciona.

Natural de Sertânia-PE e caçula de nove irmãos, foi criado pela irmã mais velha e tem nela sua referência de mãe, posto que sua mãe biológica faleceu quando ele ainda era muito pequeno. Fruto de um namoro rápido da mãe, não conheceu o pai. Cresceu rodeado por cinco irmãos, que viviam na mesma cidade. Os outros migraram para outras localidades, em busca de concretizar projetos de vida, quando Jacinto ainda era bem novo. Descreve sua infância como um período bom da sua vida, pois sempre esteve rodeado de cuidados. Desse modo, Jacinto garante que o fato de não ter tido pai e nem mãe não gerou prejuízos para sua formação, pois seus irmãos sempre foram unidos e desempenharam bem o papel de cuidar, ajudar e orientar.

Durante a sua infância e adolescência, trabalhou e estudou concomitantemente. Quando criança, vendia na feira pastéis feitos por uma irmã. Quando adolescente, trabalhou como atendente em uma barraca de frutas na mesma feira e atribui a essa experiência o fato de hoje ser tão falante. Busca sempre ressaltar suas experiências profissionais como um elemento identitário central em sua vida, como pode ser observado no trecho abaixo:

> Eu sempre fui trabalhador, sempre vou ser, nunca fui vagabundo, como muitos acham por aí, que tá na rua porque é vagabundo [...] Desde pequeno, sempre gostei de ter meus trocados [...] Não importa o trabalho, o camarada pode ser catador de lixo ou dono de loja, mas se ele tá trabalhando, tem que ser respeitado, que tá mostrando seu valor [...] Eu acho que foi importante [*ter começado a trabalhar ainda na infância*], porque o camarada toma gosto pela coisa logo, já aprende logo, já sabe o valor das coisas logo, porque as pessoas só conseguem as coisas trabalhando ou roubando, e roubar não dá futuro [...] Foi assim que eu aprendi, a não ter medo de trabalhar.

[67] O entrevistado se recusou a sugerir um pseudônimo, preferindo ser identificado pelo seu verdadeiro nome.

A identidade de trabalhador é reivindicada pelo agente como algo que lhe confere significado positivo em meio a um horizonte de referências negativas associadas aos indivíduos que se encontram na sua mesma situação. Nesta direção, embora demonstre conhecer o estigma atribuído ao grupo do qual pertence, Jacinto busca em sua configuração moral algo que lhe atesta valor e o distinga do rótulo a partir do qual é comumente compreendido.

No entanto, ao ser indagado sobre quem são os moradores de rua de João Pessoa, o mesmo ressalta:

> Varia, é bem variado. Tem gente com várias histórias, que perdeu o emprego, que ficou sem casa [...] que brigou com a família, que ficou doente, então varia muito. [...] É difícil dizer [*o que é mais comum*], mas eu acredito que agora é o pessoal das drogas. As drogas estão aí acabando com todo mundo. [...] Eu já cansei de ver neguinho, até antes mesmo de vir pra cá, eu cansei de ver gente que ninguém quer saber porque está acabando com tudo, fumando, cheirando. [...] As pessoas geralmente pensam que é vagabundo, que não quer trabalhar, mas o negócio é outro [...]. Tem gente que quer trabalhar, mas a droga não deixa, não consegue.

Deste modo, Jacinto mostra que, apesar de reconhecer a existência de uma heterogeneidade de fatores permeando o ingresso dos indivíduos na rua, compartilha da percepção hegemônica que associa a vida na rua aos problemas e rupturas gerados pelo consumo de drogas.

Não obstante, o informante afirma não se enquadrar nesse grupo, mesmo sendo consumidor de álcool e de maconha desde a adolescência. Para Jacinto, assim como para outros indivíduos, o consumo de álcool, cigarros e maconha não é classificado como consumo de drogas, visto que esses elementos representam hábitos corriqueiros na vida de rua, funcionando como via de fuga alternativa para que os indivíduos suportem as adversidades as quais são sujeitados cotidianamente. Segundo Snow e Anderson (1998), o alcoolismo é componente de uma subcultura de rua e se configura a partir de um comportamento adaptativo, meio pelo qual determinados indivíduos procuram superar traumas passados e presentes, construindo ilusões de bem estar pessoal. Nesta direção, na rua, a classificação viciado não remete aos alcoólatras, visto que o alcoolismo é banalizado neste contexto, mas aos

consumidores de drogas mais fortes, tais como crack e cocaína. Deste modo, Jacinto não se reconhece como drogado, não agregando o uso de drogas à sua identidade.

Jacinto concluiu o ensino médio com cerca de 20 anos e, por volta de cinco anos depois, resolveu ir de carona para São Paulo - cidade onde um de seus irmãos vivia-, em busca de uma oportunidade melhor de trabalho. A ida para São Paulo era motivada pela busca de crescimento profissional. Apesar de ter concluído o ensino médio, Jacinto se sentia desvalorizado profissionalmente. Acreditava que em São Paulo encontraria esse reconhecimento.

Em São Paulo foi acolhido pelo irmão, porém, em três anos, não conseguiu emprego fixo, apenas ocupações temporárias. Considera que esse foi um período muito difícil, pois “vira e mexe estava dependendo até pra comprar cigarro. A pessoa já tava incomodada, mas não tinha o que fazer. Pra quem estudou, foi acostumado a sempre ter um tiquinho de dinheiro para pagar as coisas, é complicado”. O tempo em São Paulo, desta forma, pode ser compreendido como propulsor de uma crise na identidade de *self* em Jacinto, pois o fato de encontrar-se dissociado de uma imagem de trabalhador fazia com que se sentisse deslocado e inferiorizado, sem uma identidade a partir da qual se reconhecesse. Segundo ele “tinha hora que eu até me escondia só para não olhar para ele [*o irmão*]. [...] Ele não dizia nada, mas era uma coisa minha mesmo. [...] Com quase 30 anos na cara não era para estar desse jeito”.

Motivado pela promessa de um amigo que conheceu em São Paulo, de trabalhar em um posto de gasolina, mudou-se para o Rio de Janeiro. O trabalho regular representava para Jacinto a inserção em um modo de vida que lhe conferia dignidade, dando sentido à sua vida. A ocupação oferecida, no entanto, não era o que ele esperava. Considerava-se de boa qualificação para trabalhar no lava-jato do posto. O fato de ter concluído o ensino médio apresenta-se como um outro importante traço identitário para Jacinto, que o aponta como um diferencial frente a grande parte dos indivíduos com quem convive. O reconhecimento almejado a partir da sua escolaridade, no entanto,

parecia servir como um complemento que valorizava o seu status de trabalhador. Neste sentido, graças à sua qualificação escolar – superior à de outros indivíduos que compunham seu círculo de interações -, Jacinto se sentia qualificado enquanto trabalhador.

Apesar da insatisfação, ficou quase cinco anos no trabalho. Afirma que, principalmente, pelo fato de que ele lhe garantia um quarto para moradia sem que precisasse pagar. Não queria sair de lá para voltar a depender de seus familiares, ainda que tivesse a certeza de que eles o ampariariam.

No intuito de sair do emprego, pediu amparo a um abrigo mantido por padres franciscanos, do qual havia tomado conhecimento tempos antes. Acolhido pelo abrigo, estudou religião, fez amizades com indivíduos oriundos de diferentes áreas geográficas e frequentou uma oficina de artesanato, tornando-se artesão, trabalho pelo qual se identificou, principalmente por possibilitar-lhe trabalhar por conta própria e não depender de emprego dos outros. Avalia o período no abrigo como muito importante, pois tornou-lhe mais qualificado para trabalhar. Observa-se que o tempo no abrigo parece ter gerado uma reavaliação de suas referências, no sentido em que a ideia de trabalho qualificado deixa de estar associada à instrução escolar e passa a ser concebida como o exercício independente do trabalho, tornando-lhe capaz de desempenhá-lo e de buscar seus recursos de sobrevivência sem precisar contar com a incerteza de aguardar uma vaga de emprego aberta por outra pessoa. Metade do dinheiro da venda dos artigos que confeccionava, porém, ia para o abrigo, visto que o mesmo oferecia-lhe moradia e alimentação.

Após alguns anos (cerca de três) no abrigo – com algumas viagens em missões religiosas para diferentes cidades brasileiras-, foi enviado em uma missão para um abrigo franciscano localizado em João Pessoa-PB (Toca do Assis). Apesar da segurança que o abrigo proporcionava – não precisava pagar pela boa moradia e boa alimentação, além de lhe garantir uma renda mensal pela venda dos artesanatos de tema religioso que fabricava e que eram vendidos nas feiras promovidas pelo abrigo -, incomodava-o a falta de liberdade, já que só podia se ausentar do abrigo quando lhe era lhe permitido,

para atribuições relacionadas à igreja, nunca por razões pessoais. Sobre o abrigo, afirma: “lá era bom, eu não tinha o que dizer de ninguém. [...] Mas o camarada fica prisioneiro, sem ter matado ninguém [...] No início dava agonia, depois acostuma, aí depois de um tempo vai dando agonia de novo”. Por esse motivo, Jacinto juntava dinheiro para um dia deixar o abrigo. Percebe-se, nessa relação, que a participação de Jacinto na missão religiosa que participava não parecia se apresentar como fruto de avaliações fortes, mas como avaliações fracas. Isso porque os relatos do informante levam a crer que as motivações que o levavam a permanecer naquele projeto consistiam na obtenção de vantagens pessoais (moradia, alimentação, uma fonte de renda), e não por uma orientação moral acerca daquilo que realmente é significativo para ele.

Entre o conjunto de preocupações que guiavam Jacinto, a necessidade de se tornar independente através da obtenção de recursos a partir de um trabalho que lhe garantisse uma certa autonomia parece se posicionar como o elemento mais significativo para justificar suas escolhas e dar sentido à sua vida.

A oportunidade para deixar o abrigo apareceu quando Jacinto se aproximou de um abrigado que, conhecendo o seu desejo e manifestando ter o mesmo interesse, fez-lhe uma proposta de sociedade em um galpão de vendas de frutas e verduras. Jacinto acreditou na oportunidade que o faria dono do seu próprio negócio, pois o colega tinha o contato direto com os agricultores, enquanto ele tinha a experiência na área. Com parte das suas economias alugaram um galpão no bairro de Cruz das Armas, na periferia da capital, sendo este o seu lugar de moradia. Ao deixarem o abrigo, foram avisados de que, se tomassem a decisão de sair, não poderiam mais voltar. Jacinto, porém, via no negócio uma oportunidade para sua realização pessoal e profissional, assumindo uma maior significância entre seus valores.

Após algumas noites no galpão, enquanto ainda organizava as coisas para a abertura do negócio, seu colega saiu para negociar com os fornecedores levando o restante das economias de Jacinto, e nunca mais voltou. Em sua história isso é avaliado com muita revolta, pois Jacinto não

admite que tenha sido tão ingênuo. O golpe sofrido assume, para Jacinto, significado de fracasso. Para ele:

> É uma coisa que eu não entendo. O camarada vive esperto a vida toda. [...] De repente vem a bobagem, ficou cego, quando viu tu já dançou, já foi. [...] Se fosse um menino de 20 anos, aí sim, mas um homem velho de quase 40 anos nas costas. Eu fico até encabulado de contar isso pra alguém. [...] Eu mesmo não confio mais em seu ninguém, ninguém. Pode até ser bom, bom mesmo, não sabe? Mas eu que não estou mais lá pra ver. [...] O errado fui eu, eu sei.

Jacinto ainda tentou arrumar algum emprego, mas como não conseguiu, foi parar nas ruas e passou a dormir nas imediações do terminal rodoviário, onde, através do pedido de doações - mostrando documento e alegando querer voltar para sua cidade - conseguiu dinheiro para comprar o material necessário para a confecção de bijuterias, cuja venda lhe garante sua subsistência na rua. Sobre o ingresso na rua, Jacinto afirma:

> Eu já conheci muito camarada [*na rua*], mas você vê que a pessoa vai indo, vai indo, vai indo, até chegar de vez [...]. No meu caso, foi de uma hora pra outra, você olha e nem acredita. Fica tudo nublado assim, como se tivesse dormindo ainda [...] A realidade é que a vida não é fácil em lugar nenhum [...] Eu cai aqui por minha culpa mesmo, vou culpar ninguém não. Que se alguém aqui acreditou em gente errada, a culpa não era pra ser de outra pessoa.

Observa-se, a partir dos relatos, que para Jacinto a rua assume o significado de fracasso, revelando-se como consequência de um erro individual, o qual o mesmo não aceita, fazendo com que, novamente, haja uma crise do seu *self*. Isso porque o desemprego, ou a ausência de um trabalho que lhe garanta suprir suas necessidades fundamentais, apresenta-se para Jacinto como algo que fere sua dignidade. Tanto que, apesar de manter contato esporádico, por telefone, com alguns irmãos, conta que os mesmos não sabem que ele se encontra na rua. Jacinto não quer que sua família o veja como o que mais falhou na vida, uma vez que os irmãos com quem mantém contato estão todos bem sucedidos. Ele ressalta: “se eu chegasse em Sertânia não ia ficar na rua [...] mas eu não quero chegar que nem um pobre coitado [...] A pessoa tem que se virar, não é ficar confiando nos outros, se encostando nos outros”.

Nota-se, a partir disso, que o ingresso na rua não parece ter gerado um reordenamento nas prioridades de Jacinto, no sentido de se adaptar da melhor forma possível ao novo contexto. Embora o conjunto de referências com as quais conta o agente tenha se reconfigurado em razão das experiências vividas ao longo de sua trajetória, sugere-se que a mesma concepção que o levou a sair de São Paulo para o Rio de Janeiro em busca de lutar sozinho pela sua conquista profissional parece ser a que faz com que ele se mantenha na rua – embora tenha sido empurrado para ela contra sua vontade – em prol de manter para aqueles que lhe são caros uma imagem de êxito, que parece ser de fundamental importância para suas fontes morais.

Entre seus planos está a mudança para a Europa, onde pretende continuar fabricando artesanatos manuais, pois acredita que lá o seu trabalho seria mais valorizado, permitindo-lhe ter uma boa qualidade de vida. Embora faça planos, os mesmos não parecem se constituir enquanto projetos, no sentido de que Jacinto ainda não busca a mobilização de esforços para sua realização. Com o dinheiro da venda das bijouterias que confecciona (cerca de 30 reais semanais) Jacinto compra bebidas alcoólicas, cigarros, comida e matéria-prima para suas bijuterias, não sobrando, dessa forma, dinheiro que lhe permita acumular em prol do alcance de seus sonhos.

Nota-se, na trajetória de Jacinto, que o valor tomado como um bem que dá sentido à sua vida, a busca de uma vida profissional bem sucedida, embora tenha passado por ressignificações, não conta com rupturas, no sentido em que o conjunto de preocupações que o definem parece permanecer estável. Nesta perspectiva, a identidade de trabalhador, que faz com que o informante ateste o seu valor na busca por romper com a concepção dominante que o classifica como “vagabundo”, é a mesma que lhe dá esperanças de sair da atual condição a partir do modo que classifica como mais digno.

5.5. A rua e a produção de sentidos

A análise apresentada nas páginas precedentes buscou analisar a dimensão subjetiva inerente às definições identitárias dos indivíduos em situação de rua.

Para o alcance do objetivo proposto, buscou-se, através das histórias de vida apresentadas, apreender o modo como os agentes percebem a compreensão que a sociedade mais ampla faz deles, as avaliações que os próprios fazem das circunstâncias vivenciadas e do modo como eles se avaliam no interior delas, visando assimilar a forma como eles reivindicam identidades que imputam algum sentido às suas vidas.

Através das histórias de José, Neném, Dodora e Jacinto, grupo de indivíduos selecionado para uma observação mais profunda das questões de interesse dessa tese, notou-se que a rua assume significados distintos para eles e, neste sentido, procurar classificar as motivações que permeiam esse modo de vida seria limitar um universo de sentidos múltiplos e, ao mesmo tempo, tão peculiares. A partir dos casos apresentados, a vida na rua pode ser compreendida, entre inúmeros outros sentidos revelados pelos agentes, como um momento de transição para o alcance de um objetivo maior, como um fardo difícil de carregar, como um refúgio, como espaço que gera perda de identidade e possibilita a reconstrução das mesmas.

Entre os casos ilustrados, nota-se que o estigma atribuído pela sociedade mais ampla ao morador de rua é conhecido e, em alguns casos, reproduzido por eles próprios. Porém, apesar de, em várias situações, os interlocutores reforçarem as representações negativas associadas aos indivíduos em situação de rua, apontam exceções no modo de compreender os valores que os representam, indicando fronteiras simbólicas que separam aqueles mais dignos, nos quais eles estão incluídos, que se diferenciam de uma maioria menos digna.

Observa-se, sobretudo, a intersubjetividade que permeia a noção de dignidade e o modo como os indivíduos apreendem o estigma que lhes é imputado. Essas relações encontram suporte em trajetórias singulares de vida anteriores ao ingresso na rua, experiências únicas, mas que só ganham

sentido em meio às circunstâncias oferecidas pela sua inserção nesse espaço físico e simbólico de relações, responsável pelo ordenamento de valores que conferem significado às identidades que orientam a vida e as escolhas de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve por objetivo compreender as bases para a construção de identidades entre os indivíduos adultos em situação de rua de João Pessoa-PB.

Embora no centro dos estudos sobre desigualdade social exista uma grande produção de trabalhos que abordam os mais diferentes aspectos da vida dessa população, ainda há muito o que se desenvolver no que tange à percepção dos elementos simbólicos envoltos em um modo tão peculiar de vida. Esta tese representou um esforço em contribuir para uma melhor compreensão deste aspecto.

Para a apreensão dos processos de definição de identidades dos indivíduos em situação de rua, buscou-se assimilar sua dimensão objetiva – concebendo a rua como um campo –, e sua dimensão subjetiva – sob a ótica dos valores individuais expressos pelos agentes que nela habitam.

A análise dessa relação contou com as reflexões oferecidas por Taylor (2005), Goffman (1988 e 1989) e Bourdieu (1983, 1992, 1996, 2001 e 2007), autores que, a partir de perspectivas distintas, lançam luzes para a assimilação do diálogo - ultrapassando a dicotomia -, entre objetividade e subjetividade na análise social. Esta tese buscou realizar essa articulação na apreensão da forma como as identidades são construídas e a sociabilidade entre os indivíduos em situação de rua é organizada.

Ao compreender a rua como um campo, a partir de alguns elementos inerentes ao sentido bourdiano do termo, buscou-se as distintas posições ocupadas pelos seus habitantes em função da posse de determinados elementos valorizados na vida de rua e que condicionam a sociabilidade que permeia esse cenário. Para a apreensão da dimensão subjetiva que cerceia os significados que os indivíduos atribuem à sua própria existência e que, associada à dimensão estrutural das posições às quais ocupam na rua, faz

com que sejam expressas formas distintas de estar-no-mundo, buscou-se assimilar o modo como os próprios moradores de rua interpretam a sua condição a partir de valores que possibilitam o entendimento das orientações assumidas por eles ao longo da vida até o ingresso na rua.

A partir dos elementos apresentados ao longo deste estudo, pode-se notar que, embora uma das compreensões mais difundidas no imaginário social contemporâneo acerca da população de rua conceba a situação de rua unicamente como consequência de erros e de fracassos de projetos individuais, ou de problemas estruturais da sociedade, classificando não apenas o viver na rua como tragédia, mas enquadrando seus indivíduos em rótulos depreciativos (atribuindo-os marcadores estigmatizantes), esses fatores, por si só, não dão conta de abarcar os processos de definições identitárias desses indivíduos. Neste sentido, a construção de uma espécie de identidade social, a partir da qual esses agentes são comumente percebidos pelos demais habitantes urbanos – ou mesmo pelos seus próprios pares de rua -, ao mesmo tempo em que atribuem determinados papeis e oferecem limites para suas possibilidades de atuação, não são determinantes do modo como os indivíduos interpretam seu mundo e agem a partir dessas interpretações.

Essa tese, amparada por Taylor, abarcou os indivíduos em situação de rua como sujeitos reflexivos, dotados de aptidões para avaliar e fazer escolhas (ainda que falíveis) entre aquilo que lhe é e o que não lhe é significativo. Deste modo, percebe-se que, embora as condições socioestruturais nas quais esses indivíduos estão posicionados sejam responsáveis por localizá-los em um contexto que condiciona suas formas de estar-no-mundo através do estabelecimento de fronteiras, essas mesmas condições são avaliadas subjetivamente por eles de acordo com seus conteúdos morais, fazendo com que atribuam significados às circunstâncias e a si mesmos no interior delas. Em outras palavras, conforme pode ser observado neste trabalho, os indivíduos em situação de rua constroem avaliações subjetivas das condições objetivas que lhes são apresentadas, realizando um ordenamento de valores em prol de identificar, no seio de suas preocupações vigentes, aquilo que

confere maior sentido para as suas vidas e para o seu ambiente naquele contexto.

Neste sentido, os indivíduos não assumem inconscientemente os papéis que lhes são socialmente atribuídos, mas empreendem elaborações práticas de modo a reconhecerem aqueles que ocupam significados em suas vidas. Assim, embora demonstrem reconhecer os estigmas que lhes são imputados, bem como os comportamentos esperados pelos demais em função da posição que ocupam, esses indivíduos estabelecem distinções na vida de rua com vistas a se orientarem reflexivamente em um espaço de significações tanto negativas como positivas. Isso faz com que renegociem o seu estar-no-mundo a partir do resgate de valores classificados como dignos e que os diferenciam daqueles indignos para quem, a seu ver, essas classificações se aplicam.

Defende-se, a partir disso, que as autoidentidades reivindicadas pelos indivíduos na rua rompem com qualquer determinismo estrutural, na medida em que as condições objetivas que lhes são apresentadas são subjetivamente ressignificadas em função do conjunto de preocupações que os caracterizam como indivíduos únicos, dotados de identidade social e pessoal.

A rua, nessa perspectiva, desperta emoções diversas entre seus habitantes, revelando-se como um espaço de produção de existências e possuindo múltiplos sentidos que são reinventados cotidianamente por seus indivíduos a partir dos seus valores e avaliações, de modo a estabelecer, em meio à conjuntura da qual fazem parte, um modo de vida factível. A maneira como os indivíduos se posicionam em meio a esses significados parece estar na base das identidades assumidas por eles nesse cenário. Observou-se, desta forma, que a inserção nos espaços físicos e simbólicos da vida de rua leva a um confronto entre os conteúdos morais individuais e as novas referências inerentes ao novo contexto, levando à avaliação e a uma valoração da realidade que tendem a reformular ou mesmo a reforçar suas configurações identitárias.

As posições objetivas, bem como as posturas subjetivas adotadas pelos indivíduos nessa conjuntura, parecem permear a construção de vínculos

sociais entre os indivíduos que participam da sociabilidade da vida de rua. Notou-se, porém, que os princípios de associação entre esses indivíduos no cenário da rua não parecem constituir laços fortes, mas apenas relações circunstanciais, no sentido em que não indicam a existência de vínculos sólidos o suficiente para que eles se vejam como grupo. Se, por um lado, é evidenciada pelos agentes uma relação de dependência mútua entre pares, por outro lado, essa relação nem sempre envolve confiança e, consequentemente, segurança, fazendo com que esses laços só se mantenham na rua.

Por fim, percebe-se ainda que, ainda que as condições objetivas de vida no campo da rua não sejam determinantes das formas dos indivíduos reivindicarem valores para si nesse cenário, ou mesmo dos sonhos que almejam para suas vidas, parecem ser essas mesmas condições objetivas que fazem com que a maioria desses sonhos não pertençam a projetos que visem a sua efetivação. Neste sentido, os indivíduos têm desejos, mas não possuem planos e, desta forma, não empreendem esforços para a sua realização. As situações de hostilidade e de fracasso experienciadas por grande parte desses indivíduos, e a todo momento reproduzidas por outros grupos, deste modo, parecem gerar nos agentes um reconhecimento tácito da incapacidade de alcance desses desejos frente às circunstâncias às quais estão submetidos. Apesar disso, a ordenação e reordenação de seus valores a partir das circunstâncias que lhes são apresentadas possibilita que esses indivíduos confiram algum sentido às suas existências e sigam vivendo em busca de uma dignidade sonhada, embora nunca alcançada.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rui e SILVA, Pedro**. Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: Fundap, 1995.

ALBERTI, Verena. **História Oral na Alemanha:** semelhanças e desemelhanças na constituição de um mesmo campo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALLES, NATÁLIA. **Boca de rua: Representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário**. Dissertação de mestrado em Comunicação Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.45, n.4, 2002.

AMARAL JR, Aécio & BURITY, Joanildo (org). **Inclusão social, identidade e diferença:** perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Anablumme, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo** - As políticas Sociais e o Estado Democrático. Org.: Emir Sader. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Maria Neyará de Oliveira. **A miséria e os dias:** História Social da Mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec/Dinalivro, 2000.

ARAÚJO, Paulo Roberto Monteiro de. **Charles Taylor: Para uma ética do Reconhecimento.** Campinas: Editora Papirus, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARRUNETAGUI, Gisele Aparecida. **Olhares entrecruzados: mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo.** Tese de doutorado em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARROS, Joana da Silva. **Moradores de rua – Pobreza e Trabalho:** interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade São Paulo, 2004.

BAUER, M. e GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e** som. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, Howard. "Marginais e desviantes". In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1977.

_____. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Hucitec, 1993.

_____. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. New York: The Free Press, 1963.

BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin.** KOTHE, Flávio (Org.). São Paulo, Ática, 1986.

BLANCHET, Alain. **Les techniques d'enquête en sciences sociales:** observer, interviewer, questioner. Paris: Bordas, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: **Sociologia.** Org.: Renato Ortiz. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **A Distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

_____. **A Produção da Crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Editora Zouk, 2001.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. Campinas: Editora Papirus, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**, 2008. Disponível em: www.mds.gov.br

_____. **Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua**, 2008a. Disponível em: www.mds.gov.br

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BROGNOLI, F. F. **Trecheiros e pardais: estudo etnográfico de nomades urbanos.** Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BRYM, Robert. (et all). Economia e Trabalho. **Sociologia** – sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France.** New York: The Liberal Art Press, 1955.

BURSZTYN, Marcel (org.) **No meio da rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CARNEIRO JUNIOR N, (et all). Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde e Sociedade**, 7 (2), 1998.

CARVALHO, Inaiá M. Moreira de. ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e Proteção Social. **São Paulo em Perspectiva**, 17(2), 2003.

CASTEL, Robert. **Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional**. In: Lancetti, A (org.) Saúde Loucura n.4, São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer**.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1990.

COLLINS, Peter. Negotiating Selves: Reflections on “Unstructured Interviweing”. **Sociological Research Online.** 2 (2), 1998. Disponível em: http://www.socresonline.org.uk/3/3/2.html.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua**: Contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

COSTA, Décio Bessa da. **Cidadãos e Cidadãos em Situação de Rua: uma análise de discurso crítica da questão social.** Tese de doutorado em Linguística. Universidade de Brasília, 2009.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?.** 8.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DI FLORA, M. C. **Mendigos - por que surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis, Vozes, 1987.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DRAIBE, Sonia. **A reforma dos programas sociais brasileiros:** Panoramas e trajetórias. XXIV Encontro anual da ANPOCS. Petrópolis, 2000.

DRAIBE, Sonia e HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 3, n. 6. São Paulo, 1988.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspective antropológica da sociedade moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ECKERT, Cornelia. "Cultura do medo e cotidiano dos idosos porto-alegrenses". **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.2, n.4, 2003.

ECKERT, Cornélia & ROCHA, Ana Luiza Carvalho (2000). "Os jogos da memória". In: **Ilha**. Florianópolis: PPGAS-UFSC, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, Johnl. **Os estabelecidos e os outsiders.** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

_____. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: **No meio da rua**. Marcel Bursztyn (Org).Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ESPING-ANDERSON, Gosta. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 35, p. 113-137, 1995.

FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida:** a uopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo, Ática, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jonatas e HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. **Revista Estudos Feministas.** Vol. 18, n. 3, 2010.

FERREIRA, Ricardo Franklin e MATTOS, Ricardo Mendes. **Quem vocês pensam que (elas) são?** Representações sobre as pessoas em situação de rua. Revista Psicologia e Sociedade. Vol. 16, n. 2. Porto Alegre, 2004.

FIORI, José Luis. Estado do Bem Estar Social: Padrões e Crises. In: **Série Estudos em Saúde Coletiva,** nº 17, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, 1995.

FONTES, Breno Augusto. S. M. Redes Sociais e enfrentamento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas. **Cadernos IHU Ideias** (UNISINOS). Vol. 08, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura:** na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal. 1985.

FRAGA, Walter Fraga. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec/Edufba, 1996.

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GASTALDO, Édison. **Erving Goffman, desbravador do cotidiano.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

GEHLEN, Ivaldo e SCHUCH, Patrice. **Cadastro de Crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e Estudo do mundo da população em situação de rua de Porto Alegre – RS.** UFRGS/FAURGS-FASC. Estudos quanti-qualitativos – RELATÓRIO FINAL. Porto Alegre, 2008.

GEREMEK, Bronislaw. **The Margins of Society in Late Medieval Paris**. New York: Cambridge University Press, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana***.* Petrópolis, Vozes, 1989.

_____. **Estigma.** Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v.19, n.1, jan/jun, 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

HAGUETTE, Teresa Maria. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, Vozes, 2003.

HEILBRONER, Robert. **A Natureza e a Lógica do capitalismo**. São Paulo: Ática, 1988.

HENRY, John. **A Revolução Científica e as origens da Ciência Moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos:** O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFBAUER, Andréas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e pesquisa**, n. 42-43, São Carlos, 2003.

KASPER, Christian. **Habitar a rua**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

KOURY, Mauro. “Pobreza e cidade: as tentativas de regulamentação dos homens pobres no Nordeste, 1889 a 1920”. **Cadernos dos CEAS**, 106, p. 36 a 46, nov/dez, 1986.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pertença e uso do espaço público: Um passeio através do Parque Sólon de Lucena. **Studium**. Campinas, São Paulo, v. 19, 2005.

KUHN, Thomas. Condução da vida cotidiana e desigualdade social: um estudo explorativo em Salvador da Bahia. In: SOUZA, Jessé & MATTOS, Patrícia (Orgs). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

LE GOFF, Jacques (Org). **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEMOS, José de Jesus Souza. Mapa da Exclusão Social **no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

LEWIS, Liana. **(Des) encontros a céu aberto.** Ensaio Etnográfico sobre crianças em situação de rua na cidade do Recife. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

LIBBY, Douglas & Furtado, Júnia. **Trabalho Livre, Trabalho Escravo:** Brasil e Europa, Século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

MACIEL, Valney Rocha. **Os Herdeiros da Miséria:** o cotidiano da mendicância no centro de Fortaleza. Dissertação de mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.17, n. 49, 2002.

MAGNI, C.T. **Nomadismo urbano:** uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MARQUES, Eduardo e BICHIR, Renata. **Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Novos Estudos CEBRAP (Impresso). Vol. 90, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Nova Cultural, São Paulo, 1988.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte. **Identidade, espaço e tempo: negociações de sentido sobre a "gente de rua".** Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento social e sua refundação filosófica em Charles Taylor. In: SOUZA, Jessé & MATTOS, Patrícia (Orgs). **Teoria Crítica no século XXI.** São Paulo, Annablume. 2007.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Situação de rua e modernidade:** a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MATSUO, Myrian. **Trabalho Informal e Desemprego:** Desigualdades Sociais. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

MENDES, Mariana Vilas Bôas. **Um estudo sobre os territórios existenciais** da População de Rua de Belo Horizonte. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo, Hucitec/Abrasco, 1991.

MIOTO, Regina Célia Tamaso e LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **Quem cobre as insuficiências das Políticas Públicas:** contribuições ao debate sobre o papel da família na provisão do bem-estar social. Revista de Políticas Públicas, v. 1, 2006.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: **No meio da rua**. Marcel Bursztyn (Org).Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NASSER, A.C.A. **Sair para o mundo** - trabalho, família e lazer na vida dos excluídos. São Paulo: Hucitec, 2001.

NEVES, Delma P. **Mendigo: o trabalhador que não deu certo.** Ciência Hoje, ano 1, n.4, p.28-36, jan.-fev, 1983.

OLIVEIRA, Leandro Tosta de. A (re)construção da identidade social da população em situação de rua da cidade de Marília. **Anais do Seminário Nacional População em Situação de rua:** Perspectivas e Políticas Públicas. Norma E L. S. Valencio e Angélica A. Cordeiro (Orgs.). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social** – ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ-Cortez, 2003.

PECHMAN, Robert. **Cidades Estreitamente Vigiadas:** o detective e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica; 2000.

PIRENNE, Henry. **História econômica e social da Idade Média.** São Paulo, Editora Mestre Jou, 1982.

PORTELA, Fernando; VERSENTINI, José Willian. **Êxodo Rural e Urbanização**. 16ª Edição. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON (org.) **Experimentos com Histórias de Vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

RABELO, Miriam Cristina & ALVES, Paulo César. “Tecendo *self* e emoção nas narrativas de nervoso”. In: **Experiência de doença e narrativa.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

RANGEL, Rosângela Faria. **Vidas à deriva:** população de rua no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Serviço social. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de filosofia e Ciências Humanas, 1996.

REIS, Elisa. “Dossiê Desigualdade” - Org. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: Publicação da ANPOCS, 2000.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas – UNITAU**, vol 1, n. 1, 2009.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RUI, Taniele. Na Rotina do Previsto: “drogas” e cotidiano de “meninos e meninas de rua” da cidade de Campinas. **Anais do Seminário Nacional População em Situação de rua: Perspectivas e Políticas Públicas.** Norma E. L. S. Valencio e Angélica A. Cordeiro (Orgs.). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SALES, Ronaldo. O nascimento da nação: Estado, Modernização nacional e Relações étnico-raciais entre o império e a república. **Ciências Sociais Unisinos.** Vol 44, n. 2. São Leopoldo, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. (coord.). **Quando a Rua vira Casa**. Rio de Janeiro, Ibam/Finep, Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1998.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo, Hucitec, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. **Ambivalência entre iguais: uma discussão sobre a moral dos pobres**. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 1994.

_____. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCALON, Celi. **Imagens da Desigualdade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SCHMITT, Jean Claude. A História dos marginais. In: **A História Nova**. Jacques Le Goff (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras:** poderes, desigualdades e solidariedades. 1. ed. Recife: Editora Universitaria UFPE, 2011.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Carne e Pedra** - O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SERRANO, César Eduardo Gamboa**. Eu mendigo:** alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado em Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, M. Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Vivian e HERRERA, Ana Laura. Experiência de Gestão Municipal Atendimento a Pessoas em situação de rua. São Carlos. In: **Anais do Seminário Nacional População em Situação de rua: Perspectivas e Políticas Públicas.** Norma E L. S. Valencio e Angélica A. Cordeiro (Orgs.). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SIMMEL, Georg. **Simmel**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais) Evaristo de Moraes Filho (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. O dinheiro na cultura moderna. SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (orgs.). **Simmel e a modernidade.** Brasília: Unb, 1998.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **Moradores de Rua.** Revista Pólis nº 7, 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SNOW, David & ANDERSON, Leon. **Desafortunados:** Um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUZA, Jessé. **A construção social da sub-cidadania:** para uma sociologia política da modernização periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

_____. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. **A ralé brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

STOFFELS, Marie Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAYLOR, Charles. **As fontes do *self*:** a construção da identidade moderna*.* São Paulo: Edições Loyola, 2005.

TELLES, Vera da Silva. **A Pobreza como condição de vida:** família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 4, n. 2, 1990.

_____. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo**. Caderno CRH,** Salvador, n. 19, p.8-21, jul./dez. 1993.

THERBORN, C. “Dimensões da globalização e a dinâmica das (des) igualdades”. In: **Globalização excludente:** desigualdade, exclusão e

democracia na nova ordem mundial. Pablo Gentilli (Org.). Petrópolis: Vozes, 2002.

TOSTA, Tania Ludmila D. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: **No meio da rua**. Marcel Bursztyn (Org.) Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. “Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização”. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 21, 2008, pp. 556 a 605.

VARANDA, W. **Do direito a vida, à vida como direito** – Sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de moradia nas ruas da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, Saõ Paulo, 2003.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

VIEIRA, Maria Antonieta C.; BEZERRA, Eneida Maria R.; ROSA, Cleisa Moreno M. (orgs). **População de Rua.** Quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1994.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva**.** Volume 1. Brasília, EdUnb, 1991.

WILLIAMS, Ava Renarda. **O caráter multifacetado da pobreza:** a relação entre concepção e intervenção. Dissertação de mestrado em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

WOPRTMAN, Klaas. **A família das mulheres.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A, 1997.

_____. **Quando a rua não tem casa**. Anais do I Seminário Nacional Sobre População de Rua. São Paulo, junho, 1992.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1 – Caracterização geral do informante: nome; idade; lugar de origem; tempo de permanência na rua; local em que habita; por qual nome gostaria de ser identificado no trabalho.

2 - A vida antes da rua: como foi a infância; condições econômicas; relação com os estudos; relação com familiares (pais, irmãos, tios, primos e avós); relação com amigos; relação com cônjugue e filhos; pessoas de referência; relação com o trabalho; relação com a religião; hábitos de lazer; vícios; lugares onde viveu (e quais as motivações para a mudança, nos casos em que ela ocorreu); lugares e coisas que mais gostava; coisas que valorizava; acontecimentos marcantes (bons e ruins) e o que significou cada um deles; quais os sonhos; como define a vida antes do ingresso na rua; como percebia a vida de rua; o modo como se autopercebe nesse passado.

3 - A transição para a vida de rua: o processo de entrada na vida de rua; na concepção do informante, quais os principais motivos que o levaram para a rua; quem é o responsável pelo seu ingresso na rua; o que pensava sobre a vida na rua; o que sentiu; o que significou o ingresso na rua; como foram os primeiros momentos; o que esperava; quais dificuldades encontrou.

4- A vida na rua: como é viver na rua; relação com as pessoas com quem mantinha contato antes de ingressar na rua; relação com outros habitantes de rua; relação com outros grupos urbanos (desconhecidos); pessoas que importam (o que significam); relação com os espaços (por onde circula, por onde não circula, por que); por que escolheu o espaço que habita; relação com o trabalho (meio de subsistência); formas de acesso a recursos de sobrevivência (relação com pessoas, instituições e estratégias adotadas); rotina diária; vícios e consumo; formas de lazer; violência física e simbólica sofrida; como avalia a situação de rua; o que sente por viver na rua; o que tem de melhor e o que tem de pior na vida de rua; quem são os demais indivíduos que vivem na rua; quem são aqueles com quem se identifica e aqueles de quem se diferencia (quais valores permeiam essa distinção); o que jamais faria; o que mudou na percepção que ele tinha antes de ingressar na rua; coisas que valoriza hoje; como se autopercebe nesse contexto; como acha que os outros o percebem.

5- Perspectivas: Quais os sonhos; como gostaria de viver; maneiras de alcançar aquilo que almeja; se pudesse voltar no tempo o que faria de diferente; quais as perspectivas.